

Dossiê:



múltiplas e complexas dimensões



de um problema historiográfico



Organizadores:

Dr. Vitor Batalhone

Prof. Dr. Evandro Santos



EDITORIAL HISTÓRIA E CULTURA, V.6, N.3, 2017

Nosso país vive uma séria crise política, agravada por incontáveis casos de transgressões nas instituições públicas e privadas. Nesse sentido, discussões sobre moral e ética se tornam urgentes. Por isso, apresentamos com satisfação o dossiê atual, intitulado *História e Ética: múltiplas e complexas dimensões de um problema historiográfico*, organizado pelo Dr. Evandro Santos e o Dr. Magno Santos. Neste número, os componentes do dossiê aproximam a historiografia ao campo da ética, com reflexões que levam o historiador a pensar seu papel na sociedade e quais valores devem reger seu ofício. O dossiê também convida a pensar as relações entre a ética e as questões raciais e de gênero no meio intelectual.

Os artigos contribuem com discussões sobre historiografia e ética de variadas formas. A aproximação entre as áreas se dá por meio de artigos que analisam o pensamento de diversos intelectuais, em variados locais e temporalidades. Para pensar a ética na historiografia brasileira do século XIX, temos dois artigos que estudam as obras de Francisco Lisboa (1812-1863) e João Manuel Pereira da Silva (1817-1898). Sobre o mesmo século, há um trabalho que se dedica a entender os conceitos de história, ação e ética na obra do pensador alemão Hermann Paul (1846-1921).

Ao se aproximarem da relação entre história e ética no século XX, os demais artigos refletem sobre importantes fontes do período. Assim, são abordadas as obras de pensadores que dispensam apresentações: Pierre Nora, Walter Benjamin e Martin Heidegger. Além disso, entra em questão o papel ético-político da história através da discussão da trajetória intelectual do historiador e político italiano Delio Cantimori. Os dois períodos são aproximados por um artigo que analisa o processo de construção da disciplina histórica e sua relação entre o lugar social ocupado pela História no século XIX e sua posição nos dias atuais.

Além disso, os três artigos que o encerram discorrem sobre a presença das populações negras na sociedade e seu envolvimento com a vida intelectual. Aqui somos levados a pensar a obra do camaronense Achille Mbembe, importante filósofo e teórico do pós-colonialismo. Além disso, temos uma visão da presença das mulheres negras na

história com um estudo sobre a mãe-de-santo carioca Mameto Iraê Jinkaiá, e uma discussão geral sobre a produção intelectual das mulheres negras no Brasil. Nos artigos livres, temos trabalhos que versam sobre a higienização social no Nordeste brasileiro; a imprensa do Rio de Janeiro no século XIX; o abastecimento de água no Maranhão do mesmo século e a posição da mulher no mercado de trabalho contemporâneo.

Assim, temos um número que aborda múltiplas temáticas e diferentes temporalidades. Os autores que contribuíram com este número vêm de renomadas instituições de ensino superior: UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, UFOP, UFMG, UFRGS, UFJF, PUC-RS, USP, UFMA e UFRN. Assim, temos o prazer de apresentar uma edição composta por artigos de alta qualidade e um dossiê pertinente para pensar o Brasil atual, suas raízes históricas e a importância da ética para o exercício do ofício de historiador. O corpo editorial agradece a todos os envolvidos na escrita e edição do presente número.

Boa Leitura!

Equipe Editorial

HISTÓRIA E ÉTICA: MÚLTIPLAS E COMPLEXAS DIMENSÕES DE UM PROBLEMA HISTORIOGRÁFICO

Evandro SANTOS¹

Magno Francisco de Jesus SANTOS²

Em 2008, o historiador Paulo Knauss publicou um breve e denso artigo intitulado “Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral”.³ Neste texto é possível vislumbrarmos, em perspectiva historiográfica, o longo percurso que a dimensão ética da escrita da história guarda desde os seus inícios. Como afirma Knauss, a partir dos estudos de François Hartog, o próprio surgimento desse saber, vinculado ao nome do grego Heródoto, já demarca uma discussão de caráter ético, considerando-se que diferentes culturas, em diferentes tempos e espaços, já possuíam formas e modos diferentes de relacionamento com as representações do passado.

Assim, mesmo a partir da experiência grega, percebe-se que em qualquer escrita da história estão implicadas dimensões de experiências pautadas pela diferença. Os gregos constroem suas histórias pela comparação aos não gregos. O historiador, ao afirmar que faz história, também pretende dizer que participa de uma produção que não é memória, tradição ou qualquer outro mecanismo ritual de estruturação do tempo e de ações daí advindas. Tal perspectiva pretende enunciar que não há hierarquias entre diferentes histórias: há escolhas.

Nesse horizonte, o lugar comum, comumente repetido, de que a reflexão acerca do conhecimento histórico e sobre o papel social do historiador assume outra conotação, bem mais política e propriamente ética. Da *polis* grega ao século XXI, a história enfrentou os dilemas que envolvem as relações com o poder. A modernidade apenas exacerbou esse aspecto recorrente ao fazê-la disciplina com pretensões científicas. Do historiador elevado à voz da razão e da verdade, no século XIX

¹ Professor Adjunto de Teoria da História no Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES-UFRN). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: evansantos.hist@gmail.com

² Professor Adjunto de Ensino de História no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ KNAUSS, Paulo. Uma história para o nosso tempo: historiografia como fato moral. *História Unisinos*. Vol. 12, n. 2, maio/agosto, 2008, p. 140-147.

ocidental, ingressamos no novo milênio com profissionais perseguidos e acusados de doutrinadores ideológicos, a despeito dos avanços e da reconhecida qualidade da historiografia produzida no Brasil, por exemplo. Como dissemos, antes, e Knauss recorda muito bem, a perseguição aos historiadores não se trata de algo recente. Heródoto e Tucídides, considerados por muitos como “pais da história” foram exilados. A participação no debate público através da escrita tem um preço que exacerba a proposta apresentada no presente dossiê.

Por outro lado, se o poder sempre operou ou contou com o suporte da história, a partir do momento em que o ofício do historiador passou a disputar seu prisma profissional, novos problemas e debates emergiram. Alguns são muito conhecidos (e, apesar disso, ainda muito repetidos): o historiador é capaz de fornecer uma verdade superior ou, no mínimo, diferenciada sobre do passado? Sua produção possui potencial pedagógico necessário e útil à formação do cidadão e da cidadã? A história, como arte ou ciência, permite uma intervenção direta no presente atual? Em maior ou menor medida, tais indagações situam a história e os historiadores em um espaço de ação social e política que merece reflexões mais detidas e particulares no que tange à epistemologia da história e à história da historiografia.

Propusemos, então, converter o tema das relações entre história e ética em um problema historiográfico a ser trabalhado neste dossiê. O próprio texto escrito por Knauss é sintomático. Há, desde aproximadamente a década de 1970, um crescente interesse por tal questão. De exaltados a perseguidos, de donos da verdade que favoreceu os Estados nacionais a críticos da sociedade, os historiadores passaram à autorreflexão. Revisar seus princípios teóricos e metodológicos tornou-se também um gesto ético. Os resultados das pesquisas históricas são obtidos a partir de intensa investigação, mesmo conceito que liga o mundo antigo ao ano de 2017. Entretanto, nem tudo se resume à epistemologia. Esta, em si, possui elementos que interferem em ações práticas, tomadas de decisão tanto no presente como para o futuro.

Os artigos reunidos neste número de *Historia & Cultura*, não temos dúvidas, fornecem uma espécie de “estado da arte” no que se refere à tentativa de sistematização dessa discussão que, como afirmamos, possui certa inflexão na década de 1970, mas, no começo dos anos 2000, ganha reforço significativo. Seja a partir das

relações entre história e filosofia, da análise da autoridade e da responsabilidade dos historiadores em perspectiva historiográfica, de propostas relativas a uma ética própria da história ou de importantes discussões que deslocam a Europa (mais precisamente os homens cristãos europeus) do centro das atenções historiográficas, ficamos muito satisfeitos em oferecer um panorama que pretende, esperamos, colaborar com a construção de uma agenda mais encadeada e pertinente de um tema fundamental ao presente e ao futuro do conhecimento histórico tal como hoje o conhecemos.

A DIMENSÃO CRIATIVA DA HISTÓRIA: UMA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE OS ESCRITOS DE BENJAMIN E NORA

LA DIMENSION CRIATIVE DE LA HISTOIRE: UNE CONTRAPOSITION ENTRE LES ÉCRITS DE BENJAMIN ET DE NORA

Ricardo SALZTRAGER*
Felipe Teixeira LOURENÇO**

Resumo: O presente estudo tem por objetivo discutir a produção do conhecimento historiográfico no pensamento de Walter Benjamin. Segundo este filósofo, a história é vista como fluída, passível de ser constantemente construída e, portanto, permeável à intervenção de todos os seus interlocutores. Veremos também que ele combate a ideia da existência de uma verdade absoluta e naturalizada subjacente à construção da história, como se ela se pretendesse linear e construída a partir de uma origem prévia. Neste sentido, estabelecemos uma contraposição entre as concepções de Benjamin e de Nora, visando sublinhar que o conceito de história do primeiro possui uma dimensão fundamentalmente criativa que contrasta com a dimensão saudosista do segundo.

Palavras-chave: história; verdade; criação; Benjamin; Nora.

Résumé: Cette étude vise à discuter la production de connaissances historiographiques dans les écrits de Walter Benjamin. Selon ce philosophe, l'histoire est considérée comme fluide et qui peut être constamment construite et perméable à l'intervention de tous ses interlocuteurs. Nous verrons aussi qu'il combat l'idée qu'il y a une vérité absolue et naturalisée sous-jacente à la construction de l'histoire, comme si elle était linéaire et fait à partir d'une seule origine. Donc un contraste est établi entre les concepts de Benjamin et Nora, afin de souligner que le concept de l'histoire du première a une dimension fondamentalement créative qui contraste avec la dimension nostalgique du second.

Mots-clés: histoire; vérité; création; Benjamin; Nora.

Introdução

Este artigo propõe discutir a dimensão eminentemente criativa do processo de produção historiográfica a partir do pensamento de Benjamin. Ao longo do trabalho, demonstraremos como as construções de histórias e memórias se dão em um tempo “saturado de agoras” (BENJAMIN, 1940/2012, p.229), ou seja, um tempo não linear, no qual passado, presente e futuro se interrelacionam, sendo o passado construído a partir de sua interação com o presente e com o que está por vir. A construção historiográfica que aí se dá acaba tornando mister as constantes revisitações aos discursos e narrativas

* Mestre e Doutor em teoria psicanalítica (UFRJ). E-mail: ricolalz@uol.com.br

** Mestre em memória social (UNIRIO). E-mail: felipetlourenco@hotmail.com

produzidos, gerando um combate às cristalizações de histórias imutáveis e de verdades absolutas, bem como à dogmatização dos saberes e memórias oficiais. Nesse sentido, com base nas “Teses sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940/2012) e em “O Narrador” (BENJAMIN, 1936/2012), temos um conceito de história profundamente marcado pela relativização, de forma que nele se valorize as diferentes interpretações dos construtores e receptores deste conhecimento.

De fato, estes são textos que problematizam quaisquer pretensões de elaboração de uma história oficial e que, por isto, se contrapõem ao “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, no qual Nora (1993) circunscreve o famoso conceito de “lugares de memória”. Trabalharemos, portanto, em cima do contraste entre estes escritos, sendo necessário marcar, desde já, que somos conscientes de que as obras de Benjamin e de Nora não se reduzem a eles e que a proposta de destacá-los é apenas uma tentativa de seguir uma ideia para verificarmos quais questionamentos podem ser lançados.

Com efeito, o conceito de lugares de memória foi criado na década de 1970, remetendo a lugares entendidos em seu sentido mais amplo nos quais uma memória se cristaliza. Tais lugares abrangem tanto locais materiais – como arquivos, museus e monumentos – quanto abstratos e simbólicos – como comemorações e feriados. Conforme veremos em detalhes, nestes lugares, a memória deixa de ser fluida e passa a fazer parte de uma história preferencialmente imutável, caracterizada pelo acúmulo do estoque material e simbólico daquilo que não é mais possível lembrar. Para Nora, a construção destes lugares auxilia o processo de consolidação da história oficial de uma sociedade ou nação, servindo de base aos mecanismos identitários de um povo.

Quanto a isto, é marcante que Nora pense a relação entre história e memória de forma peculiar: para ele, a memória já não mais existiria e, em seu lugar, surge a necessidade de se fazer história. É justamente neste contexto que os lugares de memória encontram sua razão de ser, já que com eles fica, de certa forma, viável compensar o que foi perdido através da acumulação de vestígios, testemunhos, documentos, discursos ou sinais do que se passou. Nesta medida, a obsessão pelo registro e pela acumulação de fragmentos do passado por meio de suportes mnemônicos teria transformado as memórias espontâneas em algo profundamente institucionalizado pela história, legitimando todo o discurso oficial que se constrói sobre determinada sociedade.

Temos, portanto, uma abordagem que, em muitos aspectos, caminha em sentido contrário a de Benjamin: para este, a construção da história é um processo criativo, enquanto que para Nora, trata-se de um trabalho fundamentalmente compensatório. É este o fio condutor da nossa análise e, com ele, almejamos demonstrar que, ao contrário de Nora, Benjamin pensa a história como algo a ser construído tanto pelo historiador quanto por seus ouvintes e leitores, em um exercício dialético e interminável. Isto conduz à ideia de que a construção histórica é sempre uma tarefa repleta de diferentes escolhas referentes tanto à forma de ser narrar quanto ao “que” e “quando” se narrar. Assim, entendemos que, em suas escolhas narrativas e argumentativas, tanto o historiador quanto os receptores de seu conhecimento são capazes de interpretar experiências, de forma a lançar nova luz sobre elas e permeá-las de marcas e vestígios que possibilitam a reconstrução daquela narrativa tradicional antes consolidada.

Walter Benjamin: o narrador

Benjamin foi um filósofo da primeira geração da escola de Frankfurt, escola que tinha como objetivo o desenvolvimento de uma teoria crítica da sociedade com base na filosofia de Marx. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo tendo o pensamento de Marx como pedra angular, a escola de Frankfurt entendia que o marxismo tradicional não era capaz de dar conta do contexto atual da sociedade e, por isto, buscava também estabelecer um diálogo com a sociologia antipositivista, com a psicologia e com outros pensadores das mais diversas áreas.

A obra de Benjamin é paradoxal sem ser contraditória, construindo-se a partir de uma ampla gama de temas. O autor atuou como tradutor, crítico de literatura e ensaísta e sua produção sempre tendeu para uma mescla entre a abertura artística, a beleza da poesia e a criatividade filosófica. Percebe-se, por exemplo, em suas concepções sobre a história, uma ruptura com formas tradicionais de escrita representadas pelo modelo linear de início, meio e fim, de forma que ele apresenta suas mais diversas concepções na forma de redes que se entrelaçam. Isso significa que, ao longo de sua obra, reflexões são colocadas de maneira fluída, permitindo e estimulando um exercício constante de construções e de elaborações. Porém, nada disso impediu que seu pensamento se inserisse dentro dos conhecidos rigores da ciência.

Teremos como base para a nossa discussão a ideia de Benjamin – presente tanto no conceito de narrativa quanto no de história – de que é possível estabelecer pontes entre o passado, o presente e o que está por vir, sem que para isso haja a postulação de um dado primário, um elemento bruto originário ou um significado anterior fechado em si mesmo que, assim, seria ressignificado a partir de determinado momento. Neste aspecto, depreendemos que a atividade do recordar não deve ser simplesmente entendida como uma forma de se reviver, mas sim como uma formulação constante, algo que contraria uma lógica da progressão linear e imutável da produção de conhecimento.

Com efeito, Benjamin elabora uma teoria da narrativa que se desenvolve por grande parte de sua obra, sobretudo, em dois textos específicos: “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012) e “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012). Neles, o filósofo aborda, de maneira mais incisiva, o relativo declínio da narrativa tradicional ou “a crise da transmissão e da transmissibilidade” que, a seus olhos, “caracteriza a modernidade – deduzida, em termos marxistas, a partir do desenvolvimento do capitalismo e da generalização da forma mercadoria” (GAGNEBIN, 2014, p. 27). Para Benjamin, esta crise da transmissão proporciona a ascensão de duas formas de se constituir e disseminar um saber fechado em si – a informação e o romance – entendendo-as como algo que pode vir a dificultar os processos de reconstrução e de constante ressignificação dos discursos delas advindos. A ascensão e a valorização das escritas meramente informativas e romanceadas são por ele vistas como peças-chaves para o processo de formação do mundo moderno.

Conforme mencionamos, Benjamin apresenta a hipótese de que a maneira tradicional de narrar experiências encontra-se em relativo declínio, de forma a ser cada vez mais raro encontrarmos pessoas que saibam narrar uma história devidamente. É “como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”. (BENJAMIN, 1936/2012, p.213). Assim, no ensaio “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012), ele apresenta algumas considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, considerado um representante das narrativas tradicionais. Seu intuito é estabelecer as diferenças entre a forma narrativa tradicional de transmissão de um saber e as formas personificadas pelo romance e pela informação que, em si, seriam uma maneira de se disseminar um conhecimento impermeável aos mais diversos vestígios. Neste sentido, Benjamin entende que, ao contrário do romance e da

informação, a narrativa é algo que nos permite distanciar do autor, no sentido de abrirmos possibilidades para as nossas próprias interpretações sobre o que está sendo narrado. Em contrapartida, o romance e a informação produzem um discurso que tende a se fechar sobre si mesmo, tamanha a ânsia pela exatidão da mensagem a ser transmitida.

No modelo narrativo, a proposta é manter vivos os processos de disseminação e de composição de histórias. Nele, o ato de narrar não corresponde exatamente à descrição de um passado ou de uma experiência tal como ela realmente se deu. Ou seja, não haveria um dado bruto ou prévio a partir do qual algo é narrado, mas sim, o desdobramento infinito de imagens, memórias e histórias. A fonte a qual recorrem os narradores é a experiência tal como acumulada ao longo de suas vidas e que passa de pessoa a pessoa absorvendo vestígios e marcas de cada narrador. A experiência, portanto, se constrói constantemente, abrindo o devido espaço para uma constelação de alternativas potenciais e infinitas de interpretações. Nesta metáfora da constelação, as estrelas seriam os vestígios, os fragmentos do passado que são interligados em figuras legíveis no presente produzindo diferentes e infinitas verdades. Gagnebin escreve sobre como Benjamin aborda o tema desta construção de uma constelação de narrativas históricas:

Benjamin já sugere que estes pontos isolados, os fenômenos históricos, só serão verdadeiramente salvos quando formarem uma constelação, tais estrelas, perdidas na imensidão do céu só recebem um nome quando um traçado comum as reúne. (...) Quando Robespierre cita a Roma antiga (Tese XIV), Benjamin vê nesta retomada, talvez inábil, o esboço de uma ligação inédita entre dois fenômenos históricos; graças a esta ligação, dois elementos (ou mais) adquirem um novo sentido e desenham um novo objeto histórico, até aí insuspeitado, mais verdadeiro e mais consistente que a cronologia linear (um pouco como esses jogos nos quais a criança deve interligar entre pontos esparsos no papel que, subitamente, revelam uma figura insuspeitada). Em oposição à narração que enumera sequência dos acontecimentos como as contas de um rosário, este procedimento, que faz emergir momentos privilegiados para fora do *continuum* cronológico, é definido, no fim das “Teses”, como a apreensão de uma constelação salvadora. (GAGNEBIN, 2013, p. 15)

Portanto, verificamos que o próprio passado é salvo a partir do estabelecimento desta constelação e, neste aspecto, cabe questionar se podemos traçar uma analogia entre o modo de produção e transmissão de uma narrativa e o processo de construção e transmissão do conhecimento histórico. Caso a resposta seja afirmativa, tal como depreendemos dos

escritos de Benjamin, poderíamos problematizar todo um historicismo tradicional que, ao longo dos últimos séculos, encarregou-se de produzir as chamadas histórias oficiais.

Com efeito, para Benjamin, salvar a história significa entender as múltiplas possibilidades de interpretações, combatendo cristalizações homogêneas de verdades absolutas e, assim, abrindo-se para a potencialidade do que se pode produzir a partir dos vestígios e dos restos. Demonstra-se com isso a importância do resgate dos vestígios e das ruínas na construção do saber e na transmissão de experiências. Ou seja, “ruínas”, “vestígios” e “detritos” são palavras que carregam uma carga semântica negativa, mas que na filosofia de Benjamin se apresentam enquanto objetos a partir dos quais uma criação é feita. De fato, o narrador acaba sendo incluído naquilo que transmite, já que “imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 221) e, com isto, chegam à tona as mais diversas marcas e vestígios que foram deixadas para trás e que podem muito dizer.

Através destes rastros é possível dar forma a um passado esquecido, construir experiências e fazer com que o novo advenha. Ao se juntar os fragmentos, as ruínas esquecidas e as marcas deixadas na argila do vaso, cria-se a possibilidade da salvação de um passado antes inacessível, abrindo-se um leque de múltiplas alternativas interpretativas para o que jamais é unívoco. Neste modelo, a narrativa historiográfica deixa de ser vista como algo rígido e imutável e passa a ser encarada como apenas uma das possibilidades dentre inúmeras outras que estão à espera do historiador para serem retiradas do limbo do esquecimento. E desta forma o passado é salvo: ele é construído pelo pesquisador a partir do presente e, assim, submetido ao processo histórico, ou seja, a própria ideia de verdade passa a ser entendida como algo que possui sua própria historicidade, não devendo jamais ser entendida como absoluta. Assim, através das relações que o autor traça entre passado, presente e futuro, a salvação da história fica ligada à possibilidade de resgatar e dar visibilidade às narrativas dos vencidos. Se, ao contrário, deixarmos para trás esses fragmentos e vestígios deteriorados ou não permitirmos a submissão do passado ao processo histórico, cristalizaremos e perpetuaremos a história dos vencedores e as formas de transmissão de saber fechadas e dogmáticas.

Portanto, percebemos que ao se juntar os vestígios, resíduos e marcas que sobram do passado, o narrador trabalha de maneira semelhante ao historiador descrito nas “Teses

sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940/2012). Trata-se de algo que discutiremos a seguir, enfatizando a ideia de que o processo de construção do saber histórico descrito por Benjamin acaba rompendo com os principais postulados da escola historiográfica tradicional que insiste em privilegiar o tempo homogêneo e vazio, bem como processo de resgate dos fatos históricos em detrimento da construção das narrativas sobre o passado.

No entanto, antes de entrar propriamente nesta discussão, gostaríamos de lembrar que na teoria de Benjamin existe certa beleza em forma de paradoxo. Este autor descreve a transição entre a forma aberta de se narrar – presente na narrativa tradicional e cujo representante é Leskov – e outras formas de transmissão que se encontram em ascensão e são carregadas de conclusões e explicações fechadas, tais como a informação e o romance. Para o autor, a ascensão dessas formas de transmissão e de narrativas transformou todo o campo das memórias e das escrituras. Contudo, essa transformação não é absoluta. A constatação de Benjamin no que se refere à ascensão destas formas fechadas de transmissão não desemboca em um viés completamente nostálgico ou negativista, mas sim, em uma caminhada para compreender melhor essas transformações.

Além disso, facilmente percebemos que a própria construção de sua obra é repleta das características de um narrador tradicional. Por conseguinte, a teoria narrativa que discute o relativo fim da forma tradicional de se narrar é também parte fundamental do pensamento de um autor que através de sua estratégia filosófica salva ou resgata a narrativa tradicional do limbo do esquecimento. Em sua obra sobre sua infância em Berlim, por exemplo, Benjamin (1938/1987) empreende um trabalho de busca a si mesmo através dos caminhos da alteridade e demonstra como o passado é resgatado por meio de construções que desembocam em diversas possibilidades de desdobramentos. Neste mesmo contexto, Sarlo (2013) também demonstra que Benjamin tinha uma capacidade ímpar de repetir e reconfigurar citações, sempre agregando a elas novas marcas e vestígios e, portanto, deixando claro que elas são inacabadas. Abria-se, assim, espaço para o advento de novas possibilidades criativas.

Walter Benjamin e suas teses sobre o conceito de história

O texto em que Benjamin formula suas teses sobre o conceito de história é um dos últimos por ele escrito. Publicado postumamente, o trabalho se apresenta como uma crítica

a um modo tradicional de se conceber o conhecimento historiográfico, de modo a problematizar duas tradições tidas como opostas, mas que do seu ponto de vista são complementares em muitos aspectos: o historicismo burguês e o determinismo materialista.

Segundo Gagnebin:

Benjamin, que, conforme sabemos por meio do depoimento de seu amigo G. Scholem, escreveu as teses sob o impacto do acordo de agosto de 1939 entre Stalin e Hitler, critica duas maneiras aparentemente opostas de escrever a história que, na realidade, têm sua origem em uma estrutura epistemológica comum: a historiografia 'progressista', mais especificamente a concepção de história em vigor na social-democracia alemã de Weimar, a ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível (Kautsky), concepção que, conforme demonstra Benjamin, provocará uma avaliação equivocada do fascismo e a incapacidade de desenvolver uma luta eficaz contra sua ascensão: mas também a historiografia 'burguesa' contemporânea, ou seja, o historicismo, oriundo da grande tradição acadêmica de Ranke a Dilthey, que pretenderia reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto. (GAGNEBIN, 2012, p. 7)

Entendemos que, em suas teses, Benjamin apresenta uma concepção de história simultaneamente teórica e política, além de deixar evidente as implicações que a construção deste conhecimento promove na vida dos indivíduos e da sociedade. Nesse texto, ele posiciona o historiador como um agente construtor do passado que articula de forma inseparável tanto sua interpretação quanto seu posicionamento político e ético. O que se propõe é uma história que vá além daquela apresentada pelos vencedores, buscando trazer à tona as possibilidades antes reprimidas, preenchendo lacunas vazias e valorizando a voz das resistências na luta política. Com isto, uma nova face é dada a esperanças antes frustradas.

Tal como demonstramos a respeito das narrativas, no conceito de história defendido por Benjamin, a relação entre passado e presente deixa de ser vista como uma ligação direta e passa a ser encarada na forma de uma constelação. Nela, fatos pretéritos deixam de ser entendidos sob uma ótica que tende à linearidade e ao progresso e passam a ser percebidos como construções que se dão no presente, possibilitando criações que vão além dos discursos oficiais e cristalizados. A partir deste entendimento, as narrativas e as histórias podem ser desnaturalizadas, deixando de possuir quaisquer status dogmáticos e abrindo-se às múltiplas interpretações que se encontram entre as dobras dos leques.

Portanto, para Benjamin, a história não deve ser encarada como linear, naturalizada ou imutável. Além disso, também podemos depreender que ele entende a história como

situada para além de um binarismo que inevitavelmente tende a certo maniqueísmo. Com efeito, percebemos através de suas teses a necessidade de se buscar as diversas camadas que se encontram esquecidas e que se situam sempre na zona situada para além de dois polos opostos.

Benjamin entende que a ideia de uma sistematização progressiva e linear de todo o saber humano culmina na oficialização e na cristalização deste saber. Daí a problematização da apologia ao progresso e, portanto, da compreensão do tempo histórico como uma progressão linear de fatos pretéritos com nexos causais que explicaria ou justificaria uma realidade social atual. Segundo Benjamin, “a ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia desse andamento deve estar na base da crítica da ideia do progresso em geral” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 249). Em outros termos, para o autor, essa sequência de causas e efeitos tende a sufocar os acontecimentos históricos dentro de uma estrutura rígida e fechada, na qual a variante histórica que triunfou é a única possibilidade cogitada. Isto só pode desembocar na limitação ou mesmo no impedimento da visão histórica em sua amplitude desejada e/ou possível. Neste contexto, o anjo da história, que Benjamin vê representado em um quadro de Klee chamado *Angelus Novus*, é um anjo que se volta para o passado, mas não vê nele uma cadeia de acontecimentos a serem recuperados. O que ele vê é um acúmulo de ruínas prontas a serem resgatadas, sendo tal resgate impensável dentro de um modo de se fazer história propriamente positivista.

Benjamin entende que a quebra da concepção desta ideia de progresso é um ato revolucionário. A partir da perspectiva de que o passado não se perdeu e que, pelo contrário, encontra-se a espera de sua salvação (na qual as vítimas do passado e as vozes caladas poderão obter sua rememoração histórica) e de que, portanto, a história é um conhecimento produzido a partir do tempo presente e repleto de “agoras”, o historiador passa a se colocar em uma posição na qual atua como um agente transformador da sociedade. Este agente transformador seria aquele capaz de romper com estruturas de poder e/ou discursos e memórias que se encontram naturalizados.

Assim, a construção do conhecimento historiográfico se emparelha à noção de origem que Benjamin trabalha na introdução da “Origem do drama trágico alemão” (BENJAMIN, 1925/2013). Para ele, o conceito de origem estaria atrelado ao fluxo do devir,

ao incompleto e ao inacabado: “a origem, portanto, não se destaca dos dados factuais, mas tem a ver com sua pré e pós história” (BENJAMIN, 1925/2013, p.34). Estes dados factuais sempre chegarão a nós de forma fragmentária e, portanto, precisam ser necessariamente problematizados. Nenhum retorno ao passado pode ser vivenciado de forma absoluta e, deste modo, compreende-se que um ocasional evento originário estará sempre ligado a correnteza do porvir. A origem, segundo Benjamin, é a pulverização crítica do evento originário e, através desta pulverização, abre-se a possibilidade para a salvação e para a construção de múltiplas narrativas que, em si, sempre serão transitórias.

Desta forma, compreende-se que Benjamin combate a história utilizada como instrumento de perpetuação de memórias e de cristalização de saberes, sempre elaborada em prol da manutenção de determinados *status* ou em benefício de determinadas classes e segmentos da sociedade. No seu entendimento, ela também pode se estabelecer como um local de conflitos e como uma fonte de criação que possibilite tanto o embate às memórias eternizadas e nunca revisitadas, bem como a emersão das memórias até então sufocadas pelo esquecimento. Nesta possibilidade aventada por Benjamin, a história não deve ser resgatada, e sim, construída e constantemente examinada.

Com efeito, para o historiador, mais importante do que apresentar conclusões seria colocar questões em evidência, o que acaba gerando certa reflexão da parte de seus interlocutores, afinal “nunca poderemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim” (BENJAMIN, 1938/1987, p. 104). Nesta perspectiva, importaria mais o modo como a história é constantemente organizada, o que ordenaria incessantemente o passado de acordo com novas configurações. Essas novas e constantes configurações modificam o presente e isto deixará o caminho livre para outras interpretações que poderão advir.

Daí o passado pode ser compreendido como um tempo vivo que não é encerrado em si próprio, só possuindo sentido em um contexto específico. Deste modo, Benjamin abandona o vazio do tempo de *Chronos* na construção do conhecimento histórico e se regozija na utilização do tempo de *Kairós* caracterizado pela temporalidade de natureza qualitativa, descontínua e pelo momento indeterminado e oportuno. Com isso, torna-se possível o salto do tigre que Benjamin traz à tona em suas teses. Salto este aonde

Robespierre busca ligar a revolução francesa ao império romano do ocidente se apropriando de um passado republicano da história da humanidade.

Neste aspecto, o ofício do historiador não pode ser visto como uma atividade meramente contemplativa. Ao se entender que o passado é formado a partir de sua relação com o presente e que o tempo utilizado nesta construção é o de *Kairos*, entende-se a conexão entre a escrita da história, a política e a própria vida da sociedade. A partir do momento em que se entende que futuro, presente e passado estão abertos e que o futuro é capaz de retirar dossiês “perdidos” do ostracismo, o discurso histórico que triunfou deixa de ser o único possível. Deste modo, a produção do conhecimento histórico torna-se inseparável de um constante fazer social, político e ético.

Benjamin e Nora entre a compensação e a criação

A partir deste exame da obra de Benjamin, percebemos que seu conceito de história em muito se distancia do de Nora. A proposta agora é contrapor uma teoria à outra, objetivando verificar o quanto a postura saudosista e compensatória de Nora contrasta com o que podemos qualificar de visada propriamente criativa de Benjamin a respeito do ofício do historiador.

Conforme já destacamos, através da leitura de “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, entendemos que, de acordo com Nora (1993), os lugares de memória constituem peças-chaves nas tentativas de se formalizar uma história cristalizada e oficial. Isto se justifica pela ênfase dada ao fato de que o processo de reconstrução de memórias pode ser apropriado pelo Estado que, através dos arquivos, celebrações, monumentos e demais dispositivos, vem a legitimar a questão identitária de uma nação, bem como o seu passado. Ao contrário de Benjamin, Nora não toca na questão de que os vestígios vinculados a estes locais de memória teriam a potência de tornar a memória e história fluidas: para ele, os lugares de memória serviriam mais à intenção de perpetuar o passado de um povo que, com isto, passaria a ter uma história em comum.

Segundo Nora, o passado encontra-se definitivamente morto, sendo justamente esta morte a razão do ímpeto tão característico da sociedade atual de circunscrever os mais diversos lugares aos vestígios que ainda restaram. A construção destes lugares promoveria, portanto, certo sentimento de continuidade com o passado esfacelado, compensando toda a

fluidez própria ao mundo moderno, bem como o caráter eminentemente efêmero da vida contemporânea: “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares”, afirma Nora (1993, p. 8) com certo tom saudosista.

Daí a oposição entre memória e história tão presente em sua teoria. A memória é situada como aquilo que um grupo carregou consigo, algo que estava em permanente evolução, aberto a sucessivas deformações e vulnerável às mais diversas manipulações. Já a história só surge a partir da perda desta memória, vindo de certo modo compensá-la. Neste aspecto, a produção da história é tida como um processo de reconstrução do que não existe mais, reconstrução qualificada como “problemática e incompleta” (NORA, 1993, p.9), posto que inevitavelmente demanda análise e discurso crítico. Ademais, tida como o resultado de uma operação propriamente intelectual, a história acaba promovendo a deslegitimação do passado vivido. Ou seja, com o fim da memória e a conseqüente ascensão da história, o homem deixa de viver na intimidade da primeira para existir sob o olhar da segunda que – de acordo com o autor – nunca é autêntica, posto que reconstruída.

Claro está que o processo de construção dos lugares de memória sempre envolve uma deformação ou transformação dos vestígios, constituindo-se, portanto, como um trabalho criativo. Quanto a este aspecto, podemos até dizer que a teoria de Nora, de certa maneira, se aproxima dos apontamentos de Benjamin, salvo pelo fato de que, para o primeiro, o mecanismo em questão acaba culminando em uma petrificação ou cristalização mnêmica. Em outros termos, no texto de Nora, há a intenção subjacente à construção histórica de que a memória reconstruída se mantenha viva pelo maior tempo possível, perpetuando-se através dos lugares que lhes são consagrados. Tudo isto em vistas a legitimar os processos identitários que se fazem em uma sociedade.

Em suma, depreendemos que se trata aqui do trabalho de tentar compensar uma perda, trabalho este que se justifica pelo tamanho saudosismo que se tem do que se acabou. Lamenta-se o fim dos rituais e demonstra-se certa intenção em se pagar uma dívida com nosso passado, de forma a mantê-lo vivo a qualquer custo. Ora, fica perceptível que este ideal nostálgico em muito contrasta com a proposta benjaminiana, muito mais interessada em enfatizar aquilo que se perde ou se interrompe no processo histórico: para Benjamin, mais importante do que compensar qualquer coisa é olhar sempre para a frente.

É justamente para esta afirmação que convergem alguns apontamentos de “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012). Com efeito, Benjamin aventa a possibilidade de positivarmos o declínio da experiência – ao invés de pranteá-lo – para verificarmos o que daí pode advir. Assim, ao invés de contrabalançar uma perda, pode ser interessante renunciarmos ao passado, possibilitando uma abertura para um futuro sempre incerto. Deste modo, a partir de uma espécie de tábula rasa, algo de novo pode ser criado e, por isto, o elogio que ele faz a Klee, Scheebart e Bauhaus, cada um, a seu modo, elogiando o novo e tentando abrir mão de quaisquer posturas saudosistas.

De fato, quanto mais o sujeito lamenta o término de algo menos ele se abre à novidade. Assim, ao positivar o relativo declínio de toda uma tradição, o pensamento benjaminiano encontra os alicerces necessários para formular um conceito de história fortemente marcado por uma dimensão criativa. Segundo o nosso entender, isto contribui para uma nova visada a respeito de alguns temas caros ao pensamento filosófico, sobretudo, à problematização que ele faz do conceito de verdade. É para este ponto – por outras vezes insinuado ao longo do artigo – que nos voltaremos à guisa de conclusão.

Conforme evidenciamos nas seções anteriores sobre Benjamin, nos domínios da história e da narrativa, seria incorreto supor a existência de uma única interpretação para algo. Nesta medida, tanto a construção de uma narrativa quanto o próprio ofício do historiador carregam um caráter inconclusivo e, portanto, sugerem as mais diversas possibilidades de continuação e de criação, o que contraria quaisquer pretensões a conclusões ou reflexões homogêneas. Tal aspecto nos leva a entender que os trabalhos do narrador e do historiador possuem como base todo o dinamismo próprio aos atos de lembrar e esquecer. Em outros termos, o ato do esquecimento é necessariamente parte integrante dos processos narrativos e históricos e neles adquire o potencial de possibilitar a emergência do novo. Ao encararmos o esquecimento desta forma, nos afastamos de quaisquer posturas que conduzam à homogeneidade e positivamos a história como um espaço de criação, sempre capaz de produzir algo de novo.

Ora, o tema do esquecimento também é objeto da teoria de Nora. No entanto, ao contrário do que se passa em Benjamin, ele é fortemente negativizado, configurando-se como aquilo que deve ser necessariamente evitado. Isto pode ser verificado quando o autor coloca que há uma perda de memória no princípio de todo o processo histórico. Ou seja, o

que justifica toda a construção dos lugares de memória é o esquecimento de um passado, uma sociedade já incapaz de lembrar-se de uma tradição da qual só sobraram ruínas. Todavia, ao invés de positivar este esquecimento – tal como o faz Benjamin –, Nora se empenha em estudar como ele pode ser remediado. Com isto, abre-se espaço para a intenção de se construir uma história oficial que não passaria de mera representação do passado perdido, como se fosse imprescindível tentar restituí-lo como exatamente foi.

É justamente por haver esta intenção subjacente ao texto de Nora que podemos demonstrar o quanto ele ainda se encontra preso à ideia de uma verdade. Nele, há a intenção de se produzir uma história que se pretenda verdadeira, embora ele próprio reconheça que qualquer construção histórica é inevitavelmente problemática e incompleta. De maneira oposta, há em Benjamin uma relativização do conceito de verdade. Em suas “Teses”, por exemplo, ele afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1940/2012, p. 243). Nesta medida, entende-se que o ato de esquecer necessariamente atua no trabalho de constituição das memórias pessoais e coletivas (GONDAR, 2000) e, com isto, a própria ideia de verdade se perde. Temos, em Benjamin, trabalhos de transmissões de narrativas e de construções de histórias necessariamente inconclusivos e inacabados. A partir deste corte, abre-se espaço para que se produzam as mais variadas interpretações sobre o que é narrado ou difundido pela história.

Desta maneira, observamos que para Benjamin, o conceito de verdade é sempre aberto e, portanto, distante de absolutizações. Ou seja, seu modo de conceber a história em nada tem a ver com a pretensão ou intenção de contá-la como ela “realmente foi”. O historiador e o narrador não são aqueles que colhem verdades já prontas, mas sim, aqueles que as constroem e as significam a partir do presente pela valorização das marcas e vestígios. Em outros termos, eles são aqueles que deixam no corpo da história a marca de seus dedos, e principalmente aqueles que a problematizam, desnaturalizando concepções já há muito estabelecidas.

Neste sentido, o autor prefere optar sempre por valorizar as mais diversas constelações de verdades e de conhecimentos construídos, a serem sempre repensados e nunca cristalizados. Assim, podemos até mesmo dizer que, para Benjamin, o próprio

conceito de verdade não é uno, de forma que a verdade deva ser constantemente revisitada e repensada, como forma de afastá-la de um status dogmático e eterno. O autor acredita que “quem alguma vez começou a abrir o leque da memória não alcança jamais o fim de seus segmentos; porque descobriu que o leque pode desdobrar-se e que a verdade reside em suas dobras” (SARLO, 2013, p. 43). Destaca-se, com isto, que para quem optou pela estrada não dogmática da busca pela verdade, existe um caminho infinito que se abre a cada busca, a cada pergunta e a cada narrativa. Nesta concepção, a busca pela verdade se faz de maneira interminável e sempre inacabada, já que seus sentidos se cruzam na forma de redes, ocasionando entrelaçamentos, conflitos e rupturas e gerando novos e múltiplos sentidos.

Por isso, se tivermos em mente o pensamento de Benjamin, o termo “verdade” jamais deveria ser empregado na forma singular. Para ele, existem verdades, múltiplos caminhos, infinitas possibilidades e buscas intermináveis. Deste modo, a memória do narrador ou o saber construído pelo historiador são – ou deveriam ser – objetos de constantes revisitações sob pena de se tornarem fechados em si, permeados de verdades absolutas e para sempre cristalizadas. Portanto, pretendemos demonstrar que a construção do conhecimento historiográfico deve abrir mão da busca por conclusões propriamente ditas. Caberia a este conhecimento levantar uma série de questões a serem constantemente retomadas e ao historiador caberia seguir essas questões tendo sempre em vista a imprevisibilidade da história, buscando acabar com a oficialização do passado e, através da busca por vestígios, fazer tanto do passado como do presente um leque infinito de possibilidades. A partir daí criam-se novos caminhos que permitirão a construção de uma história sempre aberta, distante da dogmatização de seu objeto de estudo e a formação de pesquisadores mais conscientes das implicações materiais éticas, sociais e políticas do seu ofício.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 114-119. (original publicado em 1933)
- _____. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 197-221 (original publicado em 1936)

- _____. Infância em Berlim por volta de 1900. In: *Obras escolhidas II*: Rua de mão única. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho & José Carlos Martins Barbosa. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 66-134. (original publicado em 1938)
- _____. *A origem do drama trágico alemão*. Tradução João Barrento. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (original publicado em 1925)
- _____. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*: magia e técnica, arte e política. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 222-233. (original publicado em 1940)
- GAGNEBIN, Jean Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*: magia e técnica, arte e política. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 7-19.
- _____. *História e narração em Walter Benjamin*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.
- _____. *Limiar, aura e rememoração*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: GONDAR, Jô. & COSTA, Icléia. (Orgs.) *Memória e Espaço*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 35-43.
- NORA, Pierre. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- SARLO, Beatriz. *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE HISTÓRICA: A ÉTICA NA CONSTITUIÇÃO DA FIGURA DE FRANCISCO LISBOA COMO HISTORIADOR

AUTHORITY AND HISTORICAL RESPONSIBILITY: THE ETHICS IN THE CONSTITUTION OF FRANCISCO LISBOA'S FIGURE AS A HISTORIAN

Jussara Rodrigues da SILVA*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir como a ética foi um elemento importante nas discussões em torno da constituição da figura do historiador no Brasil oitocentista. Aqui, nos interessa, sobretudo, a relação entre princípios éticos e autoridade dos relatos produzidos pelos historiadores brasileiros naquele contexto. Como exemplo dessa relação, trazemos para primeiro plano a historiografia de Francisco Lisboa, conhecido como Timon, procurando demonstrar de que forma este autor explorou aspectos morais de seu trabalho de modo a garantir a autoridade de seus escritos. Argumenta-se que, através de problemas éticos como a seleção dos acontecimentos a serem narrados e do ponto de vista adotado pelos historiadores ao narrá-los, Timon reivindicou para si a autoridade de sua historiografia por meio da sua responsabilidade histórica.

Palavras-chave: Autoridade; Responsabilidade Histórica; Francisco Lisboa; Ética; Brasil Oitocentista.

Abstract: This paper aims to discuss how ethics was an important element in the discussions about the constitution of the historian's figure in Brazil in the 19th century. Here, we are interested, above all, in the relationship between ethical principles and the authority in the reports produced by Brazilian historians in that context. As an example of this relationship, we bring to the foreground the historiography of Francisco Lisboa, known as Timon, trying to demonstrate how this author explored the moral aspects of his work to guarantee the authority of his writings. It is argued that using ethical problems, like the selection of events to be narrated and from the point of view adopted by historians in narrating them, Timon claimed for himself the authority of his historiography through his historical responsibility.

Keywords: Authority; Historical Responsibility; João Francisco Lisboa; Ethics; Brazil 19th century.

Introdução

* Mestre em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG – Brasil. Email: jussararodriguesdasilva@gmail.com. Este artigo é uma parte modificada de minha tese de doutorado em desenvolvimento na Universidade Federal de Ouro Preto sob a orientação do Prof. Dr. Valdeci L. Araújo. A pesquisa contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A constituição da figura do historiador no Brasil oitocentista é uma questão central quando se pensa no desenvolvimento e nas características da historiografia produzida no país naquele contexto. A atenção em torno da produção historiográfica nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, suscitou um leque de problemas historiográficos que vão além das características restritas à esta instituição. O alargamento do estudo da historiografia produzida em outros espaços e direcionada a diferentes públicos leitores nos ajuda a tecer a complexa teia de elementos que compuseram a figura do historiador brasileiro oitocentista, com a sua variedade de formas, heranças e tradições.

O historiador que trazemos aqui, para primeiro plano, é Francisco Lisboa. Conhecido pelo seu trabalho histórico exemplificado no *Jornal de Timon*, o maranhense, embora se considerasse um aspirante nas lides historiográficas, colocou questões complexas para os seus pares que, ainda nos dias de hoje, são também as de todos os historiadores. O que se devia e podia lembrar? O que se devia esquecer? Quais fatos mereceriam a atenção do historiador? E que fatos interessariam às mulheres e homens daquele tempo? Todas essas perguntas compuseram um repertório de dúvidas e anseios de Francisco Lisboa ao publicar o seu *Jornal de Timon* tendo como objetivo maior a reforma dos costumes da sociedade maranhense de meados do século XIX por meio da história. Com isso, às perguntas sobre o que devia conter a sua historiografia, colocava-se o problema de como escrevê-la de modo a garantir a efetividade de seu projeto e conferir credibilidade ao seu trabalho.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir como a ética foi um elemento importante nas discussões em torno da constituição da figura do historiador no Brasil oitocentista. Aqui, nos interessa, sobretudo, a relação entre princípios éticos e autoridade dos relatos produzidos pelos historiadores brasileiros naquele contexto. Como exemplo dessa relação, trazemos para primeiro plano a historiografia de Francisco Lisboa, conhecido como Timon maranhense, procurando demonstrar de que forma este autor explorou aspectos morais de seu trabalho de modo a garantir a autoridade de seus escritos. Para tanto, nosso trabalho dialoga com a problemática do lugar e função da história e do historiador no Brasil do XIX e de como a compreensão de ambos estava ligada às escolhas e aos limites estabelecidos por Francisco Lisboa em seus estudos históricos. Argumenta-se que, através de problemas éticos como a seleção dos acontecimentos a serem narrados e do ponto de vista adotado pelos historiadores ao

narrá-los, Timon reivindicou para si a autoridade de sua historiografia por meio da sua responsabilidade histórica.

As funções da história e as escolhas do historiador

A determinação das funções atribuídas por Francisco Lisboa à história está aqui relacionada à autoridade do seu relato. Para ele, a história carregava uma função pragmática, sendo capaz de fornecer lições úteis aos homens no presente. Não é por acaso que boa parte dos textos biobibliográficos produzidos sobre a sua historiografia destacam a sua postura como um pedagogo, que buscou no estudo do passado os exemplos que pudessem servir de estímulo para as mudanças no seu presente. Porém, quando falamos do caráter pragmático da escrita da história no *Jornal de Timon* não estamos tratando apenas de uma continuidade com a concepção antiga de história (KOSELLCEK, 2006, P. 41-60). Francisco Lisboa entendia que a ideia de uma história mestra da vida era mais pretensiosa do que verdadeira, defendendo que ainda que:

(...) as diversas fases da existência do gênero humano se reproduzam a espaços, geradas e reconduzidas constantemente pelas mesmas paixões, as circunstancias, todavia variam e se disfarçam por tal modo sob os acidentes externos dos fatos, que escapam de ordinário à observação mais perspicaz, e tornam a lição erudita do passado inteiramente inútil como precaução para o presente e para o futuro (LISBOA, 1865, p. 510-511).

Nesse sentido, sua concepção mantém o aspecto pedagógico da história, mas sem pretender o sentido edificante do topos antigo ao postular que

O ensino da história resulta, portanto, mas é da infusão dos sentimentos de justiça e de moral, da aprovação e louvor constante do bem, e da condenação inexorável do mal. Radicando-se profundamente nos ânimos, e perpetuando-se de uma a outra geração, estas noções servem a prevenir, e tornam difícil, senão impossível, o regresso aos erros e crimes do passado (LISBOA, 1865, p. 510-511).

Assim, vemos que para ele o estudo da história deveria cumprir com a prerrogativa da “infusão de sentimentos” para que presente e futuro fossem diferentes do passado, eliminando pelos exemplos negativos as ações contrárias a toda defesa da justiça, da moral e do bem. O ensino da história, para o maranhense, então, se apresenta

como caminho para a confrontação do mal pelo incentivo do bem. Em virtude dessa função atribuída à história, também se colocava para Francisco Lisboa a necessidade de estabelecer a posição do historiador, especialmente, o ponto de vista sob o qual a história deveria ser escrita.ⁱ

Um dos pontos que diferenciava a historiografia de Francisco Lisboa perante outros discursos produzidos no Maranhão era, segundo ele, tê-la escrito sob um ponto de vista “atual”, o que significava dizer que as suas escolhas estavam em conformidade com os interesses e necessidades da sociedade maranhense da década de 1850. Se analisarmos a concepção que permite a reunião dos diferentes textos que compõem o *Jornal de Timon* veremos que esse ponto de vista era, sobretudo, moral. A expressão dessa afirmação está em um dos meios mais significativos pelos quais o historiador indica a sua posição frente à sua realidade: a seleção dos materiais.

A definição do que deve ou não ser objeto da atenção dos historiadores e, assim, dos seus leitores é um ato moral. A escolha dos acontecimentos, então, implica que aquilo de que se trata é importante. É preciso, pois, entender o processo de produção do conhecimento histórico também como resultado do que Marc Bloch chama “escolhas do historiador”, a seleção dentro de um emaranhado de opções a serem narradas. (BLOCH, 2001. p. 51-52). Paul Veyne, a partir da noção de trama, chama a atenção para a dependência do fato em relação à trama escolhida pelo historiador. Um fato por si só “não é nem interessante, nem o deixa de ser” (VEYNE, 1982, p. 28). Nesse sentido, o historiador direciona o olhar do leitor para aquilo que ele, a partir de seu ponto de vista, considerou que tivesse maior utilidade para as demandas que se apresentavam. Partindo das análises de Koselleck sobre a simultaneidade, Evandro Santos defende que “a dimensão eminentemente ética da historiografia talvez resida justamente na seleção feita quando do trabalho com as três faces da temporalidade” em que os historiadores, na eleição de suas formas de relacionamento com o tempo, determinam “acentos escolhidos em uma infinidade de possibilidades de se escrever a história” (SANTOS, 2010, p. 07).

A escolha dos temas e dos fatos a serem tratados no *Jornal de Timon* seguiram aquele ponto de vista atual, preocupado com o potencial pragmático da história. Nesse sentido, é fortuito trazermos a posição de Francisco Lisboa em relação a alguns deles. Um dos fatos que mereceu a atenção dos historiadores brasileiros no oitocentos e foi

objeto de disputas historiográficas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o descobrimento do Brasil e seus primeiros exploradores.

A divisão dos *Apontamentos para servirem à história do Maranhão*, um dos folhetos que integram o *Jornal de Timon* e que trata exclusivamente sobre o período colonial, não segue uma ordenação unicamente cronológica ou temática, mas inicia a sua publicação com o descobrimento. Nos parece que a opção de Timon fora adotar um princípio comum para introduzir os assuntos que considerava mais importantes dentro do seu trabalho. Porém, esse capítulo primeiro demarca a sua posição frente ao debate sobre a seleção dos fatos. Assim, chama a atenção a crítica que ele faz às disputas entre historiadores e cronistas quanto à verdade sobre quem foi o primeiro navegador a chegar na região que depois se tornaria o Brasil ou sobre quem foram os primeiros navegadores e as primeiras expedições na região do Maranhão.

Seja como for, não nos parece ponto digno de averiguar-se, à custa de tão laboriosas investigações, qual destes ousados aventureiros se mostrou primeiro e tão de passagem nestas regiões; que não é grande o seu mérito deles, nem dos corsários e piratas que depois infestaram as mesmas paragens, em andarem velejando ao longo da costa, e tomarem terra em uma ou outra enseada, para se refazerem do quebramento e cansaço da viagem, deixando por único rasgo e memória de sua passagem, erigida alguma tosca cruz de madeira, ou cravado algum marco de pedra na plaga deserta e abandonada (LISBOA, 1865, V. II, p. 30).

A crítica de Timon aponta, por um lado, o seu posicionamento sobre a situação de abandono em que durante muito tempo ficou a região do Maranhão até que se estabelecesse a ocupação definitiva, mas, por outro, revela a sua inclinação com relação aos eventos que seriam e deveriam ser objeto do historiador. Como podemos ver no trecho destacado, para Timon, mais importante do que definir quem fez era definir o que fez e como. Foi em torno de fatos relacionados ao problema da civilização que a historiografia de Timon se dedicou. Para ele, os cronistas e historiadores dedicaram muito tempo com “pueris discussões” deixando de ocuparem-se mais detidamente “às empresas verdadeiramente dignas de memória” como as ações dos “homens de gênio e ciência” que se caracterizaram pela “posse permanente com ânimo de povoar, cultivar e civilizar o país descoberto” (LISBOA, 1865, V. II, p. 30).

Timon entendia que esse era um dos méritos do seu trabalho, pois a história que havia disponível aos maranhenses padecia por não terem feito os cronistas e historiadores do período colonial a seleção dos temas adequados. Tal nota, então, uma

predileção naqueles trabalhos no que concerne aos assuntos relacionados às guerras e violência. Ele faz questão de destacar como o tema parecia ser o único assunto de interesse daqueles que escreviam sobre o Brasil. Os historiadores e cronistas portugueses, ele segue, tratando de um país “essencialmente agrícola e industrial”, enchiam os seus livros com as guerras e conquistas, “fazendo contínuo alarde das armadas, fortalezas, tropas, expedições e combates intermináveis” (LISBOA, 1865, V. II, p. 45). A tendência se verificava não apenas em relação ao passado nacional, mas também em relação ao Maranhão.ⁱⁱ

É com base na mesma inclinação que Timon tece a sua crítica aos historiadores que o precederam. Era o caso da obra de Berredo, cujo assunto principal e quase exclusivo seriam as guerras e conquistas, aparecendo notícias sobre agricultura, costumes, população e comércio por “uma simples casualidade” ou na medida em que podiam esclarecer ou explicar algum ponto relacionado aos temas principais (LISBOA, 1865, V. II, p. 11). Gayoso era outro que Timon não recomendava por seu “amor da humanidade” por defender o emprego da violência para “acabar” com os índios e o uso da escravidão para índios e negros (LISBOA, 1865, V. II, p. 21). A esses se juntaria o opúsculo do coronel Lago, que teria seguido ambos os autores. Nosso autor não deixa de demonstrar o seu desapontamento e, ao mesmo tempo em que critica a opção de seus predecessores pela escolha de temas ligados a violência, apresenta a sua posição sobre que tipo de história seria compatível com o seu projeto. Para tanto, Francisco Lisboa nota que

todos eles andavam apostados a escrever somente de guerras estrangeiras ou tumultos civis, não lhes passando sequer pela ideia que o desenvolvimento gradual, posto que vagaroso, da nossa civilização colonial, fosse um assunto tão histórico como qualquer outro, e onde o espírito curioso e indagador acharia uma ampla messe de fatos, e um campo vastíssimo para observações. (LISBOA, 1865, V. II, p. 22).

Timon, dentro de um quadro vasto de assuntos que poderiam compor o seu *Jornal*, seleciona, escolhe, determina aqueles que poderiam servir de lições para o seu presente contribuindo para o seu desenvolvimento civilizacional. Assim, podemos pensar na justificativa que ele dá para a decisão de escrever uma história das eleições da antiguidade aos tempos modernos. Segundo ele, os leitores na “notícia sobre os costumes eleitorais de alguns povos antigos e modernos” encontrariam, “nos ditos, rasgos, ações e personagens”, a “matéria para sisudas reflexões, e picantes aplicações”

(LISBOA, 1864, V. I, p. 08). Dessa forma, os seus escritos, através da seleção adequada dos temas, tornariam possível que ele concretizasse o seu objetivo de extrair e copiar “transformando e aplicando as cópias e as coisas aos homens do seu tempo” (LISBOA, 1864, V. I, p. 13).

A função da história determina, assim, uma responsabilidade do historiador quando a escreve que se estende desde a escolha dos materiais até a sua transformação em narrativa. Essa relação, quando analisamos a historiografia de Francisco Lisboa, fica sobremaneira evidente na nota sobre a escravidão e a *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Ela será aqui retomada não com a preocupação de exaurir os argumentos dos dois autores sobre o princípio da escravidão em si, mas nas indicações que a crítica de Francisco Lisboa ao posicionamento de Varnhagen nos dá sobre a aquisição de uma autoridade para si baseada em sua responsabilidade histórica.

Escrever a história sob o ponto de vista moral: a crítica de Timon a Varnhagen

Francisco Lisboa, o Timon maranhense, e Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, protagonizaram uma intensa polêmica intelectual em torno do problema da escravidão. Iniciada com a publicação da Nota C no *Jornal de Timon*, a polêmica se estendeu e se ampliou até tempos depois da morte do historiador maranhense entre o visconde de Porto Seguro, seus aliados e alguns defensores de Timon. Intitulada “*Sobre a escravidão, e a - História Geral do Brasil - pelo Sr. Varnhagen*”, a nota tinha como objetivo justificar a mudança de posicionamento de Francisco Lisboa em relação ao exame que este havia feito sobre os indígenas na primeira parte de seu trabalho. Porém, a sua publicação e o seu conteúdo podem ser explorados a partir de diferentes questionamentos, pois ela toca em uma ampla gama de problemas que se apresentavam aos historiadores brasileiros no Oitocentos.

O nosso objetivo, ao retomar a nota publicada em 1858, é demonstrar a posição de Francisco Lisboa no debate sobre a dimensão moral do trabalho do historiador na sociedade por meio da discussão em torno da responsabilidade da escrita da história. Para ele, a história possuía uma “missão augusta e sacrossanta”, “cuja indulgência e compaixão, condenável sempre em relação aos algozes, mesmo para com as vítimas nunca deve ir até o silêncio” (LISBOA, 1865, V. III, p. 511). Tal concepção é mais evidente na sobredita nota. Isso porque ela é uma crítica dura ao papel desempenhado

por Varnhagen ao propagar a instituição escravidão em uma obra histórica como se depreende das palavras de Francisco Lisboa que reproduzimos abaixo:

Os deveres imperiosos que esta convicção nos impunha não consentiam que, expondo as ideias que nos parecem as únicas verdadeiras, deixássemos de combater vigorosamente os erros opostos. A dissimulação destes erros, ao tratarmos de um assunto que tem sido objeto especial da nossa atenção e estudo, sobre afetada em si, obstaría por outra parte a que rendêssemos o devido tributo de admiração ao grande e perdurável monumento que na História Geral acaba de elevar-se a literatura brasileira. O silêncio da censura implicaria necessariamente o do louvor; e com todos os seus perigos, a franqueza pareceu-nos preferível na dupla face do nosso juízo (LISBOA, 1865, V. III, p. 511).

A crítica se estabelece a partir de uma dupla estratégia que remete ao uso da retórica. A argumentação desenvolvida por ele não é puramente lógica, mas envolve também o questionamento moral daquele que argumenta. Assim, ele faz uso do *argumentum ad personam* (preocupado com a desqualificação do adversário) e do *argumentum ad hominem* (desqualifica argumentos de adversários específicos), este comum nos debates políticos. Os dois tipos de argumento, como ressalta José Murilo de Carvalho, “facilmente se confundem, uma vez que desqualificar um argumento desmoraliza seu autor” (CARVALHO, 2000, p. 141). Dessa forma, Francisco Lisboa procura demonstrar os motivos pelos quais nenhum tipo de escravidão deveria ser incentivado. Para isso, contudo, fazia-se necessário um movimento inicial de sua parte. Era preciso reconhecer que errara, ser sincero, voltar atrás e corrigir a si mesmo. Não por acaso, um dos percursos efetuados na carta é a refutação que ele faz de seus argumentos anteriores.

Em 1858 foram publicados em Portugal os números onze e doze do *Jornal de Timon*. Com os novos números, os leitores acompanharam não apenas os resultados das novas pesquisas e estudos empreendidos por Francisco Lisboa como historiador no exterior, mas também um novo posicionamento que o levou a rever os seus argumentos e a promover uma extensa refutação de suas ideias. Segundo ele, em virtude dos novos estudos no exterior e as pesquisas em presença dos novos documentos o fizeram modificar muitas das ideias apresentadas na primeira parte (LISBOA, 1865, V. III, p. 465). Tanto que na segunda parte, dedicada a tratar da legislação restante sobre a

escravidão indígena como também da escravidão africana ele assume uma postura diferente e se aproxima das ideias indianistas, como as defendidas por Gonçalves Dias.

Por um lado, ele demonstra que “entre nós a escravidão, desbastando e cultivando o solo, promoveu o desenvolvimento da riqueza”, por outro lado, continua, “este resultado nunca foi geral nem permanente” e “encarada por esta só face a funesta instituição trouxe sempre de companhia com os seus pretendidos benefícios amargas e dolorosas compensações” (LISBOA, 1865, V. III, p. 142). A escravidão, para ele, não só não civilizava o escravo como “barbarizava” e corrompia o senhor. Uma vez, continua, ela facilitava a mescla de raças e “abastardeava” a classe mais nobre, juntando na “organização da sociedade a todos os embaraços das classes todos os perigos das castas” (LISBOA, 1865, V. III, p. 142). A escravidão não é vista apenas como um problema, mas como um crime que foi legado pelo passado e que os homens de seu tempo não tinham sido capazes de resolver. Os homens do tempo de Timon, assim como ele próprio, eram, em seu entender “herdeiros forçados da escravidão africana”, instituição esta que estaria sendo “ensaiada” novamente com os índios e compondo novas páginas desse “livro funesto” que os seus antepassados “escreveram com sangue” (LISBOA, 1865, V. III, p. 147).

A refutação de suas próprias ideias não foi a única motivação da nota. Ele também considerava de sua responsabilidade retificar aqueles que as estivessem reproduzindo e disseminando. É aí que entra a sua crítica a Varnhagen. Segundo Timon, suas ideias não apenas foram apresentadas por aquele na primeira edição da *História Geral do Brasil* como foram, na segunda edição, desenvolvidas de uma forma que “não só justifica os colonizadores, e condena os indígenas, como propõe formalmente o emprego da força, da guerra, e da escravidão para converter e civilizar as tribos selvagens que ainda restam, relíquias das antigas devastações” (LISBOA, 1865, V. III, p. 465-466). Diante disso ele afirma que não podendo “aceitar esses pretendidos meios de civilização, que considerava “tão iníquos como funestos”, julgava conveniente, “no interesse da história pátria, aproveitar a oportunidade para fazer o seu exame e refutação” (LISBOA, 1865, V. III, p. 466).

Há na crítica de Timon a Varnhagen elementos importantes para entender o seu *Jornal*. Se, por um lado, ele demonstra contradições ao justificar, em um primeiro momento, a violência praticada contra os indígenas e depois modifica a sua posição, por outro, o critério por meio do qual interpreta essa parte do passado colonial é o mesmo: o

da justiça e da moral. Foi assim que ele pôde defender os portugueses quando as evidências encontradas o levaram a creditar todo tipo de imoralidade por parte dos indígenas e ações civilizacionais por parte dos portugueses. No entanto, uma vez que os próprios documentos oficiais relatavam a “barbárie da civilização”, por meio da corrupção, dos excessos, da imoralidade dos colonos, era preciso fazer “justiça” aos índios e reescrever aquelas páginas da história.

Timon não condena somente o uso da violência, mas a sua prática pela forma institucional da escravidão e, conseqüentemente, a necessária condenação daqueles que a defendiam. É, precisamente, dessa forma, que Timon passa a discutir a questão a partir do pensamento de Varnhagen expresso na *História Geral*. Ele dá o primeiro passo, pois a seu ver como havia levantado o problema era de sua responsabilidade discuti-lo, mas esperava ainda que o historiador sorocabano se pronunciasse “reconhecendo” a impertinência da defesa de tal instituição.

Varnhagen afirma em sua *História Geral* a necessidade da escravidão como medida para alcançar-se a civilização.ⁱⁱⁱ Em suas palavras: “A escravidão e a subordinação são o primeiro passo para a civilização das nações” e que dessa forma:

“Assim longe de condenarmos que se fizesse uso da coação pela força para civilizar os nossos Índios, estamos persuadidos que não era possível haver empregado outro meio; e que dele havemos ter que lançar mão nós mesmos, em proveito do país, que aumentará seus braços úteis, em favor da dignidade humana, que se vexa em presença de tanta degradação, e até em benefício desses mesmos infelizes, que ainda quando nas nossas cidades passassem à condição em que se acham os nossos Africanos, viveriam nelas mais tranquilos e mais livres do que vivem, sempre horrorizados na sua medonha liberdade dos bosques, temendo a cada momento ser apanhados e trucidados por seus vizinhos” (VARNHAGEN, 1867, p. XXI).

Antônio Henrique Leal, principal biógrafo de Francisco Lisboa, afirma que ele pretendia escrever uma grande obra sobre a escravidão e sobre os seus males, mas que mudara de opinião após ler o livro *Uncle Tom's cabin* de Harriet Stowe. Todavia, como destaca Janotti, a escravidão não foi um tema ao qual o autor tenha se dedicado com afinco (JANOTTI, 1977, p. 123-124). Ele apresenta algumas ideias sobre ela na *Crônica Maranhense*, ideias que tomam mais forma quando desenvolvidas no *Jornal*. Contudo, nota-se certa coerência de um periódico a outro. Francisco Lisboa já considerava que a escravidão corrompia a sociedade, especialmente os senhores. A escravidão, para ele, não só não civilizava o escravo como “barbarizava” e corrompia o

senhor.^{iv} Uma vez, continua, ela facilitava a mescla de raças e “abastardeava” a classe mais nobre, juntando na “organização da sociedade a todos os embaraços das classes todos os perigos das castas” (LISBOA, 1865, V. III, p. 142).

A sua posição se deu por meio da busca de respostas para questões que vão desde a relação civilização/escravidão até a contestação das fontes utilizadas por Varnhagen para endossar o seu pensamento sobre o assunto. As perguntas, que orientaram toda a escritura da nota, são as seguintes:

Deveras o Brasil não poderia civilizar-se sem a escravidão dos indígenas, conseguida pela força, e pela guerra? São com efeito vãos e ilusórios, simples fantasia de cabeças ocas, os meios brandos e persuasivos da catequese? Ou por outra, e generalizando estas ideias, a coação e o terror, a escravidão e a guerra, são os grandes e verdadeiros instrumentos de civilização e de propaganda religiosa? Estarão as sociedades humanas condenadas sem regresso à dura alternativa de perecerem ou barbarizarem-se, a não se dividirem por precaução em classes de opressores e oprimidos, de senhores e de escravos, sempre que os elementos de que se compuserem, em relação à inteligência e à polícia social, tocarem os dois extremos opostos? Que valor finalmente têm os exemplos antigos e modernos, e as diversas autoridades que o autor invoca em abono da sua opinião?” (LISBOA, 1864, V. I, p. 483-484).

O primeiro passo de Timon foi, então, procurar meios de provar que a escravidão não era apenas condenável, mas também a ineficácia dos seus resultados. A presença da discussão em torno da escravidão no mundo antigo não foi uma escolha deliberada de Timon. Ela se fez necessária por ser o exemplo levantado por Varnhagen na *História Geral* e, portanto, cabia ao maranhense promover a sua investigação no sentido de demonstrar a sua impertinência.^v Dois autores, o mesmo contexto, a mesma questão, mas com resultados bem distintos. Se, para o historiador sorocabano o Império poderia espelhar-se em um modelo de escravidão antigo, para o maranhense, ao dirigir-se à essa instituição e seus exemplos não se poderia encontrar quaisquer ideias de humanidade, de religião e de civilização.

Nesse contexto, Timon enxerga a ação civilizadora do cristianismo, que teria invadido o mundo pagão para destruir e abolir a escravidão e “tantas outras misérias que o afligiam e degradavam”. Tal missão, ele segue, “posto que contrariada e retardada em seus efeitos, por tantas e tão variadas causas, conseguiu-a já em grande parte em todos os pontos do universo em que a sua origem divina é reconhecida e venerada”. Ele enfatiza, dessa forma, a eficácia da aplicação da moral, mas da moral cristã que poderia

ser capaz de eliminar a presença da escravidão a exemplo do que ocorrera no passado (LISBOA, 1865, V. III, p. 485-486).

Identificando o feudalismo como sistema retrógrado, decorrente da adoção de um regime de escravidão na Antiguidade que ganhou novas feições, Timon estabelece a comparação com o sistema defendido por Varnhagen. Ele chega a relacionar o feudalismo ao período colonial. Assim, ele lembra que “os primeiros ensaios do feudalismo tentados entre nós com as doações de capitâneas foram ou desastrosos ou infrutíferos”. Em virtude disso, ele questiona, com certa ironia, quem foram “os entes privilegiados e de escolha que emancipando-se da ignorância comum inventaram na idade média a maravilhosa combinação? – (feudalismo e escravidão) – ” (LISBOA, 1865, V. III, p. 486).

Os “entes privilegiados” seriam os pensadores, intelectuais responsáveis pela criação de sistemas. E em seu tempo, Timon veria a repetição do que se passara em relação ao mundo antigo e ao surgimento do feudalismo. Segundo ele, dirigindo-se aos seus dias, era possível ver “o abuso das generalizações e dos sistemas” que não poucas vezes “nos tem conduzido às mais deploráveis aberrações” (LISBOA, 1865, V. III, p. 487). Podemos perceber que Timon, aqui, não faz a condenação dos “entes”, mas do uso indiscriminado de suas teorias. O risco estaria nos resultados que a aplicação e generalização de seus sistemas poderiam provocar, pois, ele afirma, “as paixões e interesses de indivíduos, de classes, de partidos, assinalando-se por atos monstruosos, deram mais tarde ocasião a resultados que seus autores não tiveram de modo algum em vista, e com que nem sequer sonharam” (LISBOA, 1865, V. III, p. 487).

Como resultado, ele denuncia, com a sua característica ironia, a ação de “certos escritores modernos a gratifica-los, senão constantemente com um sistema formal e completo, ao menos com uma certa presciência do gênio que os guiou evidentemente nos menores passos da sua carreira, todos encaminhados a regular os futuros destinos da humanidade!” (LISBOA, 1865, V. III, p. 487). Timon enfatiza, dessa forma, a que custos o “progresso” era alcançado. Em sua opinião, a história, a filosofia e “o senso moral da humanidade” deveriam “condenar” e “repelir” tais iniciativas entendidas como “egoísmos covardes”, “sofismas grosseiros” que disfarçavam e anistiavam até “os crimes históricos”, fazendo com que os homens de seu tempo gozassem “tranquilos dos seus proveitos”; e provocando-os a “imitá-los”, fundando “a felicidade do presente e do futuro nas calamidades do passado, como se a consciência do gênero humano pudesse

sem remorsos aceitar outros sacrifícios” que não fossem os da dedicação voluntária” (LISBOA, 1865, V. III, p. 488).

Era, pois, a gravidade da defesa que justifica a escrita da nota e a possibilidade da aplicação do texto para impedir a disseminação das ideias de Varnhagen. Demonstrado, então, a ineficácia da argumentação de Varnhagen pelo questionamento dos exemplos antigos e modernos por ele levantados, restava a Lisboa promover o questionamento das fontes de seu contendidor. Assim, a última pergunta que compõe o esforço de refutação das ideias de Varnhagen sobre a escravidão se dirige ao valor das autoridades por ele invocadas. O método de argumentação seguia aquele utilizado anteriormente, primeiro a exposição do posicionamento de Varnhagen e em seguida a resposta de Francisco Lisboa.

Timon promove duplamente a desqualificação da autoridade invocada e daquele que a invocara. É exemplar, então, a última autoridade utilizada pelo historiador sorocabano: o bispo Azeredo Coutinho. Para confirmar que a defesa que fazia da escravidão não era apenas de sua parte, Varnhagen invoca a figura do bispo para endossar a necessidade de sua prática para se alcançar o estado civilizado. Porém, nesse processo de invocação feito pelo visconde, Francisco Lisboa enfatiza a forma como o bispo é retratado como “sábio, filósofo, virtuoso”. Timon chama “a atenção do leitor para todos estes epítetos laudatórios, exemplo significativo das injustiças e extremos a que nos podem levar em história e filosofia as predileções ou simpatias pessoais” (LISBOA, 1865, V. III, p. 492). Seu esforço, nesse sentido, foi o de contestar a validade desses epítetos e, assim, refutar a validade e autoridade do bispo para se defender a prática da escravidão. A estratégia utilizada por Timon foi, então, demonstrar como Varnhagen julgou diferentemente os dois defensores da escravidão comparando a forma como ele trata de Las Casas e como trata de Azeredo Coutinho enfatizando a parcialidade do visconde de Porto Seguro.

“O bispo de Chiapas havia também aconselhado a escravidão dos africanos, ao mesmo tempo que defendia a todo transe a liberdade dos índios (...). Pois bem, o autor, quando Las Casas defende a liberdade, chama-lhe maníaco, alucinado, e pseudo filantropo, e quando aconselha a escravidão sujeita a sua memória a processo criminal como negreiro! Recordemos aqui de passagem nem a repetição será de todo inútil, que o mesmo autor, estigmatizando veementemente a escravidão africana, justifica a dos índios, e aconselha a sua

renovação, bem que modificada e regenerada.... Entretanto, quando trata de Azeredo Coutinho o seu tom é muito diverso. Este escritor, ou alvistrista político como lhe ele chama, não se limitou a pugnar pela conservação da escravidão existente, (...). Mas o que ele fez foi coisa muito diferente. (...) publicou não só a favor do princípio da escravidão, como da efetiva continuação do tráfico africano, um opúsculo, vertido depois em francês, cujos argumentos fariam honra ao mais duro e calejado traficante de carne humana. E fê-lo de ânimo espaçoso e sossegado, sem ter, como Las Casas, a desculpa da cegueira e dos arrebatamentos que gera uma luta ardente e apaixonada” (LISBOA, 1865, V. III, p. 492-493).

Francisco Lisboa explica a predileção pessoal de Varnhagen como um dos pontos chave para entendermos a forma como ele trata Azeredo Coutinho. Dessa forma, ele destaca como o historiador sorocabano procura criar uma imagem incontestável para a sua autoridade, não apenas pela utilização dos epítetos, mas também ao demonstrar o seu patriotismo. Assim, passa Timon a desqualificar a figura do bispo para refutar Varnhagen. Nota, assim, que para este último, o bispo Azeredo Coutinho “foi grande advogado da indústria e do comércio do Brasil”, mas pelo seu conhecimento o bispo “foi que ele aconselhou e justificou a memorável destruição de todas as nossas fábricas decretada pelo governo português” (LISBOA, 1865, V. III, p. 493).

Para Francisco Lisboa, no entanto, Azeredo Coutinho parecia “um destes publicistas em disponibilidade, que escrevem ao sabor das cortes, e seria quando muito um grande patriota português, brasileiro certamente não”, mesmo assim, Varnhagen, ele segue, demonstrava a sua predileção e simpatia pessoal ao bispo ao “dar-lhe a primazia por Silva Lisboa, e sobre os Andradas!” substituindo na *História Geral* o retrato de José Bonifácio pelo de Coutinho (LISBOA, 1865, V. III, p. 494). No entanto, a par das escolhas de Varnhagen, o que Lisboa faz é promover toda uma anulação da autoridade invocada pelo sorocabano ao demonstrar que os critérios de apreciação das fontes variava, como mostrado na comparação entre Las Casas e Coutinho, e ao demonstrar o caráter antipatriótico da fonte invocada. Francisco Lisboa classifica Varnhagen como um “historiador-publicista, que sem dúvida se deixou fascinar pela suposta autoridade daquele de quem os recebeu” e por isso o esforço de questionamento das autoridades era tão importante (LISBOA, 1865, V. III, p. 494).

Ele fornece uma lição, a partir de sua crítica a Varnhagen sobre qual era a verdadeira função do historiador e, ao mesmo tempo, reforça aquelas características que pareciam conformar o *ethos* historiográfico no Brasil oitocentista em torno da

imparcialidade, da sinceridade e da utilidade como nos informa Rodrigo Turin (TURIN, 2009). Francisco Lisboa reforça que “o historiador há de ser sempre verídico, imparcial e severo, e tanto maior será o seu mérito quanto, para o ser, conseguir vencer e dominar as seduções da fortuna, da opinião e do sangue ou origem, a favor das raças inimigas, vencidas e desamparadas”, ou, em outras palavras, fazer aquilo que Varnhagen não fizera ao se posicionar ao lado dos vencedores, de amparar-se nas “autoridades” questionadas no *Jornal de Timon* (LISBOA, 1865, V. III, p. 510). O trabalho do historiador deveria ser guiado pelo compromisso com a verdade, tentando apartar-se dos “interesses e considerações de natureza alguma, nem mesmo o receio, aliás tão natural, de ceder na aparência á voga, como cedem com efeito os escritores fracos e sem consciência, que armam sobretudo ao favor e à popularidade” (LISBOA, 1865, V. III, p. 510). Ele conclui, no entanto, que quanto a esse risco Varnhagen não conseguiu fugir.

Desse receio parece que infelizmente se deixou vencer o autor da História Geral, quando nos fala dessas obras em que, no momento de aparecerem, o público só encontra que aplaudir. Aí esteve sem dúvida o perigo a que quis fugir, sem lhe ocorrer que, à míngua de precauções, ia dar no escolho contrário. A adulação à voga é um ato de fraqueza tão trivial, e tem caído em tal descrédito, que um espírito nobre e elevado bem longe de inclinar para esse defeito, há de por certo preferir e buscar o papel brilhante e sedutor de contraste e censor austero da opinião transviada. Mas por que se há de antecipadamente supor a opinião geral hostil à verdade, e desde quando foi esta lance exclusivo das minorias? No meio destes perigos opostos, a única tábua de salvação, o norte fixo de todo espírito judicioso deve ser a verdade nua e simples, sem nenhuma atenção ao número dos seus adoradores ou dos seus inimigos” (LISBOA, 1865, V. III, p. 510).

Francisco Lisboa se posiciona do início ao fim contra a escravidão como meio de civilização. A sua conclusão sobre a questão se dá a partir da invocação do exemplo de Aristides que aconselhava em uma assembleia ao povo “rejeitar a proposição de uma empresa útil ao mesmo povo, mas injusta e iníqua em relação a outro”. Este deveria ser o exemplo a ser seguido na visão de Francisco Lisboa, pois ele entendia que “essas pretendidas utilidades não são senão aparentes, efêmeras, falsas, em uma palavra, e convertem-se mais tarde, por uma lógica implacável e nunca desmentida, em danos e desastres, justa punição do esquecimento e desprezo das regras eternas da moral” (LISBOA, 1865, V. III, p. 508).

A condenação, a punição, contudo, não cairia apenas sobre os princípios adotados, mas também sobre aqueles que os adotara. Dessa forma, há no trabalho de refutação feito por Timon uma concepção muito forte de dever de justiça que impele os historiadores a condenar as ideias, princípios que vão contra as ditas “regras da moral”, mas também condenar os seus propagadores como ele fez com Varnhagen. Ao lado do historiador juiz, emerge na sua narrativa também o juízo da história. É em torno dessa concepção que ele justifica a sua iniciativa em escrever o opúsculo sobre a escravidão e a *História Geral*, pois o silêncio quanto às ideias presentes na mesma poderia chegar “à posteridade, como o seu mérito lhe afiança, sem o corretivo de um protesto contemporâneo, pudesse servir de corpo de delito para a condenação do nosso tempo” (LISBOA, 1865, V. III, p. 511). Dessa forma, ele cumpre um duplo papel. Por um lado, perante o seu próprio tempo ao alertar para os prejuízos que a escravidão traz à civilização. Por outro, em relação à posteridade ao deixar registrado que houve oposição à adoção de tal instituição em seu tempo como forma de minimizar um julgamento negativo de sua época. Reassumia, assim, Francisco Lisboa o compromisso ético da sua historiografia ao mesmo tempo em que estabelecia um lugar para si por meio da sua responsabilidade instituindo-se como uma autoridade moral.

Referências:

- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lília Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: A retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *João Francisco Lisboa: jornalista e Historiador*. São Paulo: Ática, 1977.
- KHALED JUNIOR, Salah H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LISBOA, João Francisco. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do Maranhão; precedidos de uma notícia biográfica pelo Dr. Antônio Henriques Leal*. São Luís, Typographia de Belarmino Matos, 1864-1865. 4v.
- POCOCK, J. *Barbarism and Religion*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SANTOS, Evandro. O ser historiador ontem, hoje e amanhã: ética e história, um mapeamento a ser trabalhado. In: *Anais do X Encontro Estadual de História – Anpuhrs – Rio Grande do Sul*, 2010.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, Número 2, Março/2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brasil*, isto é, do descobrimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa de J. Del Rio, 1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º*: apostila e nota G aos números 11 e 12 do 'Jornal de Timon'; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extracto do folheto 'Diatribes contra a Timonice', etc. Lima: Imprensa Liberal. 1867.

VEYNE, Paul. *Como se escreve história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1988.

Notas:

ⁱ Segundo Koselleck, até o século XVIII o postulado científico da imparcialidade no sentido do apartidarismo, da neutralidade ou da abstenção mantém-se intacto. A partir daí formulou-se um conceito reflexivo de história onde as condições da ação, do fluxo e do conhecimento da história se relacionam entre si. Isso só foi possível porque se adotou um ponto de vista em meio ao movimento histórico. Foi Chladenius que, ao partir do princípio de que a história e sua representação seriam coincidentes, percebeu a necessária separação metodológica entre a história e seu relato para que se pudesse interpretá-la e julgá-la. Isso porque todo relato que se faz da história é fragmentado pela visão perspectivista. A adoção de um ponto de vista passa então a se constituir como um pressuposto do conhecimento histórico KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 169

ⁱⁱ Tais temas, que na concepção clássica eram tomados como eminentemente históricos, começaram a competir com uma história dos costumes e da civilização a partir do século XVIII. Tal mudança pode ser vista no privilégio, por exemplo, que Edmund Burke, citado por Pocock, dá aos costumes em comparação com as leis. Este último entende esse florescimento possível através do desenvolvimento de uma cultura comercial. POCOCK, J. *Barbarism and Religion*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 109.

ⁱⁱⁱ Mas não somente isso. Como destaca Junior, os argumentos levantados por Varnhagen sobre a escravidão devem ser entendidos dentro de uma tentativa de legitimação da colonização portuguesa. Nesse sentido, ele considerada a escravidão dos índios justificada porque "refutar a captura e escravização dos índios significaria questionar a própria colonização portuguesa". KHALED JUNIOR, Salah H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 97-98.

^{iv} A posição de Francisco Lisboa se aproxima daquela defendida por Torres Homem. Para aquele, a escravidão "(...) alimentando a ociosidade dos senhores, desonrou o trabalho, e tornou por muito tempo, no passado, como no presente, e ainda no futuro, dispendiosos, e pouco produtivos os diferentes processos das artes e das indústria, os da agricultura sobretudo, quase exclusivamente confiados a mãos que, além de inábeis, caem de frouxas e inertes à minguada de incentivos". LISBOA, João Francisco. Op. Cit. 1865, p. 142. Analisando a crítica de Torres Homem à escravidão, Marcelo Rangel afirma que, para aquele, "as sociedades escravocratas seriam acometidas pela decadência da agricultura e das artes", bem como, "(...) incapazes de produzir aquilo mesmo que era necessário à sua sobrevivência, e isto porque o setor produtivo acabaria entregue a uma classe diminuta, explorada, raivosa e despreparada, consciente de que sua atividade era fundamental ao progresso material de seus proprietários e que, ao fim, acabava provendo e sustentando os privilégios de alguns poucos, em detrimento de seu próprio progresso". RANGEL, Marcelo. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil*. Tese de doutorado. PUC-Rio, Departamento de História, 2011, p. 243. Varnhagen chega a apontar esse como sendo um dos aspectos

negativos da forma como a escravidão foi implantada no Brasil pois, a passagem do escravo de um dono a outro, fazia com que ele não tivesse interesse em desenvolver as suas potencialidades no trabalho. Porém, Varnhagen defende que “o melhor amigo que tem o bom escravo é geralmente o seu amo e senhor”. Isso em virtude de duas questões: pela opinião e religião que impediriam o senhor de ser “despótico” e “cruel”, mas, especialmente, pelo interesse no escravo como propriedade no sentido de que seria protegido. Ele expressa essa condição com as seguintes palavras: “De modo que se pode afoitamente assegurar que a não encontrar dono, - a não passar a ser no Brasil escravo o colono negro boçal que chegada da África, sem protetor algum natural, sem uma enxada sequer de seu com que revolvesse a terra, sem ninguém interessado a entendê-lo nas queixas de seus sofrimentos, devia perecer à míngua”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo I, Madrid: Imprensa de V. Dominguez, 1854, p. 185.

^v Varnhagen fala que a escravidão era um princípio que fora adotado desde a Antiguidade e propõe que fosse utilizado um sistema de clientela, porém, que se mantivesse vitalício e hereditário. VARNHAGEN, Francisco. *História Geral do Brasil*. 1857, p. X. Francisco Torres Homem também recorre ao mundo antigo, Egito e Roma, mas para promover a sua crítica à escravidão. Ele procura, ao estabelecer a ponte com a história, identificar os elementos que a orientava e que teriam levado tais sociedades à decadência. Para uma análise da crítica deste autor ver o capítulo 4 da seguinte tese de doutorado: RANGEL, Marcelo. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil*. Tese de doutorado. PUC-Rio, Departamento de História, 2011.

**SER HISTORIADOR NO SÉCULO XIX. ENTRE DEBATES,
CRÍTICAS E POLÊMICAS: PEREIRA DA SILVA E SEU
PLUTARCO BRASILEIRO.**

**BEING A HISTORIAN IN THE 19TH CENTURY. BETWEEN
DEBATES, CRITICISMS AND POLEMICS: PEREIRA DA SILVA
AND HIS *BRAZILIAN PLUTARCH*.**

Rafael Terra DALL'AGNOL¹

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar alguns dos debates públicos em que esteve presente a figura do historiador João Manuel Pereira da Silva. Após a publicação de *Plutarco Brasileiro*, em 1847, o escritor coloca no epílogo do segundo volume da obra algumas das críticas endereçadas ao livro. A partir dos artigos que apareceram em alguns periódicos na imprensa, sobretudo a carioca, pode-se analisar a dimensão pública da obra historiográfica no início do século XIX e, por meio dela, a dimensão ética do historiador, responsável por dizer a verdade sem manipulações ou falsificações em relação ao passado. Paralelamente a esse intento, utilizando como fonte os relatos produzidos acerca do trabalho de Pereira da Silva de forma mais ampla, pretende-se também demonstrar as discussões ocorridas sobre sua produção histórica, dando especial atenção a um debate sobre a origem paterna do poeta Basílio da Gama.

Palavras-Chave: História da historiografia; Historiografia brasileira; Século XIX.

Abstract

This study aims to analyze some of the public debates that were present the figure of the historian João Manuel Pereira da Silva. After the publication of *Brazilian Plutarch*, in 1847, the writer puts in the epilogue of the second volume of the work some of the criticisms addressed to the book. From the papers that appeared in some newspapers in the press, especially the carioca, it can be analyzed the public dimension of historiographical work in the beginning of the 19th century, and through it, the ethical dimension of the historian, responsible for telling the truth without manipulation or falsification of the past. And parallel to this purpose, using as source the reports produced about Pereira da Silva's work, more broadly, we also intend to demonstrate the discussions related to his historical production, giving special attention to one debate on the paternal origin of the poet Basílio da Gama.

Keywords: History of historiography; Brazilian historiography; 19th century.

¹ Doutorando em História – Programa de Pós-graduação em História – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail: rhcprafael@hotmail.com.

Pereira da Silva visto si. Pereira da Silva visto por outros: debates em torno da figura do historiador no século XIXⁱ

“Tive sempre gosto pela história”² (SILVA 1864-68, p. 4). Essa frase, encontrada na introdução de *História da fundação do império brasileiro*, poderia, quem sabe, servir de lápide para o brasileiro Pereira da Silva. Não se trata de uma ilusão biográfica. Na verdade, ela apenas reforça que a extensa produção desse historiador poderia ser um indicativo do seu gosto e da sua disposição para a escrita da história.ⁱⁱ Carioca de Iguazu, filho dos comerciantes portugueses Miguel Joaquim Pereira da Silva e Joaquina Rosa de Jesus e Silva, o historiador viveu por cerca de oitenta anos, tendo nascido em 1817 e falecido, na França, em 1898. Ao lado da sua predileção pelas letras, Pereira da Silva teve muitas ocupações na vida política do Império brasileiro que o impediam de dedicar-se única e exclusivamente a sua paixão, embora sempre que podia reencontrava o prazer na leitura e escrita histórica, sobretudo “quando vinha o descanso, recuperavão o seu lugar as ocupações litterarias; sorria a Musa amiga e consoladora, attrahindo-me com suas meiguices e enfeitando-me com seus encantos” (SILVA, 1864-68, p. 5).

As ocupações políticas do historiador foram muitas. Sempre ao lado do Partido Conservador, foi um parlamentar destacado, tendo sido deputado provincial e senador, além de conselheiro titular do Império. A título de exemplo, das dezessete legislaturas do Segundo Reinado (1840-1889), Pereira da Silva apenas não se fez presente em seis delas. Poderá ter sido a sua grande amargura na vida pública a não nomeação como ministro. Jamais saberemos. Advogado, político, biógrafo, as facetas desse carioca de Iguazu são inúmeras, algo bem característico de boa parte dos letrados da época.

Ainda na introdução do livro que tinha como temática a fundação do Brasil império, começando por 1808 e finalizando com o reconhecimento formal da independência por Portugal, já no ano de 1825, Pereira da Silva busca dar provas da fidedignidade do seu trabalho com um método histórico aparentemente rigoroso em que não é poupada a pesquisa, a reflexão e a meditação, tudo em busca da depuração da verdade. Talvez ele já estivesse pressentido as críticas que acabariam por vir. O aspecto

² Nas citações de época, mantive a grafia original.

importante é que na introdução de poucas páginas de uma obra de sete volumes observa-se o escritor preocupado em assumir para o seu trabalho características vinculadas à história como disciplina científica:

Desde que me resolvi a pôr mãos nesta composição, não me poupei a fadigas para conseguir maiores esclarecimentos. *Pesquisei, estudei, meditei*, e comparei impressos e manuscritos, tradições orais e papéis de estado. *Esforcei-me por tirar a limpo a verdade*, separando-a do que pudesse obscurecê-la. Com o andar dos tempos e o encontro de novos subsídios, haverá de certo que modificar e depurar ainda nesta história. Na actualidade porém, *julgo que a devo publicar como a senti, compreendi e imaginei*. É pelo menos um trabalho consciencioso, e como tal atrevo-me a dar-lhe publicidade (SILVA, 1864-68, p. 4-5, *grifos meus*).

A obra de grande fôlego produzida por Pereira da Silva, embora seu esforço por deixá-la mais próxima possível da verdade, não estaria isenta de erros. Muitas coisas ainda poderiam ser trazidas, como informações e documentos, que talvez invalidassem algumas afirmações contidas em *História da fundação do império brasileiro*. Por isso, a noção do trabalho como algo incompleto. O tempo seria um aliado. A partir dele e de novos subsídios, como escreve o autor, a história seria aperfeiçoada. Enquanto isso não acontecia, era necessária sua publicação. Na verdade, a sua própria publicação auxiliaria no seu melhoramento.

De que maneira, poder-se-ia questionar o autor, seria essa história? Será que somente haveria espaço para a vida de grandes personalidades? Quem sabe, nas mais de mil páginas, apenas estariam presentes as narrativas cujos momentos são marcados por grandes tomadas de decisões não havendo espaço para a irrelevância do cotidiano? Não é o que parece. A busca estava em “[...] por apanhar ao vivo a physionomia e condição do povo, e apreciar em seus justos termos a organização das classes diferentes que formavam o todo da associação que residia tanto na metropole como na colonia” (SILVA, 1864-1868, p. 5-6). E por fim, o historiador avisa:

Explicando com franqueza as minhas ideias, e chamando a atenção de quem ler para as dificuldades que necessariamente me havião de

encontrar no correr da empresa a que me propuz, resta-me esperar tranquillo a sua approvação para este novo escripto, tentado e realizado com a melhor boa fé, e inspirado apenas pela ambição de concorrer com uma pedra para a construcção do edificio da história do Brasil e de Portugal [...] (SILVA, 1864-1868, p. 8).

Na apresentação de alguém, para se tornar menos incompleta, também cabe espaço para que outras pessoas venham a falar ou a escrever, agora não mais na primeira pessoa, e sim, na terceira. Nesse sentido, algumas discordâncias podem ser verificadas. No ano de 1880, surge *Pantheon Fluminense. Esboços biográficos*, obra de Prezalindo Lery Santos (SANTOS, 1880). Seguindo uma das tônicas do XIX, isto é, a composição de dicionários biobibliográficos, nesse trabalho o autor retrata algumas personalidades nascidas no Rio de Janeiro. E dentre elas, encontra-se espaço para João Manuel Pereira da Silva. Santos reconhece a destacada biografia do historiador enquanto político e até mesmo sua capacidade oratória, mas sem deixar escapar uma pequena crítica a “certa exageração de pensamento”. Contudo, parece consenso, segundo o autor, ser nas tribunas de conferência o lugar em que Pereira da Silva mais se distingue. Após os elogios, chega-se ao momento em que o autor discorre sobre as suas obras. A crítica é severa e recai sobre a falta critério, frieza e imparcialidade, justamente aspectos que o historiador considerava ter atingido, conforme observado nas citações acima:

Como historiador o Sr. Pereira da Silva tem um grande defeito, o maior de todos, a falta de criterio com que escreve, aceitando como verdadeiros e cobrindo-os com a auctoridade do seu prestigio litterario factos que não se acham comprovados, e muitos dos quaes foram invenção das praças publicas em momento de agitações. Não póde o historiador aceitar levemente as falsas opiniões creadas pelas opposições em seu plano de desmoralisar o objecto dos seus ataques. É isto cousa que todos os dias observamos, e que sempre se dá e se repete, em todos os paizes e em todos os tempos (SANTOS, 1880, p. 488).

A seguir, ele escreve:

Principalmente como historiador do primeiro reinado, não soube o Sr. conselheiro Pereira da Silva guardar, ainda agora no fim de tantos annos, a imparcialidade e a frieza de historiador diante de acontecimentos que se passaram em uma epocha de effervescencia politica, em que as paixões tudo cegavam. Recolhendo os boatos das ruas e conventiculos, colligindo as noticias adrede inventadas e preparadas pelos exaltados em seus planos revolucionarios, transmittindo á posteridade a falsa apreciação e os inexactos commentarios a que nenhum acto, por melhor que seja, póde escapar desde que a ma fé quizer adulteral-o, o Sr. conselheiro Pereira da Silva poz o seu bello talento a serviço de uma causa má e torna-se digno da mais severa censura, que não poucas vezes lhe cabe.

E não somente em relação ao Sr. D. Pedro I, em varias occasiões injustamente apreciado nesses trabalhos históricos, como em referencia a muitos personagens que figuraram nos acontecimentos d'aquella epocha, deixou ele de proceder com a devida cautela. Ninguém ignora, por exemplo, as contestações que provocou a sua obra sobre o *Segundo periodo do reinado do Sr. D. Pedro I* (SANTOS, 1880, pp. 488-89).

A longa citação acima é necessária devido às informações que ela traz. De fato, em 1871, *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil: narrativa histórica* é publicado, três anos após o fim de *História da fundação do Império brasileiro*. Escrever sobre esse período requeria alguns cuidados e o tom da crítica (se houvesse) dirigida ao monarca da dinastia de Bragança deveria ser muito moderado para não desagradar seu filho. Com a divulgação da obra, muitas contestações também surgiram. Há uma particularidade que para Pereira da Silva o beneficiaria ao escrever sobre esse período: a distância. Ou seja, ele não estava nem muito longe nem muito perto cronologicamente dos acontecimentos que buscava retratar.

Armelle Enders (2010) trabalha o problema da legitimidade da história contemporânea durante a monarquia brasileira, não sem esquecer as implicações políticas disso. Depois da leitura de seu artigo, fica evidente as desvantagens e os riscos de se escrever sobre o primeiro reinado, ainda mais quando termos como “Revolução de abril” aparecem nas referências a 1831. A impugnação à obra feita por Conrado Jacob de Niemeyer reforça isso. No ano de 1872, as mais de duzentas páginas escritas por ele são destinadas a corrigir os erros atribuídos à Pereira da Silva no que se refere ao então comandante das armas e presidente da Comissão militar da província do Ceará durante 1824-1828.

Em outro dicionário biobibliográfico, Augusto Blake também escreve sobre Pereira da Silva (BLAKE, 1883-1902). Nessa obra, segundo as informações do autor, é possível saber o número de vendagens da primeira edição de *História da fundação do império brasileiro*, cerca de três mil. Blake reprisa a crítica já vista no trabalho de Santos, apesar de elogiar a formação política e o apreço do historiador pelo mundo letrado: “E' uma das pennas mais fecundas que o Brazil tem produzido, adquirindo para seu autor a mais alta e merecida reputação, tanto no paiz, como fora dele” (BLAKE, 1883-1902, p. 480). Por sua vez, Inocêncio Francisco da Silva, em seu *Diccionario bibliographico portuguez*, fará uma série de reparos sobre as *Notas para a Bibliographia brasileira* (SILVA, 1858-1927, p. 409-412). Mantendo um tom respeitoso, suas repreensões e correções relacionam-se a aspectos semelhantes daqueles apontados por Prezalindo Lery Santos:

Longe de mim a idéa de pretender nem remotamente offuscâr a valia e, mérito da obra, que sou o primeiro a reconhecer, e que já conta em seu abono tantos e tão abalisados testemunhos. Todavia, a justa veneração que por diversos títulos consagro ao.sr. dr. Pereira da Silva, não me impedirá de dizer, que muito desejaria que elle tivesse procedido com mais severo escrúpulo na verificação de alguns factos, e datas, que nem sempre estão de acordo com a verdade sabida (SILVA, p. 409).

A crítica mais severa sobre a obra de Pereira da Silva será encontrada décadas mais tarde. Na primeira metade do século XX, mais precisamente em 1916, é publicado o livro *História da Literatura Brasileira*, de autoria de José Veríssimo. Na introdução, datada de 4 de dezembro de 1912, o autor descreve de que maneira pensou e organizou seu livro. Para ele, “a literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que não se confundem com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa” (VERÍSSIMO, 1954, p. 7). Com isso, a obra divide-se em duas partes: a primeira corresponde ao período colonial e a segunda ao nacional, havendo, entre ambas, um momento de transição ocupado pelos poetas mineiros indo até os primeiros românticos. No primeiro período do desenvolvimento da literatura brasileira, como é possível supor, insere-se

tudo aquilo que ainda não havia adquirido outra feição que a meramente portuguesa. Seria uma literatura de desenvolvimento e, conseqüentemente, de formação: “pois que desenvolvimento implica formação e vice-versa, é todo o período colonial da nossa literatura, porém, apenas de desenvolvimento em quantidade e extensão, e não de atributos que a diferenciasssem” (VERÍSSIMO, 1954, p. 13). Posteriormente, com o romantismo vê-se o surgimento de uma literatura nacionalista e, após a Independência, ainda mais patriótica. Contudo, o que chama a atenção, e relaciona-se de forma específica com Pereira da Silva, é a forma como José Veríssimo, já na penúltima página de sua introdução, caracteriza o historiador: “Pereira da Silva nenhuma confiança e pouca estima merece como historiador literário. Nunca investigou seriamente cousa alguma e está cheio de erros de fato e de apreciação já no seu tempo indesculpáveis” (VERÍSSIMO, 1954, p. 24).

Ora, José Veríssimo diz exatamente o contrário do que foi escrito na *História da Fundação do Império*. Sua crítica é severa e suas palavras duras - e logo na introdução. A importância de *História da Literatura*, dentro daquelas obras destinadas a historiar a literatura brasileira, é inegável. E isso acaba inevitavelmente nos conduzindo a uma leitura mais detalhada da obra na parte destinada ao historiador carioca.

A breve biografia e análise do historiador como escritor aparecem no décimo capítulo, intitulado *Os próceres do Romantismo* (VERÍSSIMO, 1954, pp. 179-201). Após Teixeira e Souza e antes de Varnhagen, pode-se dizer que Pereira da Silva ocupa uma posição não muito cômoda, pois está depois do autor de *O Filho do pescador*, considerado o primeiro romance escrito no Brasil, e precede aquele que escreveu a primeira história geral do país. O gosto para os estudos históricos desde a infância que Pereira da Silva dizia possuir, e que acabariam por transformá-lo em um dos escritores mais profícuos do século XIX, parece, para José Veríssimo, não ter refletido em uma escrita agradável, já que “é o tipo do amador, do diletante, em letras, escrevendo pelo gosto, acaso pela vaidade de escrever, sem no íntimo se lhe dar muito do que escreve e menos de como escreve” (VERÍSSIMO, 1954, p. 188). A analogia que o crítico faz soa até cômica:

Escrever era para ele um hábito, como que um vício elegante, qual jogar as armas ou montar a cavalo, um desporto agradável e distinto. Não lhe importava nem a têmpera das armas nem a qualidade do animal, o essencial para ele era jogá-las ou montá-lo. Assim a sua obra copiosa e volumosa, importante pelos assuntos, pouco vale pelo fundo e forma. *Historiador, escreveu história com pouco estudo, com quase nenhuma pesquisa, sem crítica nem escrúpulos de investigação demorada e paciente [...]* (IBIDEM, grifo meu).

Veríssimo, porém, reconhece o esforço do historiador, tendo escrito sistematicamente por tanto tempo. Além disso, há uma particularidade em Pereira da Silva. Ele foi o autor do primeiro romance de ficção histórica no Brasil, chamado *Jerônimo Corte Real*, de 1839. Seguindo os passos de Walter Scott, o livro procura retratar a época em que viveu o poeta português do século dezesseis. Se para o autor de *História da fundação do império brasileiro*, havia a pretensão de nessa obra descer da chamada cúpula elevada, isto é, a história dos grandes homens, e ir ao encontro do mais humilde súdito da jovem nação imperial para traçar o perfil do “povo miúdo”, o que implica retratar um quadro fidedigno com a realidade observada e estudada, no que tange ao romance histórico o objetivo nem de perto foi alcançado. De acordo com José Veríssimo “os seus [romances] realmente não têm valia alguma como quadro das épocas que presumem pintar, nem qualidade de imaginação ou expressão que lhes atenuem seus defeitos” (VERÍSSIMO, 1954, p. 180).

Embora o autodeclarado gosto pela história desse carioca de Iguazu o tenha motivado a escrever proficuamente durante sua vida, como foi demonstrado, sua escrita e seus trabalhos não estiveram isentos de contestações, críticas e debates. A sua vida conturbada, por outro lado, também não o ajudava na busca do silêncio necessário para materializar seus pensamentos e suas ideias. Tornar público, em igual medida, o resultado de seus escritos é um desafio e um risco que Pereira da Silva esteve disposto a correr. Contudo, é inegável o sucesso de Pereira da Silva, pois quem mais, talvez, conseguiria vender em uma primeira tiragem mais de três mil exemplares de um livro de sete volumes sobre o período em que o país deixa de ser colônia e torna-se metrópole? O intuito de apresentar o historiador por meio de suas palavras e da de outros críticos não foi o de verificar quem possa vir a ter razão. O objetivo foi tão somente o de demonstrar a importância de alguém ainda muito pouco estudado, nem que seja ao

menos pelas polêmicas que suscita. Tendo conhecido, ainda que de maneira breve, João Manuel Pereira da Silva, agora é necessário partir para uma de suas obras de maior repercussão, isto é, o seu *Plutarco Brasileiro*.

A obra aberta: Plutarco Brasileiro entre elogios e polêmicas

No ano de 1847, a primeira parte de *Plutarco Brasileiro* chega ao conhecimento do público. Com a publicação do primeiro volume, alguns periódicos fizeram seus comentários com críticas e elogios. O autor, no final da segunda parte da obra, reserva um espaço para eles. Como Pereira da Silva, escreve no epílogo do livro: “Entendemos que será agradável aos leitores ver impressos no segundo volume alguns juízos criticos que escreveram os illustres redactores, que se dignaram de analysar a obra” (SILVA, 1847, p. 218, 2v). As vinte biografias feitas pelo escritor abrangem desde poetas, como Claudio Manuel da Costa e Thomás Antônio Gonzaga, historiadores, por exemplo, Alexandre de Gusmão, até religiosos, entre os quais temos José de Anchieta e frei Francisco de S. Carlos. A opção por adotar a forma biográfica aparece logo na introdução: “por lhe parecer que narrando a historia dos homens illustres do seu paiz conjunctamente com as dos grandes successos, que tiveram logar durante suas vidas, mais agradava a seus leitores, e mais folgas lhe dava á sua atenção” (SILVA, 1847, p. vii-viii). Isto é, havia a preocupação com seu público leitor. A obra deveria também ser agradável quando lida.

Historiador que escreve biografias ou biógrafo sem, no entanto, perder o compromisso com a crítica e lição históricas? Segundo artigo de 26 de fevereiro de 1847, do periódico *Mercantil*, Pereira da Silva prefere o título de biógrafo, pois “[...] uma collecção de *vidas braileiras illustres*, [...] deve por certo agradar a maior numero de leitores, do que uma historia completa do Brasil, escripta em estylo severo” (SILVA, 1847, p. 228-29, 2v). Além disso, esse conjunto de biografias de ilustres do país, “ornada com a galas da imaginação e da poesia” (IBIDEM, grifo meu) também é útil pelas lições que delas podem ser tiradas. É isso o que busca demonstrar o articulista do periódico *Mercantil* na continuação de seu artigo:

Além d'esta vantagem, que afiança maior vulgarização, uma seleção de biografias dos cidadãos mais notáveis tem seu fim particular e sua utilidade própria. Os grandes acontecimentos porque tem passado uma nação, as acções gloriosas de que justamente se ufana, resumidamente relatados e despidos de uma multidão de circunstancias insignificantes ou acessórias, gravam-se com mais facilidade na memoria: os nobres sentimentos, as virtudes, o valor, o genio, a sciencia, a gloria dos antepassados pintam-se ali como n'um espelho limpido e fiel; nada lhes vem escurecer o nativo esplendor, nada intercepta os seus brilhantes reflexos (SILVA, 1847, p. 229, 2v).

A opção pela biografia, enquanto gênero de escrita, aproximava-se da *historia magistra vitae* na tentativa de legar à posteridade os feitos dos homens do passado para serem passíveis de imitação no presente, o que caracteriza um espaço de experiência contínuo em que as três ordens de temporalidade – passado, presente e futuro – confundem-se através da exemplaridade, repetição e imitação. Essa parece ser a grande qualidade que a obra de Pereira da Silva, seu primeiro volume, teria alcançado. Em um momento no qual havia-se a preocupação com os rumos a serem tomados pela incipiente nação, a ênfase no aspecto pragmático de *Plutarco Brasileiro*, a sua utilidade, acaba se sobrepondo a outros fatores, tais como a preocupações com a pesquisa, o estudo, a escrita etc; fatores esses que, quando da publicação de *História da fundação do império brasileiro*, seriam realçados pelo próprio autor. Não que esses aspectos estivessem ausentes de uma crítica mais severa, como será visto a seguir, porém era necessário lembrar, talvez seja essa a intenção do articulista, o nobre serviço prestado por Pereira da Silva para o país:

O *Plutarco Brasileiro* é destinado a ser o mentor da mocidade, o guia da idade madura, o amigo da velhice. *A uns oferecerá uma fonte inexgotavel de úteis lições; a outros, um assumpto de meditações profundas, a todos um modelo por onde regulem o seu comportamento.* A estes servirá de poderoso estímulo; a esses, de consolação, áquelles de castigo. Aos bons cidadãos louvará o terem seguido o exemplo que lhes deixaram os antepassados; aos máos exprobrará o tempo e a honra perdidos no meio dos ruidosos prazeres do mundo, ou dos cálculos do egoísmo. Será o nosso companheiro inseparável de todos os dias e de todas as edades. A mãe o repetirá a seu filho, o mestre o fará decorar por seus alumnos; o varão o lera nas horas vagas; os velhos, sabendo de cór, tomarão gosto em experimentar a memória dos netos (SILVA, 1847, p. 229-30, 2v, *grifo meu*).

Contudo, *Plutarco Brasileiro* também foi alvo de críticas. A principal delas residia na falta de ordenação cronológica com que o autor compôs sua obra. Além do mais, Pereira da Silva deveria fugir dos riscos de produzir biografias caracterizadas pelos erros aos quais adverte outro crítico:

Hoje, para facilitar os estudos históricos, os escriptores tem-se dedicado ás biographias. [...] O indivíduo de que se escreve está, como diz Dunbar, no centro de um quadro com tal disposição de luz, que podemos conhecer sua marcha, actividade, influencia nos contemporaneos e o espirito de seu seculo. Não é porem assim que se escreve hoje a biographia. O estylo biographico de nossa epocha é vicioso, incapaz de dar conhecimentos politicos e historicos. Uma biographia de hoje é um panegyrico ou uma satyra, conforme as disposições benignas ou desfavoraveis do biographo (SILVA, 1847, p. 219-20, 2v).

Muito diferentemente teria escrito Plutarco a vida dos homens ilustres, tanto romanos quanto gregos:

Não foi assim que Plutarco de Cheronéa escreveu as vidas dos homens illustres gregos e romanos. Os costumes, os factos historicos, a chronologia, as ideias moraes e philosophicas da epocha, a influencia dos homens celebres, tudo isso Plutarco estudou e soube; de sorte que quando lemos uma das suas *Vidas*, parece que nos achamos no seculo que elle descreve, tão vivas são as suas cores e tão perfeito seu trabalho! (SILVA, 1847, p. 220, 2 v).

Parece evidente que Pereira da Silva, ao escolher o título de seu livro, conhecia os escritos de Plutarco. Talvez, quem sabe, o próprio autor pudesse se pensar como um *Plutarco*. Contudo, há diferenças consideráveis entre *Plutarco Brasileiro* e as *Vidas* do biógrafo de Querónia.

Como ressalta Hartog (2001), o sucesso de Plutarco não se restringiu somente ao mundo antigo. Em *Plutarque entre les anciens et les modernes*, o historiador faz um movimento de ida e de retorno aos antigos e modernos e analisa o impacto da obra do biógrafo. Ele tinha como grande objetivo e justificativa para a sua “empresa biográfica” produzir a imitação no leitor. Consequentemente, procedia por meio de um paralelismo, procedimento esse que encontra plena vinculação com o princípio da história como mestra da vida, escreve Hartog. Se em ambos, tanto para o carioca de Iguazu quanto

para o cidadão romano, havia a preocupação em tornar conhecidos os atos dos grandes homens do passado no presente, em Pereira da Silva não há uma distinção clara entre os pequenos e os grandes fatos, além da ausência do paralelo enquanto instrumento heurístico como um princípio de imitação.

A referência que Pereira da Silva faz a Plutarco mostra, entre outras coisas, que os modelos de escrita da história no Brasil oitocentista ainda eram bastante dependentes da cultura clássica. Por outro lado, a biografia, enquanto gênero de escrita, estava no Brasil oitocentista em processo de formação. Aqui a afirmação de Porto-Alegre faz-se de extrema pertinência:

O Plutarco Brasileiro é um momento triunfal; é uma obra de longo folego, que ganhará de dia em dia novas perfeições, novos toques de remate com o andar dos annos, com a colheita dos factos, com o engrandecimento do numero, e com a perfeição e a madureza que o tempo estampa em todos os trabalhos historicos. Este livro brindado ás lettras do paiz terá longa duração, e augura ao seu auctor uma nomeada duradoura, si elle durante a sua vida o for retocando, e ampliando como convêm: um erro estampado é um veneno que se lança á posteridade; é um ponto falso de projecção no perimetro da historia; e toda a humanidade é desviada da senda da verdade, logo que os idealistas ou historiadores falsificam os acontecimentos (SILVA, 1858, p. 9).

Porto-Alegre aponta para uma outra dimensão que *Plutarco Brasileiro* ajudava a reforçar, a ideia de uma obra aberta, que precisava passar por constantes retoques e aperfeiçoamentos para alcançar a verdade. Verdade essa que requer tempo. Para buscá-la era importante a continuação da pesquisa histórica. Crítica apurada e grande lição história seriam os dois requisitos encontrados ao longo das vinte biografias escritas por Pereira da Silva:

O *Plutarco Brasileiro* é um trabalho que honra a seu auctor. Tem os dous essenciais requisitos; *grande lição historica e critica apurada*. O Sr. Pereira da Silva não descreve simplesmente a vida *chronologica*, como diz Schlosser, dos Brasileiros celebres; descreve tambem a vida *intellectual* e os trabalhos litterarios e scientificos; julga-os depois comparando-os com os estrangeiros que se illustrarão em trabalhos correspondentes, e facilita por este modo á nossa mocidade o estudo comparado da litteratura brasileira (SILVA, 1847, p. 220, 2v, *grifo meu*).

Quando lidos em conjunto os artigos presentes no epílogo do livro, passa-se uma ideia de que a recepção, de maneira geral, teria sido muito positiva. As críticas estariam em segundo plano devido à predominância dos elogios destinados ao autor e sua obra. Não obstante, os artigos ali publicados foram selecionados por Pereira da Silva. Não se trata de duvidar da “honestidade intelectual” do historiador. Contudo, é inegável não pensar sobre quais critérios ele teria utilizado na seleção dos periódicos que se fazem presentes no segundo volume de seu trabalho. Não consta como um dos principais objetivos desse artigo fazer um levantamento detalhado da repercussão que a obra teve quando divulgada, mas apenas o de tentar demonstrar, nessa parte do trabalho, algumas discussões a respeito da escrita biográfica a partir do que estava sendo levado em consideração pelos articulistas ao se referirem a *Plutarco Brasileiro*. Com a repercussão que teve o livro uma nova edição foi publicada, não sem antes ser revista e aumentada, em 1858. Com o título de *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniães*, o autor procurou, sobretudo, corrigir a cronologia da obra, ao estabelecer um plano que começa no século XVI até o XVIII. Nas palavras de Innocencio Silva tratava-se do “*Plutarco Brasileiro* refundido, augmentado e melhorado, por modo que parece um trabalho inteiramente novo”. Seu autor soube ouvir as críticas e “[...] não só dispoz as biographias segundo a ordem chronologica, que faltava na primeira edição, mas aperfeçoou mais a phrase, cortando pelo demasiado viço do estylo, conseguindo tornalo mais cerrado, e proprio do genero historico” (SILVA, 1858-1927, p. 408-09). Nessa segunda edição, encontra-se uma correção feita por Pereira da Silva sobre a origem paterna do poeta Basílio da Gama. Esse aspecto será analisado, de forma mais pormenorizada, a seguir.

Biografia e discussão historiográfica em Pereira da Silva: o caso Basílio da Gama e dimensão ética do historiador

Muitas vezes no Brasil oitocentista, a biografia constituía um *locus* privilegiado para que debates historiográficos ocorressem. Já foram ressaltados em outro momento os erros cometidos por Pereira da Silva em suas obras históricas. Em relação a sua escrita biográfica ocorre o mesmo. Encontramo-los na biografia sobre Basílio da Gama. O equívoco, chamemos assim, não diz respeito à nacionalidade do autor de *Uruguai*,

pois isso é esclarecido logo no primeiro parágrafo. Refere-se à origem paterna do biografado.

Quem fora seu pai? — D'onde procedera? Nem um biographo no-lo diz: ha quem affirme seu pai fallecido pouco tempo depois do seu nascimento, e descender elle de pobres certanejos, companheiros de João de Serqueira Affonso, grande copia dos quaes eram Portuguezes, que procuravam fortuna; assevera-se também que ficara o infeliz infante entregue aos cuidados de sua desgraçada mãe, que nem meios tinha de subsistência para si, quanto mais para crear e educar um filho! (SILVA, 1847, p. 138)

Pereira da Silva não cita suas fontes sobre esse aspecto, o que pode possibilitar o levantamento de dúvidas sobre a consistência de sua afirmação. O autor, porém, continua sua história.

O que parece certo é, que urn religioso Franciscano, passando casualmente por aquella villa em viagem , que trazia para o Rio de Janeiro, recebêra o infante, e em sua companhia o conduzira; que no Rio de Janeiro fora elle entregue á piedade do brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, que o fez admittir no grêmio da Companhia de Jesus, á fim de cursar suas aulas, e de se applicar a estudos literários (SILVA, 1847, p. 138).

Com a publicação do primeiro volume, alguns periódicos da imprensa carioca se manifestaram conforme já visto. Porém não somente ela. Como adverte Pereira da Silva, no epílogo de *Plutarco Brasileiro*: “No fim d’esses artigos um aparece corrigindo erros, que o seu auctor julga encontrar na vida de José Basilio da Gama; fazemo-lo acompanhar da resposta que considerámos dever dirigir-lhe, e que se pode tambem tomar como agradecimento ao publico, pela benvolencia com que acolheu a nossa obra” (SILVA, 1847, p. 218, 2V). É interessante notar a abertura do biógrafo, resultando estar seu trabalho em constante processo de amadurecimento e correção. Mais uma vez a assertiva de Porto-Alegre se faz presente.

O debate ocorre na imprensa, acostumada desde muito às polêmicas, mais precisamente nas páginas do *Jornal do Commercio*. No dia 1º de julho de 1847, uma

carta é endereçada à sede do jornal. Assinada por *Um seu parente*, não é possível precisar o autor do texto. Logo no primeiro parágrafo, o assunto já é abordado. Por mais que considere *Plutarco Brasileiro* um excelente trabalho, o escritor julga-se no dever de corrigi-lo. Não com palavras, e sim, com documentos, pois, escreve ele, “[...] tenho de rogar-lhe a publicação no seu *Jornal* dos seguintes documentos, cujos originais, bem como outros muitos minuciosos e exactos [...], existem em meu poder e serão presentes ao Sr. Pereira da Silva, se por ventura me constar que deseja S. S. dar-se ao trabalho de os ler” (SILVA, 1847, p. 241, 2v). Não causa tanta indignação o desconhecimento da origem paterna de Basílio da Gama, mas sim a afirmação dele ter descendido de sertanejos pobres que buscavam fortuna e ter sido criado por uma mãe que não possuía os meios necessários para tal.

Datado de 1787, o documento escrito pela rainha atesta ser o capitão-mor Manuel da Costa Villas-Boas o pai do poeta, que seria casado com D. Quiteria Ignacia da Gama. Além do mais, também o autor da carta cita os nomes dos avós e bisavós de Basílio da Gama. Como conclusão, o tom empregado torna-se menos enfático e passa a ser conciliatório, deixando claro sua simpatia pelo historiador-biógrafo:

Outros talvez possam devidamente apreciar se foi o Sr. Pereira da Silva quiçá mais feliz a respeito das demais biographias que se contém na sua obra; pela minha parte, só me resta rogar a S. S., com que muito sympathiso, e de cujos talentos faço mui subido conceito, que não attribua a publicação d’estas linhas a qualquer outro motivo que não um tributo que julgou dever á memoria de José Basílio da Gama (SILVA, 1847, p. 244, 2v).

Um dia após a publicação da carta no *Jornal do Comércio*, Pereira da Silva envia sua resposta. Depois de louvar o procedimento do correspondente, o autor começa a escrever em sua defesa. Ele tem razão ao afirmar que a discórdia é relativa somente a um período da biografia do poeta e também está certo quando utiliza como argumento de autoridade Varnhagen para reforçar sua resposta. O historiador e diplomata brasileiro teria escrito um parágrafo, em um de seus trabalhos, relativo ao poeta, algo próximo do que Pereira da Silva afirmara em sua obra. A semelhança seria sobre o desconhecimento da origem paterna do poeta e da pobreza de sua mãe, embora Varnhagen não relate nada

sobre a descendência sertaneja de Basílio da Gama. O ponto principal da defesa, porém, é a evocação do trabalho empreendido como historiador, mesmo que as lacunas tenham permanecido.

Folhee para escrever o —PLUTARCO BRAZILEIRO— bastantes livros antigos e modernos, e copia mesmo de manuscriptos. Colhi o que havia n'elles. Não vi tudo o que existe impresso ou não impresso. Necessariamente me faltaram materiaes, e a prova encontro nos documentos manuscriptos a que se refere seu correspondente, e que inteiramente desconheço. Ficar-lhe-hei summamente agradecido se se dignar de m'os confiar, porque, a haverem erros ou inexactidões, procurarei emenda-los na nova edição que está reservada ao — PLUTARCO —, visto que tão bem foi recebido pelo publico, que poucos exemplares restam do seu primeiro volume (SILVA, 1847, p. 246, 2v).

O trabalho de pesquisa empreendido para a conclusão de *Plutarco Brasileiro* não é definitivo. Há limites com os quais Pereira da Silva se depara. Ele os reconhece. A obra está aberta e sujeita a modificações quando necessário. A tarefa proposta pelo cônego Barbosa, no discurso de inauguração do IHGB, precisa de tempo e constantes retoques.

Continuando a sua defesa, o outro argumento sustentado pelo historiador-biógrafo para não merecer “desapiedada censura” é buscado por meio da comparação com cenário francês, inglês e alemão. Lá, onde abundam documentos impressos e tudo se pode saber sobre os homens grandiosos, segundo o autor, erros e inexatidões também ocorrem. Thiers, Ebert, Clarke, Schelegel não estiveram isentos de equívocos, então no Brasil, cujo trabalho é redobrado para semelhante tarefa e “onde há falta quasi absoluta de materiaes acerca da historia e da litteratura, dada mesmo a hypothese de uma ou outra inexaclidão no — PLUTARCO— e que se pôde corrigir, não ha muita razão na sua censura rigorosa” (SILVA, 1847, p. 247, 2v). A defesa finaliza com a aceitação dos documentos que o correspondente dizia possuir, pois o objetivo era um só: servir ao país. Pereira da Silva recebeu os documentos. A prova de que os leitores dispõem refere-se ao texto acrescido quando da reedição da obra sob o nome de *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniães*. Entre o parágrafo que pergunta sobre a

origem paterna do poeta e o que relata a sua estadia no colégio dos jesuítas encontra-se o que dá conta, por meio dos documentos adquiridos, da verdadeira origem de José Basílio da Gama. *Plutarco Brasileiro*, obra que pode ser classificada como uma história biográfica, tem o duplo de desafio de ser ao mesmo tempo biografia, pois descreve a vida de personalidades que foram importantes para o país, e história, já que, a partir delas, os acontecimentos sucedem-se. Tanto uma quanto outra deveriam passar por critérios relacionados à busca por veracidade como se pode observar no trecho do discurso feito em 1842, de autoria de José Fernandes Feliciano Pinheiro, visconde de São Leopoldo, durante a quarta sessão pública de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em que ele mostra a preocupação com a fidedignidade dos relatos biográficos.

Nosso Instituto, esmerilhando documentos, por incuria ou malícia escondidos, para coordenar o História do Brasil, depois afinados, como os metaes preciosos, no crisol da critica severa, e de receberem o cunho da autenticidade; traçando a biographia dos compatriotas famigerados, para não confundir com o diamante o crystal rocha, e de modo lapidal-o que brilhe, afim de n'esses exemplares espelharem-se os vindouros; aponta ao mesmo alvo, que é o timbre de uma das mais illustradas Academias da Europa, em quanto reputa – vãa a gloria que não leva em fito o util - por esta traça tende para o aperfeiçoamento dos costumes e da civilisação, e o signal caracteristico do progresso manifesta-se antes pela conscienciosa observancia das virtudes sociaes, do que pelas artes e talentos (PINHEIRO, 1842, pp. 2-3, suplemento)

Assim como a autenticidade necessária para coordenar a história precisava passar por uma crítica severa, a biografia precisava ser traçada com exatidão. Duplo desafio, como já assinalado, para Pereira da Silva com seu *Plutarco Brasileiro*. Ele escreve vidas e narra a história. Mesmo correspondendo a modalidades discursivas distintas, o “regime de veracidade” se impõe a ambas e, nessa intrincada relação entre biografia e história no Brasil oitocentista, pode-se concordar com Maria da Glória de Oliveira quando afirma que “a aposta biográfica dos nossos letrados adequou-se às injunções da disciplina histórica tal como esta foi concebida e praticada no Brasil do século XIX” (OLIVEIRA, 2011, p. 82).

É entre uma obra biográfica e histórica que *Plutarco Brasileiro* se encontra. Pereira da Silva oscila entre ser biógrafo e historiador, vai de um lado ao outro, de uma extremidade a outra na execução de seu trabalho. A partir disso, ele reforça a existência do que se pode designar aqui como uma ideia de história que encontra na escrita de uma vida a melhor maneira para se materializar. Ele parte do indivíduo, o princípio orientador e ordenador da sua narrativa, e termina por pintar quadros de épocas pretéritas.

Tendo em vista o breve trajeto percorrido nessas páginas, partindo do historiador e chegando até seu trabalho pode-se perceber a importância do seu papel durante as primeiras décadas do século XIX. O que mais se buscou reforçar aqui foi a dimensão pública do seu trabalho. Não isento de críticas e contestações, Pereira da Silva tinha uma dupla demanda que dizia respeito a uma mesma questão. Dupla, pois parte dele mesmo e também do público leitor, incluindo críticos e outros letrados do período. Tal demanda referia-se à busca pela verdade, que sempre estaria vinculada à pesquisa histórica e à fidedignidade em relação aos fatos pretéritos ocorridos.

Referências:

ENDERS, Armelle. “João Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen et lês malheurs de l’histoire moderne du Brésil”. *Revista de História (RH)*, edição especial – 1º de semestre de 2010 – antigos, modernos e selvagens, pp. 115-129.

HARTOG, François. Plutarque entre les anciens ET les modernes. In: *PLUTARQUE. Vies parallèles*. Paris: Gallimard, 2001, pp. 9-49.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. RJ: Editora FGV, 2011.

_____. “Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista” *Anos 90*: Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

SANTOS, Prezalindo Lery. *Pantheon Fluminense. Esboços biographicos*. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1880.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Em Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1847. 2 v.

_____. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniães*. Pariz : Livraria de A. Franck..., : Livraria de Guillaumin..., 1858. 2 v.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1954.

Notas :

ⁱ Esse trabalho faz parte da minha dissertação de Mestrado, defendida em março de 2017.

ⁱⁱAs obras de Pereira da Silva abrangem um campo variado de estilos desde o romance, a crônica, as antologias, até seus trabalhos propriamente de história, dos quais cabem ressaltar: *História da fundação do império brasileiro*, 7 vol., escrito entre 1864-1868; *Segundo período do Reinado de D. Pedro I no Brasil: narrativa histórica*, de 1871 e *História do Brasil de 1831 a 1840*, de 1879.

**RELAÇÕES ENTRE A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL DE DELIO
CANTIMORI E O PAPEL ÉTICO-POLÍTICO DA HISTÓRIA:
CONFLITOS COM O PARTIDO COMUNISTA E A
APROXIMAÇÃO COM A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA
CULTURAL DE JACOB BURCKHARDT (1950 – 1966).**

**THE RELATIONSHIPS BETWEEN DELIO CANTIMORI'S
INTELLECTUAL TRAJECTORY AND THE ETHICAL-
POLITICAL ROLE OF THE HISTORY: CONFLICTS WITH THE
COMMUNIST PARTY AND THE APPROXIMATION WITH THE
PERSPECTIVE OF THE CULTURAL HISTORY OF JACOB
BURCKHARDT (1950 – 1966)**

Felipe Araujo XAVIER*

Resumo: Em 1926, Delio Cantimori inscreveu-se no Partido Nacional Fascista, tornando-se um dissidente em meados de 1930, quando passou a apoiar clandestinamente integrantes do Partido Comunista Italiano. Todavia, durante a década de 1950, Cantimori também se decepcionara com o PCI, as políticas soviéticas e a gestão ideológica dos órgãos de cultura da esquerda. Nesse contexto, Cantimori começou a explorar a visão de J. Burckhardt sobre a História e a importância da organização da cultura para o desenvolvimento ético e moral do povo. Dessa maneira, este artigo tem como objetivo analisar os conflitos entre Cantimori e integrantes do PCI, o seu desligamento do Partido Comunista, em 1956, e a influência das ideias burckhardtianas sobre a História nas reflexões de Cantimori relativas ao papel do historiador e à organização da cultura, entre 1957 e 1966.

Palavras-chave: Delio Cantimori; Partido Comunista Italiano; Jacob Burckhardt.

Abstract: In 1926, Delio Cantimori joined the National Fascist Party, becoming a dissident in the mid-1930s, when he supported clandestinely members of the Italian Communist Party. However, during the 50's, Cantimori had also been disappointed with the PCI, the Soviet policies and the ideological management of the organs of Left-wing culture. In this context, Cantimori began to explore J. Burckhardt's view about the History and the importance of the culture organization for the ethical and moral development of the people. Therefore, this paper aims to analyze the conflicts between Cantimori and members of the PCI, his disengagement from the Communist Party, in 1956, and the influence of the Burckhardt's ideas about the History in Cantimori's reflections about the role of the historian and the organization of the culture, between 1957 and 1966.

*Doutor em História – Programa de Pós-graduação em História – Departamento de História – UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, MG – Brasil. E-mail: felipearaujoxavier@yahoo.com.br.

Keyword: Delio Cantimori; Italian Communist Party; Jacob Burckhardt.

Durante sua trajetória intelectual, Delio Cantimori canalizou forte energia para a formação científica, ética e moral dos seus alunos e do povo italiano. Para além dos seus cursos voltados para temáticas como História da Religião, História Moderna, Historiografia, Filosofia da História, Metodologia e o ensino de História, o catedrático expandiu sua função de educador à de organizador da cultura e preceptor de atividades editoriais, com o objetivo de divulgar o conhecimento científico e ampliar as vias de formação civil do cidadão.

Esse interesse de Cantimori pela instrução da população o acompanhou pelas diferentes fases de sua vida acadêmica, como uma questão essencial levantada pela História ético-política italiana.

Desde o período no qual ainda era um estudante universitário marcado pelo republicanismo mazziniano de seu pai e pelas leituras joviais parciais e ecleticamente simpáticas ao nacionalismo de G. D'Annunzio, ao liberalismo antifascista de Piero Gobetti e ao idealismo de G. Gentile e de B. Croce, entre outras, Cantimori mencionava a importância do debate sobre a relação entre os estudos históricos, a educação das massas e os problemas da sociedade de seu tempo.

Em 1926, essa inquietude o impulsionara a se inscrever no Partido Nacional Fascista, acreditando ser a instituição política mais apropriada para a realização da verdadeira revolução republicana e sindicalista europeia, através de uma reforma social embasada na elevação da consciência histórica, crítica e moral do povo.

Decepcionado com o desenrolar do projeto de sociedade fascista, em meados da década de 1930, Cantimori lamentava a crise do Idealismo Atualista e o distanciamento do Corporativismo tomado pelas políticas militaristas de Mussolini e, gradualmente, depositava suas esperanças nas atividades clandestinas do Partido Comunista Italiano.

Por uma questão de consciência do seu passado fascista, seu registro no PCI foi realizado apenas em 1948, quando acreditava ser necessário reforçar o partido e a unidade da resistência antifascista de esquerda, em meio à abertura democrática. (CHIANTERA-STUTTE, 2011, p. 96)

Entretanto, o PCI também o desapontara com a maneira como regeu seus órgãos de cultura, os quais, no juízo de Cantimori, priorizavam a defesa de seus posicionamentos ideológico-propagandísticos, em detrimento do conhecimento científico da realidade histórica italiana e europeia. (VITTORIA, 2013)

Perante as manobras político-culturais comunistas, as notícias sobre as atrocidades cometidas pelo Governo de Stalin e a invasão da Hungria, realizada por Krushev, Cantimori se acolheu, paulatinamente, nas suas angústias pessoais e no universo dos estudos históricos, semeando dúvidas, historicizando visões e apresentando suas opiniões.

Estas atividades foram realizadas sob a forte influência das reflexões historiográficas de Jacob Burckhardt, expoente dos estudos histórico-culturais do Renascimento, também professor e homem de cultura atento aos problemas de seu tempo.

O “horror pela política” daqueles anos estimulava Cantimori em direção a um caminho que limpasse os “resíduos do desordenado período de 1948 – 1957”¹ (CANTIMORI, 1958, apud MANGONI, 2004, p. 64) e o levasse a garimpar uma nova reflexão histórica capaz de cobrir aquele vazio deixado pela descrença no projeto comunista.

Nesse contexto, em 1959, o intelectual italiano publicou sua tradução e introdução de *Meditazioni sulla storia universale*, de Burckhardt, e uma coletânea de artigos e resenhas de aspectos metodológicos, *Studi Storici*, onde fez uma longa citação referente aos ideais do filósofo e político Terenzio Mamiani, na qual o patriota enfatiza seu apreço pela difusão da ciência como meio de formação cultural do povo italiano. (CANTIMORI, 1959, p. XIII)

E foi dentro dessa mentalidade de transmissão do conhecimento histórico crítico que Cantimori também organizava um manual de História Geral para leitores não especializados e para a “(...) *escola* universitária e aquela média (para professores, preparação de concursos em liceu, etc.)”², dotado de um repertório ordenado cronologicamente, que abarcasse as

(...) principais ideias historiográficas (problemas) e também as principais controvérsias (questões superadas ou superáveis, por

exemplo a “culpa da guerra” depois de 1919, mas não totalmente entendido como superadas, etc.).³ (CANTIMORI, 1991, p. 812)

Seu objetivo era atingir o público alcançado pelo *Enciclopedia Treccani* e expandir-se para outros setores da sociedade, nos quais se encontravam pessoas cultas, mas não especializadas em estudos históricos. (CANTIMORI, 1991, p. 812)

Como ressaltou, em agosto de 1955, em seu artigo *Un trattato di buona storia*, tal projeto era inspirado nos manuais de História Geral dos alemães, que ajudavam

(...) na formação daquela instrução geral que devia depois constituir o fundamento dos seus trabalhos, tanto para quem tivesse realizado uma preparação preordenada, quanto para quem se direcionasse aos estudos históricos depois de erros em outros campos, seja grato àquelas coleções sistemáticas.⁴ (CANTIMORI, 1959, p. 752)

Na Alemanha, segundo Cantimori, essas reflexões sobre a organização do conhecimento científico e sua divulgação através dos manuais surgiram no final do *Settecento*, estiveram presentes na reforma da universidade prussiana, realizada por W. von Humboldt, e no modelo burckhardtiano de História Geral, chegando até a geração de Meinecke. (CANTIMORI, 1991, p. 814; CANTIMORI, 1959, p.752 – 753)

Nesse ponto relacionado à História Geral, em específico, o intelectual romanholo reforçava sua simpatia pelas reflexões de Jacob Burckhardt as quais entendiam a História Geral como uma linha universal descontínua, e a História como uma “(...) disciplina propedêutica às demais atividades posteriores mais determinadas e definidas”⁵, voltada para a educação civil e o desenvolvimento vocacional dos homens. (CANTIMORI, 1967, p. 84 e 85)

Portanto, a partir de livros, textos, cartas e artigos cantimorianos, esse artigo tem como objetivo abordar a reviravolta nas crenças políticas de Delio Cantimori durante os anos de 1950, quando, preocupado com o manejo do conhecimento histórico científico como ferramenta de elevação dos preceitos ético-morais do povo, o intelectual entrou em conflito com lideranças políticas do PCI.

Logo depois, também se almeja demonstrar como a ruptura entre Delio Cantimori e o PCI, consolidada em 1956, influenciou o intelectual italiano na sua aproximação das ideias de Jacob Burckhardt, as quais tratam a História como uma ciência propedêutica ligada à formação civil dos cidadãos, e que se tornaram uma das

principais bases das reflexões cantimorianas sobre o papel do historiador e a organização da cultura italiana, entre 1957 e 1966.

Os conflitos entre Delio Cantimori e o Partido Comunista Italiano.

Delio Cantimori foi um estudioso inquieto e inquietante, defensor da organização da cultura e semeador de dúvidas. (MANGONI, 2004, p. 62) Seu costume profissional de historicizar as atividades humanas, inclusive a própria escrita da História e seus paradigmas, marcou sua constante busca pela problematização de leituras apologéticas, propagandistas, confessionais e ideológicas, combatendo qualquer tipo de generalização, visões simplistas pautadas em esquemas rígidos de interpretação.

Contudo, foi durante a década de 1930, que Cantimori teve os primeiros impulsos para uma reformulação mais profunda das suas interpretações políticas, historiográficas e metodológicas.

Ao assistir a crise do Idealismo Atualista e o projeto militarista expansionista de Mussolini se sobrepôr ao corporativismo fascista, o intelectual romanholo despertava sua consciência crítica para a importância da filologia nos estudos históricos e na decodificação do universo político hostil que pairava nos ares europeus. A filologia se tornava a arma cantimoriana de combate a qualquer tipo de apelo ao irracionalismo como via de formação de um povo e consolidação de um Estado ou Nação.

Nessas condições, o ideal de Estado de Cantimori tomava uma conotação de instituição necessariamente racional e ordenadora dos instintos, em contraposição ao Nazismo e ao Fascismo.

Não obstante, com a alma maculada pelas mazelas e atrocidades realizadas pelo fascismo e o nazismo culminadas nas catástrofes da II Grande Guerra, Cantimori foi tomado pelo remorso do seu passado fascista, tornando-se ainda mais inquieto e crítico em relação à política e à necessidade de precisão da História como conhecimento científico.

Com esse espírito, o romanholo se inscreveu no PCI e passou a participar das suas políticas voltadas para a cultura italiana. Todavia, a relação entre Cantimori e representantes do PCI, entre outros líderes da esquerda, não foi a mais amistosa.

Segundo Albertina Vittoria, os primeiros conflitos, entre Cantimori e a direção de periódicos de esquerda, desenrolaram-se dentro do processo de mudança de direção da revista *Movimento Operaio*, durante os anos de 1952 e 53.

Em 1952, o comunista Giangiacomo Feltrinelli, mentor da *Associazione Feltrinelli* – importante centro de estudos sobre a História do Movimento Operário Italiano –, saiu em defesa da transformação da revista *Movimento Operaio* em um órgão interno da *Biblioteca Feltrinelli*. Naquele contexto, o periódico era dirigido pelo historiador socialista Gianni Bosio, o qual se posicionou contrário a essa decisão, defendendo a autonomia do periódico.

Visto o processo de hegemonia comunista nesses órgãos de cultura, sob a égide dos representantes Carlo Salinari, do PCI, e Raniero Panzieri, do PSI, foi apresentada a proposta de uma direção bipartidária, a fim de tentar solucionar o desacordo e manter sólidas as alianças entre os grupos de esquerda.

Por sua vez, Delio Cantimori teria se posicionado contra o bipartidarismo, acreditando que isso distanciaria os intelectuais e estudiosos independentes. Como solução, defendeu a candidatura de seu ex-aluno, Armando Saitta – o qual, na sua visão, representaria melhor esse grupo autônomo – ou uma direção coletiva de jovens acompanhados de um secretário eficiente, para sedimentar os acordos políticos. (VITTORIA, 2013, p. 27 – 29)

Com a demissão de Bosio, em julho de 1953, e o próprio nome de Cantimori foi cogitado por Feltrinelli, para ocupar a direção da revista. Entretanto, o convite foi negado pelo romanholo insatisfeito com o desacordo entre o então ex-diretor Bosio, a presidência da Biblioteca Feltrinelli, os membros do comitê de redação da revista *Movimento Operaio* e os redatores. (CANTIMORI, 1953, apud VITTORIA, 2013, p. 29)

Além da desordem interna, o intelectual também se aborreceu com o processo de concentração de poder nas mãos de G. Feltrinelli, o qual começava a exercer uma supremacia sobre a Biblioteca e a revista *Movimento Operaio*, o que, na leitura de Cantimori, era consequência da inconsciência e falta de seriedade dos jovens que deixavam suas intrigas ideológicas influenciarem em questões político-culturais. (VITTORIA, 2013, p. 30 e 31)

Naquele mesmo período, os grupos de esquerda também definiam a situação da revista de política e cultura *Società*, a qual havia vivenciado mudanças na sua direção, passando de Cesare Luporini para G. Manacorda, e na sua sede, transferida de Florença para Roma, onde se ligou à *Fundação Gramsci* e à editora *Einaudi*. (VITTORIA, 2013, p. 34)

Dentro dessas modificações, iniciaram-se debates internos sobre a função desse periódico como instrumento de organização cultural para o PCI e a criação de um novo semanário de viés mais propagandístico – com uma liderança ligada ao partido comunista –, já que a revista *Società* estava voltada para debates teóricos e científicos acadêmicos bem específicos, o que vinha desagradando setores ideológicos do PCI.

Nessa ocasião, o crítico literário marxista, Carlo Selinari, acusava a revista de sectária, intelectualmente elitista, direcionada para questões distantes da situação política atual e inadequada para servir como instrumento de promoção de um movimento político unitário e libertador da cultura italiana.

O antifascista e proprietário da editora Einaudi, Giulio Einaudi, reclamava da sua incapacidade de atingir grandes públicos, devido a seu academicismo e a sua “ostentação filológica”, que incapacitava a revista de se tornar uma ferramenta para incitar a circulação de ideias e interesses.

Em contraposição, G. Manacorda enxergava na revista, feita e redigida por comunistas, a responsabilidade de realizar uma profunda revisão da cultura italiana, não necessariamente ligada aos interesses políticos e às intenções propagandistas partidárias.

Por sua vez, Delio Cantimori posicionava-se sobre o caráter militante o que alguns intelectuais comunistas queriam dar à revista e reclamava da presença de uma burocracia acadêmica⁶ a qual o incomodara em outras situações internas ao relacionar constantemente a ação política do PCI com os órgãos de cultura comunistas. (VITTORIA, 2013, p. 35 – 37)

Apesar dessas pequenas querelas e desencontros, naquele contexto, Cantimori ainda alimentava sua admiração pela geração de jovens comunistas e suas produções historiográficas. Isso ficou patente em seu artigo *Note sugli studi storici in Italia dal 1926 al 1951*, datado de janeiro de 1952. (CANTIMORI, 1971, p. 268)

Nesse escrito, Cantimori definiu aquela geração, composta pelos historiadores Renato Zangheri, G. Manacorda, E. Ragioneri e A. Caracciolo, como jovens bem orientados metodologicamente, apesar de ainda manterem seus estudos em um estado fragmentário, se comparados com “(...) a geração dos melhores catedráticos italianos agora ainda mais ativos (E. Sestan, F. Chabod, C. Morandi [morto em 1949], W. Maturi)”⁷, os quais teriam vivido um tempo diferente, desfrutando da unidade dada pela *Scuola storica* italiana dirigida pelo historiador nacionalista e apoiador do fascismo, G. Volpe. (CANTIMORI, 1971, p. 271)

O estudioso ainda ressaltou a seriedade daqueles historiadores marxistas, o trabalho filológico e sua abertura para novos problemas os quais coincidiam com o interesse pelas reflexões metodológicas marxista-leninistas e gramscianas, apesar da ausência de uma preocupação mais profunda com a organização eficiente dos trabalhos, na visão cantimoriana, tão necessária para o avanço dos estudos históricos italianos. (VITTORIA, 2013, p. 53)

Entretanto, esse quadro modificou-se, paulatinamente, até culminar em uma situação de “conflitos de gerações”, a qual levariam Cantimori a redigir duras críticas ao mesmo grupo de jovens marxistas no seu texto *Epiloghi Congressuali*, publicado na revista *Società*, em cinco de outubro de 1955, onde tratou dos desdobramentos do X Congresso de ciências históricas.

Antes da publicação dos *Epiloghi* de Cantimori, em setembro de 1955, Ernesto Ragionieri publicou o artigo *La disputa storica* na revista marxista *Il Contemporaneo*, apresentando um comentário sobre o X Congresso, no qual enfatizou a importância da presença de estudiosos da URSS e dos países comunistas do extremo oriente, para a retomada das colaborações científicas internacionais e para a centralidade a qual o marxismo teria obtido nesse contexto, em relação à “historiografia oficial” ético-política italiana. (RAGIONIERI, 1979, p. 9 – 14)

Não obstante, em duas cartas enviadas à A. Giolitti, no mês de dezembro de 1954, o estudioso romanholo já vinha relatando sua decepção em relação à falta de seriedade daqueles jovens, exprimindo suas críticas aos estudos históricos da revista *Il Contemporaneo*, a qual, no julgamento cantimoriano, tendia a se tornar um órgão com o

intuito de concentrar colegas de profissão para combater adversários internos. (VITTORIA, 2013, p. 54)

E perante as palavras de Ragonieri, sobre o *X Congresso*, Cantimori ficou ainda mais irritado com a forma como alguns representantes do PCI comportavam-se em relação às políticas culturais.

Consequentemente, em seu artigo *Epiloghi Congressuali*, publicado em outubro de 1955 na revista *Società*, Cantimori deixava claro seu desacordo com as palavras do historiador marxista toscano, o qual, segundo o romanholo, utilizava erroneamente o termo “historiografia oficial” ao referir à historiografia ético-política italiana.

Não acredito que se possa dizer que na historiografia italiana existam correntes “oficiais” ou “mais oficiais” ou “menos oficiais”, embora exista o perigo de tendências fechadas do próprio Ragonieri e de outros corajosos jovens estudiosos que, me parece, tendem a se organizarem conscientemente em grupo ou escola.⁸ (CANTIMORI, 1959, p. 838)

O intelectual seguiu acusando Ragonieri de portar uma concepção limitada sobre a historiografia italiana, afirmando que, naquela ocasião, o colega marxista talvez tenha utilizado o termo “oficial” de forma generalizante, para designar os estudiosos mais velhos e constituir uma ideia de contraposição de uma nova historiografia de vanguarda “(...) marxista, representada por jovens (o próprio Ragonieri, o Procacci, o Mirri, o Cafagna, o Della Peruta, o Zangheri, o Caracciolo, o Villari, o Villani, o Santarelli, para fazer exemplo de caso)”.⁹ (CANTIMORI, 1959, p. 838)

Segundo Cantimori, nessa concepção geracional estava o ponto de apoio e união de Ragonieri e outros jovens marxistas, os quais se apartaram das demais atividades do *X Congresso*, participando apenas dos seus debates político-ideológicos preferidos e tendendo a constituir uma “igrejinha”.¹⁰

Dentro desse embate, Cantimori não economizou críticas à líder da delegação de historiadores soviéticos, Anna M. Pankratova, a qual, em seu entendimento, catalisou os anseios dos jovens marxistas, dando liga aos debates para a formação de um grupo fechado – a “igrejinha” – e reforçando as controvérsias entre ele e setores do PCI.

Como ressaltou Albertina Vittoria, essa crítica cantimoriana alimentou e propagou a polêmica, inserindo outros integrantes do partido na contenda. Por sua vez,

Mario Alicata teria pedido para Cantimori modificar a parte final dos *Epiloghi*, frisando a autoridade da historiadora russa, e ser mais gentil nas suas afirmativas em relação à Pankratova. (VITTORIA, 2013, p. 61)

Apesar de não ter sido possível realizar um contato com o texto original, pode-se constatar que Cantimori aceitou algumas intervenções, mas manteve parte de sua crítica à representante soviética nos *Epiloghi*:

Tive frequentemente a impressão de que alguns estudiosos soviéticos tivessem considerado e considerassem mais importante a afirmação ou a repetição de certos princípios metodológicos gerais (Scaskin, no seu *Dolcino*, como em várias intervenções; Pankratova na sua comunicação sobre historicismo e nas réplicas, Niconov sobre o Humanismo), do que a discussão crítica específica das várias questões propostas. Tive esta impressão, sobretudo, na comunicação de Pankratova. Nessa comunicação ocorreram afirmações generalizantes e inexatas sobre o historicismo, a ponto de igualar Croce e Spengler; críticas de vários congressistas sobre argumentos específicos (subjetivismo do pensamento de Croce, por exemplo) ou de caráter igualmente genérico (...). A réplica de Pankratova, ainda mais genérica, composta de reconhecimentos de impressões sobre as questões específicas e ainda de afirmações e anunciações de princípios (pessimismo – filosofia histórica das classes em decadência, otimismo – filosofia histórica das classes em ascensão e outros truísmos). É óbvio que perante uma plateia numerosa soaram estranhamente as declarações de não ter realizado uma preparação sobre o argumento tratado e a promessa de estudar melhor na próxima vez. Eu sou propenso a levar a sério aquelas declarações e esta promessa, mas vendo friamente as coisas, não posso não levar em conta de como alguém, e eu mesmo, tinha vontade de ironizar aquela excessiva simplicidade. Certamente, seria um erro querer tomar um posicionamento desse tipo, mediante um movimento de espírito, um caso singular e isolado como aquele de Pankratova.¹¹ (CANTIMORI, 1959, p. 843 e 844)

Por questões ideológicas, Mario Alicata tentava preservar Anna M. Pankratova, a qual havia sido nomeada diretora da revista soviética *Voprosy Historii*, em maio de 1953, e tentava renovar a historiografia e as instituições de cultura e estudos históricos soviéticos, alinhando as ciências históricas às decisões do XX Congresso do PCUS, combatendo o culto da personalidade, o dogmatismo e as conseguintes carências da historiografia russa.

Assim, a historiadora russa ambicionava fazer do periódico um instrumento de abertura para a publicação de estudos originais e para o conhecimento histórico dentro e fora da URSS, mesmo perante a resistência de funcionários mais ortodoxos do PCUS,

os quais a acusaram de revisar o leninismo e a história do partido. (VITTORIA 2013, p. 64)

Nesse contexto, já existia o interesse político e cultural de historiadores italianos ligados ao *Instituto Gramsci*, os quais haviam iniciado as colaborações com a revista russa, em 1954, quando um dos expoentes intelectuais do PCI, Ruggero Grieco, viajou para a União Soviética e retornou como porta-voz dos anseios da *Voprosy Historii*, conseguindo publicar uma resenha de R. Zangheri e um fragmento de um texto de Manacorda. (VITTORIA, 2013, p. 63 e 64)

Não obstante, o pedido de abrandamento de suas críticas não fez com que Cantimori se acalmasse perante o posicionamento dos jovens marxistas, acusando-os de ingerência nas questões ligadas à cultura e de “pankratovismo”, aludindo à submissão dos posicionamentos político-ideológicos dos representantes do PCI, em detrimento à organização da cultura italiana.

O romanholo ainda vivenciou mais polêmicas, dentro da desarmônica relação entre colaboradores das revistas ligados ao PCI, como no caso da publicação do texto de Carlo Muscetta, “*Metello*” e *la crisi del neorealismo*, na edição de 1955 da *Società*, o qual incitou juízos muito distintos dentro dos intelectuais marxistas.

O artigo teria sido atacado anonimamente – provavelmente por Salinari – na revista *Contemporaneo*, ao classificar a visão de Muscetta como uma típica leitura de um intelectual pequeno-burguês. Diante do caso, Togliatti pedia uma maior disciplina no partido, sugerindo a publicação do escrito de Muscetta, junto a uma réplica. Posição contraposta por Manacorda e pelo próprio autor do artigo, que temiam incentivar uma discussão feroz entre as revistas comunistas.

Não obstante, Cantimori tinha se simpatizado com o artigo e se irritado ainda mais com o caminho tomado pelas discussões político-partidárias e pela falta de uma gerência firme dos órgãos de cultura. (VITTORIA, 2013, p. 65 e 66)

Os desacordos internos e pessoais entre o romanholo e os gestores culturais dos órgãos do PCI tornaram-se, paulatinamente, insuportáveis. As irritações de Cantimori entrelaçavam-se com os debates suscitados pelas notícias relacionadas às atrocidades cometidas por Stalin, desveladas publicamente por Nikita Khrushchov, no XX

Congresso do PCUS, a Revolta da Hungria e a crise que atingiu os intelectuais comunistas, o PCI e sua burocratização.

Dessa maneira, a descrença cantimoriana no comunismo, como via de formação civil do povo italiano, estava instalada, não somente porque teria descoberto as barbaridades stalinistas – já que acreditava que Stalin não teria sido o único responsável por tudo –, mas devido a sua insatisfação com o posicionamento dos homens de cultura do partido e da desorientação mental a qual Cantimori passava naquele momento, abalando sua autoconfiança em ser capaz de compreender a política da sua época, perante tantos embates intelectuais, intempéries internas e externas e desilusões. (VITTORIA, 2013, p. 72 e 73)

Em uma passagem já citada por Luisa Mangoni e retomada por outros estudiosos, como A. Vittoria, em vinte e oito de março de 1956, após pouco mais de um mês do *XX Congresso do PCUS*, Cantimori anotava uma pequena lista de erros que acreditava ter cometido em sua vida:

Os meus grandes erros: 1. Ter acreditado que entendia alguma coisa de política e ter me empenhado em um dever “mazziniano”; 2. Ter acreditado naquilo que disseram meu pai e o advogado Marassi ou Magrassi em Abbazia, que os fascistas haviam feito a revolução. 3. Não ter saído do estéril moralismo rousso-mazziniano (...) 4. Pular entre os comunistas. 5. Inscrever-me no PCI. 6. Deixar os meus estudos para traduzir Marx, etc. Do primeiro (n. 3) erro geral: necessidade de gastar, inquietude, maus tratos à pobre Emma, desordem nas compras, falta de economia, etc., velhice precoce. Por resto, se limitar aos próprios estudos. O único remédio. Acabar polidamente uma vida desordenada e poeirenta.¹² (CANTIMORI, 1956, apud VITTORIA 2013, p. 73)

Apesar da forte angústia que tomava o intelectual romanholo, a gota d’água veio com as atitudes tomadas por alguns representantes do PCI, em relação à Revolta da Hungria.

Naquele momento em que muitos intelectuais italianos e estudantes universitários mobilizaram-se a favor da democratização dos regimes comunistas, a organização sindical *Confederazione Generale del Lavoro* apresentou um comunicado, condenando os métodos antidemocráticos soviéticos. (CHIANTERA-STUTTE, 2011, p. 124)

Por sua vez, o PCI promoveu debates no jornal *L'Unità*¹³ e organizou uma carta, com cento e uma assinaturas de intelectuais italianos, a qual deveria ter sido publicada por um órgão de informação comunista, mas vazou, em trinta de outubro, para uma “agência burguesa de informação”. (VITTORIA, 2013, p. 96)

Devido a tal polêmica interna, em três de novembro, foi promulgada, no diário *Unità*, uma nova carta, com apenas sessenta assinaturas, das cento e uma. Em meio a essa confusão, Giuseppe Berti pediu a assinatura de Cantimori, que a negou, tendo, então, de apresentar uma justificativa, pela posição contrária:

Não “compartilho plenamente”, de fato – estas suas motivações –, da posição tomada por Togliatti e pela direção do PCI. Isto não quer dizer que eu tenha uma opinião contrária ou que eu compartilhe daquela opinião da carta mencionada (que não conheço por inteira, mas somente pelo *Giorno*). Isto quer dizer somente que não consegui formar uma opinião definida sobre os acontecimentos. Quero dizer que estou tão profundamente desorientado que não consigo entender o que está acontecendo, por isso não me sinto bem em assiná-la. Não acredito que isto seja falta de solidariedade ou de confiança, mas é dever ser claros, em um momento como estes, mesmo que somente sobre a falta de clareza que um pode ter.¹⁴ (CANTIMORI, 1956, apud VITTORIA, 2013, p. 97)

Em quatorze de novembro, Berti entrou em contato com Cantimori, dizendo que não havia apresentado a carta do mesmo aos representantes do PCI, pois a situação teria se aquietado. Ainda seguiu dizendo ter avisado aos correligionários apenas que Cantimori estava perplexo com a situação e queria mais informações e, em nenhum momento, havia afirmado “(...) alguma coisa que pudesse soar como dissenso com a linha do Partido no momento presente”.¹⁵ (BERTI, 1956, apud VITTORIA, 2013, p. 98)

Essas informações irritaram profundamente Cantimori, fazendo com que o intelectual respondesse Berti com uma carta áspera, enviada no mesmo dia do recebimento do aviso:

Veio, pediu declaração escrita, a recebeu e não a comunicou. Ao invés comunicou somente uma parte daquilo que te disse, dando às minhas palavras um significado diferente daquilo que tinham e no contexto com tudo aquilo que havia dito e escrito mesmo que pessoalmente. Sinto muito, mas é você que me leva a te escrever que não disse, não queria dizer e não quero dizer essas palavras que você atribuiu a mim: “em nenhum caso farei qualquer coisa que possa soar como dissenso com a linha do partido no momento presente”. Ao invés, tinha falado o bastante e com energia da necessidade de discutir e manifestar

dissensos, como coisa indispensável para a clareza. Reivindico o direito de discordar se, quando acreditar ser claro e achar certo discordar. Se agora, nesses dias e semanas, estou perturbado e comovido e não enxergo claramente, não me parece justo que me faça dizer pela sua iniciativa aquilo que não disse e simplifique o sentido daquilo que eu disse. Este modo de proceder, com pobres professores e intelectuais como eu, serve só para provocar indignação, para aumentar a diferença e para esmagar o sentido de solidariedade. Comunique isto a quem quiser, e te peço para não conversar mais comigo; será melhor para todos.¹⁶ (CANTIMORI, 1956, apud VITTORIA, 2013, p. 98)

Dáí em diante, Cantimori mergulhou, novamente, em um sentimento de forte desilusão política e uma profunda crise existencial, deixando para trás sua crença no marxismo e nas políticas culturais do PCI como via para a formação civil do povo. Em onze de dezembro de 56, escreveu a C. Luporini, informando-lhe a impossibilidade de renovar a sua carteira do partido.

Essa dor veio a ser comparada àquela vivenciada nos anos 30, quando o governo fascista o decepcionara, ao esvaziar o projeto de elevação cultural do povo italiano e europeu. Em carta enviada para Mirri, em quinze de novembro, um dia após seu litígio com Berti, Cantimori documentava os seguintes sentimentos pessoais:

Caro Mario,

Eu me sinto como em 1933, em Viena, e em 1934, em Berlim, depois em Zurique e em Londres, quando descobri “*Giustizia e libertà*”, os escritos de Lênin, a socialdemocracia vienense, conheci alguns operários vienenses e as famosas casas populares-fortalezas, a Ação Católica de Dollfuss e o caráter negativo do fascismo, que acreditava ser a revolução italiana, forma italiana de síntese entre socialismo e patriotismo. O nacional-socialismo também foi responsável por me abrir os olhos. Em seguida, as armas e os disparos de uma Viena insubordinada (e depois se discutiu se um dos mortos havia saudado a fuzilação com o grito de viva a liberdade e viva o comunismo) me faziam entender que coisa era o fascismo e cair as últimas ilusões sobre o seu caráter revolucionário e renovador. Então ainda tinha a esperança em coisas novas: na G. L., nos comunistas, nos socialistas. Agora, tudo é árido, tudo é cinza, tudo é escuro, não vejo mais nada de vivo no partido, nem sobre e nem entorno de mim; mas de que realmente devo entender depois de ter sido enganado uma segunda vez na vida? Certamente, entendi que não entendo nada de política, verdadeiramente nada. Cestina [Luporini] me dizia que a perturbação gerada pelos acontecimentos na Hungria era só entre os intelectuais, não entre os operários, ou os camponeses. Mas eu sou um intelectual completamente errado e me recordo como fui zombado pelo operarismo ou pela fé cega nas razões espontâneas dos operários e camponeses. Estas coisas não me chamam mais a atenção. Mas

Página | 72

Felipe Araujo XAVIER

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.59-83, dez-mar. 2017.

estou realmente cansado e não me sinto mais capaz de compartilhar, mesmo sozinho, em silêncio, as responsabilidades dessa gente. Se não, silêncio absoluto e retiro completo no passado.¹⁷ (CANTIMORI, 1956, apud VITTORIA, 2013, p. 94 e 95)

Era o colapso de um mundo, seguido por um caos espiritual o qual impulsionou Cantimori a resgatar corriqueiramente seu passado político tortuoso, junto a um sentimento de orgulho e nostalgia de parte da sua geração de historiadores empenhada na ciência histórica como atividade ético-política e no estudo filológico, como ferramenta para a formação crítica da população, e deixar as ideologias política de lado, para aprofundar-se nos estudos sobre J. Burckhardt, seu pessimismo e sua concepção de História como ciência propedêutica voltada para a formação do cidadão.

Delio Cantimori e Jacob Burckhardt: a História e a formação civil do cidadão.

Não houve momento mais favorável político e culturalmente na vida de Cantimori para que ele se aproximasse das obras de Jacob Burckhardt como na década de 1950. As reflexões do basileense sobre a História entendida como uma disciplina propedêutica se viu encaixar e se harmonizar com os velhos interesses cantimorianos sobre a crítica histórica, o papel do historiador e a formação civil do povo, ocupando o vazio deixado pelas suas desilusões politico-intelectuais em relação ao Idealismo Atualista, o Fascismo, o Materialismo Histórico e o Partido Comunista Italiano.

A História como disciplina propedêutica voltada para a formação do cidadão e de seus dotes vocacionais. Foi essa a principal questão desenvolvida no prefácio da obra de J. Burckhardt, *Le Meditazioni sulla storia universale*, no qual Cantimori insistiu sobre a importância do estudo da História não apenas para especialistas e sim para todos aqueles que se interessassem pela expansão da compreensão crítica do universo que os permeiam. (CANTIMORI, 1971, p. 141)

Não obstante, segundo Cantimori, o discurso burckhardtiano voltava-se para pessoas relativamente cultas, que teriam desenvolvido a consciência na qual o estudo da História se apresentava como imprescindível à educação do cidadão e de suas responsabilidades civis.

(...) [o] autor se importava, sobretudo, em comunicar ao seu público o interesse pela história “universal” ou “geral” como ampliação e

Página | 73

Felipe Araujo XAVIER

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.59-83, dez-mar. 2017.

elemento de consciência crítica e como fundamento da liberdade de juízo. Consciência crítica e liberdade de juízo no sentido de independência e capacidade autônoma de orientação, sem o escrúpulo, não no sentido da “Reflexion”, do criticismo genérico e precipitado de tendência a intervir sobre cada questão, com base em preconceitos progressistas.¹⁸ (CANTIMORI, 1971, p. 157)

Assim, a função real do historiador seria levar essa consciência crítica da realidade histórica para a população, com o intuito de apresentar as questões dentro da

(...) imparcialidade do historiador e do estudioso de história que queira realmente entender a história propriamente, tomada por si só e não em função deste ou daquele Estado, Igreja, ou outra instituição, ou como exemplificação desta ou daquela doutrina.¹⁹ (CANTIMORI, 1971, p. 156)

Não obstante, como afirmou Luisa Mangoni (2004, p. 68), as afinidades de Cantimori com o pensamento burckhardtiano ultrapassaram o campo teórico-metodológico e educacional. Gerava no intelectual romanholo uma autorreflexão sobre um Burckhardt no qual se encontravam “(...) elementos contraditórios, incertezas, dúvidas, antinomias, de modo a fazer pensar numa insegurança, numa ambiguidade, numa inquietude e numa timidez fundamentais”.²⁰ (CANTIMORI, 1971, p. 146)

Essa identificação pessoal e profissional com o basileense também passou a se traduzir na sua ironia em relação à política, no pessimismo e na crítica à Filosofia da História herderiana, hegeliana e schellingiana. (CANTIMORI, 1971, p. 147)

(...) o estudioso que não considera ser útil aprofundar-se histórica e criticamente nos mistérios das consciências, nas questões psicológicas e “existenciais”, poderá observar que Burckhardt entendia, sobretudo, compreender e fazer compreender, conhecer, todos e vários aspectos e momentos da história com as suas contradições e as suas incertezas. A sua contestação de uma “filosofia da história” é a contestação de uma interpretação da história com escopos educativos ou edificantes, pedagógico-moralísticos ou patrióticos, não somente, mas também entendida em função de uma particular concepção.²¹ (CANTIMORI, 1971, p. 146)

Para Cantimori, a negação do “desenvolvimento” ou do “desenrolar” da Filosofia da História, característicos do pensamento historicista, vinha concretizada pela importância a qual Burckhardt deu à cultura como força móvel e transformadora, que refutava o sentido de “progresso” e reforçava o ideal de “processo” histórico,

contestando a visão historicista finalista, sem deixar de observar o dinamismo do homem no tempo. (CANTIMORI, 1971, p. 148)

Dessa maneira, Cantimori frisava as indicações de J. Burckhardt sobre a necessidade de estudar o conflito entre as três forças motrizes da História, para que se pudesse entender o processo histórico e aprofundar na educação civil: “(...) a política na sua realidade de Estado (aparato estatal de governo), a Religião na sua realidade de organizações eclesiais ou sacerdotais (...)”,²² que tendiam ao posicionamento conservador, em contraposição à Cultura como representante da inovação e da mobilidade histórica. (CANTIMORI, 1971, p. 149)

Segundo Cantimori, a percepção burckhardtiana sobre a fragilidade da Cultura perante as outras potências também despertou no estudioso basileense a consciência dos limites do papel do historiador, o qual deveria se voltar para a pureza do conhecer e do compreender.

Assim, uma das funções do historiador era garantir um julgamento independente e privado de “ilusões providencialistas ou finalistas” e colocações sobrenaturais, que levassem em concepção as reais possibilidades de ação dos representantes da cultura e o “(...) exato cumprimento dos próprios deveres de professor e cidadão: seriedade científica”.²³ (CANTIMORI, 1971, p. 138)

Tal discurso direcionava-se para a definição da ciência histórica e seu caráter autônomo insubordinado, o qual, em Burckhardt, materializava-se na História Geral ou Universal, (CANTIMORI, 1971, p. 141) fornecendo, na leitura de Cantimori, o quesito necessário para que o estudo da História obtivesse o status de ciência, pois, nas palavras do romanholo, a “história não seria ciência histórica (...) se perdesse o sentido daquilo que exatamente se chama ‘história universal’ ou ‘geral’”.²⁴ (CANTIMORI, 1959, p. 803)

Dentro do seu entendimento de História Geral, destituída de uma linha universal contínua, para Cantimori, Burckhardt teria indicado, implicitamente, uma nova via de pesquisa a qual objetivava a investigação dos problemas por meio de questões mais vastas do que a limitada “especialização técnico-monográfico”, e menos expandidas em superfície do que a História Universal. Entretanto, ainda insistia no seu gosto

cosmopolita basileense, o qual fazia de sua História Geral uma prática diferente da História da Pátria. (CANTIMORI, 1971, p. 158)

Delio Cantimori também ressaltou a atenção burckhardtiana para aquilo que era típico e permanente

(...) que sobrevive, que é vital, não transeunte, estrutural e não superficial. Em suma, aquele elemento humano fundamental e elementar pelo qual o antigo utopista podia fantasiar “conquistas” do futuro depois realizadas e o estudioso, o “historiador” de hoje, pode conhecer e fazer conhecer Heródoto ou Moisés (sempre sem muitas ilusões).²⁵ (CANTIMORI, 1971, p. 148)

Na visão do intelectual italiano, essa leitura era a lição dada pelos estudos de Nicolau Maquiavel e seu realismo pessimista, acompanhado pelo ensinamento sobre as características elementares dos homens, as quais dariam a possibilidade de colher o que seria constante na história do ser humano. (CANTIMORI, 1971, p. 148 e 149)

Não obstante, em acordo com o juízo burckhardtiano sobre a debilidade do ofício do estudioso de História, Cantimori afirmava, na edição de março e abril de 1961 da revista *Itinerari*, que, em sua opinião, o próprio termo “historiador” parecia soberbo e pouco claro e a sua atividade de investigador dos fatos históricos, pouco segura, sendo reconhecida entre outros profissionais da cultura, como

(...) filósofos (também quando se chamam historiadores e historiadores da filosofia), juristas, literatos, críticos, filólogos, exatamente porque o estudo da história deu-lhes uma modéstia maior (que não é ceticismo!), e não somente no sentido psicológico-pessoal, mas também por conta da sua própria profissão.²⁶ (CANTIMORI, 1967, p. 64 e 65)

No artigo enviado para a edição de julho-agosto da mesma revista, Cantimori ressaltava o valor educativo do pessimismo burckhardtiano e sua contemplação sobre a História. Segundo o estudioso italiano, esse pessimismo abria seus olhos para o radicalismo de roupagem niilista, visto como uma fase característica e necessária para superar as ilusões da época de Burckhardt, e que poderia servir para meditar sobre a obrigação de educar com o intuito de superar as ilusões do período o qual o romanholo vivenciava naquele contexto.

Delio Cantimori também refletia sobre a dificuldade de Burckhardt e do estudioso de História, no geral, em exercer esse papel de “profeta retrospectivo” ou

“voltado para o passado”, a fim de entender, sem fantasias, o processo dinâmico da História o qual gerou aquela dada situação, sem presságios que buscassem prever “(...) um certo tipo de futuro, criticando a própria época e as suas ilusões”.²⁷ (CANTIMORI, 1967, p. 82)

Por sua vez, com a definição de pesquisa narrativa histórica do historiador inglês, G. M. Trevelyan, Cantimori evocava a necessidade do historiador de “Fazer entender que o passado foi real como o presente e incerto como o futuro.”²⁸ (CANTIMORI, 1967, p. 74)

De alguma forma, essa máxima e suas ideias soavam harmonicamente com a crítica cantimoriana à leitura visionária de J. Huizinga no seu livro *Nelle ombre del domani* – obra publicada pela Einaudi, em 1964, com o título *La crisi della civiltà*, a contragosto de Cantimori – quando, em tempos de crise e escuridão, comportou-se mais como um profeta direcionado para o amanhã. (CANTIMORI, 1971, p. 343 e 357)

Em seu prefácio publicado em 1962, o romanholo retomava suas escolhas intelectuais e políticas joviais, ironizando o seu posicionamento em uma resenha desse mesmo livro de 1936, quando, segundo o próprio Cantimori, ele “(...) entrava afadigadamente na estrada do historicismo integral e absoluto (...)”,²⁹ sentindo que não deveria mais deixar aquele caminho libertador do seu provincianismo ravennense. (CANTIMORI, 1971, p. 358)

A partir dessa reminiscência, o romanholo veio a declarar seu interesse e necessidade de defender um estudo mais aprofundado da cultura *metteleuropea*, para captar o significado o qual contornava aquelas reflexões de Huizinga e o peso daquela história intelectual e cultural do final do século XIX, até 1956. Seu intuito era evitar confusões e dispersões sobre as ideias e abordagens historiográficas as quais dominaram e ainda se mantinham hegemônicas em ambientes italianos e não italianos. (CANTIMORI, 1971, p. 354)

Naquela obra, enfatizou Cantimori, Huizinga não era um contemporâneo, mas um homem de outra época, herdeiro da grande cultura universitária de Língua Alemã, a qual, com seu caráter antifascista, antinazista e antirracista, buscava combater as degenerações daquela cultura e de uma concepção de história e de vida social. (CANTIMORI, 1971, p. 356)

Não obstante, na leitura do intelectual italiano, as propostas de Huizinga não eram de ação, mas, sim, “(...) de um grito de angústia de um homem de outro mundo, no perceber que esse seu mundo se desfaz, que esse seu período se fecha, que aquela sua época está por acabar”.³⁰ (CANTIMORI, 1971, p. 357)

Além disso, o historiador holandês fazia parte de uma aristocracia cosmopolita, sobre a qual escrevia e falava com base filosófico-confessional de tipo protestante-liberal, com tendências aristocrático-eclesiásticas católicas, próximas de Lessing, Kant, Goethe e Schiller, e com forte presença da energia nietzschiana de “crítica à própria época” e da “crítica à civilização”. (CANTIMORI, 1971, p. 356)

O mesmo Nietzsche cujo, em maio de 1961, Cantimori afirmava ter utilizado uma linguagem oracular sobre as contradições de cada conceito moral e científico, em cartas enviadas à J. Burckhardt, amigo o qual se calava na sua limitação consciente e modesta de estudioso de História. Burckhardt silenciava-se, em especial, quando o filólogo alemão voltava-se para o assunto do nascimento e a vida dos futuros super-homens na Terra.

Por sua vez, o historiador basileense mantinha-se em seu pessimismo cômico sobre os limites do professor e do estudioso autônomo e, mesmo se interessando por grandes problemas levantados por Nietzsche, não quis confrontá-los na teoria, optando por não “deixar uma religião para entrar em outra”, como teria feito Nietzsche, segundo Cantimori, com seu tom entusiasta apostólico. (CANTIMORI, 1967, p. 86 e 87)

Seguindo esse caminho, o intelectual romanholo negava qualquer tentativa de entendimento finalista direcionado a uma leitura do futuro e entrava em acordo com Jacob Burckhardt, na defesa da História como disciplina propedêutica, com a função de dar base para a organização da cultura e formação do cidadão. (MANGONI, 2004, p. 70)

A partir desse posicionamento educativo-instrutivo, em cartas publicadas na revista *Itinerari*, Cantimori mirou sua atenção, novamente, na importância do modelo pedagógico do editor moderno einaudiano e no exercício de tradução e circulação de obras importantes, para o debate historiográfico italiano.

Os próprios livros de F. Nietzsche foram alvos dessas reflexões de Cantimori, o qual, alimentado pelo receio em relação ao irracionalismo nietzschiano, defendia que

suas obras deveriam ser acompanhadas de uma apresentação capaz de abarcar tanto os aspectos positivos quanto os negativos daquele pensamento, assim como o professor, normalmente, apresenta suas críticas aos textos trabalhados em seus cursos.

Considerações finais.

Quando Delio Cantimori se aproximara do PCI e do materialismo histórico, já não se atrevia mais a escrever textos intrinsecamente político-apologéticos, como fazia na sua juventude fascista. Agora, o romanholo carregava um forte desejo de se empenhar nas políticas culturais do PCI, nos trabalhos editoriais, junto à editora *Einaudi*, e nos seus cursos universitários.

Porém, após assistir o fechamento partidário de jovens intelectuais comunistas, passou a acusá-los de promoverem atos de ingerência e burocratização da organização da cultura italiana, ao seguir posicionamentos político-ideológicos ligados ao comunismo soviético maculado pelas notícias das atrocidades cometidas pelo governo de Stalin e pela invasão da Hungria.

Naquele contexto, Cantimori chegou à convicção de ser incapaz de tecer uma compreensão do seu universo político contemporâneo. (MANGONI, 1991, p. XLI) Seus textos sobre historiografia começaram a ser marcados pela nostalgia de sua geração de historiadores, empenhados em leituras históricas ético-políticas, pautadas em métodos e interpretações filológicas incompatíveis com os pressupostos ideológicos partidários.

Tais sentimentos fizeram com que Cantimori se aproximasse mais da tradição histórico-cultural burckhardtiana, de seu pessimismo, seu cientificismo e de sua concepção de História como uma disciplina propedêutica. Essa posição supriria parte do vazio deixado pela decepção com as políticas do PCI, fazendo com que Cantimori se firmasse em seu trabalho de homem de cultura na formação civil do povo italiano, através das suas reflexões históricas e historiográficas e suas ações em prol do debate sobre a organização da cultura italiana.

A partir disso, o intelectual romanholo refletia sobre a função de bibliotecas, arquivos, universidades e da disciplina História. Isso também levou Cantimori a meditar sobre problemas historiográficos e históricos do século XIX: o conflito entre o

pensamento histórico de J. Burckhardt e L. von Ranke, os projetos de Estado basileense e berlinense, os ideais do Pequeno Estado suíço e do Estado Potência alemão.

O estudioso até mesmo começara a trabalhar na publicação de um novo livro, o qual seria intitulado *Storia della Cultura Italiana*. A ideia de escrever essa obra surgiu com a solicitação de G. Einaudi por uma republicação revisada do principal livro cantimoriano, *Eretici italiani del Cinquecento*, em 1952. Pedido o qual foi sendo reavaliado durante os anos de 1950 e 1960, em meio a mudanças de perspectivas, reflexões e leituras.

Em 1959, Delio Cantimori ressaltava seu empenho nesse novo livro, o qual dialogava com trabalhos secundários, preparatórios e complementares à sua obra de História Geral, (CANTIMORI, 1991, p. 804) que o instigava naquele momento de aproximação com o modelo de ensino universitário humboldtiano e a historiografia basileense burckhardtiana.

Entretanto, seus projetos seriam interrompidos naquele mesmo ano de 1966, com a morte de Cantimori. Personagem complexo, de uma riqueza inestimável para o campo historiográfico, despediu-se sem deixar completa essa obra entre outros legados à historiografia italiana.

Assim partiu o estudioso e intelectual italiano, fazendo jus à heterodoxia dos homens sempre inquietos e ávidos pelo saber. Um semeador de dúvidas, constantemente inserido no exercício de busca por respostas jamais entendidas como absolutas. Delio Cantimori deixou páginas em branco e uma infinidade de possibilidades para se pensar sobre o que poderia ser publicado naquele novo e, provavelmente, marcante trabalho propedêutico sobre a História da Cultura italiana.

Referências

- CANTIMORI, Delio. *Studi storici*. Torino: Einaudi, 1959.
- _____. *Politica e storia contemporanea*. Torino: Einaudi, 1991.
- _____. *Conversando di storia*. Bari: Editori Laterza, 1967.
- _____. Da Jakob Burckhardt, *Meditazione sulla storia universale*, Sansoni, Firenze, 1959, p. XXV – LX. In: _____. *Storici e storia*. Metodo, caratteristiche e significato del lavoro storiografico. Torino: Giulio Einaudi editore, p. 131 – 171, 1971.

_____. Johan Huizinga, *La crisi della civiltà*. Torino: Einaudi, 1964. In: _____, *Storici e storia*. Método, caratteristiche e significato del lavoro storiografico. Torino: Giulio Einaudi editore, p. 343 – 363, 1971.

CHIANTERA-STUTTE, Patricia. *Delio Cantimori: un intellettuale del Novecento*. Roma: Carocci, 2011.

MANGONI, Luisa. Delio Cantimori e l'organizzazione della cultura. In: *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*. V. IX, serie IV, Pisa: Unione Stampa Periodica Italiana, p. 61-78, 2004.

RAGIONIERI, Ernesto. La disputa storica. In: MASELLA, Luigi. *Passato e presente nel dibattito storiografico*. Storici marxisti e mutamenti della società italiana 1955-1970. Antologia critica. De Donato.

VITTORIA, Albertina. La “ricerca oggettiva”: il rapporto fra la politica e la cultura per Gastone Manacorda e Delio Cantimori. Introduzione al carteggio. In: *Delio Cantimori, Gastone Manacorda. Amici per la storia – Lettere 1942-1966*. Roma: Carocci editore, 2013.

¹ No original: “(...) residui del disordinato período 1948-1957”. (tradução minha)

² No original: “(...) scuola universitaria; e a quella media (per gli insegnanti e per la preparazione dei concorsi: liceo ecc)”. (tradução minha)

³ No original: “(...) principali idee storiografiche (problemi) ed anche delle principali controversie (questioni superate o superabili; p. es. La questione della “colpa della guerra” dopo 1919; ma non a tutti note come superate, ecc.)” (tradução minha)

⁴ No original: “(...) nella formazione di quella istruzione generale che doveva poi costituire il fondamento dei loro lavori: tanto che avesse compiuto una preparazione preordinata, quanto chi si fosse avvicinato agli studi storici dopo erramenti in altri campi, era grato a quelle raccolte sistematiche.” (tradução minha)

⁵ No original: “(...) disciplina propedeutica alle attività ulterior più determinate e definite”. (tradução minha)

⁶ O termo recorrentemente utilizado por Cantimori para se posicionar crítica e ironicamente às políticas culturais internas do partido foi “burocracia acadêmica”. Dessa maneira, decidi traduzi-lo como “burocracia acadêmica”.

⁷ No original: “(...) la generazione dei migliori cattedratici italiani ora più attivi (E. Sestan, F. Chabod, C. Morandi [morto nel 1949], W. Maturi). (tradução minha)

⁸ No original: “Non ritengo si possa dire che nella storiografia italiana ci siano correnti “ufficiali” o “più ufficiali” o “meno ufficiali”, benché il pericolo di tendenze chiuse ci sai, e proprio da parte del Ragionieri e di altri valenti giovani studiosi, i quali mi sembra tendano a organizzarsi consapevolmente in gruppo o scuola.” (tradução minha)

⁹ No original: “(...) marxista, rappresentata da Giovani (il Ragionieri stesso, il Procacci, il Mirri, il Cafagna, il Della Peruta, il Zangheri, il Caracciolo, il Villari, il Villani, il Santarelli, per fare esempi a caso). (tradução minha)

¹⁰ Delio Cantimori utilizou o termo “chiesuola”, o qual pode ser traduzido como “igrejinha”, ou um grupo de pessoas que confessam as mesmas ideias. Levando em concepção o teor das críticas de Cantimori, optei pelo termo pejorativo “igrejinha”. (CANTIMORI 1959, p. 838)

¹¹ No original: “Ho avuto spesso l'impressione che alcuni studiosi sovietici avessero ritenuto e ritenessero più importante la affermazione o la ripetizione di certi principi metodologici generali (Scaskin, nel suo Dolcino, come in vari interventi; la Pankratova nella sua comunicazione sullo storicismo e nelle repliche; Nikonov sull'Umanesimo) che la discussione critica specifica delle varie questioni concrete proposte. Questa impressione me l'ha lasciata soprattutto la discussione della comunicazione della Pankratova: nella comunicazione, affermazioni generiche e inesatte sullo storicismo, fino ad accomunare il Croce e lo Spengler; critiche da parte di vari congressisti, o su argomenti specificissimi (soggettivismo o meno del pensiero del Croce, per esempio) o di carattere altrettanto generico (...); replica della Pankratova ancor più generica, composta di riconoscimenti d'impreparazione sulle questioni specifiche, e ancora di riaffermazioni ed enunciazioni di principio (pessimismo – filosofia storica delle classi in discesa, ottimismo – filosofia storica delle classi in ascesa, e altri truismi). È ovvio che sui numerosissimi

ascoltatori abbiano fatto strano effetto le dichiarazioni di non compiuta preparazione sull'argomento trattato e la promessa di studiare meglio per la prossima volta. Per conto mio son propenso a prendere sul serio quelle dichiarazioni e questa promessa; ma, guardando freddamente le cose, non posso non rendermi conto del come a qualcuno, e a me stesso, venisse voglia di far della ironia su quella eccessiva semplicità. Certo, sarebbe un errore voler elevare a posizione tipica, mediante un motto di spirito, un caso singolo e isolato come quello della Pankratova.” (tradução minha)

¹² No original: “I miei grandi sbagli: 1. Credere di capire qualcosa di politica, e fermene un dovere “mazziniano”; 2. Credere quello che si dissero mio padre e l’avv. Marassi o Magrassi ad Abbazia, che i fascisti la rivoluzione l’avrebbero fatto loro. 3. Non tirarmi fuori dallo sterile moralismo rousso-mazziniano (...) 4. Saltare fra comunisti. 5. Iscrivermi al PCI. 6. Lasciare i miei studi per tradurre Marx, etc. Dal primo (n.3) errore generale: bisogno di spendere, irrequietezza, maltrattamenti alla povera Emma, disordine nelle spese, mancanza di economia, etc., vecchiaia precoce. Per il resto, ritirarsi nei propri studi. L’unico rimedio. Finire pulitamente una vita disordinata e polverosa.” (tradução minha)

¹³ *L’Unità* foi um jornal criado por Antonio Gramsci, em 1924, tornando-se um órgão de informação do PCI.

¹⁴ No original: “Non “condivido pienamente”, infatti – queste le sue motivazioni –, “la posizione presa sugli avvertimenti ungheresi da togliatti e dalla Direzione del Pci”: questo non vuol dire che abbia opinione contraria, o che condivida quella della lettera accennata (che fra l’altro non conosco per intero, ma solo dal *Giorno*); questo vuol dire *soltanto* che sono così profondamente disorientato che non risco a capire quello che sta succedendo; perciò non me la sento di firmare: non credo che questo sia mancanza di solidarietà o di fidúcia; ma è dovere essere chiari; in momenti come questi, anche solo sulla mancanza di chiarezza che uno può avere.” (tradução minha) Nessa passagem, Cantimori refere-se ao artigo de P. Tagliatti, *Sui fatti d’Ungheria*, in: *Unità*, de trinta de outubro de 1956. O artigo do jornal milanês *Il Giorno* é de P. glorioso, *Un richiamo a Di Vittorio?*, de trinta de outubro

¹⁵ No original: “(...) qualcosa che potesse suonare dissenso con la linea del Partito nel momento presente.” (tradução minha)

¹⁶ No original: “Sei venuto, hai chiesto dichiarazione scritta, l’hai avuta, non l’hai comunicata; hai invece comunicato una parte sola di quello che ti ho detto, dando alle mie parole un significato diverso da quello che avevano, e nel contesto con tutto quello che ti ho detto e scritto, e anche da sole. Mi dispiace, ma sei tu che mi provochi a scriverti che *non ho detto*, e *non intendevo* dire, e *non* intendo dire quelle parole che tu mi hai attribuito: “*in nessun caso farò qualcosa che possa suonare dissenso con la linea del partito nel momento presente*”. Ti avevo invece parlato a lungo e con energia della necessità di discutere e manifestare disensi, come cosa indispensabile per la chiarezza. Rivendico il diritto di dissentire se, quando crederò di veder chiaro, troverò giusto dissentire. Se ora, in questi giorni e settimane, sono turbato e commosso e non vedo chiaro, non mi sembra giusto che tu mi faccia dire di tua iniziativa quello che non ho detto e semplifichi il senso di quello che ho detto. Questo modo di procedere, con poveri professori e intellettuali come me, serve solo a provocare indignazione, ad aumentar la diffidenza, e a sfasciare il senso di solidarietà. Comunica questa a chi ti pare, e, ti prego, non cercare più colloqui con me ; sarà meglio per tutti.” (tradução minha)

¹⁷ No original: “Caro Mario, Io mi sento come nel 1933 a Vienna e nel 1934 a Berlino, poi a Zurigo, e a Londra: quando scopersi “Giustizia e libertà” e gli scritti di Lenin e la socialdemocrazia viennese, e conobbi qualche operaio viennese, e le famose case popolari-fortezze, e l’Azione Cattolica di Dollfuss e il carattere negativo del fascismo che credevo rivoluzione italiana, forma italiana di sintesi fra socialismo e patriotismo: fu anche il nazionalsocialismo ad aprirmi gli occhi. Ma allora, mentre le cannonate e le fucilate di Vienna insorta (e poi si discusse se uno dei morti avesse salutato la fucilazione col grido di viva la libertà e viva il comunismo) mi facevano capire cos’era il fascismo e mi facevano cadere anche le ultime illusioni sul suo carattere rivoluzionario e rinnovatore, – allora c’era la speranza in cose nuove: in G. L., nei comunisti, nei socialisti. Ora, tutto è arido, tutto è cenere, tutto è buio, non vedo più nulla di vivo nel partito né in alto né intorno a me; ma che davvero debba capire una seconda volta nella vita di essermi ingannato? Certo ho capito che non chapisco niente di politica, proprio niente. Cesarino [Luporini] mi diceva che il turbamento per i fatti di Ungheria è solo fra gli intellettuali, non fra gli operai, o i contadini. Ma io sono intellettuale márcio, e mi ricordo come sono stato schernito per operaismo o per fede cieca nelle ragioni spontanee degli operai e contadini. Non mi fanno più effetto queste cose. Ma proprio sono stanco e non me la sento più di condividere, anche col solo silenzio, le responsabilità di questa gente. Se no, silenzio assoluto e ritiro completo nel passato.” (tradução minha)

¹⁸ No original: “(...) all’autore importava soprattutto comunicare al suo pubblico l’interesse per la storia “universale” o “generale” come ampliamento ed elemento di consapevolezza critica e come fondamento della libertà di giudizio. Consapevolezza critica e libertà di giudizio nel senso di indipendenza e capacità autonoma di orientamento, spregiudicatezza, non nel senso della “Reflexion”, del criticismo generico e frettoloso tendente a intervenire su ogni questioni, in base a pregiudizi progressisti.” (tradução minha)

¹⁹ No original: “(...) imparzialità dello storico e dello studioso di storia che voglia realmente capire la storia stessa, presa per sé, non in funzione pubblicista, o pedagogica o edificante, in funzione di questo o quello Stato, Chiesa, o altra istituzione, o come esemplificazione di questa o quella dottrina.” (tradução minha)

²⁰ No original: “(...) elementi contraddittori, incertezze, dubbi, antinomie, tali da far pensare a una insicurezza, a una ambiguità, a una inquietudine e a una timidezza fondamentali.” (tradução minha)

²¹ No original: “(...) lo studioso che non ritenga utile storicamente e criticamente sprofondarsi nei misteri delle conscienze, nelle questioni psicologiche ed “esistenziali”, potrà osservare che il Burckhardt intendeva soprattutto comprendere e far comprendere, conoscere, tutti i vari aspetti e momenti della storia con le loro contraddizioni e le loro incertezze. Il suo rifiuto di una “filosofia della storia” è rifiuto di una interpretazione della storia a scopi educativi o edificante, pedagogico-moralistici o patriottici, non solo, ma anche intesa in funzione di una particolare concezione;” (tradução minha)

²² No original: (...) la politica nella sua realtà di stato (aparato statale, di governo), la religione, nella sua realtà di organizzazioni ecclesiastiche o sacerdotali (...). (tradução minha)

²³ No original: “(...) esatto adempimento dei propri doveri di insegnante e cittadino: serietà scientifica.” (tradução minha)

²⁴ No original: “(...) la storia non sarebbe scienza storica (...) se perdesse il senso di quello che appunto si chiama “storia universale” o “generale”” (tradução minha)

²⁵ No original: (...) che sopravvive, che è vitale, non trasnuente, strutturale e non superficiale. Insomma, quell’elemento umano fondamentale ed elementare per il quale l’antico utopista poteva fantasticare “conquiste” del futuro poi realizzate, e lo studioso, lo “storico” di oggi può conoscere e far conoscere Erodoto o Mosè (sempre senza troppe illusioni). (tradução minha)

²⁶ No original: (...) filosofi (anche quando si chiamano storici e storici della filosofia), giuristi, letterati, critici letterari, filologi, proprio perché lo studio della storia gli há insegnato una modestia maggiore (che non è scetticismo!), e non soltanto nel senso psicologico-personale, ma anche per conto della sua stessa professione. (tradução minha)

²⁷ No original: (...) un certo tipo di futuro criticando la propria epoca e le sue illusioni. (tradução minha)

²⁸ No original: “Far capire che il passato è stato reale come il presente, e incerto come il futuro.” (tradução minha)

²⁹ No original: “(...) entrava faticosamente nella strada dello storicismo integrale e assoluto.” (tradução minha)

³⁰ No original: (...) grido d’angoscia di un uomo di un altro mondo, nell’accorgersi che questo suo mondo si disfa, che questo suo período si chiude, che quella sua epoca sta per finire. (tradução minha)

SOBREVIVÊNCIAS NA MEMÓRIA: UMA POSSÍVEL ABORDAGEM VISUAL DE UM CONFRONTO

SURVIVAL IN THE MEMORY: A POSSIBLE VISUAL APPROACH TO A CONFRONTATION

Deise FORMOLO*

Luísa BRASIL**

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre o uso de imagens como fonte para pesquisas históricas. Realiza-se um exercício de análise de uma fotografia do fotojornalista Carlos Rodrigues, referente ao conflito da luta pela terra ocorrido no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, em 1990. Utiliza-se, para isso, o conceito de sobrevivência, de Aby Warburg. Essa fotografia pertence a uma série composta de setenta e três fotografias e faz parte do acervo do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Esta análise permite observar o diálogo formal entre registros de conflitos feitos em diferentes tempos históricos.

Palavras-chave: Pesquisa histórica; imagem; fotojornalismo; memória visual; luta pela terra

Abstract: This paper aims to reflect about the use of images as source for historical researches. It is performed an analysis exercise of a photo from the photojournalist Carlos Rodrigues, concerning the fight for land conflict occurred in the state of Rio Grande do Sul, in the city of Porto Alegre, in 1990. For this purpose, Aby Warburg's concept of survival is used. This photo belongs to a series composed of seventy-three photos and it is part of the collection of the Sindicato dos Jornalistas of Rio Grande do Sul. This analysis allows observing the formal dialogue between records of conflicts made in different historical times.

Keywords: Historical research; image; Photojournalism; Visual memory; Fight for land

A imagem mostra o momento do confronto entre dois grupos. De um lado, civis, com vestimentas simples, em inferioridade numérica e de armas; de outro, soldados uniformizados, bem armados e em maior número, atacam e submetem o primeiro grupo.

* Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS – Brasil. Bolsista CNPq. Email: deiseformolo@gmail.com

** Mestre em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS – Brasil. Bolsista CAPES. Email: luisakuhlbrasil@gmail.com

A descrição é bastante sumária e omite aspectos relevantes, mas poderia ser aplicada perfeitamente às duas imagens abaixo:

Figura 1: Fotografia de Carlos Rodrigues. Confronto da Praça da Matriz, 1990



Fonte: Arquivo do SINDJORS

Figura 1: Francisco de Goya.” Com Razon o sin ella”. 1814-1815



História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.84-103, dez-mar. 2017.

Fonte: disponível em: www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/con-razon-o-sin-ella.
Técnica: Aguada; Gravura, polidor, drypoint. Suporte: Papel avileitado. Dimensões:
150mmx209mm

A primeira imagem é uma fotografia de Carlos Rodrigues, feita no dia 8 de agosto de 1990, durante o episódio conhecido como “*confronto da Praça da Matriz*”, em que soldados da Brigada Militar e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) entraram em conflito no centro de Porto Alegre (RS). A segunda imagem é o desenho “*Con Razon o sin ella*”, do pintor espanhol Francisco de Goya, feito entre 1810 e 1815, representando uma cena da invasão francesa na Espanha, ocorrida em 1808.

De antemão, torna-se importante destacar as especificidades das imagens analisadas, pois a fotografia de Carlos Rodrigues se encontra ligada ao circuito do fotojornalismo brasileiro, produzido nos anos 1990. Souza (2002) propõe que se compreenda “as fotografias jornalísticas como sendo aquelas que possuem “valor jornalístico”, sendo “usadas para transmitir informação útil em conjunto com o texto que lhes está associado” (SOUZA, 2002, p. 9).

Ou seja, as imagens fotojornalísticas seriam as produzidas pelos fotógrafos no cotidiano das redações, com pautas apresentadas pela manhã e com produção no mesmo dia, publicadas em conjunto com o texto, contribuindo para a construção de aspectos perceptivos, opinativos e argumentativos que são reelaborados pelos leitores. Dessa forma, a construção do significado da imagem fotojornalística envolve um processo bastante complexo, que abrange desde o trabalho de repórteres, fotógrafos, diagramadores e editores, até o seu consumo pelos leitores dos jornais, podendo sempre ainda ganhar novas significações a partir de sua própria circulação.

Além disso, é preciso considerar o cenário que ampara a produção de imagens fotográficas na década de 1990, período da produção das fotografias do episódio da Praça da Matriz, e embasado pelas transformações das práticas fotográficas ocorridas, especialmente, a partir das décadas de 1960 e 1970, com a profissionalização de fotógrafos

e fotografias impulsionada pela criação de cursos universitários de jornalismo. Destaca-se ainda a inclusão, a partir de 1968, da disciplina de fotografia nos principais cursos de jornalismo e também em outros cursos, como arquitetura.

Por *práticas fotográficas*, entende-se o “[...] saber-fazer que se constitui de um conjunto de conhecimentos, procedimentos e técnicas, acumulados pelo fotógrafo no seu aprendizado fotográfico e processados em sua vivência cultural.” (MAUAD, 2016, p. 15). Por sua vez, concebe-se que “[...] o fotógrafo atua como mediador cultural ao traduzir em imagens técnicas sua experiência subjetiva frente ao mundo social.” (MAUAD, 2016, p.15). Ou seja, as práticas fotográficas utilizadas pelos fotógrafos são o resultado de uma construção social oriunda das vivências e experiências de cada profissional, que foram, em alguma medida, compartilhadas ao longo do tempo.

Da mesma forma, no contexto da ditadura civil-militar imposta pelo golpe de 1964 e aprofundada após o decreto do Ato Institucional nº. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, no governo ditatorial de Costa e Silva, o jornalismo e a fotografia passaram a atrair profissionais que compreendiam estas áreas como campo de engajamento político. Assim, esta conjuntura motivou as linhas temáticas de muitos desses profissionais, que com extrema perspicácia deram forma a uma “visualidade” (MENESES, 2005) de denúncia social, traduzindo em imagens a censura e a repressão do período. “Visualidade”, aqui, é definida como o conjunto de produção de imagens considerando suas expressões e circulações na dinâmica das sociedades. É neste contexto cultural que se insere a trajetória profissional de Carlos Rodrigues.

Em diálogo, para se compreender a produção dessas fotografias, torna-se relevante destacar alguns aspectos pertinentes à indústria cultural no Brasil na década de 1990. Naquele período, a produção fotojornalística se encontrava no que Souza (2002) caracteriza como a terceira revolução do fotojornalismo, formada pela conjunção de alguns fatores, como o início de uma produção mais informatizada, o que significa que o tempo de elaboração das imagens adquiria um movimento mais dinâmico, ou seja, a transmissão via rádio, corrente no período, possibilitava maior agilidade no envio das imagens produzidas em campo para a redação.

O impacto da mudança temporal na produção fotográfica estabelecida pelas transformações técnicas, especialmente através da fotografia digital, é discutida por Seligmann (2010). Para o autor, essas alterações modificaram o tempo de produção das imagens e também o tempo de assimilação, de compreensão do fotógrafo e do público em relação às essas imagens.

Essa nova dinâmica exigiu que os fotógrafos conduzissem seu trabalho de uma forma mais mecânica, o que em alguma medida, poderia tornar o trabalho mais superficial. Por outro lado, pode-se dizer que essas mudanças nas rotinas de trabalho contribuíram para que as fotografias produzidas não se perdessem, já que isso possibilitou a melhoria para as condições de transmissão dessas imagens para as agências e os jornais aos quais se vinculavam. Desse modo, pode-se argumentar que as transformações das rotinas de trabalho ocorridas na década de 1990 contribuíram para as mudanças nas práticas fotográficas desses fotógrafos. O que se aplica ao percurso profissional de Carlos Rodrigues.

Já os desenhos e pinturas de Goya, relacionam-se ao circuito das artes, envolvendo um contexto de produção organizado dentro das relações construídas pelo artista. Sendo assim, sua produção pode ser uma encomenda realizada para um determinado cliente, bem como uma experiência conduzida pelo artista com outros fins, por exemplo, uma obra elaborada para a participação de uma exposição. Desse modo, os espaços de produção e circulação dessas obras precisam ser entendidos de forma diferenciada, com alcances distintos. Nesse sentido, argumenta-se, nesse artigo, a ligação entre essas diferentes produções no âmbito da construção dos gestos de conflito.

A mera contemplação das duas imagens chama a atenção para as semelhanças entre as cenas, evidenciada também pela descrição do primeiro parágrafo no início deste artigo. A recorrência dos gestos nas duas imagens, distantes no tempo e no espaço, será o caminho que seguiremos para buscar compreender como imagens de confronto se constituem. O gesto seria a articulação de um movimento formal produtor de sentidos (PAVIS, 1999), que visa colaborar para a construção narrativa de uma obra ou, ainda, como fator de *medialidade* (AGAMBEN, 2007), enquanto *entre-ações*, ou seja, algo compreendido tanto como continuidade quanto como desdobramento de sentidos (LEAL, 2011).

Desse modo, o objetivo desse artigo é realizar um exercício de reflexão sobre as *sobrevivências* dos gestos de confronto. Partiremos da já referida fotografia registrada por Carlos Rodrigues, para realizar um diálogo com representações pictóricas de confrontos: o desenho “*Con la razón o sin ella*”, de Goya, o quadro “*3 de Mayo de 1808*”, também de Goya, o quadro “*A execução de Maximiliano*”, de Édouard Manet e a fotografia da repressão soviética na Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, atual República Tcheca, de Gilles Caron. Objetivando compreender a construção da memória visual do conflito a partir dos ecos temporais presentes nas imagens, perceberemos como as sobrevivências gestuais conformam uma constelação de sentidos que podem ser detectados em diferentes momentos da história.

Para a análise dos artistas e das obras citadas, utilizaremos os conceitos de sobrevivências, sintoma e gesto, todos desenvolvidos por Warburg. Em apoio a este trabalho, utilizamos ainda as leituras de Georges Didi-Huberman, para ajudar a explicitar estes conceitos, e de Martine Joly, como modelo para sua aplicação ao fotojornalismo.

Reflexões historiográficas sobre a imagem: sobrevivências no fotojornalismo

Aby Warburg, ao identificar em suas pesquisas “uma busca da vitalidade pagã ocultada ou esquecida nos textos e imagens da Antiguidade” (BURUCÚA, 2002, p.33), apresenta-nos a complexa noção de que as imagens se encontram, simultaneamente, nos âmbitos da fantasia e da razão. Warburg combinou conceitos de memória advindos da psicologia fenomenológica, como a noção de engramaⁱ, com concepções antropológicas para elaborar seu Atlas da Memória, intitulado *Atlas Mnmosyne*, que pretendia “ser um inventário das pré-cunhagens de inspiração antiga que concorram, no período renascentista, para a formação do estilo da vida em movimento” (WARBURG, 2010, p. 3). Nesse sentido, Warburg tinha o intuito de mapear as recorrências dos movimentos dos corpos através das imagens na longa duração e na conjugação de distintas temporalidades.

Tais recorrências foram mais tarde nomeadas por Warburg de *Pathosformal*ⁱⁱ (BURUCÚA, 2002, p. 30). Contrário ao historicismo e à noção de progresso na arte, Warburg constrói suas análises “evidenciando os diferentes sentidos e temporalidades

presentes nas obras” (KERN, 2010, p. 16), pensamento conjugado no “conceito de *sobrevivências* que repousa sob a noção de sintoma” (KERN, 2010, p. 16).

Mais tarde, Didi-Huberman retoma os conceitos de Aby Warburg, em diálogo com as contribuições de Walter Benjamin, possibilitando “cria(r) uma nova concepção de história ao estabelecer a percepção da temporalidade, contrária ao idealismo, ao historicismo, ao positivismo e à noção de progresso” (KERN, 2010, p. 18). Didi-Huberman ressalta que Benjamin propôs o método da *montagem*, “no âmbito de uma concepção original, e por assim dizer, subversiva do tempo histórico” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 52), traduzida na compreensão de uma história “a contrapelo”, na sua continuidade e descontinuidade dos ritmos históricos.

Nesse sentido, Didi-Huberman nos alerta que, diante da imagem, é preciso inquietar-se, ampliar os sentidos subjetivos de observação, para apurar os efeitos *fantasmas* da obra, “pois é com o ritmo dos sonhos, dos sintomas ou dos fantasmas, é com o ritmo dos recalques e dos retornos do recalque, das latências e das crises, que o trabalho da memória se afina” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 117). Nesse sentido, perceber a construção das memórias pelas imagens requer pensar além da composição meramente descritiva de seus aspectos formais.

Martine Joly (2003), em uma concepção mais formalista, traz sopros desse modo colocado por Didi-Huberman, ao questionar as imagens da fotografia de imprensa. Nesse sentido, Joly (2003) problematiza a dimensão argumentativa da fotografia de imprensa, em especial, a fotojornalística. Segundo ela, a principal função da fotografia de imprensa não seria informar, mas argumentar. Para tanto, dispõe de ferramentas que fortalecem o sentido discursivo dessas imagens como a alegoria, a simbologia, a narração, a dramatização e a exploração de recursos plásticos e estéticos, expondo o paradoxo presente na produção dessas fotografias, que consiste no ineditismo e na repetição. Ou seja, a fotografia de imprensa se torna única quando é amplamente reproduzida, configurando-se em imagem ícone.

Por sua vez, a reprodução gera, principalmente, o sentido alegórico da sua elaboração, pois seu significado se fortalece na medida em que há recorrência de fotografias. Com essa concepção, a usual função informativa designada à imagem

fotojornalística se amplia para o já mencionado caráter argumentativo, contribuindo para o direcionamento das significações de determinado assunto.

Por conseguinte, a análise dessas recorrências de imagens no fotojornalismo, a partir dos conceitos de sobrevivências, sintomasⁱⁱⁱ e gesto, desenvolvidos por Warburg, permite identificar a presença de sentidos expressos em imagens elaboradas em diferentes tempos históricos e perceber como estes sentidos se relacionam no presente em diferentes representações, configurando as “*fórmulas de pathos*”, produzindo sintomas compreendidos como as dinâmicas dessas pulsões, dessas mudanças de representação.

Com relação às especificidades da história, Meneses (2003), menciona a necessidade de as/os historiadores/as deslocarem os olhares das fontes visuais para a visualidade inerente. Ou seja, compreender a visualidade como ela também detentora de historicidade. Descreve que, ao pensar em campo visual, o historiador precisa abordar com maior ênfase a imagem. Nesse sentido, Meneses (2003) sugere que a via investigativa seja iniciada pelo questionamento do potencial cognitivo da imagem. Nesse sentido, aponta a História da Arte como primeiro campo a observar tal potencialidade da imagem.

À vista disso, relata a influência da Antropologia, principalmente, a partir da década de 1960, para o alastramento das pesquisas sobre imagem, desencadeadas no âmbito de uma Antropologia Visual. Ressalta a contribuição da Sociologia para as temáticas sobre o poder nas análises. Com relação à História, diz que a partir das redefinições advindas por meio da Nova História, caracterizada principalmente pelo advento de novos problemas, métodos e fontes, percebe-se o início para a problemática da imagem na História, porém, ainda assim, de forma tímida. Com isso, enfatiza a necessidade da História se apropriar do campo visual, observando o caminho percorrido pelas outras disciplinas humanas e sociais.

Ao caracterizar a atuação da história visual, indica que “a expressão “História Visual” só teria algum sentido quando se tratasse não de uma História produzida a partir de documentos visuais [...], mas de qualquer tipo de documento e objetivando examinar a dimensão visual da sociedade” (MENESES, 2003, p.27). Desse modo, quando a proposta é trabalhar com história visual, há de se considerar a problemática da sociedade envolvida na elaboração das visualidades, pois “vivemos a imagem em nosso cotidiano, em várias dimensões, usos e funções” (MENESES, 2003, p.28). Dessa forma, a visualidade é

entendida como o conjunto de produção de imagens considerando suas expressões e circulações na dinâmica das sociedades.

Na mesma linha, Mitchell (2003) ressalta que a cultura visual envolve a construção social do visual e também a construção visual do social, ou seja, na mesma medida em que as imagens são produzidas pelos sujeitos com diferentes propósitos, essas produções imagéticas também participam na dinâmica de compreensão dos espaços sociais.

Para Knauss (2006), os estudos de cultura visual se caracterizam pela interdisciplinaridade. Assim, a produção de imagens é entendida como expressão da diversidade social. O autor infere sobre a necessidade de inseri-los nas pesquisas das mais diversas áreas com o fim de contemplar as leituras possíveis. Infere, também, sobre o estatuto das imagens como fontes de pesquisa tão complexas quanto o documento escrito, pois as imagens, como produção humana, também revelam pontos importantes na elaboração dos códigos sociais.

Nas próximas seções serão apresentadas algumas análises das sobrevivências na fotografia de Carlos Rodrigues, como possibilidade de compreensão da memória visual do conflito da luta pela terra, ocorrido em 1990, na cidade de Porto Alegre. Em seguida, a discussão será estendida aos trabalhos de Goya e suas reverberações na produção de Manet e na fotografia de Gilles Caron.

Fotografia de Carlos Rodrigues: Ecos temporais

Pensar as *sobrevivências gestuais* na fotografia de Carlos Rodrigues sobre o confronto da luta pela terra significa realizar o exercício de montagem e desmontagem dos tempos (DIDI-HIBERMAN, 2015), num constante ato de (re)construção das memórias visuais para, assim, buscar as conexões entre a fotografia de Rodrigues e a gravura de Goya. Pois “diante dessa imagem, nosso presente pode, de repente, se ver capturado e, ao mesmo tempo, revelado na experiência do olhar” (DIDI-HIBERMAN, 2015, p. 16).

A fotografia de Rodrigues compõe uma série de setenta imagens sobre o confronto ocorrido entre militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a Brigada Militar^{iv}, na Praça da Matriz, em Porto Alegre, no dia 8 de agosto de 1990. Elas

estão disponíveis no acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul - SINDJORS. A fotografia foi publicada na capa do jornal “O Estado de São Paulo” do dia 9 de agosto de 1990 e também na edição inaugural do jornal “Versão”, do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma imagem produzida dentro dos parâmetros do fotojornalismo, com características demarcadas, mas que traz em si a sobrevivência de diversas outras imagens de confrontos.

O conflito ocorreu depois que cerca de 400 militantes do MST acamparam na Praça da Matriz em Porto Alegre. Eles reivindicavam o cumprimento do acordo estabelecido no ano anterior, no qual o Governo do Estado e Governo Federal haviam se comprometido a desapropriar 500 hectares de terra para o Movimento, após o assassinato de um militante, Ivo Lima, ocorrido durante a ação de despejo realizada pelos soldados da Brigada Militar, na fazenda Bacaraí (HOFFMAN, 2002). No decorrer da manhã, ocorreu o confronto entre militantes e soldados da Brigada Militar, ação que desencadeou a morte do soldado Valdeci de Abreu. O caso alcançou intensa proporção midiática e ficou conhecido como o “*caso da degola*”.

A imagem de Carlos Rodrigues (Figura 1) mostra o momento do confronto entre dois grupos. De um lado, civis com vestimentas simples e empunhando instrumentos da lida diária no campo. Do outro, soldados fardados portando escudos, baionetas e armas. Respectivamente, militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e soldados da Brigada Militar. A massa de soldados indo em direção aos civis é algo marcante. Os soldados, em maior número que os militantes em quadro, estão em posição de ataque e avançam em direção aos militantes, que estão em posição de defesa. A tensão na forma de sintoma, estabelecida entre os dois grupos, pode ser entendida como “*forma de pathos*”, já que pode ser reconhecida em outras representações de conflitos. Além disso, a capacidade argumentativa (JOLY, 2003) da fotografia, aqui, é identificada ao compararmos o número de soldados em comparação ao de militantes.

É pertinente notar o que é velado na imagem, como a face dos soldados da Brigada Militar, no primeiro plano. Em contrapartida, é dada visibilidade, ainda que limitadamente, à face dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Na imagem, os níveis do confronto reverberam na expressão corporal de embate e nos gestos de

enfrentamento e de luta. Alguns aspectos representativos das ações de confronto, construídos por Goya no século XIX, expressos em Carrón e, ainda, presentes em Manet reaparecem na fotografia de Carlos Rodrigues, na forma de sintoma fantasmático, como referências dinamizadas em diferentes tempos e contextos, como veremos ao longo deste artigo.

Porém, para pensar a expressão dessa imagem enquanto sobrevivência do gesto, é necessário que busquemos identificar, no conjunto de referências, as formas que desencadeiam as diferentes representações dos conflitos. Assim, a seguir, discutiremos alguns desses aspectos em Goya e como isso desdobra em Manet, para, enfim, reverberar na fotografia de Carrón.

Gesto do Conflito: Goya - Desastres da guerra

Ao olhar a fotografia de Carlos Rodrigues, algo conduz a uma compreensão prévia do que está registrado: a ação do conflito é reconhecida. Tal imagem nos convoca a aprofundar as camadas do visível e nos questionar sobre as formas do invisível. Para tal, torna-se necessário desconstruir a noção linear evolutiva da história para pensar no sentido relacional e descontínuo desse passado. Assim, a fotografia de Carlos Rodrigues pode ser compreendida no ato de montagem e desmontagem do tempo, na *potencialidade dialética da imagem* (DIDI-HIBERMAN, 2015). Atos de conflito permeiam as sociedades em diferentes tempos, possibilitando, com isso, formas de representações que, gestualmente, são configuradas de forma semelhante.

Seguindo essa perspectiva, pode-se relacionar a fotografia de Carlos Rodrigues como um desdobramento da configuração formal do gesto conduzida por Goya. Como aponta Ana Nolasco, Goya “é, por essência, pintor do sombrio, da condição humana num mundo abandonado pela luz de Deus e da razão”. O aperfeiçoamento do seu olhar para o burlesco teria sido aguçado após ser acometido por uma doença que o deixara surdo. Por sua vez, essa condição gerou em Goya a introspecção para abordar as questões do seu tempo no âmbito do “absurdo do real”: “a irrealidade que se irá fazer sentir, mais tarde, no tom grotesco de “Caprichos e Desastres”” (NOLASCO, 2013, p. 137). Como coloca

Todorov, “a principal reação artística de Goya ao conflito bélico será constituída pela série de gravuras intitulada “*Desastres da guerra*” e pelos desenhos a ela relacionados, assim como por alguns quadros.” (TODOROV, 2014, p. 76).

Desse modo, “*Desastres da Guerra*”, iniciada em 1810^v, consiste em uma série de oitenta desenhos produzidos por Goya durante a invasão francesa na Espanha, que teve início em 1808. A experiência com os horrores da guerra influenciou a elaboração do seu trabalho, dando origem, anos mais tarde, aos quadros “*2 de Mayo de 1808*” e “*3 de Mayo de 1808*”. Para discutir a potencialidade dialética da imagem e pensar as sobrevivências dos gestos do conflito que se fazem presentes em Goya e na fotografia de Carlos Rodrigues, recorreremos a um dos desenhos da série “*Desastres da Guerra*”, intitulado “*Com Razón o sin ella*” (Figura 2).

No primeiro plano da imagem, nota-se a representação do momento do conflito entre dois grupos. No gesto que deflagra o conflito, chocam-se soldados franceses e civis espanhóis. Os soldados são representados projetando suas armas em direção aos civis. Nesse movimento, a face dos soldados é totalmente ocultada, dando forma à truculência do ato. Em contrapartida, nos civis é possível notar a expressão de dor, a tensão que estampa a previsibilidade do sofrimento e da morte. Em Goya, o gesto que esconde a face dos soldados reaparece também no quadro “*3 de Mayo de 1808*”. No desenho, o espaço não é identificado, ou seja, não é possível distinguir se a ação se desenrola no espaço urbano ou rural, suprimindo a referência espacial, que acaba por destacar as pessoas. No segundo plano, como contraste da ação que se desenrola, é representado, próximo à perna esquerda do segundo espanhol, um soldado francês sendo atacado por um grupo de espanhóis.

Na fotografia de Carlos Rodrigues, a representação do conflito conjuga alguns dos movimentos gestuais apresentados por Goya no desenho e que também vão reaparecer em “*3 de Mayo de 1808*”. Os gestos dos soldados, envoltos em seus aparatos de guerra, com seus corpos dissolvidos na materialidade do uniforme e dos escudos, geram um sentido de automatismo da ação. Assim, os soldados são reduzidos ao gesto das armas como extensão de seus próprios corpos em choque com os espanhóis. Esse movimento ressurgiu, de forma *sobrevivente*, na fotografia de Carlos Rodrigues, bem como na obra de Manet e na fotografia de Carrón.

Por meio dos gestos ressurgentes nos conflitos representados, a noção do inesperado, da interrupção do curso normal da representação, ou seja, o que visualizamos como sintoma, seria o encontro das representações configuradas em Goya, no desenho, e em Carlos Rodrigues, na fotografia. Em outras palavras, o desfecho é uma incógnita, ainda que previsível. Como uma parada para a dúvida sobre o papel do conflito, as representações convidam à reflexão, a partir das diferentes temporalidades, mas que como sintoma se interconectam no diálogo estabelecido nos registros. Dando continuidade, na próxima seção se destacará fragmentos das manifestações desses movimentos na obra de Goya, intitulada “3 de Mayo de 1808”.

Gestos de morte: Goya - “3 de Mayo de 1808”

Se em Goya, no desenho “*Com razón o sin ella*”, e, *de forma sobrevivente*, na fotografia de Carlos Rodrigues, o gesto do conflito se orienta para o inesperado, no “3 de Mayo de 1808” o gesto do conflito tem um desfecho diferente. Em “3 de Mayo de 1808”, reaparece a representação da dor, do medo e da morte. Mas, aqui, a morte adquire outra configuração representativa, surgindo no primeiro plano, com a pilha de corpos ao lado dos espanhóis. Nessa obra, ressurgem o movimento gestual de conflito com a representação de dois grupos em tensão: os soldados, com as faces ocultadas, contra os espanhóis, com expressão de medo. É como se o horror da guerra fosse representado por meio de um roteiro, onde a morte é traduzida como o início e o fim.

Figura 2. Francisco de Goya. 3 de Mayo de 1808. 1814



Fonte: disponível em www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/el-3-de-mayo-en-madrid-o-los-fusilamientos Técnica. Óleo. Dimensões: 268cmX347cm.

Os corpos ensanguentados no primeiro plano, ao fundo a fila de espera para a morte: o destino já está apresentado de antemão, a espera é desenganada e, entre esses dois tempos, ocorre o fuzilamento. Chama atenção o personagem com os braços em posição de rendição, que remete à gestualidade comum aos mártires ou até mesmo ao Cristo crucificado, vestindo a camisa branca realçada pela luminosidade da pintura, elemento que confere centralidade à ação e, por isso, interfere no ato de *olhar* a imagem, como um chamado para o que está invisível, um lugar secreto no âmbito da representação.

A luz gerada pela lanterna, em contraste com a escuridão dos demais elementos, acaba destacando os outros personagens que nos convocam a *olhá-los* por meio de seus gestos, como a primeira personagem da fila de espera, que leva as mãos à face, tapando a visão, como se este gesto pudesse evitar sua morte. Do mesmo modo, os soldados representados com a cabeça baixa remetem à ideia do ato da guerra como algo esvaziado de sentido, em que ambos os lados saem perdendo.

Como aponta Nolasco, “após a revolta, o general Murat tinha dado a ordem de vingança, mandando executar todos os espanhóis que fossem encontrados com armas. Os corpos foram esfaqueados após a execução, [...] sendo o “3 de Mayo” a representação de uma dentre tantas outras que tiveram lugar na madrugada desse dia” (NOLASCO, 2013, p. 138).

Goya não podia pintar o quadro oficialmente enquanto a ocupação francesa ocorria, situação que o conduziu a produzir desenhos com a mesma temática. Por volta de 1813, quando o exército francês foi expulso da Espanha, redigiu uma petição oficial para que pudesse realizar a pintura. A ação foi concretizada por volta de 1814, por encomenda de Fernando VII, para colocá-la nas salas do palácio, no período em que o rei regressou a Madrid. A obra faz par com outra intitulada “2 de Mayo – A luta com os mamelucos” (NOLASCO, 2015) também de autoria de Goya.

Nolasco ainda destaca que Goya traz, em “3 de Mayo de 1808”, alguns elementos que remetem a uma vontade de documentar o acontecimento, como, por exemplo, ao representar os contornos do Mosteiro D. Maria Aragon, local onde os espanhóis estavam presos antes do fuzilamento. Em diálogo com essa interpretação, pode-se estabelecer mais uma conexão com a fotografia de Carlos Rodrigues, que na qualidade de imagem produzida dentro dos parâmetros do fotojornalismo, acaba por gerar sentido também pelo seu potencial documental.

Para além da busca documental da realidade, Goya constrói uma representação sobre o conflito pautada em particularidades em torno do tema. Nesse percurso, os ecos de Goya, igualmente inspirados em outros tempos, continuam a ressoar nas representações sobre o conflito, “como um cruzamento de sobrevivências” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 108). Em outras palavras, a organização visual na constituição dos gestos de conflito retorna em outras representações, outras criações artísticas e fotojornalísticas. Desse modo, no próximo subtítulo veremos como se dá esse retorno em um quadro de Manet e na fotografia de Giles Caron.

Ressonâncias: Manet e Caron

Manet teria tido contato com a obra de Goya por volta de 1865, quando visitou o Museu do Prado. Dois anos após a visita, em 1867, Manet recebeu a notícia da execução do imperador do México, Maximiliano (NOLASCO, 2013). O imperador foi indicado para o poder por Napoleão III. Assim, Maximiliano foi sentenciado à morte após a inviabilidade das tropas francesas permanecerem no local. Republicano, contrário a Napoleão, Manet começou a trabalhar na pintura da execução, tendo como base a obra já citada de Goya, “3 de Mayo de 1808”, produzida dentro do mesmo tema. Ainda, o pintor trabalhou em conjunto com matérias e fotografias que chegaram a Paris através de jornais.

Na imagem, Manet representa a execução com tons diferentes aos de Goya. Conforme Nolasco (2013), o que prevalece na imagem é o tom irônico, com o soldado limpando o fuzil, o grupo em cima do muro assistindo à execução, em contraponto à dramaticidade da representação de Goya. Em Manet, o gesto do conflito contempla a ação do ridículo. De forma a perceber a desmontagem e articulação temporal das imagens, a representação de Manet dialoga de forma sobrevivente com a fotografia de Carlos Rodrigues e Gilles Caron, bem como com Goya, no gesto realizado pelos soldados ao apontar as armas para as vítimas. Em Manet, os soldados foram representados com uniforme do exército francês, como crítica à política de Napoleão III.

Nolasco realiza uma leitura da obra de Goya e Manet onde situa a representação de Goya como *dionisíaca*, com os horrores da guerra relacionados à sua forma sentimental, enquanto a de Manet estaria na ordem *apolínea*, pela ênfase na ironia. Assim, “o impulso dionisíaco, personificado na obra de Goya, representa a noite, e a força trágica é do âmbito da embriaguez e do fim da individuação. O impulso apolíneo é do âmbito da aparência, das formas bem definidas da imagem e do sonho [...]” (NOLASCO, 2013, p. 142).

Figura 3. Édouard Manet. “A Execução de Maximiliano”.



Fonte: disponível em: Galeria de Arte de Mannheim. <http://www.kunsthalle-mannheim.de/en/collection/painting>.

Nessa profusão de referências, retornamos ao fotojornalismo da década de 1960, quando encontramos em uma fotografia de Gilles Caron a referência a Goya e Manet, com a representação do conflito velando a face dos soldados. Aqui, porém, o enfrentamento ocorre, num gesto mais próximo de Manet, ainda que em uma instância diferente, cumprindo algo do enfrentamento irônico.

Figura 4 Gilles Caron. 1969. Primeiro aniversário da repressão soviética na Primavera de Praga, na Tchecoslováquia



100
LO

Luisa BRASIL

Fonte: disponível em: <http://www.jeudepaume.org/?page=article&idArt=2073>

A fotografia foi produzida em 1969, em manifestação por ocasião do primeiro aniversário da repressão soviética à Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, atual República Tcheca. Enquanto imagens fotojornalísticas, as fotografias de Caron e Rodrigues dialogam na utilização do preto e branco, na frontalidade conflituosa dos corpos dos personagens e, ainda, na atenção denotada ao gesto dos policiais e manifestantes: no primeiro caso, suas armas antecedem seus corpos; no segundo, o corpo se torna a própria arma e escudo. Desse modo, a imagem que não cessa de se transformar retorna, com diferentes potencialidades no registro de Carlos Rodrigues, articulando, em movimento, as sobrevivências e sintomas dos gestos de conflito.

Considerações finais

A reflexão sobre as sobrevivências dos gestos de conflito a partir das imagens analisadas neste artigo permite observar o diálogo formal entre registros feitos em diferentes tempos históricos. Também foi possível constatar especificidades desses registros, relacionadas aos diferentes contextos, num trabalho de montagem de tempos e contextos.

O confronto entre o agressor, uniformizado, mais forte, mais armado, com mais tecnologia, contra o agredido, que resiste, mas não tem nenhuma vantagem, é visualizado com força nas imagens de Carlos Rodrigues, Manet, Goya e Caron. Em todas as imagens analisadas, de modo sobrevivente, os gestos de conflito são representados no movimento de tensão, no choque, construindo um embate que ora pode ser dramático, ora documental, mas, sempre, multifacetado.

Nesse sentido, as sobrevivências dos gestos de confronto analisados neste artigo se constroem na problematização no âmbito do visível e do invisível. Da mesma maneira, a

relação na forma de sintoma entre as sobrevivências se estabelece nas diferentes camadas temporais, conjugadas aqui, nas diferentes representações criadas pelos autores.

Por fim, considera-se a reflexão em torno das especificidades formais, gestuais e temporais das imagens como um meio profícuo para a abordagem dos problemas históricos. Consideramos a abordagem/montagem visual, denotando as distintas temporalidades que constituem a fotografia de Rodrigues, como um caminho possível para a compreensão da memória visual do conflito da luta pela terra ocorrido em Porto Alegre na década de 1990. Torna-se possível, através desse viés de compreensão da história, realizar os processos de montagem e desmontagem temporais, imprescindíveis em pesquisas que têm como base de compreensão do passado as fontes visuais.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O autor como gesto*. In: Profanações. São Paulo. Boitempo, 2007.
- BURUCÚA, José E. *História, arte, cultura*. De Aby Warburg a Carlo Ginzburg. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2002.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro. Contraponto, 2013.
- _____. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2015.
- HOFFMAN, Leandro Sidinei Nunes. *Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991*. 2002. 401 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, IFCH, UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- JOLY, Martine. *Fotografia de prensa*. In: La imagen fija. Buenos Aires: La Marca, 2003.
- KERN, Maria Lúcia Bastos. *Imagem, historiografia, memória e tempo*. ArtCultura, Uberlândia, v. 12. 2010.
- KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual*. Artcultura, Uberlândia, v. 8. 2006.
- LEAL, Mariana Katona. *Gestualidade e produção de sentido*. Anais ANPAP. Rio de Janeiro, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica*. In: Revista Brasileira de História da Mídia, vol. 5. 2016.
- MENA MARQUÉS, Manuela B; DÍEZ, José Luis (et al.). *Goya en tiempos de guerra*. Madrid. Museo del Prado, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Rumo a uma "História Visual"*. In: MARTINS, José de Souza. ECKART, Cornélia. CAIUBY, Sylvia. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusp, 2005.

_____. _____. *Fontes visuais, cultura visual, história visual*: Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p.11-36, 2003.

MITCHELL, W. J. T. *Mostrando el ver: una crítica de la cultura visual*. In: *Estudios Visuales*, nº 1, nov. 2003.

NOLASCO, Ana. *Um percurso pela pintura de Goya e de Manet: O 3 de Mayo de 1808 (1814), de Goya e a Execução do Imperador Maximiliano (1968-69), de Manet*. Arte teoria. Lisboa, 2000.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Perspectiva, São Paulo, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Fotografia como arte do trauma e imagem-ação: jogo de espectros na fotografia de desaparecidos das ditaduras da América Latina*. In: Fórum Latino-Americano de Fotografia de São Paulo. 2010. Link: http://www.forumfoto.org.br/wpcontent/uploads/2010/09/seligmann_fotografia_como_arte_do_trauma.pdf

SOUZA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Goya à Sombra Das Luzes*. Companhia das letras, 2014.

WARBURG, Aby. *Atlas Mnemosyne*. Akai/Arte e estética, Madrid, 2010.

ⁱ Traço definitivamente impresso na psique por uma experiência física.

ⁱⁱ O conceito de pathosformal se relaciona à ideia de arqueologia da imagem, uma imagem com carga emocional adquirida pela sua repetição ao longo do tempo.

ⁱⁱⁱ Aqui, entendemos “sintoma” a partir da abordagem de Didi-Huberman em diversos textos do autor. Sintoma seria o lugar secreto de uma imagem. Seria uma crise não apaziguada, ou seja, aquilo que interrompe o curso normal da representação.

^{iv} Como é chamada a Polícia Militar no estado do Rio Grande do Sul.

^v C.f Goya em tempos de Guerra. Manuela B. Men Marqués, 2008.

HISTÓRIA, AÇÃO E ÉTICA – COMENTÁRIO A RESPEITO DE HERMAN PAUL

HISTORY, ACTION, ETHICS – ON HERMAN PAUL

Pedro Telles da SILVEIRA*

Resumo: Os últimos anos têm assistido ao crescimento da reflexão sobre os aspectos éticos do ofício historiográfico. Sem pretensões de exaustividade, o presente ensaio aborda essas questões com especial ênfase ao trabalho do historiador holandês Herman Paul. Em uma série de artigos recentes, Paul busca instrumentalizar preocupações éticas numa renovação da história da historiografia. Aqui, procura-se analisar as implicações dessa passagem do texto à ação enquanto objeto de análise, além de sondar os limites da abordagem desenvolvida por Paul para uma abordagem ética relacionada não apenas ao passado mas também ao futuro da disciplina histórica.

Palavras-chave: Ética; História da Historiografia; Herman Paul

Abstract: Recently there has been a growing concern about the ethical aspects of historians' work. Without trying to be exhaustive, the presente essay tackles these questions with a special emphasis on the work of Dutch historian Herman Paul. In a series of articles, Paul tries to canalize ethical concerns into a renewed perspective about the history of historical writing. What I try to do here is to probe the limits of this approach in order to question not only the ethical concerns related to the past but also to the future of the historical science.

Keywords: Ethics; History of Historical Writing; Herman Paul

“História, psicanálise e giro ético”. Com esse título, Dominick LaCapra assinava o epílogo aos seis ensaios publicados em *History and Memory after Auschwitz*, originalmente publicado em 1998. Ao longo das cerca de trinta páginas que concluem o livro, LaCapra reforça a sugestão de pensar a elaboração psicanalítica para além do enquadramento clínico, concebendo-a como instrumento para buscar o controle sobre ações que, irrefletidas, tendem à repetição (LACAPRA, 2009, p. 224). O verbo “elaborar”, então, liga-se estreitamente ao problema do agir ético e ao juízo crítico que acompanha a tomada de posição de um agente que, frente ao passado e ao presente, adquire a condição de sujeito (LACAPRA, 2009, p. 214). Tornar-se sujeito através e com relação ao passado permite considerar a entrada em cena de um “giro ético” que, diante dos acontecimentos históricos traumáticos dos quais foi pleno o último século, enfrenta os pressupostos subjacentes a qualquer atividade intelectual ligada à compreensão e ao entendimento desse mesmo

* Doutorando em História (UFRGS). E-mail: pedrotellesdasilveira@gmail.com

passado (LACAPRA, 2009, p. 234). “A máxima aqui”, adverte o autor, “não é ‘perdoar e esquecer’, mas recordar de maneira que o perdão seja possível e que deixar passar implique uma esperança para o futuro” (LACAPRA, 2009, PP. 225-226).

Muita coisa mudou desde que essas palavras foram impressas e publicadas em livro. Entre a reflexão do historiador norte-americano, uma espécie de balanço escrito nos anos finais do século XX, e as duas primeiras décadas do novo século, o “giro ético-político” que, então, era apenas um desejo, tornou-se corrente. Estudos, reflexões, investigações e intervenções que articulam os problemas relacionados à atuação dos historiadores e historiadoras junto à sociedade na qual estão inseridos ou levantam questões a respeito dos problemas éticos, e não apenas epistemológicos, da compreensão histórica, ou indagações profundas sobre os sentidos que o conhecimento histórico assume junto às políticas de reparação e desigualdades resultantes de acontecimentos-limite ou determinados processos sociais – a escravidão é o primeiro exemplo que vem à mente –, ou, por fim, a atuação política e o significado, assim como os limites, da democracia, passaram a ocupar espaço em páginas de revistas, livros e congressos. Embora o sentido pleno da “elaboração” pensada por Dominick LaCapra não tenha necessariamente se cumprido (tampouco ele apresentou uma receita clara para que isso se realizasse), a preocupação ética dos historiadores e historiadoras permite repensar o problema epistemológico da verdade histórica, fazendo-o atravessar simultaneamente a práxis social e o conhecimento histórico, em resposta ao apelo para que os praticantes da disciplina histórica se posicionem mais firmemente na esfera pública. Tal situação impõe a pergunta pelo que os historiadores e historiadoras efetivamente fazem e o que eles ou elas podem realizar na sociedade em que estão inseridos. Impõe-se, então, um desdobramento à celebre pergunta de Michel de Certeau, uma vez que não se trata mais somente de “O que *fabrica* o historiador quando faz história” (CERTEAU, 2006, p. 65), mas também o que os historiadores fazem *enquanto* historiadores quando não estão fabricando história? Semelhante expansão do “questionário dos historiadores” mostra que sua atuação não se esgota nos textos que escrevem ou nos cursos que ministram, mas extrapolam o público acadêmico em direção à sociedade, o que permite entrever uma reconfiguração significativa do lugar social certeuniano.

Um conjunto tão grande de questões pode levar à consideração segundo a qual é contraproducente abordar o trabalho de apenas um autor, o historiador holandês Herman Paul, ou dedicar-se apenas a uma questão, a análise dos conceitos que ele vem desenvolvendo nos últimos anos, como pretendo fazer aqui. Entretanto, em um conjunto de artigos bastante influentes publicados nos últimos anos, Herman Paul tem apresentado uma reflexão rigorosa e sistemática que busca repensar o trabalho dos historiadores (e, até o momento, somente *historiadores*) nos termos de uma filosofia da ética e da ação. O “giro prático”, como ele denomina o seu pensamento e o de alguns outros autores acerca dos aspectos pragmáticos da obtenção de conhecimento e os valores a ela associados (PAUL, 2016b, PP. 137-138), implica desenvolver uma teoria da história e/ou uma história da historiografia que não se preocupe exclusivamente com o produto acabado do conhecimento dos historiadores – o texto escrito, a aula dada – mas que leve em conta o processo que conduziu à sua criação (PAUL, 2011b, p. 3). Ou, como o próprio autor define, o “comportamento que os historiadores apresentam quando leem, escrevem ou ensinam” (PAUL, 2011b, p. 4). Com esses pressupostos, Paul inicia um diálogo crítico com algumas das principais correntes da reflexão histórica das últimas décadas, em ensaios extremamente produtivos para revisitar a história da historiografia e nos quais, embora a palavra “ética” nunca apareça, preocupações éticas são facilmente perceptíveis.

Ainda que pleno de méritos, considero que o instrumental analítico concebido por Herman Paul encontra seu limite quando utilizado para reescrever o ofício dos historiadores e historiadoras. Devido a uma concepção demasiado estreita de ação e tradição disciplinar, ele não possibilita escapar aos problemas que pretende superar. Mais especificamente, sua proposta não supera os questionamentos colocados pelo giro linguístico, como presume que seja capaz, uma vez que não é bem-sucedido em lidar com a porosidade do lugar dos historiadores e historiadoras na sociedade. Não se trata de um problema de filosofia da ação, mas da insuficiência teórica em realizar o salto qualitativo de uma análise historiográfica a uma investigação ética que possibilite, até mesmo, diagnosticar o presente e sondar o futuro dos historiadores – e, subtraída a dimensão de futuro, a eventual preocupação com a ética torna-se puramente instrumental, ou seja, somente um instrumental analítico.

Abordarei esses problemas ao longo de quatro momentos. Início apresentando alguns dos significados e definições do chamado “giro ético” ou “giro ético-político”, seja na historiografia brasileira, seja em contexto internacional, ambos cada vez mais interpenetrados. O aparecimento dessas questões implica uma revisão crítica – novamente, aqui e lá – do legado do giro linguístico, tanto por meio de sua expansão, como ao mostrar o papel de outros elementos que não os metodológicos que condicionam a credibilidade dos historiadores e historiadoras, quanto em sua superação, mais nomeadamente na passagem do texto à ação enquanto objeto de estudos. Esses movimentos teóricos fornecem o pano de fundo para a proposta de Herman Paul, a qual discutirei na segunda e terceira seções deste texto. Primeiramente, descrevo o vocabulário do autor, em especial os conceitos de *habilidades* e *virtudes epistêmicas*, além do conceito de *personas acadêmicas*; depois, interrogo a relação entre constituição disciplinar e a perspectiva apresentada pelo autor. Ao conceber a atuação dos historiadores sob a ótica de *personas* e performances acadêmicas, não restringe ele a historiografia à aprovação dos pares? Como pensar uma atuação por parte dos historiadores que coloque em tensão os dois elementos, próximos porém distintos, da ética e da epistemologia, e não apenas reitere certos processos de subjetivação já garantidos de antemão? Essas perguntas encaminham a última parte de minha reflexão.

Do texto à ação

Três contribuições publicadas no ano de 2015 intentaram tornaram mais palpável a ideia de um giro ético-político na reflexão historiográfica brasileira. Nas palavras de André Voigt, a determinação em prospectar os limites ético-políticos do ofício histórico é perceptível “na medida em que ele está no cerne de um problema que se põe para a disciplina histórica e para o ofício do historiador na atualidade?” (VOIGT, 2015, p. 92). Que problema é esse? Outros dois autores, Marcelo de Mello Rangel e Fábio Muruci dos Santos, respondem: a diferença e como “garantir espaço para outros modos de ser, etnias, perspectivas, histórias, etc.” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 8). Essa não é uma tendência apenas da historiografia, já que afeta também

(...) a filosofia, a teoria da literatura, a antropologia, a sociologia etc. e isso porque, como já mencionamos, o giro determinado pelo horizonte histórico contemporâneo, pela necessidade deste horizonte no que tange a

Página | 107

Pedro Telles da SILVEIRA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017.

organizar-se a partir da palavra-chave – *diferença* (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 8).

Nos dois trabalhos que assina em coautoria, Marcelo Rangel expande o horizonte do giro ético-político ao inseri-lo menos no conjunto das preocupações recentes dos historiadores que no desenvolvimento de tendências intrínsecas ao pensamento e à história ocidentais nos últimos séculos. Para Santos e Rangel, recém citados, é a própria modernidade que estabelece a possibilidade de um giro ético-político no mundo contemporâneo, uma vez que ela “se constitui a partir de ‘acontecimentos’ históricos radicais, os quais liberaram entes, desafios e possibilidades inéditas para as quais os homens e mulheres em geral não possuíam chaves de inteligibilidade” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 9). Graças à aceleração do tempo histórico e da experiência política entre os séculos XVII e XIX, as categorias que facilitavam a compreensão do mundo então disponíveis encontraram-se fortemente questionadas, resultando no que “podemos chamar de ‘anomia’ ou de uma instabilidade significativa” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 9). Fruto do processo de aquisição do saber, essa instabilidade conduziu a uma “espécie de intuição geral” compartilhada entre esses séculos “de que todo e qualquer juízo produzido mesmo no interior de espaços de investigação rigidamente controlados é determinado pelo mundo próprio ao sujeito de conhecimento” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 9). Em outras palavras, exauriram-se as fontes que legitimavam transcendentemente o conhecimento – Deus, por exemplo –, levando ao “questionamento acerca de toda e qualquer possibilidade de constituição de critérios de seleção de enunciados privilegiados em relação à realidade”, incluindo os enunciados historiográficos (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322).

No que tange à historiografia, a experiência moderna põe em xeque a anterior auto-evidência do valor da história para a vida, e conduz à pergunta “para que se faz história?” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 10). Tal indagação, no entanto, não significa que a história se retira do mundo social que a circunda; ela não é, por exemplo, determinada apenas pelo interesse do historiador ou historiadora com relação ao passado. Pelo contrário, a historiografia desloca sua fonte de legitimidade de fatores transcendentais e procura se justificar pela realização do processo histórico que prenuncia. O estabelecimento do mundo histórico garante a legitimidade do conhecimento sobre esse mundo – a própria

historiografia. Sendo assim, a escrita da história, escrevem Marcelo Rangel e Valdeci Lopes de Araujo, adquiriu uma “determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu” (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322). Tendo isso em mente, o constructo “ético-político”, aplicado à historiografia, é justificado quando se considera por *ético*, por exemplo,

(...) algo como o espaço que se habita, no interior do qual nos comportamos. De modo que a ética aparece como sendo, ao menos neste sentido, uma preocupação com o âmbito no interior do qual vivemos, a saber, o mundo contemporâneo,

enquanto *político*, por seu turno, significa

(...) uma atuação mais decisiva no que podemos chamar de “esfera pública”, a partir de um conjunto de orientações mais específica (sistemática) tendo em vista transformações num curto ou médio espaço de tempo.

E, por fim, o giro ético-político pode indicar um conjunto

(...) 1) de reflexões dedicada a pensar este mundo, suas determinações próprias, questões específicas e possibilidades no interior da teoria, da história da historiografia e da historiografia em geral ou 2) de intervenções mais delimitadas no interior deste mundo a partir da teoria da história da HH em geral, orientadas por um conjunto bem-definido de ideias, as quais buscam transformações também específicas num curto ou médio espaço de tempo, ou ainda 3) de tematizações do mundo contemporâneo a partir da teoria, da HH e da historiografia em geral, que sejam orientadas por 1 e 2 a um só tempo (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 8).

Através dessas considerações, percebe-se que o giro ético-político é modelado a partir de outra guinada historiográfica, o giro linguístico. Essa apreensão é corroborada pela dependência da narrativa que concede à modernidade o papel de desestabilizar as condições de legitimidade dos enunciados sobre a realidade. O conhecimento, tornado contingente, exige uma “fundamentação ou mesmo justificativa ético-política” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 328), uma vez que não existem bases inquestionáveis que lhe assegurem a validade.

Essa situação é exacerbada pela experiência histórica do século XX, marcada por eventos traumáticos e dilacerantes. De acordo com Rangel e Santos, um segundo conjunto

de condições de possibilidade do giro ético-político advém do reconhecimento, obtido ao longo do século, “de que seu passado imediato era responsável, nesse caso culpado, pelos seus ‘traumas’”, levando à “culpabilização e posterior negação do par identidade e racionalismo/verdade num sentido forte e correspondentista” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 10). O esgotamento de um modelo de representação baseado na identidade entre os enunciados e a realidade fez surgir o que se “tornaria uma espécie de tarefa do mundo contemporâneo”, qual seja, “defender ou resguardar algum espaço a visões de mundo distintas, etnias, perspectivas, memórias e tradições, e isto também a partir da compreensão de que todo e qualquer enunciado se constitui necessariamente a partir de uma dimensão relacional” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 10).

Embora sugestiva, entretanto, essa não é a única interpretação possível a respeito do último século e seu significado. Para outros, o século XX, muitas vezes considerado palco do “fim das certezas”, foi caracterizado por um impulso em direção à verdade, não apenas debatida e contestada mas também duramente defendida (BADIOU, 2007). Além disso, a narrativa a respeito da modernidade, de inspiração koselleckiana, é uma base frágil sobre a qual construir o entendimento da modernidade como abertura com relação ao problema da diferença. Que a diferença apareça justamente como *problema* já aponta que essa maior abertura foi somente uma das reações possíveis frente à instabilidade conceitual (e, talvez, uma muito mais apropriada a um período *pós-moderno*, no sentido de posterior à vigência incontestada desse conceito moderno de história). A modernidade também é um processo de homogeneização e negação da diferença, encarnada na dissolução e desenraizamento de comunidades e modos de vida tradicionais, em nome de uma concepção na qual seu valor era dado e auto-evidente. Para além disso, permanece uma concepção de verdade “correspondentista”, cujo significado último é a adequação entre enunciado e realidade, de modo que a ética aparece como um complemento de legitimidade, e não como a fundação do saber. Embora seja proveitoso manter a separação analítica entre questões éticas e epistemológicas, as contribuições analisadas até agora não completam a transição de uma epistemologia – transcendental? – à ação enquanto elemento de fundo na prática científica historiográfica. A distinção entre *matters of fact* e *matters of concern*, para utilizar o vocabulário de Bruno Latour (2004), resta ainda por fazer; na realidade, é a própria

manutenção da distinção entre os domínios do fato e da opinião, junto ao pressuposto da história enquanto inscrição da verdade, que justifica (mas também limita) a pretensão da historiografia enquanto conhecimento ético.

Essa ampla gama de questões também está presente em outro giro epistemológico, agora contemporâneo: o “giro performativo”. Segundo Ewa Domanska, no fundo do “giro performativo” está a “categoria da mudança como valor positivo no mundo atual”, de modo que “realizar mudanças, ser o agente delas e não seu objeto: aí está o modelo desejável do que se pode extrair da leitura dos trabalhos dos humanistas atuais” (DOMANSKA, 2011, p. 136):

Nos textos ligados às abordagens que se podem classificar no interior de uma nova humanística, não há muito espaço para a contemplação do mundo; pelo contrário, neles se constrói um espaço para as rebeliões e as revoluções. Esses textos, que com muita frequência são manifestos programáticos de diferentes movimentos de minorias, é necessário conscientizar os sujeitos de sua força enquanto agentes, aspecto do qual muitas vezes não são conscientes. É, pois, um movimento tipicamente marxista e, nesse contexto, se pode dizer que o “giro performativo” é um símbolo do “esquerdismo” das novas humanidades, além de efeito e elemento de seu processo de politização (DOMANSKA, 2011, p. 136).

Nesse processo de politização, “performance” – ou ação – não são apenas objetos mas também métodos de análise. O conceito de performance está ligado a dois problemas principais: a ação ou a interpretação, em sentido que lhe aproxima das artes dramáticas, ou a teoria dos atos de fala, que conduz à desconstrução e aos estudos de gênero e *queer* (DOMANSKA, 2011, p. 126). Todavia, ainda mais significativo, é o reconhecimento da performatividade como dimensão epistêmica, social e política das humanidades, o que possibilita a aproximação entre estudiosos e artistas de diferentes campos (DOMANSKA, 2011, p. 129). Essas preocupações revertem sobre o próprio estatuto institucional das humanidades. Como afirma,

(...) a performance constitui uma forma de resistência frente às limitações que provêm da disciplinariedade que impõe aos pesquisadores convenções relacionadas com o rigor da realização de suas pesquisas e com a apresentação dos resultados das mesmas (DOMANSKA, 2011, p. 130).

Em todos os casos, o “giro performativo”, na maneira como é concebido pela pesquisadora polonesa, estabelece uma relação crítica com o giro linguístico, buscando superá-lo. Para a autora, ele pressupõe o abandono da metáfora do mundo como texto, substituindo-a pela compreensão do mundo “como multiplicidade de ações performativas e como performance na qual se toma parte” (DOMANSKA, 2011, p. 130). O esgotamento da problemática das relações entre linguagem e realidade torna necessário abandonar o problema da representação e passar para as relações entre linguagem e ação (DOMANSKA, 2011, p. 135). Adotando um tom simultaneamente provocador e seguro, Ewa Domanska escreve que o “giro performativo” é um indício pelo qual se pode compreender que “as correntes pós-modernistas (...) estão esgotadas e não pertencem mais à atualidade, senão à história das humanidades” (DOMANSKA, 2011, pp. 131-132). Isso não significa que não sejam mais relevantes, mas que as questões mudaram. Assim concebido, o “giro performativo” é uma oposição – ou superação – de tendências historiográficas ou humanísticas que já perderam, há muito tempo, seu verniz de vanguarda.

Uma apreensão semelhante é encontrada no contexto brasileiro. Em balanço bibliográfico recente, Alexandre Avelar e Marcia Gonçalves afirmam existir um “movimento que passa a apontar para um crescente sentimento de insatisfação, quanto ao uso das teses linguísticas pela historiografia”:

Um elemento comum entre os autores que abraçam esta crítica ao *linguistic turn* é a reação à concepção de cultura como um sistema de símbolos, em favor de uma visão que enfatiza o caráter performativo de sua constituição, através de um conjunto de práticas permeadas por ações, relações de poder, lutas, contradições e mudanças (AVELAR; GONÇALVES, 2015, p. 67).

A transição de um giro a outro, performativo ou ético-político, mostra o deslocamento das preocupações do texto em direção à ação. A indagação em torno à ética dos historiadores e historiadoras são realizadas a partir desse deslocamento, seja na pergunta pelos limites do agir histórico dos sujeitos implicados em seu tempo, seja na exploração das possibilidades de transformação capazes de resultar dos trabalhos historiográficos implicados eles também em seu mundo e seu tempo.

Embora não tenha pretensões de exaustividade, considero que não seria possível encerrar essa discussão inicial sem mencionar alguns trabalhos recentes que se valem do conceito de ética como instrumento analítico para abordar formações historiográficas pretéritas. Em artigo publicado em 2009, Rodrigo Turin se propôs analisar a “formação da ética que modelou o trabalho do historiador oitocentista” no Brasil (TURIN, 2009, p. 14). Propondo-se retirar a preponderância dos aspectos metodológicos na abordagem dos historiadores do século XIX e estudar os valores que orientam e legitimam essa atuação, o autor desloca a ênfase das obras compostas por esses sujeitos para os modos pelos quais, nos debates intelectuais, na correspondência trocada, nos prefácios aos volumes, em frequentes discursos, eles apresentam modelos de conduta que certificam seu trabalho. De acordo com Turin, existem três *topoi* mobilizados ao longo do Oitocentos para caracterizar a empresa historiográfica, quais sejam, sinceridade, cientificidade e instrumentalidade do saber.

Para o autor, é a natureza política da escrita histórica que justifica o caráter ético do ofício de historiador. Escrever significa estabelecer a relação entre quem escreve, o lugar a partir do qual o faz e o projeto que defende (TURIN, 2009, p. 14). No caso da historiografia oitocentista, ela deixou de fazer referência a um repertório consolidado de ensinamentos para contribuir com a formação da unidade nacional, agora temporalizada. O vínculo do historiador com a nação é correlato à transformação da história em arma política, característica da modernidade, e se apresenta como um dos modos de responder à indeterminação dos enunciados sobre a realidade. Tal vínculo, ao garantir a certeza da relação entre o que os historiadores e historiadoras afirmam e uma determinada visão do real, compõe os contornos da difícil noção de objetividade (TURIN, 2009, pp. 13; 18).

Pouco é dito, entretanto, a respeito do *ethos*, palavra utilizada apenas no título e resumo do artigo. Em compensação, utiliza-se a expressão *ética historiográfica*. Essa expressão também aparece no trabalho de Evandro Santos, no qual é estudada a atuação de Francisco Adolfo de Varnhagen na primeira metade do século XIX. Nas páginas de sua tese de doutoramento, ética recebe uma série de significados, e pode indicar a afirmação do sujeito enquanto agente político, a reflexão sobre a inserção social dos historiadores e historiadoras, ou a consideração acerca das relações entre o saber histórico e cotidiano

(SANTOS, 2014, pp. 24; 26; 156-157). Características como rigor, diligência, imparcialidade e neutralidade revestem-se de peso moral e, simultaneamente, assumem caráter descritivo para aqueles que, afastados mais de um século, agora examinam os trabalhos desses historiadores. Preocupação semelhante transparece em dois trabalhos de Maria da Glória Oliveira (2010; 2013), que utiliza esses conceitos para avaliar a obra de Capistrano de Abreu na transição do XIX para o XX. Em termos analíticos, os três autores leem os historiadores em busca de como eles apresentam a si mesmos, aos seus pares e às instâncias que legitimam a produção historiográfica. Essa auto-apresentação fornece a ligação entre *ethos* e ética – ela compõe o liame de um conjunto de procedimentos mobilizados para a legitimação da atividade realizada.

Não obstante a própria multiplicação de “giros” ou “guinadas” seja uma característica do campo crítico, teórico ou, mais simplesmente, historiográfico contemporâneo cuja validade também deva ser avaliada (CHUN, 2016, loc. 1862), é possível reconhecer a consolidação de um conjunto de questões que procede da análise dos produtos acabados – os textos – dos historiadores e historiadoras, atuais ou passados, aos procedimentos que levaram à sua construção ou legitimação. Tal passagem não significa, contudo, apenas uma renovação da importância dos aspectos metodológicos que asseguram uma leitura correta das fontes ou uso adequado dos conceitos no momento de interpretá-las. Pelo contrário, a consolidação de um giro ético-político, prático ou performativo passa pelo reconhecimento da existência de outros elementos além dos propriamente metodológicos que garantem a credibilidade das interpretações históricas. Esses elementos são valores compartilhados entre a comunidade dos historiadores ou apreciados pelo público (ou agências de fomento) que os lê ou atitudes que pautam o modo como as obras são avaliadas. A fusão entre os aspectos relacionados ao *ethos* – o modo como os agentes se apresentam – e à ética, que dizem respeito à interação desses sujeitos com os outros, leva à admissão, que em tudo corrobora a percepção do esgotamento das bases transcendentais para a legitimação do conhecimento, da situação que Barbara Hernstein Smith denominou *simetria epistêmica*, ou seja,

(...) a ideia de que todos os juízos e crenças, incluindo os nossos próprios, são produzidos e operam igualmente de modo contingente, ou seja, são formados em resposta a condições mais ou menos particulares e variáveis

Página | 114

Pedro Telles da SILVEIRA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017.

(experienciais, históricas, culturais, discursivas, circunstanciais, e assim por diante) e opera com maior ou menor validade (em uma acepção de aplicabilidade, força ou adequação) em relação a tais condições (SMITH, 2002, p. 41).

Da ação ao caráter

Os autores e abordagens analisados acima demonstram as diferentes maneiras pelas quais é efetuada a passagem do texto à ação – e, ligados ao reconhecimento da variedade de condições que tornam os enunciados históricos críveis, introduzem a relação entre conhecimento histórico, ética e sociedade. Nos trabalhos de Rodrigo Turin, Evandro Santos e Maria da Glória Oliveira, no entanto, a construção do *ethos* dos historiadores ocorre em contextos de disciplinarização “fraca”, devido à relativa menor institucionalização dos trabalhos históricos. O reconhecimento desse aspecto lança suspeitas sobre sua pertinência para situações diversas nas quais a disciplina histórica é ou já estruturada ou está em vias de consolidação. Não é por outro motivo, logo, que a contribuição de Herman Paul é tão valiosa.

Em artigos recentes, todos eles publicados nos últimos cinco anos, o historiador holandês tem sugerido caminhos para passar do que “os historiadores *produzem* (explicações, narrativas) para o que é necessário realizar no *processo* de adquirir e divulgar conhecimento (pesquisa, ensino, extensão)” (PAUL, 2016b, p. 139). Trata-se de uma manobra intelectual que procede igualmente do texto às ações e, por esse motivo, pode ser alocada junto à reflexão contemporânea sobre a ética nos estudos históricos; ela também reitera a percepção de um esgotamento do giro linguístico:

Se uma “filosofia da história após Hayden White” tem de expandir as categorias relacionadas ao estilo elaboradas por ele de modo a englobar aqueles elementos não-discursivos da conduta do historiador, então ela necessita de um vocabulário para descrever, classificar e comparar essas performances históricas (PAUL, 2014, p. 352).

Para o autor, o vocabulário dessa nova filosofia da história é escrito com a linguagem das *virtudes* e *habilidades*. Ambos os termos são tomados de empréstimo da área denominada, no mundo acadêmico anglo-saxão, *virtue epistemology*, cujo propósito é compreender os valores que governam a escolha em determinada explicação científica em detrimento de outra. Sem se deter no problema de quais virtudes – atemporais – que

conduzem à crença científica (PAUL, 2011b, pp. 8-9; 2016b, p. 139), o autor procede à historicização das *virtudes epistêmicas* que compõem o trabalho dos historiadores em cada contexto (PAUL, 2011b, p. 12). O conceito de *virtudes epistêmicas* compreende traços de caráter adquiridos através da prática que moldam a atuação do sujeito historiador em busca de um determinado fim – no caso, o conhecimento. Virtudes, em geral, e *virtudes epistêmicas*, em particular, destaca Paul, estão “orientadas em direção a fins [*goods*] que seus praticantes reconhecem como constitutivos de suas práticas (por exemplo, investigação moral, pesquisa científica, deliberação política) com a qual estão envolvidos” (PAUL, 2014, p. 359). Elas se complementam com as *habilidades*, as quais também são aprendidas pela prática, mas se referem a conhecimentos de caráter mais técnico relacionado a atividades específicas, como o aprendizado de outro idioma, o estudo de paleografia etc. (PAUL, 2014, p. 358).

As diferentes combinações de *habilidades* e *virtudes epistêmicas* compõem modelos ou arquétipos de trabalho dos historiadores, recebendo o nome de *personas acadêmicas*. O conceito foi primeiramente elaborado pelo grupo liderado pela historiadora da ciência Lorraine Daston para abordar a construção de si dos sujeitos pesquisadores nas ciências, introduzindo uma dimensão relacionada à intersubjetividade que compõe importante faceta da realização das ciências (DASTON, 2003). Sendo assim, outro precursor para o projeto de Paul é o trabalho de Steven Shapin, relacionado a uma “história social da verdade”, como é nomeada uma de suas obras (SHAPIN, 1994). No caso do historiador holandês, as *personas acadêmicas* se referem a “modelos de construção de si [*selfhood*] acadêmicos ou aos modelos de habilidades, atitudes e disposições que são considerados cruciais para a busca do conhecimento acadêmico” (PAUL, 2014, p. 353). As *personas acadêmicas* são processos de subjetivação que implicam a aceitação e a performance de certos procedimentos, valores e atitudes. Em suas próprias palavras,

Personas e performances são como os dois polos de uma elipse: elas pressupõem uma à outra. Os historiadores necessitam deste par de termos – não apenas de um ou outro – para fazer justiça tanto à agência individual (a liberdade para escolher, rejeitar, adaptar e transformar modelos existentes de subjetivação acadêmica) e o poder discursivo de papéis culturalmente sancionados (as *personas acadêmicas* disponíveis em um determinado tempo e lugar) (PAUL, 2016b, p. 143).

E, como as *personas* não são estritamente disciplinares, mas se referem a um conjunto mais amplo de saberes, elas possibilitam o estudo de histórias da ciência – ou das humanidades – transdisciplinares, já que o foco recai mais sobre a performance dos sujeitos que em sua relação com as instituições (PAUL, 2016b, p. 145). Em contrapartida, o conceito permite entrever que as disciplinas se efetivam no indivíduo ou no relacionamento entre os indivíduos, isto é, os pares. Logo, a ausência de sobredeterminação disciplinar não resulta em falta de normatividade, apenas que esta é realocada de um contexto mais amplo em direção à “microfísica” das atividades profissionais. Voltando para si o diagnóstico que faz das injunções presentes no manual escrito por Langlois e Seignobos, pode-se dizer que também para Herman Paul “o trabalho acadêmico requeria [e requer], então, uma disciplinarização de si no sentido foucaultiano” (PAUL, 2011b, p. 5; ver OHARA, 2016).

Através desse conjunto de conceitos, Herman Paul tem se dedicado ao estudo de caso de grandes historiadores da transição entre o século XIX e o XX, como Ernst Bernheim (2011a) e Albert Naudé (2016c). É justo nesse momento, entretanto, que se pode introduzir certas dúvidas com relação ao projeto do historiador holandês.

Comparadas à *ética historiográfica* esboçada por Rodrigo Turin e melhor desenvolvida por Evandro Santos, a abordagem de Herman Paul parece ter menor dinamicidade. Isso ocorre porque, no texto dos historiadores brasileiros, o *ethos* é o meio pelo qual ocorre um processo ativo de argumentação. A auto-apresentação dos historiadores é um meio de realizar a persuasão, convencer os colegas e intervir no seu entorno – não é à toa, portanto, que ética e *ethos* se misturem. No caso de Paul, contudo, é estranho que justamente o aspecto performativo da constituição de um *ethos* historiográfico – outro nome possível para as *personas acadêmicas* – pareça estar em segundo plano frente às normas que constituem o sujeito historiador. Embora em texto recente o autor tenha procurado matizar essa apreensão ressaltando que *personas* e performances sempre devam ser pensadas em conjunto (PAUL, 2016b, p. 143), torna-se difícil perceber semelhante conjunção quando ele assume o compromisso com uma história da historiografia baseada na acumulação de repertório de *personas* possíveis (PAUL, 2016b, p. 146). Para o historiador holandês, a legitimidade de determinada *persona acadêmica* sempre provém de sua relação com arquétipos acadêmicos previamente disponíveis.

Pensado assim, o conceito de *persona acadêmica* impõe a transição do julgamento da validade dos enunciados para a avaliação do caráter dos sujeitos que os enunciam. Da performance ao caráter, assume-se como pressuposto que apenas sujeitos disciplinados corretamente – e que disciplinarização assumiria a si mesma como errada? – produzem conhecimento considerado correto. Esse círculo vicioso entre caráter, subjetivação e disciplina torna-se mais problemático pela recusa em admitir na análise elementos exteriores ao debate concernente às regras, valores e *virtudes* realizado no interior das próprias formações disciplinares. Não é à toa que sua atenção se centra sobretudo em manuais históricos nos quais tais discussões se tornam manifestas, à exclusão de considerações sobre a sociedade, a política ou, simplesmente, os arranjos institucionais nos quais tais debates se inserem. Estranhamente, no trajeto percorrido por Paul, é justo a ação, categoria-chave tanto para o giro ético-político quanto para o giro prático, que se perde pelo caminho.

Do caráter à disciplina

Enfatizar as *virtudes epistêmicas* possibilita, lembra Herman Paul, conceber histórias que escapem aos limites disciplinares dos saberes acadêmicos, já que elas podem se encontrar em mais de um campo de conhecimento (PAUL, 2011b, p. 13). Uma vez que o foco recai sobre o processo de socialização que institui o comportamento dos indivíduos sob determinada configuração epistêmica, o resultado seria um estudo de práticas, entendidas enquanto “formas rotineiras de comportamento”, de acordo com a menção a Andreas Reckwitz feita pelo autor (PAUL, 2011b, p. 11). Em contraposição, o autor compreende as disciplinas como “arranjos institucionais consolidados em organizações profissionais, cátedras e programas de pós-graduação” (PAUL, 2011b, p. 11), em tudo alheias, no entanto, ao seu objeto de estudos. Não é possível perguntar, no entanto, se as disciplinas, dispensadas tão rapidamente, não retornam como fator de constituição de seu argumento? Seria a distinção entre práticas e disciplinas tão fácil de ser realizada quanto o autor sugere?

Historicamente, as disciplinas diziam respeito à relação estabelecida entre mestre e aluno (KELLEY, 1997, p. 15). Disciplina e discípulo estavam fortemente vinculados, o que

indica serem as práticas aprendidas – a socialização – indistintas da disciplina em si. O panorama se complexifica na transição para o período moderno, quando a reorganização dos saberes traz outra feição ao conhecimento. Ao longo do século XVIII, o conhecimento passa a se organizar em torno à descoberta de analogias ocultas entre os objetos – funções inerentes a eles – ou problemas que lhe são impostos (WEINGART, 2010, p. 5). Essa nova organização encontrou seu espaço em comunidade delimitadas por métodos e questões comuns (WEINGART, 2010, p. 5), para não mencionar os valores estimados e as atitudes compartilhadas entre seus membros. Tais comunidades foram progressivamente incorporadas pelas universidades conforme avançava o século XIX e se consolidava sua transformação em instituições de pesquisa e não (apenas) conservação da ortodoxia epistemológica ou do status social. Os saberes compartilhados por essas comunidades eram alcançados por meio de uma iniciação, como o ingresso num curso ou a obtenção de um diploma. Estabilização institucional, socialização acadêmica e especialização do saber são um e mesmo processo. Em resumo, disciplinas são práticas epistêmicas e identitárias, enquanto as práticas epistêmicas são processos de disciplinarização.

Ao diminuir a importância dos contextos institucionais, não se estabelece uma visão demasiado empobrecida da história da ciência, uma vez que a prática científica não é apenas aquela estabelecida entre os indivíduos e suas relações? É sintomático, nesse sentido, que Paul rejeite a inclusão de sujeitos alheios àqueles mais evidentemente disciplinarizados – como os historiadores – em seus estudos. Como se sabe, a ampliação da cadeia de produção do conhecimento para incluir não apenas os cientistas mas também os diversos intermediários é uma das principais conquistas dos *science studies* nas últimas décadas. Para o historiador holandês, no entanto, “as definições de *personas acadêmicas* não melhorariam se incluíssemos” outros sujeitos nela, pois

Certamente são necessários pedreiros, carpinteiros, eletricitas e encanadores para construir uma casa, mas seria estranho encontrar esses trabalhadores previstos na planta da casa ou tendo papel relevante na distinção arquitetônica entre *villas*, bangalôs e casas de campo.

Para o autor,

(...) seria um erro de categoria – uma mistura de *personas* e performances e uma confusão dos dois polos da elipse – dedicar atenção às práticas materiais e corporificadas que moldam as identidades acadêmicas a partir das definições de

Página | 119

Pedro Telles da SILVEIRA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017.

personas acadêmicas. Nós precisamos de um conceito de *personas acadêmicas* assim como historiadores da arquitetura necessitam de tais arquétipos como “*villa*”, “*bangalô*” ou “*casa de campo*”: não para oferecer descrições densas de casas individuais que estão em construção, mas para facilitar a reflexão sobre os modelos e arquétipos nos quais os arquitetos se baseiam (PAUL, 2016b, p. 152).

Embora o autor precise os limites dos conceitos que utiliza, percebe-se a permanência de um traço idealista em sua abordagem e corre-se o risco de se indagar qual é o ganho de conhecimento obtido por sua abordagem além da reiteração do que já está escrito nos manuais nos quais tais valores e *virtudes* são mencionados. Os estudos do historiador holandês, desse modo, tecem a trama das práticas como um conjunto de normas tanto mais cerrado quanto imaterial. O vocabulário articulado pelas *virtudes epistêmicas* ou pelas *personas acadêmicas* não expressa o que os historiadores fizeram tampouco o que fazem, mas o que deveriam fazer ou, com a licença de uma pequena travessura epistêmica, não o que os historiadores fazem, mas o que os historiadores dizem que outros historiadores deveriam fazer.

Isso conduz a um modelo de ciência reduzido à aprovação dos pares. Essa não é apenas mais um elo na cadeia de legitimação do saber, mas o principal meio que provê os juízos de quais obras são válidas ou não, através da avaliação do caráter do autor que a escreveu. O resultado é um conjunto de reflexões obcecado com a normatividade, a tal ponto que, em última instância, ou o historiador é disciplinado, ou não é historiador. Estabelecer o consenso *inter pares* como garantia da legitimidade do conhecimento poderia ser uma abertura à contingência intrínseca a todo saber na modernidade caso não repousasse sobre uma concepção segundo a qual, ao cabo, as disciplinas legitimam a si mesmas. E, com essa questão, volto ao cerne, na verdade ainda não resolvido, do problema colocado, senão pelo giro linguístico, ao menos pela obra de um autor que Herman Paul conhece muito bem: Hayden White.

Para o autor, o que White apresentou em *Metahistória* (2008 [1973]) não seria simplesmente uma sucessão de conflitos entre estilos de escrita, mas sim entre modos de trabalho historiográfico (PAUL, 2014, p. 352). São os modos de proceder historiograficamente que respondem pelo fundamento ético-político que, segundo White, torna as interpretações históricas mais ou menos críveis ou adequadas. Por meio dos conceitos de *virtudes epistêmicas* e *personas acadêmicas*, Paul remete ao consenso entre os

pares o fundamento (social) que provê um princípio seguro contra a instabilidade fundamental dos enunciados na modernidade. Pode-se remeter, no entanto, a uma rápida observação de White na introdução a seu livro de 1973 para compreender a distância existente com relação às abordagens de Herman Paul. Como propõe o historiador norte-americano, a “obra histórica representa uma tentativa de mediação entre o que eu chamarei de *campo histórico*, o *registro histórico* não processado, *outros relatos históricos* e um *público*” (WHITE, 2008 [1973], p. 21). Mas quantos desses elementos estão presentes na teorização de Herman Paul?

É possível divisar inúmeros aspectos positivos da proposta de Herman Paul, quando não pela precisão com que desenvolve seus conceitos, tais como a abertura de novos campos de estudo, uma renovada atenção às práticas envolvidas na atividade historiográfica, com especial ênfase a elementos antes considerados triviais (como aqueles ressaltados pelas *habilidades epistêmicas*, tão pouco faladas) e a tentativa de lidar com a instabilidade intrínseca aos enunciados que é um problema – senão o problema – ético-político da historiografia desde a segunda metade do século XX. Entretanto, essa instabilidade é vista apenas como um mal a ser remediado, e não como um dado intrínseco à comunicação, inclusive a científica (SMITH, 2002, p. 148). Ao conceber o uso da linguagem como um problema que tem de ser resolvido desde já pela aprovação dos pares, o historiador holandês não perde de vista justo a capacidade de invenção poética que Hayden White tanto se esforçou para cultivar no trabalho dos historiadores e que seria a chave para uma intervenção libertadora – isto é, propriamente ética e política – dos estudos históricos? Por fim, há dividendos de desigual categoria quando se iguala, em última instância, o sucesso da argumentação histórica e seu grau de disciplinarização. Esse procedimento tem um peso para o passado e outro para o presente. Se, no primeiro caso, ele é uma forma de analisar disputas historiográficas pretéritas; no segundo caso, pode ser uma forma de desqualificar como epistemicamente viciadas obras que talvez estabelecessem as novas virtudes – epistêmicas, éticas, políticas – do futuro.

O consenso em movimento

No fundo, o problema que acompanha essas páginas é o mesmo que a filósofa francesa Barbara Cassin nomeou “paradoxo do consenso” e que consiste na consideração segundo a qual “Se a cultura é o fato de que cada um interioriza os valores de todos, se o vínculo social é a partilha desses valores comuns, como fazer para que haja progresso? Em outras palavras, podemos pretender seriamente ser ao mesmo tempo a favor do consenso e da mudança?” (CASSIN, 1993, p. 36). A questão se torna mais candente uma vez que o pressuposto da instrução é que se possa alterar o consenso, atualizando-o (CASSIN, 1993, p. 37). Tendo isso em mente, é possível dizer, ainda junto com a autora, que existem duas perspectivas abertas para se refletir a respeito do consenso. A primeira, identificada com a filosofia platônica, é a que imagina uma comunidade política orgânica, na qual as partes se submetem ao todo; como resultado, a comunidade “não sabe ou não quer tratar a livre concorrência das singularidades que o constituem” (CASSIN, 1990, p. 87). Para a segunda, por sua vez, relacionada tanto à sofística quanto ao pensamento aristotélico,

Não se trata de ter as mesmas opiniões ou os mesmos conceitos, em astronomia, por exemplo, mas, em síntese, de estar em acordo sobre os fins e os meios praticamente importantes (CASSIN, 1990, p. 93).

Sendo assim, o consenso é o “estado de equilíbrio produzido pelo exercício da singularidade e o do interesse egoísta levado até o extremo”; mais uma vez, afirma a autora, “a mistura democrática tira partido dos próprios defeitos” (CASSIN, 1990, p. 94). Em outras palavras, o consenso democrático não é apenas plural como também está em constante movimento.

Transposto para o debate aqui apresentado, pode-se traduzir esse conjunto de questões na seguinte pergunta: qual o espaço para a mudança historiográfica no interior dos parâmetros estabelecidos pelo vocabulário das *virtudes epistêmicas* e *personas acadêmicas*, sobretudo quando sua única fonte de legitimidade parecer ser aquela estabelecida através das tradições constituídas em torno a essas mesmas categorias? Num primeiro momento, isso pode ser fácil de responder. Trata-se de elaborar uma história não-linear ou, ao menos, não-teleológica, da disciplina histórica que consiga apreender a variedade de estilos e práticas historiográficas (PAUL, TESES). Historicizar o passado da disciplina é a forma pela qual esse projeto pode ser perseguido (PAUL, 2016b, p. 150).

Entretanto, esse olhar retrospectivo não se torna um problema para o estabelecimento de ligações com o presente e o futuro dessa mesma disciplina? Um exemplo desses questionamentos se encontra nos próprios escritos de Herman Paul. Em artigo recente, ele menciona o trabalho do historiador suíço Casper Hirschi. Estudioso das controvérsias intelectuais da primeira modernidade, Paul faz referência a estudo recente de Hirschi, no qual este começava se referindo a sua própria situação como jovem pesquisador que ainda não obteve uma posição fixa de ensino ou pesquisa (PAUL, 2016, p. 136). Talvez por isso, destaca Hirschi, escreve Paul, ele manifeste tamanho interesse

(...) nas tensões entre os nobres ideias da pesquisa enquanto conversação democrática, na qual os argumentos supostamente são a única coisa que importa, e as “fortes hierarquias” das instituições acadêmicas nas quais estas conversações deveriam tomar lugar (PAUL, 2016b, p. 136).

Ao término do artigo, entretanto, o nome de Hirschi é invocado como um meio para o próprio autor, Herman Paul, refletir acerca de sua trajetória acadêmica. Enquanto estudante de graduação, ele foi treinado na pesquisa em arquivos; depois, quando cursava o pós-graduação, estudou o trabalho de Hayden White, sendo apresentado a outro modelo bastante diverso de historiografia; por fim, agora, enquanto diretor de um grupo de pesquisa em Leiden, ele é confrontado com as exigências da burocracia acadêmica (PAUL, 2016b, pp. 147-148). “Confrontado com tamanha diversidade de modelos”, ele resume,

(...) eu suponho que não seja o único historiador refletindo sobre essas questões, tais como “há qualquer diferença entre um historiador bem ou mal sucedido?”, “Que espécie de historiador eu quero ser?” e “Como posso navegar as tensões entre meus ideais, minhas expectativas e as de meus alunos e o público mais amplo, além das práticas de subjetificação que dominam a vida acadêmica atual?” (PAUL, 2016b, p. 148).

Embora sejam todas questões bastante pertinentes, elas estão bastante distantes dos problemas apontados por Hirschi. Isso se torna mais evidente considerando-se como é removida a ênfase de aspectos estruturais – a instituição universitária, na qual apenas em tese é a qualidade da argumentação que importa primordialmente – em direção a inquietações individuais – “Que espécie de historiador *eu* quero ser?”.

O problema, entretanto, não é a existência de muitos modelos de conduta acadêmica disponíveis para serem escolhidos pelos historiadores, mas sim que nem todos os modelos de conduta são igualmente valorizados tanto aos olhos da instituição acadêmica quanto da

própria comunidade de historiadores. E, na medida em que o conhecimento histórico é, na mirada de Paul, delimitado pela ética compartilhada entre os pares, o próprio conjunto de *virtudes epistêmicas*, construído coletiva mas não igualitariamente, já “carregado de conotações normativas” (PAUL, 2016b, p. 150), é instrumento por meio do qual se pode evitar – politicamente – que certos valores alcancem legitimidade epistêmica. Ética e epistemologia, no pensamento do autor, portanto, limitam-se mutuamente; mas o que aconteceria se ambas fossem colocadas em tensão?

Com isso, não quero afirmar uma prática científica situada para além de considerações éticas ou morais, tampouco sustentar que a pesquisa histórica é determinada pelo interesse pessoal do historiador. Na verdade, o questionamento a respeito de uma possível imoralidade do saber histórico – já levantado a respeito da representação e tratamento das experiências traumáticas do século XX, em especial da Shoah – pode simplesmente ser invertido e dar vazão à seguinte pergunta: e se novas formas de conduta ética conduzirem ao questionamento de práticas epistêmicas – acadêmicas e institucionais – já estabelecidas? Para isso, é necessário reconhecer que a disciplina histórica está atravessada pela política, e transformar isso em algo positivo. Caso contrário, a rememoração de Paul acaba sendo apenas a reflexão de um historiador bem-sucedido acerca de sua própria trajetória.

Talvez o que falte seja acrescentar à discussão um compromisso mais detido com os sentidos possíveis da palavra democracia. Tal como trabalhada em vários livros por Jacques Rancière, democracia é tanto um regime de tomada da palavra e representação que tomou lugar nos últimos duzentos anos quanto uma forma de ser na política, oriunda da Grécia, baseada na incongruência entre a posse de títulos de poder e sua prática efetiva. O “escândalo” democrático é a revelação da arbitrariedade contida em qualquer pretensão ao poder (RANCIÈRE, 2014a, p. 55). “A desmedida democrática”, escreve o filósofo francês, “não tem nada a ver com uma loucura consumista qualquer”:

É simplesmente a perda da medida com a qual a natureza regia o artifício comunitário através das relações de autoridade que estruturam o corpo social. (...) É o de uma superioridade que não se fundamenta em nenhum outro princípio além da própria ausência de superioridade (RANCIÈRE, 2014a, p. 56).

A democracia efetua o rompimento da ordem, sustentada pelas virtudes bem-definidas, sempre normativas, que colocava *cada coisa em seu lugar*. Não é por outro motivo que política e estética se aproximam, pois ambas se referem à percepção. “Arte e política”, então, “têm a ver uma com a outra como formas de dissenso, operações de reconfiguração da experiência comum do sensível” (RANCIÈRE, 2012, p. 63). Como resultado, é possível pensar numa prática tanto política quanto estética comprometida com a elaboração do dissenso:

Esse é o trabalho da ficção. Ficção não é criação de um mundo imaginário oposto ao mundo real. É o trabalho que realiza *dissensos*, que muda os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, mudando quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e sua significação (RANCIÈRE, 2012, p. 64).

Nesse sentido, penso ser necessário incluir a estética enquanto terceiro termo na discussão. Gostaria de sugerir, então, duas aberturas possíveis uma vez que a ética e a historiografia encontram-se com a estética. A primeira abertura é a da travessura, isto é, a irreverência que permite, a partir de um lugar diverso, questionar a seriedade com que certas práticas definem a si mesmas como corretas, normativas ou virtuosas. Isso me parece condizer com uma situação na qual a historiografia não precisa mais ser a fiadora do que já foi, mas sim do que poderia ter sido. A segunda abertura, por sua vez, é a de não alocar a diferença no lugar reservado para ela, isto é, que a diferença não ocupe o lugar do diferente, uma vez que isso apenas ratifica, negativamente, a existência da norma. O desafio é criar, para citar Jacques Rancière mais uma vez, uma “história herética”, uma história que não discipline mais as experiências históricas pretéritas ao lugar no qual elas são apenas inteligíveis como palavras de uma dada realidade; e isso é tanto mais necessário quanto se considera que

(...) ou a história se dedica primeiro a consolidar seu reconhecimento “científico, arriscando-se a liquidar sua aventura própria ao fornecer à sociedade dos vencedores a enciclopédia de sua pré-história, ou se interessa primeiro pela exploração dos múltiplos caminhos de cruzamentos imprevisíveis pelos quais podem ser apreendidas as formas da experiência do visível e do dizível que constituem a singularidade da era democrática e assim permitem repensar outras eras (RANCIÈRE, 2014b, p. 157).

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Valdeí Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. “Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 17, abril de 2015, pp. 318-332.

AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI”, in MEDEIROS, Brunos Franco *et alii*. *Teoria e Historiografia: Debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, pp. 57-78.

BADIOU, Alain. *O século*. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

CASSIN, Barbara. “Consenso e crítica de valores – O que é um elogio?”, in CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. São Paulo: Editora 34, 1993, pp. 34-55.

_____. *Ensaio sofisticado*. São Paulo: Siciliano, 1990.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, in _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 65-130.

CHUN, Wendy Hui Kyong. *Updating to Remain the Same: Habitual New Media*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.

DASTON, Lorraine. “Introduction: Scientific Personae and their Histories”, in *Science in Context*, 16 (1/2), 2003, pp. 1-8.

DOMANSKA, Ewa. “El viraje performativo en la humanística actual”, in *Criterios*, La Habana, nº 37, 2011, pp. 125-142.

KELLEY, Donald R. *History and the Disciplines: The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 1997.

LACAPRA, Dominick. “Conclusión: psicoanálisis, memoria y el giro ético”, in _____. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo, 2001, pp. 207-240.

LATOUR, Bruno. “Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern”, in *Critical Inquiry*, vol. 30, nº 2, Winter 2004, pp. 225-248.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. “The Disciplined Historian: ‘Epistemic Virtue’, ‘Scholarly Persona’, and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography”, in *Práticas da História*, vol. 1, nº 2, 2016, pp. 39-56.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Fazer história, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, nº 59, 2010, pp. 37-52.

_____. “O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista”, in *Lusitana*, nº 9/10, 2013, pp. 191-207.

PAUL, Herman. “Distance and Self-Distanciation: Intellectual Virtue and Historical Method Around 1900”, in *History & Theory*, 52, December 2011a, pp. 104-116.

PAUL, Herman. “Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 21, agosto de 2016a, pp. 25-42.

_____. “Performing History: How Historical Scholarship Is Shaped By Epistemic Virtues”, in *History & Theory*, 50, February 2011b, pp. 1-19.

_____. “Sources of the Self: Scholarly Personae as Repertoires of Scholarly Selfhood”, in *BMGN – Low Countries Historical Review*, 131(4), 2016b, pp. 135-154.

_____. “The Virtues and Vices of Albert Naudé: Toward a History of Scholarly Personae”, in *History of Humanities*, 1 (2016), pp. 327-338.

_____. “What is a scholarly persona? Ten theses on virtues, skills, and desires”, in *History & Theory*, 53, October 2014, pp. 348-371.

- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014a.
- _____. *Os nomes da história* – Ensaio de poética do saber. São Paulo: UNESP, 2014b.
- _____. “Paradoxos da arte política”, in *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, pp. 51-82.
- SANTOS, Evandro. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2014, tese de doutoramento.
- RANGEL, Marcelo de Mello; SANTOS; Fábio Muruci dos. “Algumas palavras sobre o giro ético-político e história intelectual”, in *Revista Ágora*, Vitória, nº 21, 2015, pp. 7-14.
- SHAPIN, Steven. *A Social History of Truth: Civility and Science in Seventeenth-Century England*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- SMITH, Barbara Hernstein. *Crença e resistência: a dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 2, março de 2009, pp. 12-28.
- VOIGT, André Fabiano. “Há um ‘giro ético-político’ na história?”, in MEDEIROS, Brunos Franco *et alii*. *Teoria e Historiografia: Debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, pp. 79-93.
- WEINGART, Peter. “A short history of knowledge formations”, in FRODEMAN, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 3-14.
- WHITE, Hayden. *Metahistória: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 2008 [1973].

SUBJETIVIDADE E ÉTICA A PARTIR DA ANÁLISE DA COTIDIANIDADE DO *DASEIN* EM *SER E TEMPO**

SUBJECTIVITY AND ETHICS FROM THE ANALYSIS OF *DASEIN* EVERYDAYNESS IN *BEING AND TIME*

Ana Carolina MONAY**

Bruna Stutz KLEM***

Luiza de Oliveira BOTELHO****

RESUMO: Desde o final do século XX a ciência histórica passa por um momento de profunda autorreflexão. Demandas externas ao campo científico *tout court*, advindas dos eventos traumáticos e da crescente ocupação na cena pública de vozes até então inauditas, tensionaram o campo da história a repensar seus limites e ampliar suas possibilidades, sendo a questão ética o eixo destas tensões.

Buscamos compreender a formação do paradigma da objetividade na conformação da ciência histórica e os conflitos gerados pelos limites desse paradigma quando confrontado por demandas éticas. A partir disto, analisamos como o tema da subjetividade vem sendo tratado, e propomos, enfim, uma concepção de subjetividade e ética subjacente à análise da cotidianidade do *Dasein* na obra *Ser e Tempo*, de 1927.

Palavras-chave: objetividade; subjetividade; *Dasein*; ética.

ABSTRACT: Since the end of the twentieth century, the historical science has been going through a deep moment of self-reflection. External demands to the scientific field *tout court*, stemming from the traumatic events and the growing occupation on the public scene of voices that were used to be unheard, have strained the field of history to rethink its limits and to expand its possibilities, being ethics the axis of these tensions.

We seek to understand the formation of the objectivity's paradigm in the conformation of historical science and the conflicts generated by the limits of this paradigm when confronted by ethical demands. From this, we analyze how the subjectivity is being treated, and we propose, finally, a conception of subjectivity and ethics underlying the analysis of the everydayness of *Dasein* in the work *Being and Time* from 1927.

*Trabalho desenvolvido no âmbito da disciplina Teorias Contemporâneas do Tempo Histórico no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, ministrada pelo Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo, a quem agradecemos, assim como ao restante da turma, pela possibilidade de troca e diálogo que puderam resultar neste artigo. Agradecemos também a Guilherme Bianchi pela leitura e revisão atenta do texto.

**Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. Bolsista Capes. E-mail: monay.carol@hotmail.com

***Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. E-mail: brunastutzklem@hotmail.com

****Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. Bolsista Capes. E-mail: luiza_historia@yahoo.com.br

Página | 128

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

Keywords: objectivity; subjectivity; *Dasein*; ethics.

O campo da história, do final do século XX até o momento atual, é marcado por um momento de profunda autoanálise e autocrítica. As demandas externas, em contato necessário e esperado com o campo científico, forçam os limites da ciência em direção a uma maior porosidade que, a fim, justifica a sua própria existência. Os eventos traumáticos do século XX, assim como a entrada na cena pública de personagens e vozes até então inauditas, tensionaram o campo a discutir suas amarras e liberar possibilidades. Ocupando o eixo das tensões encontra-se o debate sobre a condição de produção de conhecimento histórico-científico orientado eticamente. Como fazer ciência e se posicionar/intervir nos dilemas mundanos?

Se é possível dizer que a modernidade libera a possibilidade de existência de um tipo de subjetividade e autorreferência humana individualista e um tanto entrópica, a disciplina histórica se configura reforçando os paradigmas de cientificidade, pautados na produção de um conhecimento que percorre a aporia da objetividade. Como consequência mais direta, a sucessiva cientificização da história caminhou em paralelo com o afastamento, o apagamento, a negação do lugar no vocabulário científico de questões humanas, em especial das *relações afetivas* que estabelecem os humanos para/com o mundo em que habitam. Pensando com Jacques Derrida (1972) sobre os inomináveis da/ciência, é possível afirmar que as relações afetivas que se revelam a partir de um tipo de subjetividade que desfaz a descontinuidade entre homem e mundo/realidade ainda permanecem fora do repertório científico, uma vez que a carga semântica de *subjectum* que circula com maior ocorrência ainda reforça a dicotomia polarizada sujeito – objeto, consciência – corpo.

Deste modo, o presente trabalho visa investigar a noção de subjetividade na obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger, publicada em 1927, tendo em vista que ela pode oferecer uma abordagem diferenciada para pensar a relação entre humano e mundo – e suas demandas éticas – para além da multiplicação de narrativas subjetivas e narcísicas. Em um segundo momento do texto, abordaremos duas tradições que surgiram do questionamento da aporia da objetividade, para, enfim, partindo da análise da cotidianidade do *Dasein* e das relações impróprias que estabelece, tangenciarmos a noção de subjetividade em *Ser e Tempo*. Mas, de pronto, nas primeiras linhas que

Página | 129

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

seguem observemos a solidificação da objetividade como paradigma para a construção da ciência histórica.

A construção da ciência histórica

O paradigma da objetividade e a dissolução da mediação subjetiva

Hans Ulrich Gumbrecht, teórico literário alemão, ao identificar “uma sobreposição ‘desordenada’ entre uma série de conceitos diferentes de modernidade e modernização”, com a qual se confronta aqueles e aquelas que se propõem a pensar a identidade do presente histórico no interior da tradição ocidental, na introdução de *Modernização dos Sentidos* (1998) analisa a modernidade, em suas várias acepções e experiência histórica, em forma de cascatas, posto que

esses conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa seqüência [sic] extremamente veloz, mas retrospectivamente, observa-se também como se cruzam, como seus efeitos se acumulam e como eles se interferem mutuamente numa dimensão (difícil de escrever) de simultaneidade. (GUMBRECHT, 1998, p. 9)

Assim, o autor destaca quatro possibilidades semânticas sedimentadas no significante “modernidade”. Na primeira destacada, modernidade cumpre a função de demarcar o limite estanque entre o velho como ultrapassado e/ou superado, apresentando um novo *moderno*. Em outro sentido, a intensa produção no campo das artes e da literatura nas primeiras décadas do século XX vêm condensadas no vocábulo *Alta Modernidade*, enquanto que, no final do século XX, também em observância às rupturas dos movimentos artísticos que se expandem para outros campos, surge o vocábulo *Pós-Modernidade*. Mas, nos interessa aqui a segunda acepção, qual seja do nascimento da chamada *Idade Moderna*, capaz de provocar a sensação de que é deixada atrás de si a “*Idade das Trevas*”. Neste mesmo movimento, Gumbrecht destaca a crescente atenção de historiadores ao processo de *modernização epistemológica*, que o autor enquadra no fenômeno da percepção de aceleração temporal entre os anos de 1780 e 1830, aspecto de especial relevância também deste trabalho. (GUMBRECHT, 1998)

Gumbrecht (1998), de pronto, aponta que a irrupção do que se pode chamar Idade Moderna se deu a partir de uma “sequência de inovações representadas metonimicamente pela invenção da imprensa e pela descoberta do continente americano, o chamado Novo Mundo”. (GUMBRECHT, 1998, p. 10) Tais inovações liberaram o surgimento da figura do observador de primeira ordem. A partir de uma alteração na autorreferência humana e na desestabilização dos juízos teológicos que até então eram capazes de harmonizar significados da experiência humana e sua relação com a realidade, a subjetividade da “primeira” modernidade estabelecia com o mundo uma relação na qual arrogava para si a tarefa de produzir conhecimento sobre esse mundo. Descolado da criação divina, onde entre corpo e espírito e corpo e realidade formavam uma unidade, o sujeito moderno se pretende uma consciência descorporalizada, que se encontra em posição de privilegiada distância em relação ao mundo, sendo esta a condição de observação e de produção de enunciados referentes à verdade da realidade.

Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como a unidade entre espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como observador excêntrico e como produtor de saber – pretende ser puramente espiritual e de gênero neutro. (GUMBRECHT, 1998, p. 12)

Dessa distância, esse espírito puro pode observar o mundo objetiva e verticalmente. Se antes as verdades do mundo estavam para além da compreensão humana ou só se revelariam através da obra do Criador – cabendo ao homem, então, a tarefa de dirimir a corrupção do tempo –, nesta nova relação as verdades dos objetos do mundo, cuja materialidade tão somente cristaliza um sentido produzido externamente a ele, pode ser extraída a partir do mergulho na superfície do mundo e no deciframento dos sentidos de seus elementos, que se apresentam, então, como meros significantes. Segundo Gumbrecht (1998), esses dois pressupostos puderam configurar o que ele chama de “campo hermenêutico”, que parte do pressuposto de que as deficiências da expressão de um mundo onde a espacialidade é somente local extensão entre entes e cuja verdade dos entes não se revela é compensada por uma demanda incessante de produção de sentido (interpretação) sobre o mundo. (GUMBRECHT, 1998)

Se Gumbrecht (1998) aponta que esse “campo hermenêutico” se configurou como a base para a ciência ocidental, sendo ainda uma corrente hegemônica e estável

Página | 131

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

até os dias de hoje conformando a nossa relação com o mundo e com a ciência, o aspecto que, para ele, mais nos difere desse início da modernidade seria aceitação da verdade-primeira ou fundamental do conhecimento produzido desta maneira. Tal fato decorre do que ele chama de “modernização epistemológica”, condensada, então, na figura do observador de segunda ordem. Os significados que foram capazes de estabilizar o mundo nos séculos XVI e XVII não eram mais capazes de organizar a experiência no mundo, marcada pela sensação de ineditismo das experiências e falta de repertório conceitual pretérito ao qual recorrer, e pela percepção da aceleração temporal rumo a um novo horizonte recém-aberto, tal como Marcelo Rangel e Thamara Rodrigues (2012) explicitam:

A Revolução Francesa provocara sentimentos, pensamentos e atitudes até então desconhecidas, situações inéditas e, nesse momento histórico, os homens começaram a desconfiar não apenas de seus conhecimentos, mas também [...] do próprio método, que utilizavam para a sua produção – a interpretação objetiva e simples do ‘observador de primeira ordem’. (RANGEL; RODRIGUES, 2012, p. 66)

Surgido por volta de 1800, esse observador é consciente da sua auto-observação ao passo em que observa o mundo, reconquistando, assim, a materialidade corpórea. Entretanto, essa corporeidade autorreconhecida procurou ser invalidada pela manutenção do *status* epistêmico do observador de segunda ordem. Ou seja, se os diagnósticos e conceitos perderam sua capacidade de orientar a experiência humana, a falha era no diagnóstico, sendo necessário, então, aperfeiçoar o método de distanciamento. Em outros termos, se o corpo era o mediador entre consciência (intelecto) e realidade, a manutenção da aposta na capacidade do intelecto de identificar e produzir enunciados (interpretar) sobre a realidade previa a menor interferência possível ou a diluição do corpo e de seus atributos. (RANGEL; RODRIGUES, 2012)

Como se o que faltasse, até então, fosse apenas uma compreensão adequada dos elementos que são fundamentais à produção de uma interpretação privilegiada do mundo em sua totalidade, entre eles o corpo. O que significa dizer, em linhas gerais, que se passava ao exame detalhado do corpo como mediador da relação entre inteligência e real, para que a inteligência pudesse superar os efeitos dessa mediação, estabelecendo uma relação privilegiada com o real. (RANGEL; RODRIGUES, 2012, p. 68)

A percepção ampla da aceleração do tempo, processos e eventos sentidos em sua novidade extraordinária, que são marcas desse momento, evidenciaram, por um lado,

Página | 132

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

como já sugerido, um encurtamento do espaço de experiência. Porém, outro lado, foi liberado um horizonte de expectativas, e da tensão entre essas duas categorias surge o *tempo histórico*. Gumbrecht (1998) aponta a tese de relação causal entre esta primeira crise das representações e a temporalização, a partir da definição do tempo histórico como agente que provoca transformações. Sendo o mundo um horizonte de significâncias, e tendo em vista a predisposição ontológica do ser humano para projetar-se (HEIDEGGER, 2007), um mundo que já não pode ser ambiente e, portanto, não pode ser vivido impulsiona a articulação das três estruturas temporais em direção ao horizonte de significância.

Para o cronótopo do tempo histórico, o presente transforma-se naquele ‘instante imperceptivelmente curto’, mas que é *um lugar estrutural onde cada passado vira futuro. Mas também é o lugar em que o papel do sujeito se conecta ao tempo histórico*. [...] Em cada momento, o sujeito deve imaginar uma gama de situações futuras que têm de ser diferentes do presente e do passado e dentre as quais ele escolhe um futuro de sua preferência. Somente por meio dessa ligação com o tempo histórico e da função que ela cumpre nessa dimensão pode a subjetividade integrar o componente da ação na auto-imagem que ela oferece para a humanidade. (grifo nosso) (GUMBRECHT, 1998, p. 16)

Se, em termos gerais, até o século XVIII

a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa[nos] livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer[mos], no presente, nos erros antigos. (KOSELLECK, 2006, p. 42)

perfazendo o *topos* da história *magistra vitae*, Koselleck (2006) identifica no processo de modernização um deslocamento semântico da palavra “história”, abrindo espaço ao seu moderno conceito. Se um relato só não contém um ensinamento (*Historie*), a história (*Geschichte*), enquanto conceito total e autorreflexivo, possui um sentido de formação (*Bildung*). (KOSELLECK, 2006) O moderno conceito de história, ressalta Koselleck,

se deu tanto através de discussões científicas quanto através de diálogos político-sociais do cotidiano. [...] Foi justamente o *reivindicativo caráter científico* do conceito de História que reforçou sua força integradora. (grifo nosso) (KOSELLECK, 2013, p. 197)

“Reivindicativo caráter científico”: razão e verdade partilham, neste caso, do mesmo campo de significados, sendo ambas as premissas para a configuração da

Página | 133

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

história como ciência. O estatuto de “ciência do passado” reivindicado pela história durante o século XIX se baseava no enquadramento da escrita da história nos parâmetros de cientificidade, garantida por um rigor metodológico que orientasse essa escrita.

O debate que gira em torno da identidade da ciência história, as virtudes epistêmicas e das habilidades metodológicas que garantiriam ao historiador profissional a produção controlada de uma verdade histórica (distanciamento, desconfiança, objetividade e neutralidade no trato com documentos) foi reiterado em algumas palavras de Ricardo Benzaquen (1999). Segundo Benzaquen (1999) a autorreferência da ciência histórica foi constituída a partir de um discurso de repúdio a alguns elementos da escrita literária, embora a narrativa fosse dimensão constitutiva da moderna escrita. Segundo o autor, a moderna concepção de história, a que se hegemonizou, “se organizou em cima de uma ideia muito forte de fato. E opondo ao fato uma série de características, como subjetividade, fantasia, ficção” (ARAÚJO, 1999, p. 225), imaginação – elementos próprios do texto literário –, com fins de garantir uma racionalidade na história; do contrário, esta sofreria tipos de “deformações” e “enviesamentos”, fossem subjetivos, ideológicos, ficcionais, etc. O objetivo era dar um tratamento científico, embasado na crítica e método, aos temas da literatura.

Sobre este método, Benzaquen (1999) aponta três aspectos: primeiro, era necessário atentar para a autenticidade da fonte documental. Seria o documento contemporâneo e originário do mesmo lugar que ele afirmava ser? A originalidade do documento era resguardada? Em segundo lugar, também era preciso garantir a sua integridade, a inteireza do documento. Os aspectos primeiro e segundo seriam certificados da sua pureza. E, por fim, o terceiro aspecto seria o que o autor chamou de correção, que se configurava na operação de um tipo de contraste com outros documentos que ratificassem a verdade daquele em questão.

Estes três aspectos se organizaram em cima da negação da ideia de tradição e memória, sobretudo quando estas se associam à oralidade, justificada pela impossibilidade de submissão ao método crítico. A memória, além de sua marca afetiva, sofreria a corrosão do tempo. Através dela, não seria possível alcançar uma verdade factual tal como acreditava-se que os documentos pudessem oferecer. Desse modo, esse

tipo de veículo não oferecia credibilidade para estabelecer o passado tal como ele havia sido – objetivo primário dessa concepção de história, é dizer, a possibilidade de produzir enunciados que remetessem a uma realidade concreta eximidos de juízos de valor. (ARAÚJO, 1999)

Uma das consequências mais claras deste processo foi a preferência do registro escrito e oficial como fonte para a escrita profissional da história. Este, sim, acreditava-se que se fixava no tempo, evitando as deformações entre o que se diz e o que se ouve, e o que se diz hoje e se diz amanhã. Olhos e mãos – visão e escrita – conferiam confiabilidade. E, em segundo lugar, seria essa uma visão descolada do espírito. Como se a visão registrasse uma verdade evidente e, assim, não passível de interpretação. Ou seja, operou-se uma crença na possibilidade de descorporalização do sentido da visão, sendo assim incapaz de afetar-se por interpretações subjetivas. Desse modo, o olhar era constituído como um sentido garantidor de neutralidade e de objetividade. Apesar da impossibilidade, a crítica garantiria o ocultamento de questões subjetivas na escrita da história – condição, esta, para sua cientificidade. Razão, fato e verdade partilham, assim, do mesmo campo semântico. Documentos oficiais que dão acesso a um fato, sendo lido por olhos despidos de subjetividade por submeterem-se ao método crítico, capazes de narrar os fatos tal como eles ocorreram: “[...] uma verdade que se confunde com o fato” (ARAÚJO, 1988, p. 31), de modo que ao historiador cabia deslocar-se na linha do tempo, por meio dos documentos e em um ambiente ideal, e produzir enunciados capazes de serem justapostos a uma realidade factual.

*Reflexões contemporâneas sobre a crítica à objetividade
Demandas éticas, giro linguístico e guinada subjetiva*

A discussão em torno das condições de produção de conhecimento histórico na contemporaneidade, sobretudo colocando em questão o lugar da história disciplinar e das humanidades na sociedade, tem sido intensa. Ao que parece, o aviso de incêndio tem como alvo a face institucional das humanidades e seu papel social, tal como existente desde a conformação da disciplina no século XIX. Esse movimento mais recente de autorreflexão tem suas origens no final do século XX, quando as formas de lidar com os eventos traumáticos deste século e de um pretérito não-tocado encontravam

barreiras para serem tratados dentro da historiografia, tendo como justificativa os critérios de verdade, de objetividade e de distanciamento que, dentro da tradição disciplinar, orientavam e legitimavam o trabalho historiográfico. Além disso, a entrada de novos personagens em cena, clamando então pelo direito às suas próprias histórias, sua inclusão nas narrativas tradicionais das quais estavam invisibilizados, trouxe à história o desafio de ouvir vozes até então inauditas. Mais do que reagir brandindo as virtudes da ciência – compreendida em sentido estrito – inerentes ao conhecimento histórico, sedimentadas em determinados “lugares comuns” legados pela tradição disciplinar (como reforçar os paradigmas da objetividade), historiadores e historiadoras têm respondido reivindicando cada vez mais porosidade entre ciência e o que se alarga para fora dela, sem abrir mão, contudo, da aporia da verdade histórica. Se é que é possível falar de momentos onde a disciplina histórica adquiriu estabilidade a ponto de não ser cobrada ou cobrar-se uma (auto)justificativa, o ponto é que do final do século XX até os dias de hoje observa-se um profundo movimento de autorreflexão dentro do campo que tem como questão-chave a potência do estreitamento dos laços entre o conhecimento produzido acadêmica/profissionalmente dotado de rigor científico, e as demandas sociais, éticas, políticas, cognitivas, estéticas mais amplas.

No bojo das discussões sobre a atenção a estas demandas está a questão do conhecimento do mundo, ou seja, sobre as formas de relação humana com seu meio e as condições de construção de conhecimento objetivo sobre a realidade. Porém, esse questionamento, embora radicalizado no final do século XX, tem suas condições de possibilidades no grande deslocamento histórico-estrutural e epistemológico entre os séculos XVIII e XIX acima tratados. (ARAÚJO; RANGEL; 2015) Dado o esgotamento do *topos* história mestra da vida, a história (escrita) buscou responder as questões a partir de duas maneiras: na primeira, as filosofias da história compreendiam que seu papel era evidenciar os sentidos da história – que, da perfeição passou a perfectibilidade, no modo do progresso – para acelerá-lo. Dada a grandiosidade da tarefa, a crítica historicista se baseava na condição de possibilidade de cumpri-la.

O que estava em questão para os historicistas era que o problema dos filósofos da história não era o seu diagnóstico da ‘História’, mas sim a forma ou o caminho proposto, profundamente arbitrário, “subjetivo”. (ARAÚJO; RANGEL, 2015, p. 321)

Para tal, a resposta vem pela formulação de um conjunto de protocolos metodológicos que permitisse um acesso controlado ao passado, como já posto. O que é de interesse ressaltar, neste momento, é que a pergunta sobre a possibilidade de enunciar a nossa relação com o mundo e questionar pra que serve a história havia sido liberada, até a sua radicalização no século XX condensado no movimento que, *strictu senso*, chamamos “giro linguístico”, que vem a recolocar tais questões.

Segundo os autores, duas tradições, “entre convergência e dispersão” (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322) surgiram destes questionamentos: a neohistoricista e a fenomenológica-hermenêutica. A primeira, como o nome já pode sugerir, traz para o primeiro plano a impossibilidade de acesso a qualquer âmbito do real. A constatação de que só existe representação não gera, entretanto, nostalgia e conseqüente paralisia, uma vez que seria essa a nossa condição de estar no mundo. Por outro lado, a tradição fenomenológica-hermenêutica entende que

todo e qualquer pensamento e ação no interior do presente é determinado pela *relação de intimidade com passados e futuros* [ou seja, a temporalidade como uma estrutura existencial] os *quais se constituem como ponto de determinação transcendental que orienta e determina cada presente*, de modo a intensificar a premissa do giro-linguístico. (grifo meu) (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322-323)

Em suma, é possível perceber que

da aceleração radical do tempo própria da modernidade [ainda nos séculos XVII e XIX] surge o questionamento da história representada e, ainda, a possibilidade de se perguntar radicalmente pela sua função. [Esse deslocamento histórico-estrutural e virada epistemológica] acabaram por tornar possível (por liberar) o questionamento significativo de toda e qualquer relação privilegiada entre linguagem e realidade, problema prioritário no interior das tradições que confluem no giro linguístico. [...] Os historicistas evidenciaram (e liberaram) um problema radical: a relação de intimidade entre os enunciados, inclusive os historiográficos, e os mundos a partir dos quais eles se tornam possíveis. (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 321)

Do giro linguístico, chegou-se a dois problemas fundamentais: (1) ou bem a realidade histórica não possui sentido(s), (2) ou bem possui, mas nem mesmo os métodos e protocolos mais sofisticados seriam capazes de oferecer as condições de possibilidade ideais para que os historiadores pudessem evidenciá-lo(s). Trata-se, ao fim, da crise do “observador de segunda ordem”. (GUMBRECHT 1998; 1999)

Possuindo um sentido ou não, o problema epistemológico que sobrexistiu foi da (im)possibilidade de produzir qualquer enunciado sobre a realidade.

Como desdobramento do giro linguístico, a partir da década de 1980, é possível observar a emergência do que se convencionou chamar de “guinada subjetiva”. (SARLO, 2012) Pensando no período pós-ditaduras latinoamericanas, suas reverberações no âmbito público e no movimento de capitalização da história pelo mercado simbólico em fenômenos que extrapolam a história acadêmica, Beatriz Sarlo (2012) inscreve na “guinada subjetiva” a reorientação do olhar e método da História, que se desloca das

estruturas para aquilo que elas pareciam não conseguir dar conta: os sujeitos da experiência. A ideia de entender o passado a partir da sua lógica (uma utopia que tem movido a história) se enreda com a certeza de que isso, em primeiro lugar, é completamente possível, onde aplanam a complexidade do que se quer reconstruir; e, em segundo lugar, de que isso se alcança se colocando na perspectiva do sujeito e reconhecendo um lugar para a subjetividade [...]. Este reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e suas personagens, que se concentra sobre os direitos e sobre a verdade da subjetividade [...] voltou a tomar o lugar que, nos anos sessenta, foi ocupado pelas estruturas. [...] Em consequência, a história oral e o testemunho devolveram a confiança a essa primeira pessoa que narra a sua vida (privada, pública, afetiva, política), para conservar a recordação ou para reparar uma identidade danificada. (SARLO, 2012, p. 21-22). (tradução livre)

A partir da guinada subjetiva, as narrativas do eu, posto agora em primeiro plano, ganham espaço. Se por um lado a atenção às vozes inauditas têm extrema importância, findar-se neste primeiro passado mostrou-se insuficiente. A crítica à questão da objetividade terminou por levar a “subjetividade” ser compreendida como contraponto, como se bastasse, então, ou incluir os sujeitos, ou inverter a história embora permanecesse reafirmando a estrutura binária na qual se amparou a ciência de relação distanciada do sujeito com o mundo (seu objeto de estudo). Se a objetividade foi criticada por sua capacidade de excluir a pluralidade de sujeitos, a resposta mais imediata foi tão somente o surgimento de múltiplas narrativas sobre estas subjetividades, ainda apoiadas entretanto no mesmo estatuto de relação com o mundo que instaurou a primazia da objetividade. De tão múltiplas, em muitos sentidos pode cair em um excesso de particularização, essencialização e solipsismo, que vem a se confrontar com as próprias condições do fazer científico, quando não são somente

Página | 138

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

espécie de atitudes compensatórias que pouco alteram os quadros que geraram essa mesma invisibilidade.

Subjetividade e ética em Ser e Tempo

Retomemos, neste ponto, as premissas da tradição fenomenológica-hermenêutica supracitadas. Heidegger, expoente desta tradição, em *Ser e Tempo*, de 1927, arroga para si o objetivo de percorrer o sentido de ser, que denuncia ter sido esquecida então pela metafísica. Na introdução da obra, visando quebrar alguns preconceitos que obscureceram o próprio Ser e seu sentido e justificar sua empreitada filosófica, esclarece que, ao contrário do Ser se definir na diluição de uma abstração vazia e universalizada, a possibilidade da busca pelo sentido do Ser parte justamente do fato de que, em alguma medida, o Ser do homem já se revela e se autocompreende no seu ente, o *Dasein*, de imediato. Esse mostrar-se é, justamente, a condição de possibilidade de questionamento pelo sentido do Ser; do contrário, a questão nem poderia ser posta. Entretanto, essa parte do Ser que se mostra de imediato é uma articulação provisória do Ser, não o Ser em sua plenitude. Em outras palavras, não se pode definir o Ser nem por conceitos abstratos, como já mencionado, nem por seu ente, sob o risco dessa mirada manter o Ser e sua possibilidade ontológica transcendental obscurecidas. É característica do Ser a transcendência, mas também a obscuridade, de modo que fechar-se no ente e “esquecer” de seu fechamento, muitas vezes acreditando estabelecer relações autênticas, é uma questão possível e, porque não adiantar, o que acontece na maioria das vezes; o ente é, então, o interrogado, por meio de uma analítica existencial do *Dasein*, para que a partir do que o Ser deixa-se vislumbrar, se possa percorrer o caminho do sentido do Ser. (HEIDEGGER, 2007)

Lançado ao mundo, o *Dasein* encontra-se já em contato com significados que pré-existem a ele. É esse mundo em que ele é a princípio, mas que se constitui também um horizonte de possibilidades a projetar-se. O mundo, então, só se deixa e faz ver realizado como uma possibilidade, que se revela em discurso. A compreensão/interpretação do *Dasein* acerca do mundo já se deu, antes mesmo que ele aproprie-se de algo. Porém, o fenômeno do ser-no-mundo é inesgotável, de modo que a

interpretação do mundo no modo impessoal vela essa inesgotabilidade. Pensando a constituição existencial do “Pre” do *Dasein*, nos deparamos com os seus dois modos constitutivos, que se tornam visíveis pelo discurso: disposição e compreensão. Esses constitutivos aparecem no modo cotidiano, e no mundo. A linguagem, como morada do Ser, é condição de abertura do *Dasein*, que se dá na cotidianidade. Buscaremos, então, nos ater sobre como a estrutura do falatório, da curiosidade e da ambigüidade aparecem nessa constituição.

O estar-lançado em um discurso por todos compreendido/interpretado, como já mencionado, afasta o *Dasein* a prioristicamente do esforço ontológico de escuta e fala. A escuta da cotidianidade contenta-se com o já dito no falatório, de modo que a escuta e a fala [constituintes do discurso] originárias se tornam dispensáveis.

As coisas são assim como são porque delas se fala assim [significados construídos]. Repetindo e passando adiante a fala potencia-se a falta de solidez. Nisso se constitui o falatório. A compreensão mediana nunca poderá distinguir o que foi haurido e conquistado originariamente do que não passa de mera repetição. E mais ainda, a própria compreensão mediana não tolera tal distinção, pois não necessita dela já que tudo compreende. (HEIDEGGER, 2007, p. 228)

Dispensando o caráter originário, o *Dasein* não se apropria desses significados.

O predomínio da interpretação pública já decidiu e até mesmo sobre as possibilidades de sintonização com o humor, isto é, sobre o modo fundamental em que o *Dasein* é tocado pelo mundo. O impessoal prescreve a disposição e determina o quê e como se vê. (HEIDEGGER, 2007, p. 229)

Este desenraizamento constitui a compreensibilidade cotidiana, o que, então, provoca um desenraizamento do *Dasein* de suas constituições ontológicas resultando em um fechamento do *Dasein*, ainda que ele possa crer estabelecer compreensão autêntica. (HEIDEGGER, 2007)

O fenômeno do falatório arrasta, inclusive, a condição da curiosidade, que se baseia em uma predisposição ontológica para o querer ver. Na cotidianidade, a curiosidade para ver se dilui no rápido envelhecimento de uma mirada, que impulsiona o *Dasein* a buscar outras vistas. Não dispondo de tempo para a contemplação, imagens são constantemente projetadas, envelhecidas, perdendo a capacidade de despertar interesse no *Dasein*, que logo busca atualizar seu álbum. Como no falatório a dinâmica é escutar o que já se disse e repetir automaticamente, no ver o automatismo se dá pelo

rápido desgaste do que se viu, pela busca incessante de atualização das imagens e pela consequente dispersão e desamparo. (HEIDEGGER, 2007)

Por fim, a ambiguidade reside nestes dois pressupostos acima: a movimentação do falatório e da curiosidade na cotidianidade fornecem ao *Dasein* a sensação de que explora a propriedade da sua condição existencial. Porém, tão logo ocorre a perda de interesse, jogado ao desamparo, o *Dasein* vê tudo o que se “sabe” desvitalizado, correndo para um novo horizonte atualizado. Essa corrida, entretanto, afasta o *Dasein*, como sugerido, de si mesmo. Credo estabelecer relações autênticas – mas não estabelecendo; do contrário, agindo no modo impróprio da compreensão – e ocupado na cotidianidade, o confronto do *Dasein* consigo mesmo será sempre adiado, e o mundo já pronto em que vive será sempre atualizado quase que automaticamente. Na impropriedade da compreensão, a suspensão da decadência, em vez de instaurar uma situação, instaura uma sucessão de agoras, onde o curso do mundo parece independe da relação do *Dasein* consigo mesmo, com os outros entes intramundanos e com o mundo.

Diferente de outros entes, o *Dasein* é constituído ontologicamente, enquanto os outros entes simplesmente são dados dentro do mundo – o que Heidegger chama de “intramundano”. Um constitutivo ontológico do *Dasein* é ser sempre possibilidade. O horizonte que se configura inerentemente a esta constituição, segundo Heidegger, se dá nos modos de ser da propriedade e da impropriedade.

A impropriedade do *Dasein*, porém, não diz ‘ser’ menos nem um grau ‘inferior’ de ser. Ao contrário, a impropriedade pode determinar toda a concreção do *Dasein* em seus ofícios, estímulos, interesses e prazeres. (HEIDEGGER, 2007. p. 78)

O *Dasein*, em sua relação com os outros *Dasein*, bem como com os entes simplesmente dados, vê-se de imediato lançado à impropriedade da cotidianidade. No seu âmbito de ocupações ou de concreções, o *Dasein* já sempre se encontra no impessoal, que é o modo do “sujeito” na impropriedade cotidiana: o “quem” é neutro, e ninguém é si próprio. O “quem” se dilui no ninguém. Lançado de imediato na cotidianidade, o *Dasein* desenvolve com o mundo circundante uma relação de manuseio, instrumentalização, objetificação. O modo de ser do *Dasein* na cotidianidade é chamado “de-cadência”.

Este termo não exprime qualquer avaliação negativa. Pretende apenas indicar que, em primeira aproximação e na maior parte das vezes, o

Dasein está junto e no mundo das ocupações. Este empenhar-se e estar junto [...] possui, frequentemente, o caráter de perder-se na publicidade do impessoal. Por si mesmo, em seu próprio poder-ser ele próprio mais autêntico, o *Dasein* já sempre caiu em si mesmo, e decaiu no mundo. De-cair no mundo indica o empenho da convivência, na medida em que esta é conduzida pelo falatório, curiosidade e ambiguidade.

De-caídos na cotidianidade, estabelecendo com o mundo uma relação de objetificação na impessoalidade cotidiana, e perdendo-se na publicização do impessoal, a diluição da responsabilidade que se perde no todos e no ninguém dificulta a mobilização da questão ética, de modo que a saída apresentada por Heidegger visa o resgate da ipseidade autêntica do *Dasein*. A propriedade pode ser alcançada mediante a “transformação” da decadência na “situação”. A situação, diferentemente das sucessões de agoras, é tempo que condensa as camadas de significados que é o mundo, e sua forma temporalizada. É a articulação do passado (como repetição) e do futuro (como antecipação) no presente. O passado, como ambiente de significâncias sedimentadas, porém tendo o mundo como horizonte significável em aberto. (ARAUJO; PEREIRA, 2017) Convém aqui, reiterar, a definição de “mundo” para Heidegger (2007), que facilite arredondar a questão da decadência no “mundo”: mundo como possibilidade de significância, e, por isso mesmo, ele só se revela, (o que revela) nos significados já construídos e sedimentados enquanto temporalidade. Ele já existe para nós, entes que somos, como esses significados. O horizonte de significância permanece em aberto, e a condição ontológica do projetar-se em uma “situação” instaurada possibilita a abertura do *Dasein* e de novos mundos conseqüentemente, em vez da constante atualização do mundo circundante.

Destas considerações, retomando o ponto sobre as duas tradições que surgiram do giro-linguístico, uma das possibilidades abertas pela emergência do observador de segunda ordem, qual seja, o resgate da percepção da corporalidade, entende-se a partir das considerações heideggerianas que a produção de enunciados objetivos sobre o mundo é impossibilitada pela nossa pertença ao mundo – e é este o ponto principal da subjetividade que subjaz na obra *Ser e Tempo* – e pela pertença do mundo a nós, de modo que a excentricidade objetiva é impossível. (ARAUJO; RANGEL, 2015) Recusando a redução da questão da existência à substancialização de um sujeito que se passa por “homem”, a possibilidade de relação objetiva ou subjetiva

Página | 142

Ana Carolina MONAY

Bruna Stutz KLEM

Luiza de Oliveira BOTELHO

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.128-144, dez-mar. 2017.

com o mundo é implodida em *Ser e Tempo*. No fundo, se trata de uma subjetividade “anti-sujeito”, que, do contrário de suceder o sujeito cartesiano, busca mais desfazer essa noção de sujeito entendendo a condição de ser-no-mundo. (MARTINS FILHO, 2014)

Considerações finais

Partindo do diagnóstico dos dilemas enfrentados pela história no que tange a porosidade entre a ciência e demandas externas, pudemos perceber como o paradigma da objetividade culminou na sucessiva exclusão das questões humanas da produção de conhecimento científico. A crítica à aporia da objetividade, por conseguinte, liberou um forma de tratamento da subjetividade como excesso de narrativas de um eu narcísico, que pouco abalaram as bases epistêmicas que provocaram os criticados apagamentos. Enfim, propomos a noção de subjetividade e ética em *Ser e Tempo*, entendendo a subjetividade como predisposição afetiva de relação com o mundo em que os homens são e neles podem ser, entendendo o mundo como significados já sedimentados como passado e como fonte inesgotável de significância como projeção ao futuro. A decadência, no modo da impropriedade, dilui a pessoalidade em uma publicização capaz de dirimir a possibilidade de responsabilização ética. Deste modo, a atenção à predisposição ontológica ser sempre possibilidade do *Dasein*, sua condição como estrutura existencial se ser-no-mundo em detrimento do seu constante apagamento pela sua redução do Ser ao seu ente, dada na reabilitação do modo próprio/autêntico de compreensão traz à luz a possibilidade do *Dasein* de não reproduzir ou atualizar o mundo em que é, mas de projetar-se criando novos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. História e narrativa. *Revista do Departamento de História: ANAIS DO SEMINÁRIO FRONTEIRAS NA HISTÓRIA*, 11, Belo Horizonte, UFMG, 1992;

- DERRIDA, Jacques. *A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas*. In: *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 229-249.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 3ª ed – Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- KOSELLECK, Reinhart. História Magistra Vitae. In *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2006
- MARTINS FILHO, José Reinaldo Felipe. *Subjetividade e finitude em ser e tempo*. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista UFMG, Belo Horizonte*, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.
- RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. HISTÓRIA E MODERNIDADE EM HANS ULRICH GUMBRECHT. *Redescrições*, [S.l.], v. 4, n. 1, Dez. 2012. ISSN 1984-7157. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/299>>. Acesso em: 10 Ago. 2017.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

**POR UMA NOVA HISTORIOGRAFIA?
ALTERNATIVAS ÉTICAS AS MATRIZES DISCIPLINARES
VIGENTES**

**FOR A NEW HISTORIOGRAPHY?
ETHICAL ALTERNATIVES THE CURRENT
DISCIPLINARY MATRICES**

Mario MARCELLO NETO*

Resumo: O processo de construção da disciplina histórica e sua relação entre o lugar social ocupado pela História no século XIX e sua posição nos dias atuais são problemáticas discutidas neste texto. Destacando as críticas realizadas pela “Virada Linguística”, com atenção especial aos chamados “pós-modernos” e seus argumentos sobre a necessidade de reformulação nos paradigmas disciplinares. Ao final, realizo uma discussão acerca das proposições de Hayden White e sua proposta sobre o “passado prático”, com intuito de não realizar apenas uma crítica a disciplina, mas propor alternativas para que a mesma se reformule, se reinvente e ganhe maior aplicabilidade para a sociedade a qual se destina, tendo como premissa discussões em torno da ética e responsabilidade em se fazer História.

Palavras-chave: Disciplina Histórica, Virada Linguística, Hayden White, Passado Prático.

Abstract: The process of construction of the historical discipline and its relation between the social place occupied by History in the nineteenth century and its position in the present day are problematic discussed in this text. Highlighting the criticisms made by the "Linguistic Turn", with special attention to the so-called "postmodern" and its arguments about the need to reformulate the disciplinary paradigms. In the end, I discuss Hayden White's propositions and his proposal on the "practical past," in order not only to criticize the discipline, but to propose alternatives for it to reformulate, reinvent itself, and become Greater applicability to the society for which it is intended, based on discussions about ethics and responsibility in making history.

Keywords: Historical Discipline, Linguistic Turn, Hayden White, Practical Past.

Peroração

A crise da História¹ aventa-se como um recorrente discurso que permite diagnosticar a dificuldade de estabelecer um sentido e uma função social que rompa com o paradigma historicista do século XIX, principalmente o atrelamento entre a

* Doutorando em História (UFRGS). E-mail: mariomarceloneto@yahoo.com.br

¹ Neste texto, quando me referir ao termo “História”, com a primeira letra em maiúscula, é em alusão a História quanto disciplina acadêmica estabelecida dentro das matrizes disciplinares desenvolvidas.

disciplina histórica e a justificação do Estado Nação. Pensar a historiografia sem pensar no seu papel na construção/afirmação de identidades é um processo que retira a estabilidade das bases edificantes das matrizes disciplinares constituídas no século XIX, mas que ainda hoje operam de fora contundente.

Uma provocação necessária gira em torno da pergunta: é possível fazer História sem cairmos em alguma espécie de historicismo? Na tentativa de responder a essa pergunta, esse texto vai fazer uma incursão sobre algumas críticas ao *establishment* da disciplina histórica, numa tentativa de diagnosticarmos a situação defasada em que a historiografia se encontra e apontar, dentro das possibilidades alguns caminhos para solucionar estes problemas que para além de teóricos e epistemológicos, são políticos e ideológicos².

Neste artigo, tratarei das questões que envolvem o surgimento das matrizes disciplinares da História, seus problemas e defasagens na pós-modernidade, ou seja, a temporalidade em que vivemos, na percepção de Lyotard (2000). Parafraseando Foucault (2001), disciplina é tudo aquilo que diz o que não se pode fazer, desta forma, neste texto discutirei, de acordo com alguns críticos do modelo historiográfico vigente, as possibilidades de se fazer uma História que exerça um papel social mais relevante. Para isso, abordarei as ideias desenvolvida por Hayden White (2014), que a partir de outras proposições teóricas, tenta definir o que é “passado prático” e as possibilidades da História utilizar o passado de maneira mais efetiva, eficaz e, finalmente, prática.

Hayden White (2014), tem sido um crítico e diagnosticador constante da disciplina histórica, preocupado com o modelo historiográfico vigente, com a saturação deste modelo e, principalmente, propondo alternativas ao caos aparentemente existente. Em meio a tantas narrativas de existência de uma crise na História, de uma necessidade de mudança, de defesa de campos e de uma clara comprovação que a História não

² De antemão, tenho a necessidade de explicitar alguns pontos que não serão trabalhados de forma mais evidente ao longo do texto. Alguns conceitos, noções e temas serão utilizados sem uma explicação mais acurada sobre o mesmo. Isso ocorrerá, uma vez que penso que a interpretação e complementação das ideias escritas são feitas pelo leitor (uma referência ao processo mimético da leitura, de Paul Ricoeur (1997)). No entanto, para além disso, não explanarei mais abertamente sobre alguns pontos por acreditar que o desenrolar do texto explicará o significado, deixando, desta forma, o texto mais fluído e objetivo. Ideias como “político-ideológico”, “matriz disciplinar”, “historicismo” entre outras farão parte deste arcabouço em que o texto explicará seu significado, mas uma discussão mais detalhada de tais termos não será feita aqui.

ensina³. Há, portanto, cada vez mais, a necessidade de reflexão e discussão sobre que tipo de História nós fizemos, quais nossas preocupações e para quem (e para quê) serve o que fazemos? Estas questões, dentro do possível, serão respondidas neste artigo a partir das reflexões dos autores supracitados.

Sobre a História ou sobre estórias?

As críticas ao fazer historiográfico, às matrizes disciplinares e aos problemas teóricos e metodológicos acompanham a História ao longo do tempo. Se, como Hartog (1999) e Grafton (2012) nos mostram, antes mesmo da disciplina acadêmica de história existir, o ato de narrar o passado através de um registro especializado já era comum e de importante atuação, sendo alvo de críticas, revisões e reflexões. Desde Aristóteles até Ranke, processos e discursos se intercalaram sobre as formas válidas de se narrar o passado. No entanto, é evidente que a grande ruptura com esta narrativa se dá ao longo do século XIX, principalmente no tocante da construção do que Koselleck (2006) chamou de “o conceito moderno de história”.

Para além da construção das matrizes disciplinares no século XIX, um outro fator importante, e que precisa ser destacado, é a forma como o conceito de “História” atinge um grau de importância muito além da disciplina. Segundo Koselleck (2006), o conceito moderno de história é projetado como um conceito mobilizador, que incentiva e motiva as pessoas a agirem a partir ou em nome dele. Neste sentido, agir em nome da História, ou sobre, para escrever ou apagar a História entre outras ações se tornaram cotidianas na modernidade. A nova concepção deste conceito é substancial para a compreensão do lugar projetado para a História, pois ao confundir a experiência moderna do tempo com a História disciplinada, ampliou-se a crença de que aquilo que é produzido na historiografia é de fato propulsor e mobilizador das ações sociais. Atribuir a historiografia o papel protagonista de justificação dos Estados-Nações e de afirmação/justificação das identidades é um processo importante para a consolidação do saber historiográfico no século XIX, uma vez que tinha o seu papel social bem definido,

³ Uma vez que o conhecimento histórico produzido aumentou exponencialmente e o mundo social não se desenvolveu de forma que permitissem que novas atrocidades acontecessem na história da humanidade. Um exemplo claro é diagnosticado por Bosworth (1996), no qual verifica que o período que mais se escreveu e falou sobre história foi no período entre as duas grandes guerras (1918-1939).

seus problemas delimitados e os seus maiores desafios estavam em comprovar suas teses através da empiria.

O conceito de História moderna, que, por assim dizer, recorria a si mesmo para se definir, procurava encontrar na História mundial sua âncora empírica. Aqui se localizava o campo de ação daquele sujeito hipotético chamado gênero humano que só poderia ser imaginado como unidade na sua extensão temporalmente aberta (KOSELLECK, 2013, p.182)

No entanto, para além da função social da História no século XIX, a expropriação do conceito de história como algo mobilizador se dá nos mesmos contextos, porém acarretando em implicações ainda maiores para disciplina histórica. Ao tratar o termo “história”⁴ como um catalisador de atos, algo que justifique, promova e cause ações, eleva-se o patamar disciplinar. Em virtude de que o mesmo termo – história – poderia significar o estudo acadêmico do passado ou uma categoria ontológica do ser humano, a qual todo ser possui, constrói e narra a sua história ou a de sua coletividade. Essa dupla acepção do termo levou a uma crença, segundo Hartog (2014), de que a História é quem mobilizava. Que as teses, livros, ensaios e artigos eram mobilizadores, capazes de proporcionar um conhecimento crítico (seja lá o que isso possa significar)⁵ do passado e projetar ações a partir destes estudos. Essa confusão entre a História e história, desde o século XIX, criou uma confusão sobre a capacidade mobilizadora deste conceito.

Não existe discurso que afirme: “a Filosofia irá me redimir”, ou “isso entrará para a Sociologia”. Agora, mudando os termos “Filosofia” e “Sociologia” por “História” é possível reconhecer diversos discursos com este teor. Desde políticos a questões cotidianas, a história é vista como um conceito mobilizador⁶.

No entanto, seria a disciplina uma das grandes mobilizadoras do século XIX? Teria, então, a História ocupado um lugar social e público de extrema importância que

⁴ Aqui eu me refiro a transformação do termo *Historie* em *Geschichte*, na língua alemã, como apresenta Koselleck (2013).

⁵ Gadamer (2005) refere-se à possibilidade de criticar a tradição, de viver de acordo com propostas e sentidos diferentes daqueles que a tradição propõe, principalmente religiosa. O sentido proposto por Gadamer parece ser amplamente aceito/usado, mas o uso da categoria “conhecimento crítico” muitas vezes perde esse sentido. A crítica da tradição transforma-se em crítica da ideologia empregada pelo intelectual em questão. Isso gera um problema de cunho ético que não permite uma crítica a tradição, mas sim uma crítica a concepções teóricas e ideológicas, saindo+ do escopo da proposta de Gadamer.

⁶ É preciso destacar que me refiro à Filosofia e Sociologia quanto disciplinas acadêmicas estabelecidas dentro dos preceitos estabelecidos. Não estou fazendo menção a filosofia quanto um exercício intelectual de reflexão teórica aguda, algo muito comum no século XIX, principalmente no que ficou conhecido como “Filosofia da História”.

acabou perdido ao longo do século XX? A fragmentação pós-moderna seria a grande causa para essa destituição do *status* glorificado a qual a História pertencia? Essas questões podem ser respondidas tendo como premissa a negação de todas as perguntas acima. Para construir meu argumento acerca destas questões farei uma breve incursão sobre as ilusões do lugar do historiador no século XIX.

Ao ler textos clássicos⁷ sobre o século XIX, principalmente com relação a formação dos Estados-Nação é possível perceber a construção de um argumento de que a História foi uma das grandes responsáveis por fundar tais Estados, por garantir uma veracidade, justificação e glorificação, datando seu passado, estabelecendo seus marcos e heróis. Isso, de fato, não pode ser contestado ou ignorado. No entanto, não significa dizer que o conhecimento histórico produzido no século XIX na Europa, e posteriormente nos Estados Unidos, foram facilmente aceitos e lidos pela sociedade letrada da época. Para alcançarmos esta compreensão dois textos seminais são totalmente eficazes neste processo. O primeiro é o consagrado livro de Benedict Anderson, “Comunidades Imaginadas”, no qual constrói seu argumento em torno de alguns elementos que são edificantes de um Estado-Nação. Entre esses elementos configura-se a delimitação territorial, a questão linguística, o poder de coesão da imprensa e as instituições de história e memória – o que o autor chamou de “censo, mapa e museu”. A História, quanto disciplina, ou até ciência, não exercia o papel de formadora de opinião, muito menos pautava as discussões públicas pertinentes ao Estado-Nação, ao contrário, era a partir do estudo dito objetivo do passado que se buscava comprovações empíricas para as teses políticas que melhor se ajustavam ao conturbado presente da formação dos estados nacionais⁸.

Desmascarar essa ideia de uma História com inserção pública pujante e ativa é um dos fatores centrais para compreender a construção das matrizes disciplinares e desvelar o *status* a qual a História diz pertencer e reivindicar na atualidade. Tentar resgatar uma atuação passada que nunca existiu, apenas em discurso, como forma

⁷ Aqui estou me referindo a autores como Eric Hobsbawm (1990), Guy Hermet (1996), Benedict Anderson (2008) entre outros.

⁸ É preciso destacar que quando afirmo que a História nunca exerceu esse lugar que diz ter habitado no século XIX, digo isto em termos práticos. Porém é impossível negar a força e influência da História em termos discursivos, porém estes sempre estiveram em uma corrida inversa: respondendo as demandas do Estado-nação, não o contrário.

alternativa de responder a crise é tentar solucionar um problema através de uma experiência inexistente do passado. Motivo pelo qual, provavelmente, a História está diagnosticando sua crise há, pelo menos, 40 anos. Desta forma, como sugere Pihlainen (2014), um dos grandes perigos que esse modelo historiográfico do século XIX europeu traz para o fazer histórico hoje é a perpetuação da existência de uma verdade, de uma objetividade e da dificuldade em compreender os diferentes pontos de vistas e discussões. Para o autor:

[...] fortes crenças relativas ao “verdadeiro” estado das coisas servem para complicar a comunicação e agravar as dificuldades originadas pelas diferenças de opiniões. Por outro lado, o reconhecimento da indisponibilidade de um significado para o passado pode facilitar uma atitude mais tolerante e aberta tanto para outras pessoas quanto para com as suas interpretações do passado e do seu impacto em, por exemplo, problemas no seu presente. Então, aqui também, a pesquisa histórica e os fatos têm muito pouco poder: os conflitos resultam de diferenças de opiniões relativas ao(s) significado(s)⁹ (PIHLAINEN, 2014, p.9 – tradução minha).

Essa relação, descrita por Pihlainen, pode ser resumida entre a “disputa” pela busca da “verdade” e a dificuldade em aceitar as várias “verdades”, ou seja, diferenciar as diversas visões e construções narrativas e linguísticas, a partir de fontes (empiricamente), todas mediadas pela linguagem¹⁰, de meros relativismos e negacionismos ou sectarismo que garantem construir uma “verdade absoluta” do passado. Afirmar que as fontes são evidências, fragmentos do passado, mas que são mediadas, interpretadas e narradas através da linguagem, gerando um conhecimento subjetivo e, por mais metodológico que seja o autor, sempre será parcial. Isso não significa que o historiador possa mentir ou negar a existências de evidências. Dizer que o Holocausto não existiu não seria questão de relativismo acadêmico, mas de falta de ética. A eterna busca pela “verdade”, pelo conhecimento objetivo por meio de

⁹ “[...] firm beliefs concerning the “true” state of things serve to complicate communication and exacerbate difficulties stemming from differences of opinion. Conversely, recognition of the unavailability of a meaning to the past may facilitate a more tolerant and open attitude both toward other people and toward their interpretations of the past and its impact on, for example, problems in their present. So, here too, historical research and facts have very little power: conflicts result from differences of opinion concerning meaning(s)” (texto original).

¹⁰ Questões que versam de experiências extralinguísticas podem ser vista com mais precisão no livro do teórico literário Hans Gumbrecht (2010), no qual adepto da “teoria da recepção”, centra suas preocupações não no texto ou no contexto, mas em como essa obras e coisas impactam nas vidas humanas.

metodologias complexas torna-se uma falácia e um discurso obsoleto frente a questões muito mais complexas com as quais a historiografia se depara.

Alguns problemas que a disciplina histórica passa atualmente não são frutos exclusivos de sua relação com seu papel social. Discussões de cunho teórico, que acabam se tornando hegemônicas, acabam reforçando ideias, preconceitos e visões historiográficas que não só colaboram para a confirmação de uma historiografia a serviço do *statu quo*, como corroboram para um historicismo e uma vertente historiográfica que se distancia cada vez mais do papel público que o historiador poderia/deveria ocupar: aquele que questiona, desestabiliza e proporciona debates sobre as mazelas sociais estabelecidas. Lutar contra a ordem estabelecida (e a tradição historiográfica) deveria ser um dos instrumentos mais fortemente engajados no estudo acadêmico do passado¹¹.

Uma confusão teórica – que vai ao encontro de questões como o eurocentrismo, a busca por uma verdade única, uma generalização e supressão das subjetividades e, principalmente, uma confusão entre História e passado – está centrada na categoria de “consciência histórica”. Diversos historiadores que trabalham com esta categoria tendem a colocá-la como a forma de pensar, agir e ter ciência das suas ações em virtude de um conhecimento histórico que possuem. Teóricos como Jörn Rüsen (2010), entre outros, que se dedicam a pensar em como se dá essa relação entre uma coletividade e o conhecimento histórico que possuem e quais as formas que este saber pode ser explorado e ampliado. O problema, de matriz teórica, reside, como aponta Pihlainen (2014), na crença de que todas as pessoas (em todas as culturas e temporalidades) possuem um conhecimento histórico. Diferente de afirmar de que todas as sociedades mantiveram alguma forma de relação com o passado.

Dizer que há uma História é a única formadora da consciência histórica é conferir poder a uma disciplina, construída no século XIX europeu, o qual jamais

¹¹ A História não estuda apenas o passado, mas também as outras percepções da temporalidade, como o presente e sua relação com o futuro. Todas estas categorias, por excelência, podem ser vistas de formas completamente diferentes, de acordo com o ponto de vista e vertente teórica que analisar. No entanto, o estudo sistemático que a disciplina histórica faz centra-se no passado (no sentido mais amplo do termo), mas obviamente que isso não isenta, pelo contrário, de estabelecer suas relações com o presente e o futuro, compreendendo, sempre, que essa relação intertemporal é o que configura a História. Ou seja, o estudo do passado a partir do presente já gera tensões que nunca poderão distanciar de forma “objetiva” passado e presente.

exerceu. É, também, ignorar que milhares de séculos antes da existência da disciplina as sociedades já se relacionavam com seus passados. A disciplina História é apenas mais uma das formas de se relacionar com o passado. Uma forma mediada por métodos, fontes, organização, teorização e narração, mas sobretudo, uma forma de relação com o passado. Não é nem o passado em si, nem tem a exclusividade sobre ele.

Com isso, a consolidação da disciplina histórica de matriz historicista, sua mudança no início do século XX para um discurso objetivista, empirista e a criação da “história-problema”, acabou gerando questões¹² que deveriam ser pré-disciplinares como elementos básicos para o historiador, relegando o papel mais importante a questões puramente virtuais.

Pesquisar, analisar, confrontar as fontes, compreender o contexto em que se insere, problematizar, organizar e narrar não pode ser vista como fundamentos únicos da disciplina história. Esses elementos, há muito apontados por Hayden White (1966) em seu texto seminal: “The burden of history”, são questões pré-disciplinares, processos essenciais para o desenvolvimento ético de qualquer pesquisa. Todavia, contextualizar, explicar, relacionar referencial teóricos com a realidade estudada, pensar na implicação ética e política de seus estudos, bem como as formas e questões linguísticas utilizadas em suas narrativas são elementos que dizem respeito a disciplina. A matriz disciplinar deve se responsabilizar pelas formas, metodologias, arcabouços teóricos, discussões éticas e preocupações estéticas e narrativas. Afinal, pesquisar, analisar, fazer a “crítica das fontes”, não mentir é algo que transcende a disciplina, tais práticas são elementos que eticamente devem ser vistos em quaisquer circunstâncias acadêmicas e sociais.

Crise da história ou a negação do problema?

Ao menos, desde o fim do século XIX, o diagnóstico de crise da História, de uma necessidade de reformulação, de mudança e rompimento de paradigmas se estabelece. Esse primeiro momento marcado pela crítica ao dito “positivismo”, ou, em

¹² Aqui, refiro-me a questões de cunho objetivista, que colocam o trabalho exclusivo do historiador a “indagação das fontes” e sua interpretação pautada apenas na empiria, na análise de dados e uma escrita objetiva que permite uma maior limpidez ao olhar para o passado.

outras palavras as matrizes disciplinares historicistas cunhadas entre o início e primeira metade do século XIX.

Alguns historiadores como Frederick Jackson Turner¹³ (2005) inauguraram o processo de crítica a esse modelo historiográfico, além, é claro, das críticas de intelectuais oitocentistas como Marx e Nietzsche a esse modelo historicista da História, que restringia/restringe as experiências do passado. Já no limiar do pós Primeira Guerra Mundial, Marc Bloch¹⁴ (2001) destaca-se em diagnosticar e sugerir mudanças no modelo historiográfico vigente. Algo que, ao decorrer de sua vida, e momentos antes de sua trágica morte resultou em seu célebre livro: “A apologia da História”, de 1944. Outro intelectual que se destaca nas críticas aos modelos historiográficos de sua época é Walter Benjamin¹⁵ que, ao seu modo, traça críticas tanto ao modelo historicista da história como as noções de progresso e projeções de futuro realizadas por vertentes marxistas da história.

No entanto, todos esses intelectuais supracitados fazem parte de contextos em que o objeto maior de crítica era o modelo historicista e/ou de filosofias da história com discursos elogiosos ao “progresso”, fato que impactava diretamente no fazer historiográfico, justificando todas ações do presente em prol de um futuro melhor. Nesta perspectiva o passado, o presente e o futuro era apenas a história da luta de classes. Somente no fim da década de 1960 é que outros paradigmas começaram discutidos e problematizados dentro da própria disciplina, ou pensando a partir das suas matrizes disciplinares. No princípio historiadores e outros intelectuais se dedicaram a estudar o significado, o funcionamento e a serventia da História. Neste contexto destaca-se as asserções de David Carr¹⁶ (1990), Eric Kahler (1964), Geoffrey Elton (1967), Michel de

¹³ O texto original foi publicado em 1891

¹⁴ Bloch inicialmente divulga suas ideias de “história-problema” e suas críticas ao “positivismo” através do movimento intelectual que vai culminar na fundação da revista “*Annales d'histoire économique et sociale*” em 1929 na França.

¹⁵ O texto foi originalmente publicado em 1944, acredita-se que este tenha sido o último texto escrito por Benjamin (1987) antes de sua morte. O teor político e, por vezes, teológico do texto trazem uma dimensão do autor que proclamava para uma nova ação da disciplina histórica e dos discursos sobre o passado, uma vez que os contextos de autoritarismo e atrocidades que a Segunda Guerra Mundial estava gerando eram provas cabais de que o ser humano definitivamente não aprende com a História e, com isso, justificando a necessidade de sua reformulação.

¹⁶ Livro publicado originalmente em 1961.

Certeau¹⁷ (1982) entre outros. Seus principais objetivos estavam centrados para além da compreensão da disciplina, mas para uma reformulação em seus paradoxos, tentando ir além das proposições de “história-problema”, longa duração entre outros. Se dedicam a pensar desde questões envolvendo a narrativa, a retórica, a evidência e elementos éticos nesse processo (JENKINS, 1995).

Toda essa produção historiográfica surte efeito até certo sentido com relação as matrizes disciplinares estabelecidas. Todavia, é a partir do chamado “giro linguístico” que a historiografia passa a sofrer sérias apreciações e vê-se ameaçada ante a enorme repercussão que as críticas e seus críticos tiveram. Segundo Gabrielle Spiegel (2005):

[...] no final dos anos 1960 e 1970 com o surgimento do que veio a ser conhecido como “giro linguístico”, a noção de que a linguagem é o agente constitutivo da consciência humana e a produção social do sentido, e que a nossa apreensão do mundo, tanto passado quanto presente, só chega através da lente de percepções pré-codificadas da linguagem¹⁸ (SPIEGEL, 2005, p.2 – tradução minha)

Esse movimento foi fortemente influenciado por estudos desconstrutivistas e narrativistas, principalmente por Jacques Derrida¹⁹ e suas formulações no que concerne à importância e o papel da linguagem na vida do ser humano. Na historiografia a *Magnum Opus* do giro linguístico é o livro de Hayden White: “Meta-História”. Lançado em 1973, o livro traz consigo uma densa crítica ao modelo historiográfico vigente, demonstrando a partir de uma análise dos tropos narrativos da História as suas similitudes e diferenças com a literatura, bem como a sua estruturação narrativa e o processo que envolve a escrita histórica.

Obras como esta supracitada delinearam uma nova forma de pensar e questionar as concepções de História em vigência naquele contexto do final da década de 1960 e início da década seguinte, construindo um campo de estudos vulgarmente chamado de “pós-moderno” na historiografia. Questionando a separação radical de História e ficção, demonstrando através de análises as proximidades entre uma narrativa dita ficcional e

¹⁷ O texto o qual utilizo aqui para análise foi publicado no livro: “Histoire et Psychanalyse entre science et fiction” em 2002. O texto original foi publicado em 1973.

¹⁸ “[...] in the late 1960s and 1970s with the emergence of what came to be known as the ‘linguistic turn’, the notion that language is the constitutive agent of human consciousness and the social production of meaning, and that our apprehension of the world, both past and present, arrives only through the lens of language’s precoded perceptions” (texto original).

¹⁹ É preciso destacar que as obras de Edmund Husserl, Richard Rorty foram fundamentais para esse “giro” intelectual em torno da percepção da importância da linguagem nas relações sociais. As formulações de Ferdinand de Saussure e Ludwig Wittgenstein tornam-se indispensáveis para a construção e explicação da estruturação da linguagem e a sua forma de ação no processo comunicativo.

histórica, bem como permitindo uma reflexão maior sobre o papel do historiador na sociedade e as formas de fazer História, seus objetivos e formas de alcançá-las.

É preciso, porém, destacar que outros movimentos intelectuais se dedicaram a questionar a historiografia e sua forma de construção a partir da narrativa²⁰. Porém, não tão voltadas a uma análise das estruturas linguísticas e narrativas, mas com um enfoque contextualista, o ato linguístico, do discurso dos textos políticos. Compreendendo, dessa forma, os contextos a partir dos discursos políticos, como no caso da chamada “Escola de Cambridge” onde Quentin Skinner e John Pocock desenvolveram suas teses. Ou com uma história dos conceitos, como no caso do alemão Reinhart Koselleck.

Devo, também, destacar o trabalho do francês Michel de Certeau, que em uma construção muito particular realiza uma desconstrução do campo histórico, focando nas relações linguísticas, mas extrapolando seus limites para discussão da importância do texto e as relações de poderes envolvidas na escrita da História. Neste sentido, resalto que todos esses estudos fazem parte da “virada linguística”, de forma ampla, na qual a linguagem passou a exercer papel central nas discussões sobre a História. No entanto, o destaque que este texto está dando é para as teses “pós-modernas”. Em outras palavras:

“No contexto dos estudos históricos, o pós-modernismo comumente refere-se à virada linguística e à teorização construtivista associado a ele. As figuras centrais nesta forma contemporânea de construtivismo incluem Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins e Alun Munslow²¹” (PIHLAINEN, 2014, p. 14 – tradução minha)

Neste sentido, o que estou tentando demonstrar através deste texto é como as teses “pós-modernas” impactaram na produção historiográfica de forma geral e a forma que grande parte dos historiadores, principalmente àqueles ligados a tradições advindas da História Social e Cultural, além, é claro, daqueles ligados a uma tradição historiográfica metódica ou historicista, de que a “historiografia pós-moderna” é a

²⁰ Ainda neste contexto, é preciso destacar intelectuais que se dedicaram a pensar as Humanidades, e por consequência a História, para além da linguagem e do que os sentidos podem transmitir. Estes estudos, de uma circulação restrita na Alemanha no final da década de 1970 e início da década seguinte, e posteriormente ganha força, atingindo a Europa como um todo e América. Este grupo, o qual Hans Gumbrecht (2010), o expoente máximo deste movimento, autodenominou de “humanistas alemães”. Esta vertente parte da compreensão da História a partir de elementos que o sentido não pode apreender, focando na recepção e estímulos provocado pelas obras/livros/coisas nos seus leitores/receptores.

²¹ “In the context of historical studies, postmodernism commonly refers to the linguistic turn and to the constructivist theorizing associated with it. The key figures in this contemporary form of constructivism include Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins and Alun Munslow” (texto original).

grande responsável por relativismos e fragmentações no campo historiográfico. Frank Ankersmit, de maneira sintética e metafórica sintetiza as disputas epistemológicas em torno da chamada “historiografia pós-moderna”, ou daquele advinda do “giro linguístico”. A metáfora utilizada pelo autor diz o seguinte:

Comparemos a História a uma árvore. A tradição essencialista dentro da historiografia ocidental focou a atenção dos historiadores no tronco da árvore. O que era o caso, é claro, dos sistemas especulativos; estes definiram, por assim dizer, a natureza e o formato desse tronco. O Historicismo e a Historiografia científica modernista, com sua atenção basicamente louvável ao que de fato aconteceu no passado e com sua falta de receptividade para com esquemas apriorísticos, situavam-se nos galhos da árvore. Mesmo assim, de sua posição mantinham a atenção ainda no tronco. Tal como seus predecessores especulativos, tanto os historicistas como os protagonistas de uma assim chamada historiografia científica ainda guardavam a esperança e a pretensão de, em última análise, poder dizer algo sobre esse tronco afinal. As fortes ligações entre essa assim chamada história social científica e o marxismo são significativas neste contexto. A historiografia, desde o historicismo, seja formulada através de terminologia ontológica, epistemológica ou metodológica, vem buscando reconstruir essa linhagem essencialista que perpassa seu passado ou partes dele. Através da historiografia pós-modernista, encontrada especialmente na história das mentalidades, uma ruptura é feita, pela primeira vez, com essa tradição essencialista centenária — e digo imediatamente, para evitar qualquer *pathos* ou exagero, que aqui me refiro a tendências e não a rupturas radicais. A escolha recai não sobre o tronco nem sobre os galhos, e sim sobre as folhas da árvore. Na visão pós-moderna da História, a meta não é mais a integração, síntese e totalidade; as migalhas históricas são o centro das atenções. (ANKERSMIT, 2001, p.128 – grifo do autor)

Nessa metáfora com a árvore Frank Ankersmit, um historiador que defende uma posição – e por vezes a alcunha – “pós-moderna” da História, explica não só as diferenças epistêmicas envolvidas no processo heurístico²² na concepção de História desde o historicismo, passando pela História Social e Marxismo, chegando até a vertente pós-moderna. Partindo dessa análise, a inversão de papéis e a centralidade dos objetos não está mais no todo, na compreensão geral das coisas. A partir do giro linguístico amplia-se o horizonte para estudos capilares, fragmentados, sobre temas específicos que permitam compreender as ações dos sujeitos, os conflitos existentes em coletividades e mazelas que grandes análises não permitem²³.

²² Entendo por processo heurístico algo semelhante ao que Hartog (2014) descreve, ou seja, uma ferramenta (ou método) de pesquisa e averiguação pautado pelo teste e conferência constante entre o objeto estudado e os dados obtidos, como forma de adequar as hipóteses ante aos dados encontrados e obter um resultado mais próximo do ideal, porém nunca perfeito.

²³ Fernand Braudel, expoente da historiografia francesa da metade final do século XX destaca-se como contraposição ao anteposto. Sua concepção de longa duração ignora eventos e acontecimentos, fazendo

Descentraliza-se as questões, permitindo entender novos sujeitos, até então esquecidos pela historiografia. Nesta seara estão os estudos subalternos, feministas, de gênero, sexualidade, raças e etnias entre outros. A fragmentação que deveria ter sido vista como um acréscimo de produção sobre temas pertinentes à sociedade, acabou gerando um enorme desconforto na historiografia ocidental. O diagnóstico de mais uma crise estava dado. Desta vez os inimigos eram os pós-modernos. Uma ressalva importante, e que devo destacar, versa sobre a questão da fragmentação. Como poderiam os historiadores “pós-modernos” fragmentar a historiografia se o mundo “pós-moderno”, utilizando o conceito de Lyotard (2000), já é fragmentado em sua essência? A responsabilização da fragmentação das ideias totalizantes aos “pós-modernos” é uma tentativa espúria de historiadores que se engajaram em tradições historiográficas de apelo nacionalista e identitário. Se seus estudos não forem para compreender as nações, as identidades nacionais, sentem-se esvaziados de utilidade. No entanto, o que deve ficar claro é que os sentimentos nacionais do Ocidente tornam-se narrativas contestadas, esvaziadas de sentidos após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Ankersmit:

Primeiramente, existe, é claro, a natureza pós-moderna de nossos tempos. Nosso antiessencialismo, ou, como tem sido mais popularmente chamado ultimamente, nosso “antifundacionalismo” diminuiu nosso compromisso com a ciência e com a historiografia tradicionais. A nova posição da Europa no cenário mundial a partir de 1945 é um segundo indicador importante. A História desse apêndice do continente da Eurásia não é mais a história do mundo. O que gostaríamos de conceber como o tronco da árvore da História Ocidental tornou-se parte de uma floresta. Os *meta-récits* que gostaríamos de contar sobre a nossa história, sobre o triunfo da Razão, sobre a luta gloriosa pela emancipação do proletariado dos trabalhadores do século XIX, são somente dados de importância local, e, portanto, não são mais metanarrativas apropriadas. O vento gélido que, de acordo com Romein, soprou por volta de 1900 simultaneamente no Ocidente e no Oriente, finalmente acabou por varrer as folhas da nossa árvore da História por volta da segunda metade deste século. O que a historiografia ocidental pode agora fazer é recolher as folhas varridas e estudá-las independentemente de suas origens. Isto significa que nossa consciência histórica foi, por assim dizer, virada de cabeça para baixo. Ao colecionar as folhas do passado, tal como Le Roy Ladurie ou Ginzburg, não mais importa qual era sua posição no passado, mas qual padrão podemos formar a partir delas hoje, de que maneira este padrão

com que estes breves pontos se esvaiam em sua noção de “tempo geológico”. Com isso, apaga-se da narrativa a ação humana, focando apenas em uma história que mescla a relação dos homens com a Terra e os modelos econômicos e estruturais de uma dada sociedade. Algo que não permite entender mazelas e demandas das sociedades. Tentar compreender algo tão complexo como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, numa perspectiva de longa duração apresentada por Braudel é, praticamente, impossível, uma vez que as ações humanas não interferem (ou muito pouco) nesta perspectiva temporal, segundo o autor. Sendo assim, a visão “pós-moderna” da História vai no sentido completamente oposta ao pensamento de Braudel neste quesito.

poderia adaptar-se às outras formas de civilização que existem atualmente. (ANKERSMIT, 2001, 129)

A erosão das totalidades, nesta concepção é um dado contextual, que não poderia ser atribuído a um mero movimento intelectual. A fragmentação social encontra-se nos mais variados elementos, desde o pastiche cultura, apontado por Jamenson (1999) até os elementos constitutivos da modernidade líquida de Bauman (2001). No entanto, essa nova “crise” da História não tem mais como alvo o historicismo, a crítica a História de homens, datas e fatos. A problemática estabelecida, agora, está no objetivismo, na pretensão científica da História e a sua incansável busca pela “verdade”, separando ontologicamente verdade de ficção. Um diagnóstico simples de que essas críticas colocam a História em meio a dilemas complexos e existenciais pode ser percebida em livros como “A história em migalhas” de François Dosse²⁴ (1992), “A beira da falésia” de Roger Chartier²⁵, entre muitos outros que tentam reconstruir o campo historiográfico em meio a fragmentações, através de críticas e constatações de uma desintegração maldosa ou inconsequente por parte de um grupo de intelectual. Permanecendo, assim, de olhos fechados para um contexto muito mais complexo, nas quais as relações sociais fragmentadas demandas por um outro tipo de historiografia.

Contestações, essas, que Dipesh Chakrabarty (2000) provoca ao sugerir estudar a invasão europeia na Ásia e África a partir de um provincialização da Europa. Uma simples inversão de valores. Ao invés de pensarmos como os colonizadores agiram e que instrumentos utilizaram para dominar e controlar os colonizados, façamos o contrário: como os nativos perceberam os colonizadores, como resistiram, lutaram, negociaram, numa perspectiva da resistência enquanto ato de dignidade de sua identidade, não como meros objetos explorados. Tais atitudes cognitivas permitem um exercício historiográfico descentralizador, desconstrutor das identidades nacionais e do próprio Estado-Nação. Coloca em xeque a ideia de “comunidade imaginada”²⁶.

²⁴ Publicado originalmente em 1987.

²⁵ Publicado originalmente em 1998

²⁶ Não estou, com isso, declarando o fim dos Estados-nações, eles estão longe de acabar. No entanto, o sentimento nacional, de cunho patriótico, de grandes heróis, de um forte sentimento de pertença está, hoje, sendo cada vez mais ameaçada (embora jamais sendo colocado a prova). A Segunda Guerra Mundial marcou como um período de constante cuidado com os discursos nacionalistas, gerou problemas com questões de refugiados (algo que hoje está muito mais efervescente) e provocou uma série de mudanças

O foco, na perspectiva “pós-moderna” de História, não deve residir nas discussões factuais da mesma. Essas questões devem ocorrer, porém não pode ser essa especificidade o trabalho profissional do historiador. Elementos que dizem respeito a pesquisa: coleta de dados, confrontamento de dados, entre outros são, como já dito, elementos pré-disciplinares e que, portanto, torna-los o mote principal da disciplina é reduzir a capacidade e importância do papel da História e, por conseguinte, do historiador.

Neste contexto, o papel do historiador passa a ser o de discutir sobre formas de narrar, o impacto ético do seu trabalho entre outras questões de cunho estético, político e, por vezes, moral. Elementos disciplinares que se complexificam de acordo com temas e abordagens. Obviamente que para uma discussão dentro dessas matrizes disciplinares acontecer é preciso que os elementos disciplinares já estavam prontos, feitos com ética e responsabilidade. No entanto, em uma matriz disciplinar “pós-moderna” não há a possibilidade de ignorar o período de pesquisa, levantamento de dado, a questão envolve o que diferenciaria um historiador de um jornalista, por exemplo, em investigar e narrar determinado evento do passado.

Tal enfoque estaria nas discussões teóricas, estéticas, políticas que envolvem esta narrativa, para além de elementos factuais. Decisões sobre qual a melhor forma de narrar um evento, qual o impacto que esta forma terá no público leitor, qual a melhor forma de diminuir a capacidade de interpretações enviesadas do meu discurso histórico não são meras formalidades ou ditos eruditos. Estas fazem parte de uma discussão inserida em um debate acadêmico e público de amplo espectro, exige além de conhecimento e capacidade argumentativa, fazendo com que o papel do historiador seja muito mais do que tentar narrar o passado como ele realmente foi. A partir desta perspectiva o passado será narrado de acordo com perspectivas éticas e políticas que façam sentido e efeito para a sociedade que se destina. Desta forma:

Embora quase todo mundo (incluindo eu) que entra no debate sobre o pós-modernismo molda seu argumento em termos epistemológicos, há muito

territoriais nas nações que implicaram em modificações substâncias na ideia constituída de nação. Embora, os discursos nacionalistas africanos – para citar um exemplo – tornam-se uma voz estrondosa do pós-guerra em torno da Nação, vale destacar que o discurso político (em prol de uma causa) estabelece relações de poder completamente diferente de um discurso de sustentar uma nação já constituída. Portanto, para compreensão deste texto é preciso destacar o diagnóstico da erosão dos sentimentos nacionais, como aponta Anthony Dirk Mose (2005)

tempo pareceu-me que a questão não declarada é muitas vezes uma questão de ética, em vez de epistemologia. Ou seja, questões epistemológicas e metodológicas são frequentemente empregadas no discurso do historiador como forma de codificação de princípios éticos de comportamento: como vamos prosseguir (“se comportar”), a fim de “conhecer” como historiadores o que é correto, verdadeiro, e até mesmo “virtuoso”, em nossas práxis; o que, em última análise, legitima a história como um órgão disciplinar do conhecimento?²⁷ (SPEIGEL, 2006, p. 261 – tradução minha).

A partir do momento em que a discussão epistémica abriu espaço para um debate ético na historiografia, livros como os infames guias politicamente incorretos publicados nos últimos anos no Brasil, não se tornariam um problema do ponto de vista dos erros factuais para historiografia, mas, sobretudo, da percepção ética do uso do passado. A utilização parcial das fontes, a distorção de fatos e eventos, o impacto de tais atos narrativos gera/gerou no público se fazem muito mais importantes do que saber alguns dados “verídicos” não relatados ou distorcidos sobre a história do Brasil. Com isso, ocorre uma mudança no foco, no qual: “No olhar pós-moderno, o foco não está mais no passado em si, mas na incongruência entre passado e presente, entre a linguagem que usamos para falar do passado e o passado em si” (ANKERSMIT, 2001, p.132). Estas relações entre a mediação do passado e o presente pela linguagem e as discussões sobre o passado “real” e o passado representável são motes importantes na visão “pós-moderna” de História. As discussões éticas, já comentadas anteriormente, e aprofundadas por Keith Jenkins (1999) e, recentemente, por Valdeci Araújo e Marcelo Rangel (2015) – na qual diagnosticam que os problemas ético-políticos da metade final do século XX são um dos mais importantes topos discursivos da historiografia ocidental.

Sendo assim, a partir da “Virada Linguística”, a História, que constantemente era alvo de críticas e reformulações, passou a ser alvo de estudos sistemáticos das suas epistemes e seus métodos. No entanto, neste texto destaca-se o papel do segmento chamado de “historiografia pós-moderna”. Essa vertente historiográfica, por sua vez, embebida neste contexto de efervescência crítica ao *statu quo* da História e as suas formas de organização proporcionaram uma forma de pensar, ver e discutir a disciplina

²⁷ “Although almost everyone (myself included) who enters the debate over postmodernism frames their argument in epistemological terms, it has long seemed to me that the unstated issue is often one of ethics rather than epistemology. That is to say, epistemological and methodological questions are frequently employed in the historian's discourse as way of coding ethical principles of behavior: how do we proceed ("behave") in order to "know" as historians what is correct, true, "virtuous" even, in our praxis; what, ultimately, legitimizes history as a disciplinary body of knowledge?” (texto original).

de maneiras tão variadas não é, de forma alguma a algoz e causadora da erosão das totalidades na História. Esse fenômeno diz respeito a uma realidade externa muito mais ampla, mas que o modelo historiográfico estabelecido anteriormente.

Passado Prático ou para que serve a História?

Se, por um lado, a História está em crise, principalmente por influência dos estudos e críticas que a “Virada Linguística” proporcionou sobre o *metiêir* do historiador, por outro diversas alternativas e possibilidades são debatidas como formas de saída da crise e de encontrar o papel social da disciplina. É em tempos de crise que se pode pensar sobre o seu próprio agir. Hayden White, percebendo esta conjuntura, realiza uma proposição teórica sobre a serventia da história, a sua utilidade e um questionamento central: tendo essa realidade de crise, o que fazer? Essa pergunta de Lênin acompanhará essa parte do texto como forma elucidativa da ideia de passado prático e a utilidade da história.

Ao longo do século XX a história recalcou questões práticas do seu horizonte disciplinar, colocando como pauta uma História objetivista, em busca da verdade e focada em problemas teóricos e empíricos que por mais engajamento ou qualidade tivessem, circulavam e tinha importância apenas no ambiente acadêmico, lido e discutido entre os pares. Embora que a função de corroborar com as identidades nacionais exercida pela historiográfica tivesse um caráter extremamente prático, em termos, essa questão foi sempre recalcada por um discurso objetivista que impedia de enxergar o caráter prático daquele modelo historiográfico. As justificativas para a realização de uma pesquisa, por exemplo, adquirem um caráter acadêmico (baseada em um argumento sobre a importância social e acadêmica da mesma) e, jamais poderiam ser justificadas por argumentos de cunho pessoal e afetivo (afinidade com o tema entre outros). Essa dissociação entre a objetividade, o sentido acadêmico/científico da História consolidada no século XX e o sentido prática e afetivo dos historiadores geraram rupturas no fazer historiográfico que em tempos fragmentados tornam a disciplina algo que pode ser confundido com uma mera opinião.

Uma das questões fundamentais nesse processo é a separação, cada vez mais radical, da História com relação a retórica. Segundo Hans Kellner (2006), a ruptura com a retórica por parte da historiografia consolidada a partir do século XX gerou uma cisão

não só em questões de linguística, forma e estratégias narrativas. Essa questão tirou o presente como pauta das problemáticas de pesquisa. Sendo assim, o passado passou a ser um problema em si mesmo, tornando a pesquisa feita algo com pouca relação com o presente, permitindo, com isso, que a relação entre o que é produzido e a sociedade torna-se ineficaz²⁸.

Como Michel de Certeau (1986) diagnosticou, a ficção é a parte reprimida da História e a tentativa – não concluída e disfarçada em meio ao discurso empirista - de separação entre o presente e passado torna-se o não-dito da historiografia. A partir da “Virada Linguística” percebeu-se que não há resolução epistêmica ou científica para a “crise da História”. Com a crise das identidades nacionais em tempos globais (HALL, 2002) e com a ideia de comunidade imaginada sendo colocada em xeque fica evidente que as nações, hoje, não necessitam dos historiadores para continuar existindo. Os meios pelos quais a nação tem para justificar e corroborar sua existência passam por outros mecanismos, não tendo uma dependência e nem sendo a História a forma mais efetiva de realizar tal atividade. O que passava pela história, agora fica à mercê da memória e da ficção que se encarrega de cumprir essa missão. Historiadores perderam espaços como interventores nos debates em espaços públicos.

Tendo em vista estes diagnósticos e percursos da historiografia, Hayden White, primeiramente em um artigo de 2010 e posteriormente no seu livro: “The Pratical Past”, de 2014, elenca alternativas e possibilidades da historiografia se reinventar. Partindo de uma análise que tem influência de Friedrich Nietzsche (1976) – as vantagens da história para vida – e chegando uma vertente existencialista sartreana – que pensa o sentido da existência humana e o papel desempenhado pela História neste processo constrói um

²⁸ Neste ponto é preciso destacar que a historiografia advinda de uma matriz da História Social, por exemplo, que busca entender as relações dos “de baixo” no passado acabam realizando, em grande parte, um excelente trabalho de compreensão destas mazelas. No entanto, o discurso objetivista do seu trabalho acabam recaindo em dois problemas perigosos: 1) a pretensão a um discurso verdadeiro do passado. Isso faz com que se anule outras possibilidades de compreender o passado, bem como legitimam apenas um discurso sobre o mesmo, tornando os outros obsoletos e, por vezes, classificados como errados. 2) a dissociação entre passado e presente. Neste sentido o passado só aparece relacionado com o presente a partir de uma lógica de continuidade, mas ele, por excelência, não é um problema em si. Quando, por vias de outras questões, ele torna-se um problema de pesquisa é atribuído a estes estudos um caráter ensaísta ou não histórico. É o caso de Eric Hobsbawm no livro “Era dos Extremos”, o qual classifica a parte final do livro – mais contemporânea ao período de escrita – como um ensaio histórico do presente. O mesmo foi feito por Edward Thompson durante os seus textos produzidos na década de 1980, durante sua militância no movimento pacifista. Desta forma, falar sobre o presente é possível, porém não na figura de historiador, segundo esta percepção de História.

arcabouço teórico e propõe saídas para a historiografia a partir de uma nova abordagem, revendo seus matizes disciplinares.

Ao desenvolver sua ideia a partir da comparação e análise do romance histórico do século XIX, White parte do princípio que os historiadores deste período copiaram a literatura do realismo²⁹, em termos de forma e estruturação narrativa. O exemplo mais claro é Flaubert e a sua divisão narrativa entre começo, meio e fim, com uma narrativa fechada, coerente, consistente e cronológica. Esses textos revelam de forma transparente o que aconteceu no passado, ao menos em tese.

Desta forma, fica evidente que a historiografia do século XIX europeia não estava querendo pensar o passado, mas sim pensar o seu presente – uma forma eticamente engajada com seu presente. Ainda nesta seara do século XIX, para além das preocupações em distanciar a História da literatura, há de compreender a relação de serventia da História naquele contexto. A quem servia a História no século XIX? Hayden White (1987) vai afirmar que dois setores eram os mais interessados em consolidar a disciplina. O primeiro, e já debatido, é a Nação, que demandava uma justificação e historicização das bases fundadoras do Estado. No entanto o potencial de intervenção social da História neste contexto deve ser revisto. O segundo ponto, e não menos importante, é a burguesia: grupo ascendente no período, que precisava se consolidar e colocar em xeque o *status* de seus “inimigos”: a aristocracia feudal e o proletariado.

A história como discurso burguês justifica a superação do “antigo regime”. Luta contra a reação, combate as forças dos atrasos (em uma visão burguesa, é claro), assume uma postura progressista, justifica uma mudança histórica. No entanto:

Em uma época caracterizada por conflitos entre representantes de uma série de posições políticas, cada um dos quais trouxe a participação de uma "filosofia da história" ou narrativa mestra do processo histórico, com base no que suas reivindicações de "realismo" foram em parte autorizadas, conseguiu eminentemente bom senso para constituir uma disciplina especificamente histórica. A finalidade de como uma disciplina poderia simplesmente determinar os "fatos da história, pelos quais avalia a objetividade, veracidade

²⁹ Realismo, aqui, é entendido como o movimento literário cunhado no século XIX que tinha como característica a descrição densa de uma realidade, representado as sociedades da época de maneira fidedigna e capaz de reproduzir, em certo sentido, a realidade da época. Essa descrição densa, dentro de uma narrativa cronológica, se pretendia como uma representação da verdade, algo que os historiadores do período buscaram se distanciar, utilizando o discurso do método e da referencialidade como mote principal em seus argumentos.

e realismo das filosofias da história que autorizaram os diferentes programas políticos. Sob os auspícios da filosofia da história, os programas de reconstrução social e política compartilham uma ideologia com visões utópicas do homem, da cultura e da sociedade. Esta vinculação justificada de ambas e fez um estudo da história, considerada como uma recuperação dos fatos do passado, uma aspiração social, ao mesmo tempo epistemologicamente necessária e politicamente relevante. Para analisar os elementos desta vinculação, a crítica epistemológica procedeu, opondo um método histórico devidamente disciplinado concebido como empírico à uma filosofia da história concebida como inerentemente metafísica. O aspecto político deste esforço analítico consistiu na oposição de uma consciência histórica devidamente disciplinada com o pensamento utópico em todas as suas formas (religiosas, sociais e, sobretudo, política). A combinação destes dois aspectos da disciplinarização da história teve o efeito de permitir que o tipo de conhecimento histórico produzido por historiadores profissionais para servir como padrão de realismo no pensamento e ação política em geral³⁰ (WHITE, 1987, p.61).

Desta forma, uma história burguesa³¹, segundo White (1987), precisaria acabar com as utopias (principal forma de luta do proletário). A historiografia disciplinada contribuiria não apenas para desarmar a nobreza e as utopias vigentes, como contraporaria “cientificamente” as filosofias da história que almejam um projeto de sociedade futura. Desta forma, a História torna-se processo, empiria, um estudo do passado em si mesmo, uma interpretação verdadeira de como as coisas (e somente coisas importantes) aconteceram. A historiografia do século XIX tornou-se “inimiga” das filosofias da história do mesmo contexto, uma vez que as filosofias apontam um sentido prático para

³⁰ “In an age characterized by conflicts between representatives of a host of political positions, each of which came attended by a “philosophy of history” or master narrative of the historical process, on the basis of which their claims to “realism” were in part authorized, it made eminently good sense to constitute a specifically historical discipline. The purpose of such a discipline would be simply to determine the “facts” of history, by which to assess the objectivity, veridicality, and realism of the philosophies of history that authorized the different political programs. Under the auspices of the philosophy of history, programs of social and political reconstruction shared an ideology with utopian visions of man, culture, and society. This linkage justified both and made a study of history, considered as a recovery of the facts of the past, a social desideratum at once epistemologically necessary and politically relevant. To analyze the elements of this linkage, the epistemological criticism proceeded by opposing a properly disciplined historical method conceived as empirical to a philosophy of history conceived as inherently metaphysical. The political aspect of this analytical effort consisted in opposing a properly disciplined historical consciousness to utopian thinking in all its forms (religious, social, and above all political). The combination of these two aspects of history’s disciplinization had the effect of permitting the kind of historical knowledge produced by professional historians to serve as the standard of realism in political thought and action in general” (texto original).

³¹ É preciso ressaltar, que o argumento de Hayden White além de mais complexo do que acima mensurado, pode ser visto um tanto quanto determinador e restrito. No entanto, para fins didáticos e de compreensão optei por utilizá-los, pois embora **neste texto** ele ignore outras formas de se fazer História no século XIX – os casos de Huizinga, Tocqueville e Burkhart, por exemplo – o autor fala de um modelo de historiografia que se tornou hegemônico e que definiu as matrizes disciplinares que, embora reformuladas, até hoje estão em vigência.

a história. Ela torna-se uma questão ideológica e implica uma ação prática no presente, diferente do discurso sobre a disciplina História, nos mesmos contextos.

Essa dissociação entre o caráter prático da disciplina recalcado ante as filosofias da história de cunho progressistas, o presente tornou-se um não-lugar da historiografia. Um lugar de fala que não é referenciado e que não pode exercer influência na fala do historiador. Tal concepção é complexa de ser exercida, em minha opinião impossível, mas fica ainda mais dificultosa quando eventos de cunho traumáticos acontecem e remodelam a forma de viver em sociedade a partir do século XX.

Esses eventos foram chamados por Hayden White (1999) de “eventos modernistas”. As características deste é que surgem no século XX, principalmente durante e depois da Segunda Guerra Mundial, e tem como características a concretização de um discurso moderno, em prol da tecnologia, do autoritarismo, do preconceito e das inúmeras mortes e seus traumas. São eventos que são fáceis de serem lembrados, por seu caráter aterrorizador, mas difíceis de serem lembrados com clareza devido ao seu caráter traumático. Para o autor, os eventos modernistas:

[...] funcionam na consciência de certos grupos sociais exatamente como os traumas infantis são concebidos para funcionar na psique de certos indivíduos neuróticos. Isso significa que não podem simplesmente ser esquecidos ou tirados da cabeça nem, por outro lado, adequadamente lembrados, isto é, identificados claramente e sem ambiguidade quanto a seu significado, e contextualizados na memória do grupo, de forma a reduzir a sombra que projetaram sobre a capacidade do grupo de entrar em seu presente e visualizar um futuro livre de seus efeitos debilitantes (WHITE, 199, p.196).

Desta forma, tais eventos nos colocam um paradigma central para ser pensado: as formas de relação com esses eventos são imediatas, com mediações que não passam pelo ensino e pela História. Não são os historiadores que estão mediando os eventos, nós temos as imagens e diversos discursos, pois temos uma enorme profusão de imagens. A historiografia disciplinada não tem protocolos e formas de aguçar a imaginação para lidar com esses eventos. A História, dependendo da forma como é produzida, pode ajudar a domesticar certos “genocídios” e “traumas” históricos. Transforma a escravidão em cifras, por exemplo, Holocausto em número de mortos e a bomba atômica em um grande cogumelo nuclear, ignorando os sujeitos afetados e envolvidos nestes processos. Retirando os sujeitos dessas ações.

Com a configuração de uma historiografia em prol da nação burguesa – tendo em vista a relação entre o imenso fluxo de imagens e os eventos modernistas, nos quais o historiador fica deslocado – Hayden White (2010) introduz o que denominou como “passado prático”. Para o autor supracitado a historiografia atual não deveria se preocupar apenas com a factualidade dos eventos. O que ser feito para além da pesquisa factual dos eventos? Esse questionamento, de tradição leninista (“o que fazer?”) é o centro da proposta de White. Para o autor a nossa capacidade de imaginar e projetar o futuro está cada vez mais difícil, as possibilidades levantadas não são de longos projetos, mas de pequenas previsões. Essa violência do século XX, mencionada anteriormente, nos permitiu ter muita dificuldade de imaginar o futuro.

Partindo de uma distinção feita por Michael Oakeshott entre passado prático e passado histórico, White (2014) define que o primeiro diz respeito à forma prática de lidar com o passado. Esta forma estaria ligada ao dia-a-dia das pessoas, corresponde a utilizar o passado de forma que ele sirva para justificar ações no presente em prol de um futuro melhor. Essas ações são feitas constantemente por diversos setores sociais, no entanto, como dito anteriormente, a historiografia recalcou o seu caráter prático, construindo para si um passado histórico. O passado histórico, por sua vez, tem como característica ser o passado construído por historiadores. Ele é algo factual, cronológico, organizado, mas que não dialoga com o seu presente nem traz uma aplicabilidade do seu conhecimento para a sociedade em que é produzido. Para o autor:

O passado histórico é uma construção motivada teoricamente, existindo apenas nos livros e artigos publicados por historiadores profissionais; ele é construído como um fim em si mesmo, possui pouco ou nenhum valor para compreender ou explicar o presente, e não fornece orientações para agir no presente ou prever o futuro³². (WHITE, 2014, p. 9 – tradução minha)

Essa distinção que White faz entre os dois tipos de passado é vista por muitos, como é o caso de Chris Lorenz e Berber Beveridge (2013), como algo muito estanque ou exagerada. No entanto, essa discussão sobre o passado que os historiadores constroem e o passado que as pessoas utilizam no dia-a-dia (por exemplo, uma narrativa que comprove um alibi em determinada situação) torna-se crucial para entendermos que

³² “The historical past is a theoretically motivated construction, existing only in the books and articles published by professional historians; it is constructed as an end in itself, possesses little or no value for understanding or explaining the present, and provides no guidelines for acting in the present or foreseeing the future.” (texto original).

o conhecimento produzido pelo historiador hoje necessita de uma aplicabilidade, de um sentido e um uso de forma prática. A História, literalmente, precisa servir para algo útil para a sociedade.

Não é negar o passado utilizado pelos historiadores, mas é deixar o fardo para trás e reiniciar esse processo de lidar com o passado. Como passar do conhecimento factual do passado para uma resposta ética sobre as melhores formas de representá-lo? Como representar? Como falar? O que pode ser aceito? O que pode não ser aceito? Qual o impacto da factualidade na história? Interpretação é opinião? Estas questões precisam ser encaradas pela historiografia, colocando seus problemas em afinidade com a sociedade em que se dedica estudar. Pensar em questões práticas do uso deste conhecimento do passado, demonstrando que ser relativista (em ver as várias possibilidades e hipóteses para a construção de uma narrativa histórica) não é um problema, mas sim uma solução que permite um amplo diálogo, um conhecimento diverso e seu uso pode ser útil e prático para a sociedade em que está inserido.

Paradigmas historiográficos

Tendo em vista este longo percurso, este texto se propôs a estabelecer uma linha argumentativa em prol das reconfigurações das matrizes disciplinares da historiografia. Tentei delinear as críticas e problemas apresentados pelo modelo vigente desde o século XIX e as demandas atuais, bem como propor alternativas para uma historiografia que seja mais útil e tenha mais diálogo com a sociedade a que se destina.

Pensar a História de forma prática é, sobretudo, pensar sobre a serventia do conhecimento produzido. Para além de questões sobre a divulgação do conhecimento, é preciso compreender que o que produzimos, de maneira generalizante, é desajustado para com as demandas atuais. Separar ontologicamente passado e presente, como categorias não conectadas, ou pensar a historiografia como algo que lida com as continuidades, e não perceber a importância de rupturas e compreender que todo estudo do passado só tem sentido se o mesmo impactar de alguma forma no presente. Tentando realizar além de uma crítica ao modelo historiográfico vigente, apresentei uma síntese da proposição de Hayden White (2014) acerca do que chamou de “passado prático”. Tal concepção demanda do historiador não novas fontes, ou métodos. Sobretudo trata-se de

uma guinada conceitual e pragmática, na qual a aplicabilidade do conhecimento produzido é objetiva, tem uma justificativa que embasa sua formulação de caráter prático. Essa discussão é, também, uma discussão sobre a ética na história.

Desta forma, como Antoon de Baets (2009) já assinalava, a historiografia deve se preocupar hoje principalmente com questões éticas. As tecnologias nos permitiram ter acesso a fontes inimagináveis, das formas mais diversas possíveis. Levantamento e organização de dados é, de longe, um papel muito reduzido do que o historiador pode exercer. Exaltar a potencialidade das discussões teóricas sobre a compreensão de dada realidade, e a discussão sobre formas éticas e morais de falar do passado é algo que tem de ser enfrentado.

Combater as acusações que confundem análises historiográficas com meras opiniões não podem ser feitas com simples citações de fontes. É necessário embasamento teórico que justifique porque a narrativa se desenrolou de determinada maneira e não outra. É preciso que o passado seja encarado em sua multiplicidade, e não como uma exclusividade da História. Sendo assim, reconhecer outros discursos sobre o passado e não sobrepor a historiografia a outras narrativas é um princípio básico da compreensão de que a História fornece um conhecimento válido sobre o passado, que tem por objetivo alertar, denunciar, e problematizar as narrativas sobre o mesmo. No entanto, isso em nada invalida outras narrativas possíveis deste passado. Embora este texto ganhe, principalmente ao final, um tom de manifesto ou até militante, a discussão central travada aqui diz respeito a necessidade de readequação de modelos historiográficos a realidades muito distintas, que dialoguem com a crise das identidades nacionais, com uma crítica ao individualismo exacerbado no neoliberalismo e a características importantes que não estão sendo superadas por uma narrativa convencional da historiografia, seja ela nos molde historicistas, seja nos moldes empiristas-objetivistas do século XX.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- ANKERSMIT, Frank. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 113-135.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito da história, 1940. In: **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232
- BEVERNAGE, Berber & LORENZ, Chris. Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. **Storia della Storiografia**, vol. 1, n. 63, 2013, p. 31-50
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSWORTH, Richard. Nations Examine Their Past: A Comparative Analysis of the Historiography of the " Long" Second World War." **History Teacher**, n.29.4, 1996, p. 499-523.
- CARR, Edward. **What's History?** New York: Penguin Books, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- _____. L'absent de l'Histoire. In: **Histoire et Psychanalyse entre science et fiction**. Paris: Gallimard, 2002.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DE BAETS, Antoon. A Code of Ethics for Historians (proposal) In: **Responsible History**. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009, 188-196
- DIRK MOSES, Anthony. Hayden White, traumatic nationalism and the public role of history. In: **History and Theory**, vol. 44, n. 2, 2005 p. 311-332.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- ELTON, Geoffrey. **The Practice of History**. New York: Wiley-Blackwell, 1967.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. São Paulo 2001.

- GRAFTON, Anthony. **What Was History?** The Art of History in Early Modern Europe. London: Cambridge University Press, 2012.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HARTOG, François. **Creer en la historia**. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2014.
- _____. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HERMET, Guy. **História das Nações e do nacionalismo na Europa**. Lisboa: Estampa, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAMESON, Fredric. **El Giro Cultural: escritos seleccionados sobre el posmodernismo, 1983-1998**. Buenos Aires: Manantial, 1999.
- JENKINS, Keith. **On “What is History?”: From Carr and Elton to Rorty and White**. London-New York: Routledge, 1995.
- KAHLER, Eric. **The Meaning of History**. New York: Braziller, 1964.
- KELLNER, Hans. Language and historical representation. In: JENKINS, Keith (Org.). **The Postmodern History Reader**. New York: Routledge, 2006, p. 127-138.
- KOSELLECK, Reinhart. A configuração do conceito moderno de História.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horts; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 119-184
- _____. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-Rio, 2006.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: **Considerações intempestivas**. Lisboa: Presença, 1976, p. 101-205.
- PIHLAINEN, Kahle. On historical consciousness and popular pasts. In: **História da Historiografia**, n. 15, Agosto, 2014, p. 10-26.

- RANGEL, Marcelo; ARAÚJO, Valdei. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**, n. 17, p. 318-332, 2015.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, Vol. 3., 1997.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história**: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010.
- SPIEGEL, Gabrielle. History and Postmodernism. In: JENKINS, Keith (Org.). **The Postmodern History Reader**. New York: Routledge, 2006, p. 260-273.
- _____. Introduction In: SPIEGEL, Gabrielle (Org.). **Practicing History**: New Directions in Historical Writing after the Linguistic Turn. New York: Routledge, 2005.
- TURNER, Frederick Jackson. O significado da História. Traduzido e apresentado por Arthur Ávila. **História**, Franca, v.24, n.1, 2005. p.191-223 Disponível em: <www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a08v24n1.pdf>. Acesso em 10/06/2012.
- WHITE, Hayden. **The Content of the Form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- _____. **The Practical Past**. Evanstone: Northwestern University Press, 2014.
- _____. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995
- _____. The Modernist Event. In: **Figural Realism**. Studies in the Mimesis Effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999. p. 66-86.
- _____. The Practical Past. **Historiein**. v.10, 2010. p.10-19.

INTERVIR NO PASSADO PERFORMANDO O TEMPO: ACHILLE MBEMBE E A *CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA*

INTERVENE IN THE PAST BY PERFORMING THE TIME: ACHILLE MBEMBE AND THE *CRITIQUE OF BLACK REASON*

Allan Kardec da Silva PEREIRA¹

Resumo: O estudo procura analisar a política do tempo presente no livro *Crítica da Razão Negra*, de Achille Mbembe (2014). Começaremos por delimitar o que seriam os impasses do tempo disciplinar da história, apontando como os conceitos de “feridas históricas” (Dipesh Chakrabarty), “passado irrevogável” (Berber Bevernage/ Vladimir Jankélévitch) conseguem propor alternativas a essa experiência do tempo. Diante da crise desse modelo de tempo disciplinar, faremos um breve apanhado bibliográfico argumentando a importância de pensar a dimensão performativa da escrita da história. Por fim, tomaremos *Crítica da Razão Negra* como um estudo de caso. Nossa hipótese é de que a escrita de Mbembe atua de maneira performativa por meio de metáforas e marcadores temporais como “*O Negro*”, “devir-negro do mundo”, etc. - que remetem à temporalidade espectral de Jacques Derrida – como estratégia ético-política fundamental para o tempo presente.

Palavras-chave: Experiências do tempo; Performatividade; Achille Mbembe; Historiografia.

Abstract: The study seeks to analyze the politics of time present in Achille Mbembe's *Critique of Black Reason* (2014). We will begin by delimiting what would be the impasses of the disciplinary time of history, pointing out how the concepts of "historical wounds" (Dipesh Chakrabarty), "irrevocable past" (Berber Bevernage / Vladimir Jankélévitch) can propose alternatives to this experience of time. Faced with the crisis of this model of disciplinary time, we will make a brief bibliographical review arguing the importance of thinking the performative dimension of the writing of history. Finally, we will take *Critique of Black Reason* as a case study. Our hypothesis is that Mbembe's writing acts in a performative way through metaphors and temporal markers such as "The Black," "becoming-black of the world," etc. - which refer to the spectral temporality of Jacques Derrida - as a fundamental ethical-political strategy for the present time.

Keywords: Experiences of time; Performativity; Achille Mbembe; Historiografia.

“A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia de progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha” (Walter Benjamin, 1994, p. 229).

“Há uma ‘inquietante familiaridade’ desse passado que um ocupante atual rechaçou (ou acreditou ter rechaçado para apropriar-se de seu lugar). O morto

* Doutorando em História – Programa de Pós-Graduação em História – UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS – Brasil. Bolsista CAPES. Email: allankardec_vdb@hotmail.com

assombra o vivo; ele re-morde (mordida secreta e repetida)” (Michel de Certeau, 2011, p. 71).

I - Impasses no tempo disciplinar

A história é um fazer, uma operação. Acrescentaríamos: uma *performance*. Michel de Certeau, acima citado, como poucos, enfatizou essas dimensões. Ele recordava o quanto a historiografia desenvolveu-se “em função de um corte entre o passado e o presente”. Sendo um resultado das relações de saber e de poder entre dois *lugares*:

(...) por um lado, o lugar presente (científico, profissional, social) do trabalho, o aparato técnico e conceitual da *pesquisa* e da interpretação, a operação de descrever e/ou explicar; e, por outro, os lugares (museus, arquivos, bibliotecas) em que são guardados, inertes, os materiais que são objeto da pesquisa e – em um segundo momento deslocados no tempo – os sistemas ou *acontecimentos* do passado, cuja análise é permitida por intermédio desses materiais. Uma fronteira separa a instituição atual (que fabrica representações) das regiões antigas ou longínquas (encenadas pelas representações historiográficas) (CERTEAU, 2011, p. 72).

Havia, portanto, o estabelecimento de uma *diferença* (o “corte” de que ele fala), ou mesmo uma hierarquia entre o presente e o passado, entre o historiador e seu *objeto*. Esse modelo de disciplinarização do conhecimento histórico teve no século XIX e o projeto do nacionalismo europeu seu momento de afirmação. Wendy Brown recorda que a convicção de que a história tem um por que, um propósito e uma direção seria fundamental ao projeto da modernidade. Algo que era pensado, sobretudo, por meio de uma dimensão temporal: a modernidade teria emergido ela própria de “um tempo primitivo, religioso, ligado a castas e aos parentescos, não igualitário e não emancipado, sangrento, um tempo escuro e sem Estado”. Sua correspondente dimensão espacial supunha que a Europa seria o *centro* dessa aparição, e que as outras partes do globo deveriam (em diferentes graus) almejar essa condição. Em sua dimensão política, a modernidade estaria estruturada *em seu interior* pela ideia de progresso ilimitado. Preceito fundamental da Ilustração, esse conceito de progresso teria sido gestado de diferentes formas a partir dos séculos XVIII e XIX. Em Hegel, o mundo se transformava em *cada vez mais* racional; em Kant, *cada vez mais* pacífico; em Thomas Paine, *cada vez mais* conformado aos princípios do direito natural; para Tocqueville,

cada vez mais igualitário; para Stuart Mill, *cada vez mais* livre e razoável; para Marx, todas essas coisas de uma vez (BROWN, 2014, p. 22-23)ⁱ.

Nesse sentido, Maria Inés Mudrovic recorda como a historiografia moderna surge a serviço de uma ideia de nação tendo como objetivo, nos dizeres de Ernest Renan, construir uma ponte entre um passado *glorioso* que os cidadãos “construiriam juntos” e um presente *desejoso* de “realizar juntos”. Diferenciando-se da prática de retóricos e amadores que predominou até o século XVIII, a história torna-se uma “disciplina profissional” durante o século XIX. Baseada em critérios de objetividade, desejando estar separada de quaisquer orientações ideológicas, essa disciplina histórica narrará as origens dos estados-nação as quais estaria aliançada (MUDROVIC, 2012, p. 25). Para Arthur Ávila, esse modelo disciplinar foi tributário da expansão imperial europeia tão em voga no século XIX. Enquanto poderosa ferramenta ideológica, a história atuava através de *marcadores temporais*, ou seja, a utilização de termos como “civilização”, “progresso”, “atraso”, “desenvolvimento” etc. que objetivavam marginalizar e/ou apagar outras modalidades de conceber o passado em suas distintas relações com o presente (ÁVILA, 2016, p. 193).

Todavia, como bem lembrou Hayden White, esse modelo de orientação temporal e disciplinar da história entraria em crise no século XX, num contexto de:

acontecimentos que não só não poderiam ter ocorrido antes do século XX, mas que, por sua natureza, alcance e implicações, nenhuma idade prévia sequer poderia tê-los imaginado. Alguns desses acontecimentos – como as duas Guerras Mundiais, um crescimento até então inimaginável da população mundial, pobreza e fome numa escala jamais experimentada antes, a poluição da ecossfera por explosão nuclear, a disponibilidade indiscriminada de contaminantes, programas de genocídio levados a efeito por sociedades, através da utilização de tecnologia científica e procedimentos racionalizados de governo e de guerra (dentre esses, o genocídio de 6 milhões de judeus europeus perpetrado pela Alemanha é paradigmático) – funcionam na consciência de certos grupos sociais exatamente como traumas infantis são concebidos para funcionar na psique de certos indivíduos neuróticos. Isso significa que não podem ser simplesmente esquecidos ou tirados da cabeça, nem, por outro lado, adequadamente lembrados, isto é, identificados claramente e sem ambiguidade quanto a seu significado, e contextualizados na memória do grupo, de forma a reduzir a sombra que projetam sobre a capacidade do grupo de entrar em seu presente e visualizar um futuro livre de seus efeitos debilitantes. (WHITE, 1999, p. 196).

Ora, esses “efeitos debilitantes” dos *eventos modernistas* de que fala Hayden White terminaram por abalar a supostamente natural separação entre passado e presente.

Para Chris Lorenz, a partir da década de 1990, percebe-se uma agenda emergente na teoria da história, principalmente ligada ao que Andreas Huyssen chamou de *memory boom* (HUYSSSEN, 2000). Ao lado de preocupações que ocupavam os teóricos da história desde o pós-Segunda Guerra Mundial – a questão da explicação e da representação histórica – ganha destaque mais três problemáticas: 1) a questão do “Outro”; 2) a questão do passado traumático; 3) a questão do uso da linguagem como forma de ação. No primeiro ponto, deu-se atenção aos sujeitos de representação e seus diferentes códigos representacionais. Influenciado tanto pelo multiculturalismo, quanto pelo pós-modernismo, há um “descentramento” do *self* unitário em uma variedade de *selfs*-coletivos – como gênero, raça, etnia, colonialismo e classe. No que diz respeito ao segundo desdobramento, sob a influência dos estudos de memória, o foco mudou para experiências traumáticas no passado. Na trilha dos estudos do Holocausto, essas pesquisas tinham uma ênfase na perspectiva das vítimas, de maneira que podem ser vistas como uma extensão das abordagens da *history from below* [“história vista de baixo”] que focaram em questões sociais, de gênero, subalternidade e micro-história a partir dos anos 1970. Já a terceira dimensão refere-se à influência da análise do discurso de Foucault, além do caráter performativo da linguagem (baseado nos trabalhos de J.L.Austin e John Searle). Ambas as correntes acreditam que o uso da linguagem não é somente um meio de representação, mas também, uma forma de *ação/prática* social (LORENZ, 2015, p. 26-27).

Nesse momento, intensificam-se na produção acadêmica trabalhos que refletem a luta por reconhecimento e justiça de grupos que mesmo em contextos *pós-coloniais*ⁱⁱ, ou pós-ditatoriais, ainda viam pairar sob o presente globalizado a ameaça da espoliação e vulnerabilidade. Daí porque, seja tão importante para compreender essa implicação ético-política da escrita histórica a noção de *ferida histórica* (*historical wound*) desenvolvida por Dipesh Chakrabarty (2007) no artigo *History and the politics of recognition*. Para o autor, a retórica e o espírito de descolonização das décadas de 1950 e 1960 contribuíram para que determinados grupos marginalizados e oprimidos buscassem políticas democráticas de reconhecimento e reparação de injustiças sofridas no passado. Ele cita como exemplo os povos aborígenes da Austrália, Nova Zelândia e Canadá, além dos anteriormente “intocáveis” na Índia – agora denominados *dalits*.

Para Chakrabarty, as *feridas históricas* seriam distintas das *verdades históricas*, embora estas fossem uma condição de possibilidade para as primeiras. Enquanto as verdades históricas são sempre verificáveis do ponto de vista dos métodos de pesquisa

disciplinar, as feridas históricas, por outro lado, seriam “uma mistura de história e memória”. Nesse sentido, a condição performativa do discurso histórico torna-se algo estratégico no que diz respeito às políticas de reconhecimento e reparação. O autor toma como exemplo o ato de chamar (na década de 1990) as gerações de crianças aborígenes que foram removidas da custódia dos pais tanto pelo governo colonial australiano, quanto por grupos missionários, de “geração roubada” para demonstrar um episódio em que uma ferida histórica havia sido performativamente operacionalizada. Chakrabarty recorda que a remoção de crianças aborígenes era uma verdade histórica, ou seja, uma generalização aberta à verificação empírica da historiografia disciplinada. Mas que nesse contexto, o termo “roubada” deu à situação uma intensidade emocional que a escala dos historiadores disciplinares certamente não conseguiria mensurar. Assim, a popularidade imediata dessa ferida histórica nos anos 1990 deveu-se a um consenso social emergente sobre a situação histórica dos aborígenes. O que implica que essas feridas históricas não sejam formações permanentes, haja vista que o consenso social em que se baseiam está sempre aberto a novos desafios, podendo ser desfeito de acordo com outros direcionamentos políticos, sociais etc. (CHAKRABARTY, 2007, p. 77-78). Como sustenta Chris Lorenz, uma vez que o reconhecimento dessas injustiças também depende do reconhecimento de direitos humanos universais, as “feridas históricas” apontam para a estreita interdependência da história, do direito, da política e da ética (LORENZ, 2015, p. 31). Por último, as feridas históricas geralmente impõem um desafio para a disciplina da história ao privilegiar aparentemente o acesso “experencial” ao passado, na medida em que questiona os tradicionais pressupostos sobre “distância” e “objetividade histórica”.

Essas questões ganharam bastante relevância no debate acerca do trabalho de historiadores nas chamadas comissões da verdade em países que passaram por regimes ditatoriais. Certamente, o livro *Historia, memoria y violencia estatal. Tiempo y Justicia*, de Berber Bevernage (2015), aparece como um estudo de fôlego que desenvolve interessantes considerações sobre as dimensões temporais da relação entre história, justiça e ética.

Para Bevernage, as políticas do tempo que advogam uma ideia de passado como distante/ausente tornam-se problemáticas em situações em que o “dever de recordar” ou a obrigação de “fazer justiça ao passado” se impõem como requisito democrático essencial. Isso fica claro, segundo o autor, quando contrastamos o modelo de tempo da história disciplinar com a noção de tempo geralmente implícita no discurso judicial:

(...) o discurso judicial pressupõe um tempo *reversível*, em que o crime está, por assim dizer, totalmente presente e pode ser revertido, anulado, ou compensado pela sentença correta e castigo. Esta noção de tempo se relaciona a uma lógica quase-econômica de culpa e castigo, no qual a justiça é ultimamente entendida como retribuição e ressarcimento. Contrastando com isso, a história tradicionalmente trabalha com o que já sucedeu e agora está irremediavelmente perdido. Insiste na “flecha do tempo”ⁱⁱⁱ, pensa o tempo como fundamentalmente irreversível, e nos força a reconhecer as dimensões de ausência e inalterabilidade do passado. (BEVERNAGE, 2015, p. 23)

Que o passado sobreviva de alguma forma, que ele mantenha alguma *presença*, é uma primeira conclusão possível nesse momento. Mas, Bevernage acredita que ainda persista aqui uma aporia, pois, ao repensar o tempo irreversível da história com seus enfoques na ausência/distância do passado, como não cair na “reversibilidade mítica” do tempo judicial? Como conceber uma “terceira via” que resista à polarização irreversível X reversível?

Para o autor, as considerações sobre tempo e temporalidade do filósofo francês Vladimir Jankélévitch oferecem um bom ponto de partida, ao propor uma distinção analítica entre o “irreversível” e o que ele chama de “irrevogável”:

Embora ambos, segundo Jankélévitch, são dimensões do mesmo processo temporal, se referem a duas experiências do passado radicalmente diferentes. O irreversível, um ter-tido-lugar (*avoir-eu-lieu*) que deveria ser primariamente transcrito como um ter-sido (*avoir-été*), se refere a um passado transitório e efêmero. O irrevogável, um ter-tido-lugar comumente associado com o ter-sido-feito (*avoir-fait*), pelo contrário, é teimoso e difícil. As pessoas experimentam o passado como irreversível quando o sentem como frágil e imediatamente dissolúvel ou fugaz em relação ao presente. Porém, segundo Jankélévitch, ambas as experiências do passado se relacionam a uma impossibilidade inversa: a de visitar um passado perdido ou de expelir um passado extemporâneo; trazer um passado demasiado passado (um *passé trop passé*) ao presente ou desterrar um passado demasiado presente (um *passé trop présente*) desse presente. (BEVERNAGE, 2015, p. 26)

Longe da dicotomia do absolutamente ausente x absolutamente presente, o irrevogável, portanto: “refere-se à presença incompleta e aparentemente contraditória do que em geral se considera ausente, a saber, o passado” (*ibidem*, p. 27).

Partindo desses pressupostos, por qual motivo diferentes grupos recorreram ao discurso histórico como ferramenta ética e política? As hipóteses sobre o *regime de*

historicidade^{iv} presentista, de François Hartog (2013), oferecem um importante diagnóstico da situação. Remontando às considerações do historiador alemão Reinhart Koselleck, para quem o tempo histórico é produzido pela distância entre um “campo de experiência” e um “horizonte de expectativa”, Hartog vai questionar se há, então, uma crise no regime de historicidade moderno, que teria dado origem ao qual ele nomeia de *presentismo*. Ou seja, uma nova configuração do tempo, marcada por um “presente perpétuo, inacessível e quase imóvel”^v (HARTOG, 2013, p. 39).

Todavia, Hartog ressalva que esse presente presentista é vivenciado de formas distintas conforme o lugar ocupado pelos indivíduos na sociedade. Pode tanto ser percebido como um tempo de fluxos, da aceleração e de uma “mobilidade valorizada e valorizante”, ou seja, como o tempo da globalização e do novo espírito do capitalismo^{vi}; quanto *precário*, transitório, desacelerado, sem passado e sem futuro real (*ibidem*, p. 14-15). Sendo assim, operacionalizar conceitos como “feridas históricas” ou “passados irrevogáveis” deve ser visto como uma estratégia, uma *reação* ética possível ao presentismo.

Essas questões permitem compreender uma perspectiva historiográfica que excede normas da disciplina histórica quanto à representação, temporalização e busca de verdade imparcial e nos remete a um questionamento levantado no livro *Breaking up Time*, escrito por Chris Lorenz e Berber Bevernage: “*a distinção entre passado e futuro é antes uma questão de “observar” as distinções que são “dadas” ou envolve uma postura mais ativa na qual os atores sociais criam e recriam essas distinções temporais?*”. Ou seja, é permitido pensar a atuação dos historiadores com relação ao passado apenas enquanto *reflexão*, ou nosso relacionamento com o passado envolve também tipos específicos de “intervenção performativa”? (LORENZ; BEVERNAGE; 2013, p. 29-30).

II - O giro performativo da história

Especialmente na segunda metade do século XX, o interior das humanidades e ciências sociais vai ser marcado por giros (linguístico, cultural, antropológico, visual, ético-político etc.). Dentro desses recortes teóricos, o giro performativo pode ser visto como uma “reformulação do giro linguístico” (SÁNCHEZ-PRIETO, 2013), ou mesmo como algo comum a diversas outras disciplinas (BURKE, 2004).

Uma obra seminal nesse debate, certamente, é *Quando dizer é fazer* (1992), do filósofo da linguagem britânico John Austin, escrito em 1962. Nele o autor desenvolve a teoria dos atos de fala, que estabelece uma distinção entre enunciados de ação, os *performativos* (a linguagem é utilizada para *fazer* algo e não apenas *dizer* algo, como demonstram atos de inauguração, vereditos, promessas) e atos *constatativos*, que apenas informam ou constataam algo, seja verdadeiro ou falso. Nesse sentido, os *performativos* não devem ser pensados a partir das categorias de verdade ou falsidade, mas sim em função de seu êxito ou fracasso em se realizar. Como observado por Sánchez-Prieto, a filosofia analítica de Austin recupera a *ação*, preterida pelo estruturalismo (SÁNCHEZ-PRIETO, 2013, p. 05).

Austin seria uma grande referência para o historiador britânico Quentin Skinner, que procurou pensar a filosofia política a partir da teoria dos atos de fala, onde atores específicos (é clássica suas reflexões sobre alguns nomes do pensamento político moderno, tais como Maquiavel, Dante, Bodin, Lutero etc.), atuavam em resposta a conflitos específicos e dentro de linguagens próprias ao tempo em que aquelas ideias foram desenvolvidas. Dessa forma, ao produzir teoria política, aqueles autores estariam se inserindo em uma arena de polemizações cujo objetivo seria definir a superioridade de determinados conceitos, criando aliados e opositores, e tentando a realização prática de suas ideias (JASMIN, 2005, p. 28).

Na historiografia, Peter Burke, em *O que é história cultural?* - livro cuja primeira edição data de 2004 - talvez tenha sido o primeiro historiador a falar de forma mais incisiva sobre um *giro performativo* da história. Para ele, os historiadores vinham mudando do enfoque de “roteiro” para “performance” social, termo que tinha sido desenvolvido inicialmente na década de 1970, por antropólogos que trabalhavam com rituais e fofocas, e com o antropólogo Marshall Sahlins. Para Burke, esses estudos voltados ao performativo provocavam uma “revolução silenciosa na prática acadêmica da área de humanidades”, a qual chama de “ocasionalismo”^{vii}. (BURKE, 2008, p. 119).

Aprofundada um ano depois no texto *Performing History: The Importance of Occasions*, as interpretações de Burke buscará compreender de que forma os pesquisadores percebiam rituais, festivais, identidades, gêneros, obras arquitetônicas enquanto performances. O foco aqui parece ser mais a sociedade e não exatamente a prática historiográfica (BURKE, 2005).

Outra contribuição recente ao debate é o artigo *Performing History: How Historical Scholarship is Shaped by Epistemic Virtues*, do historiador holandês Herman

Paul (2011). Para o autor, os filósofos da história das últimas décadas se interessaram predominantemente na produção (publicada) do conhecimento histórico – aqui ele faz uma referência especial à *Meta-História*, famosa obra que Hayden White escreveu em 1973 - e ignoraram que a erudição histórica vai além, sendo uma prática de leitura, pensamento, discussão e escrita, cuja performance exige “o cultivo ativo de certas habilidades, atitudes e virtudes”. Essas “culturas epistêmicas”, todavia, são contingentes, sendo motivo de disputas/reinterpretações entre os historiadores”. Aparentemente, Herman Paul concentra sua análise da dimensão performativa dos historiadores menos na forma de como eles fragmentam o tempo, ou mesmo criem *passados possíveis*, e termina por se deter mais em explorar suas performances em salas de leitura de arquivos, entre pilhas de bibliotecas, e em estudos desordenados com notas (PAUL, 2011, p. 1).

Desta feita, de maior amplitude seria a introdução ao livro *Performing the Past: Memory, History, and identity in Modern Europe*^{viii}, escrita por Jay Winter (2010). O historiador americano inicia discutindo o que seria uma *memória performada*:

A memória performada é o coração da memória coletiva. Quando indivíduos e grupos expressam, encarnam, interpretam ou repetem um roteiro sobre o passado, eles galvanizam os laços que unem grupos e depositam traços de memória adicionais sobre o passado em suas próprias mentes. Essas memórias renovadas e restauradas variam frequentemente e superam memórias anteriores, criando um palimpsesto complexo sobre o passado que cada um de nós carrega conosco (WINTER, 2010, p. 11)

A dinâmica entre memória coletiva e memória individual aqui é utilizada para pensar o quão performado pode ser o passado. Remetendo à teoria da performatividade dos *atos de fala*, de J. L. Austin, Jay Winter ressalta o quanto o ato performativo “descreve uma condição e a recria”, ou seja, rememorar um passado é também, ao mesmo tempo, adicionar traços próprios à história inicial (ibidem, p. 11). Jay Winter conclama para que os historiadores cada vez mais atentem para as maneiras como as pessoas constroem seu sentido da história ao *performar* o passado. Além disso, interessa ao autor nesse momento: reconhecer de que forma os próprios historiadores também se envolvem em algum tipo de performatividade (ibidem, p. 21-22).

Partindo de premissas semelhantes, mas detalhando alguns estudos de caso, o historiador belga Berber Bevernage no livro *Historia, memoria y violencia estatal – Tiempo y justicia* (2015) explora como o tempo é performado em contextos das

chamadas “Comissões da Verdade” instauradas em regimes pós-ditatoriais de países como África do Sul, Serra Leoa e Argentina. Questionando a neutralidade da disciplina histórica, Bevernage é mais um a tomar John Austin como referência para pensar de que maneira a linguagem histórica é utilizada não apenas para descrever uma realidade (a dimensão “constatativa” da linguagem, que havíamos comentado), mas também para produzir efeitos sociopolíticos e que, até certo ponto, pode levar a efetivação de um estado de coisas que pretende meramente descrever (a dimensão “performativa” da linguagem). (BEVERNAGE, 2015, p. 48).

Nesse sentido, interessa a Bevernage mostrar como a tentativa performativa de “distanciar” o passado, de reforçar/impor uma ruptura entre o passado e o presente é estratégica para países que atravessam transições. Essa relação entre políticas do tempo (ele aqui faz referência ao trabalho de Peter Osborne) e projeto nacional é percebida por Bevernage na linguagem histórica utilizada no apêndice da constituição provisória sul-africana de 1993, que arranhou a anistia e criou espaço para a futura TRC (*Truth and Reconciliation Commission*). Termos e frases como “ponte histórica”, “base sólida (...) para transcender (...) o legado de ódio, medo, culpa e vingança”, “prazo final”, ou mesmo o uso de “povo sul-africano” na primeira pessoa do plural, são vistos como expressões performativas essenciais ao projeto de construção nacional da “nova” África do Sul. (ibidem, p. 117-118).

Porém, segue Bevernage, esse projeto de identidade nacional sul-africana, construído em uma “historicidade descontínua”, terminava por esconder um passado do Apartheid que não queria passar. Por esse motivo, o autor destaca a atuação do Grupo de Apoio Khulumani, único movimento social sul-africano a representar vítimas e sobreviventes do Apartheid. Bevernage nota como esse conflito político e essas demandas éticas, decisivas ao futuro da nação sul-africana, era travada por meio de marcadores temporais. Os Khulumani negavam-se ao “encerramento”, à “recuperação”. Contrariamente ao “modelo terapêutico da historiografia” adotado pelo TRC, o grupo Khulumani insistia na situação das vítimas que *ainda* sofriam e *não tinham se* recuperado. Desafiando o tempo irreversível da história nacional, negavam, pois, a distância entre presente e passado. (ibidem, p. 122-126)^{ix}.

Remetendo aos impasses do tempo disciplinar que comentávamos no primeiro tópico desse texto (a descrença na concepção moderna de tempo, com sua divisão restrita entre passado e presente), Bevernage acredita que a grande parte da historiografia, no contexto da explosão de memórias traumáticas, terminou por adotar

uma temporalidade convencional. Daí porque seja importante, acredita o autor, nos aproximar da dimensão performativa do discurso histórico:

Mais que meramente descritivos ou analíticos, os discursos sobre a história tendem a produzir efeitos sócio-políticos significativos. No campo da justiça transicional, esta performatividade se manifesta como uma tendência a restaurar ou criar uma ruptura entre o passado e o presente reforçando ou impondo um sentido de “distância” temporal, e em algumas ocasiões também se transforma em uma prática “alocrônica” [o termo aqui vem do antropólogo Johannes Fabian] que posiciona simbolicamente as pessoas no tempo e os etiqueta como anacronismos viventes. Pensemos na África do Sul (...) onde a constante ênfase na “novidade” da nação tendia a ser acompanhada pela exclusão de vítimas específicas, cuja luta passou a ser associada com o passado e com o “velho”. Nenhum desses fenômenos (a performatividade dos discursos históricos e seu potencial alocrônico) tem recebido a atenção acadêmica que merece. Seria interessante rastreá-los em outros reinos sociais para além da esfera das comissões da verdade e da justiça transicional (BEVERNAGE, 2015, p. 296-297).

Seguindo a proposta de Bevernage, basta pensarmos o quanto o discurso do presidente americano Donald Trump de “Tornar a América Grande Novamente” utiliza-se de uma prática alocrônica ao remeter a um possível “passado grandioso” que seria necessário retomar *novamente* (de fato, é o termo *again* o marcador temporal e discursivo decisivo dessa frase) para inaugurar um novo tempo pós-Obama. Uma referência ao passado que muitos críticos trataram de evidenciar seu caráter conservador, reacionário e até mesmo racista: “uma ação temporal em que o futuro se torna mais próximo com o passado e menos como o presente” (MIRZOEFF, 2017).

Nesse momento repleto de eventos limites, passados traumáticos e as constantes demandas sociais por história, pensar a atuação dos historiadores torna-se um desafio ético e político de primeira ordem. Respondendo o questionamento lançado por Berber Bevernage e Chriz Lorenz (2013) que encerra nosso primeiro subtópico, percebemos que entender a relação dos historiadores com o passado apenas enquanto *reflexão* termina por subestimar sua capacidade de intervir sobre esse mesmo passado. Do mesmo modo, ao destacarmos como o discurso histórico pode intervir performativamente, especialmente em sua capacidade de fragmentar o tempo (*breaking up time*) tenderemos a entender melhor o lugar estratégico de um livro como *Crítica da Razão Negra*, de Achille Mbembe.

Desde os primeiros parágrafos de *Crítica da Razão Negra*, percebemos o tom de manifesto que Achille Mbembe^x projeta ao livro, declarando que a Europa deixou de ser o centro de gravidade do mundo^{xi}. Nesse mesmo parágrafo, há também uma indicação direta do caráter *performativo* de sua empreitada ao afirmar que seu objetivo era “escrever este livro à semelhança de um rio com seus muitos afluentes” (MBEMBE, 2014, p. 9). Ao ser indagado sobre seu modo de escrita por Arlette Farge, Mbembe articula as opções estéticas por ele tomadas a uma tentativa de dizer a África “de uma forma que não seja repetição pura e simples”. O que explicaria sua escrita figural, vertiginosa, dissoluta, dispersiva. Uma escrita, em suas palavras, “feita de anéis entrecruzados e cujas arestas e linhas se juntam no ponto de fuga” (BUALA, 2013).

Palavras que *performatizam* um sentido de urgência, ou mesmo de revelação. *Crítica da Razão Negra*, já na escolha do título, almeja inverter o polo da *Crítica da Razão Pura* - uma das obras centrais do Iluminismo, escrita por Immanuel Kant em 1781 -, na medida em que desenvolve o que seria o “devir-negro do mundo”, ou seja, a ideia de que *O Negro* não mais se relaciona apenas às pessoas de origem africana do primeiro capitalismo. Para Mbembe, no contexto de avanço do neoliberalismo atual (que ele considera como uma “religião animista”), *O Negro* designa toda uma parcela da humanidade espoliada pelo capital, ou seja, há uma universalização da condição negra, onde os riscos sistêmicos aos quais somente os escravos negros foram expostos passam a tornar-se quando não a norma, ao menos a situação de grande parte dos grupos subalternos. Que o termo *Negro* seja destacado, na grande maioria do texto, em itálico e maiúsculo, só ressalta a amplitude do projeto teórico de Mbembe. Importa aqui uma escrita que reflita o caráter emergente do tempo de agora, com seus riscos e potenciais que abrem possibilidades únicas ao pensamento crítico (MBEMBE, 2014, p. 9).

Mbembe vai até o primeiro momento do capitalismo, o momento em que *O Negro* foi inventado, e trata de demonstrar as proximidades da forma de experienciar o tempo daqueles sujeitos com a maneira de perceber o *novo tempo do mundo*^{xiii} dos povos precarizados do mundo atual. Ao recordar como funcionava a fabricação das questões de raça na América (o que ele chama de aquela “destituição cívica” dos escravizados), Mbembe faz questão de usar as seguintes definições: “funcionava por meio de um processo de servidão *perpétua*”; “Os Negros e os seus descendentes serão, desde então,

comprados para sempre” (ibidem, p. 42) como forma de demonstrar seu caráter descartável e solúvel, institucionalizado enquanto padrão de vida. Nesse sentido, os Negros escravizados eram confrontados com uma perda de ordem genealógica, na medida em que no Novo Mundo, estariam juridicamente destruídos de quaisquer parentescos. A violência aqui, recorda Mbembe, possuía uma tripla dimensão, operando em três tempos:

É “violência no comportamento *cotidiano*” do colonizador a respeito do colonizado, “violência a respeito do passado” do colonizado, “que é esvaziado de qualquer substância”, e violência e injúria a respeito do futuro, “pois o regime colonial apresenta-se como eterno” (MBEMBE, 2014, p. 183).

Desprovidos de passado e com um futuro de espoliação perpétua, os Negros viverão um presente eterno, uma *humanidade prorrogada*, na condição de eterna luta para sair da fixação/repetição laboral. Ou seja, ao controle dos corpos juntava-se um controle do tempo dos negros escravizados: passado, presente e futuro.

Porém, apesar de tudo, Mbembe recorda o quanto o nome *negro* liberou, “*durante muito tempo*”, uma energia extraordinária:

É próprio desta humanidade prorrogada, incessantemente condenada a reconfigurar-se, anunciar um desejo radical, insubmersível e vindouro, de liberdade ou de vingança, principalmente quando tal humanidade não passa pela abdicação radical do sujeito. Com efeito, ainda que juridicamente definidos como bens móveis e apesar das práticas de crueldade, de degradação e de desumanização, os escravos continuam a ser humanos (MBEMBE, 2014, p. 91).

Dupla condição: ora como fonte de instintos ferozes e forças caóticas, ora como signo luminoso da possibilidade de redenção do mundo e da vida:

Mas - e esta é a sua manifesta dualidade -, numa reviravolta espectacular tomou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no acto de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo (MBEMBE, 2014, p. 19).

Percebe-se o quanto Mbembe usa de marcadores temporais em toda a linguagem da obra. Seu discurso assume um tom ensaístico com sua abordagem macroestrutural e seu diminuto investimento em explanações empíricas de sua tese (algo que fica legado à farta indicação bibliográfica). Importa ao projeto teórico em torno do *devoir-negro do*

mundo de Mbembe trazer à parcela subalterna da humanidade uma *promessa*. Ou seja, quando Mbembe retoma o termo *O Negro*, que pertence à fase do primeiro capitalismo, não é apenas para questionar o caráter “inventado” do mesmo. Mas é uma forma de intervir ético e politicamente no tempo histórico, de moto a captar uma força “capaz de transformar e assimilar o passado, de curar as mais terríveis feridas, de reparar as perdas, de fazer uma história nova com acontecimentos antigos” (MBEMBE, 2014, p. 55).

Ainda mais decisivo no que diz respeito à dimensão performativa da história, é quando Mbembe estabelece uma distinção entre uma “primeira escrita”, do colonizador (a qual ele chama de “razão negra do mundo”), e uma “segunda escrita”, do colonizado. A primeira escrita seria um *juízo* de identidade, que caracterizaria a percepção que o Ocidente tinha do Negro, enquanto a segunda escrita seria uma *declaração* de identidade, momento em que o Negro “diz de si mesmo que é aquilo que não foi apreendido; aquele que não está onde se diz estar” (ibidem, p. 59). Para fugir aos predicados identitários impostos pelo regime laboral da escravidão, era preciso inventar formas de resistir a essa imposição temporal. Nesse sentido, num contexto pós-colonial, a escrita:

esforça-se, aliás, por edificar uma comunidade que se forja a partir de restos dispersos em todos os cantos do mundo. No Ocidente, a realidade é a de um grupo composto por escravos e homens de cor livres que vivem, na maior parte dos casos, nas zonas cinzentas de uma cidadania nominal, no meio de um estado que, apesar de celebrar a liberdade e a democracia, é, fundamentalmente, um estado escravagista. Ao longo deste período, a escrita da história tem uma dimensão performativa. A estrutura de tal *performance* é de ordem teológica. O objetivo passa de facto por escrever uma história que reabre para os descendentes de escravos, a possibilidade de voltarem a ser agentes da própria história. No prolongamento da Emancipação e da Reconstrução, a reescrita da história é, mais do que nunca, considerada um acto de imaginação moral (MBEMBE, 2014, p. 60).

Ao falar que a estrutura dessa *performance* deve seguir uma ordem teológica, Mbembe pensa justamente na dimensão ética e política da temporalidade. O próprio uso dos termos “emancipação”, “reconstrução” concedem às demandas de justiça e democracia do presente uma (re)imaginação moral do passado. Do estatuto de escravo ao de cidadão, o devir-negro do mundo em sua dimensão ética busca estender seu projeto político a outras vidas em situação de precariedade em escala global, de forma a conceber uma nova comunidade dos despossuídos^{xiii}.

Do mesmo modo, ao adicionar novas definições a essa segunda escritura, Mbembe faz uso de diversas metáforas: “é fruto de uma longa história da radicalidade, germinada nas lutas abolicionistas e na resistência ao capitalismo” (MBEMBE, 2014, p. 62); “ele [o escravo] testemunha uma humanidade mutilada, profundamente marcada pelo ferro da alienação” (ibidem, p. 73); figuras de linguagem que ressaltam o caráter traumático e persistente dessas feridas históricas e da resistência no seu interior mesmo. Daí porque, “a revolta dos escravos” - o temor de uma nova revolução haitiana - assombre a modernidade.

Não chega a causar espanto que imediatamente após suas considerações sobre a dimensão performativa dessa segunda escrita, Mbembe decida tomar a ficção negra contemporânea para pensar sobre as linguagens da recordação:

No romance negro, tudo parece indicar que o tempo não é um processo que podemos limitar-nos a registrar sob a forma, por exemplo, de uma “sucessão de instantes”. Por outras palavras, não existe tempo em si. O tempo nasce da relação contingente, ambígua e contraditória que mantemos com as coisas, com o mundo e, até, com o corpo e os seus duplos (...) a crítica do tempo tal como se desenrola na ficção negra contemporânea ensina-nos igualmente que o tempo é sempre aleatório e provisório. Vai mudando indefinidamente, e as suas formas são sempre incertas. Consequentemente, representará sempre uma região heterogênea, irregular, e fragmentada da experiência humana. Sendo assim, a relação do sujeito com o tempo é uma relação que não tenta, necessariamente, esquivar-se ao passado e ao futuro, mas pelo menos resgatá-los e subsumi-los (MBEMBE, 2014, p. 208-209).

Esse modelo temporal tomado como exemplo por Achille Mbembe comporta notáveis similaridades com o tempo espectral de Jacques Derrida, especialmente no que diz respeito ao seu caráter incerto, provisório, aleatório. Na espectrologia de Derrida, não há uma oposição sistemática entre a morte e a vida, entre o passado e o presente. O passado, aqui, vive indiretamente no presente, envolvendo-o e dando-lhe forma, mais que o determinando (DERRIDA, 1994). Como bem notou Wendy Brown:

O espectro inverte a compreensão habitual da história como origem (e do presente como seu fruto teleológico) por ser perenemente um *revenant* [fantasma, em inglês], um retornado. O espectro começa retornando, repetindo-se, repetindo-se no presente (...) opera como força. Além disso, não podemos controlar o ir e vir dos espectros porque sua aparição é por natureza “furtiva e intempestiva”; os espectros agitam o tempo, da mesma forma que a justiça deve implicar um incômodo ao presente, um regresso do presente até nossos

ancestrais, e adiante até quem ainda não nasceu. (BROWN, 2014, p. 210).

As proximidades com a espectrologia derrideana deixam a parte final de *Crítica da Razão Negra* ainda mais ensaística, *performativa*. Algo demonstrado no trecho: “existe alguma coisa no nome que *julga* o mundo e que apela à reparação, restituição e justiça”. Mas, qual modelo de justiça? Que o termo “julga” apareça grifado nesse momento do texto serve para pensar o quanto para Achille Mbembe importa uma noção de justiça muito próxima da descrição da justiça derrideana efetuada por Wendy Brown:

As formulações da justiça propostas por Derrida rompem com as convenções habituais da teoria política. Tem escassa relação com uma definição distributiva, não é tampouco de procedimento, orientada aos direitos, articulada pela lei e ligada a medidas de participação ou de poder compartilhado. Em vez disso, a justiça termina sendo mais temporal que institucional ou espacial: está relacionada quase por completa com uma prática de relações responsáveis entre gerações. (...) A justiça não tem a ver apenas com nossa dívida com o passado, mas também com alguma herança do passado no presente: esta não só dá forma a nossa obrigação para o futuro, mas também a nossa responsabilidade por nossa presença (fantasmal) nesse futuro. (BROWN, 2014, p. 216).

Operar – na política, na escrita da história – é o dever ético central desenvolvido por Achille Mbembe. É o *devir-negro* do mundo. É entender a “presença espectral do nome [*Negro*] no mundo [neoliberal]”. Pois, o nosso mundo: “continua a ser, mesmo que ele não queira admiti-lo”, um mundo de raças. A verdadeira *promessa* (novamente no sentido de Derrida), a crítica da modernidade, permanecerá inconclusa conquanto não compreendamos a proximidade do seu advento com a lógica racial. Daí porque, o *Negro* descrito por Mbembe no final de *A Crítica da Razão Negra* seja tão fantasmático: sujeito que fugiu da morte e regressou dos mortos, da morte-em-vida do regime colonial. Aniquilado, coagido com a perda de suas *raízes*, de sua história, fará, apesar de tudo, surgir de tal acontecimento uma identidade *outra*. Funcionando em outras temporalidades:

Em primeiro lugar, no paradigma fantasmal, não existe reversibilidade nem irreversibilidade do tempo. O que conta é o desenrolar da experiência. As coisas e os acontecimentos envolvem-se uns aos outros. Se as histórias e os acontecimentos têm um princípio, não precisam de um fim propriamente dito. Podemos, certamente, ser interrompidos. Mas uma história ou um acontecimento são capazes de

prosseguir numa outra história ou num outro acontecimento, sem que haja necessariamente um encadeamento entre ambos. Os conflitos e as lutas podem ser retomados no ponto em que ficaram suspensos. Pode-se também retomá-los ou ainda assistir-se a novos começos, sem que se sinta falta de continuidade, ainda que a sombra das histórias e dos acontecimentos antigos pare sempre no presente. (...) Dito isso, a relação entre o presente, o passado e o futuro não é nem da ordem da continuidade nem da ordem da genealogia, mas da do encadeamento de séries temporais praticamente dissociadas, ligadas umas às outras por uma multiplicidade de fios tênues (MBEMBE, 2014, p. 251).

Para Mbembe, por fim, insistir nessa performatividade, nessa política do tempo, cumpre um duplo papel ético: busca redimir no presente sujeitos históricos triturados pela maquinaria da atribuição de raça, ao mesmo tempo em que faz desses pedaços a razão – uma nova razão, uma razão negra – de ser dos projetos emancipatórios do porvir.

IV – Coda

Voltemos agora ao ano de 2008. Do pânico causado pelo colapso do sistema financeiro global precipitado pela falência do banco de investimento americano Lehman Brothers (e o de outras importantes instituições financeiras pelo mundo), em setembro, à empolgante vitória de Barack Obama, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, em novembro, vemos surgir um conjunto de curiosas expectativas sobre os próximos anos.

O projeto teórico de Achille Mbembe procura atuar a partir dos efeitos desses dois eventos. Pois a consequente precarização pós-crise financeira possui uma “linha de cor” que faz da tese de que a eleição de Obama inaugurou uma “era pós-racial” um devaneio neoliberal. Os *Negros* de Mbembe são vidas precárias (BUTLER, 2015, p. 13-55), vivendo em uma “experiência do tempo precária”: um tempo de aceleração constante, “curto-prazismo”, imprevisibilidade, precarização do rendimento financeiro, perda do vínculo de solidariedade social, trabalhos temporários, a falta de expectativas e a paradoxal necessidade de requalificação permanente. Uma experiência do tempo característica da “Nova Razão do Mundo” (2016) com sua racionalidade empresarial.

Contra esse modelo concorrencial que delimita novos “condenados da Terra”, ou seja, grupos a quem é recusado a possibilidade de ter direitos, de se manifestar; contra essa racionalidade que utiliza-se das mais distintas estruturas de reclusão – campos de concentração, prisões de passagem – para os deportados, clandestinos, “sem-papéis”,

para os corpos que não são passíveis de luto; Mbembe propõe um humanismo planetário, o afropolitanismo, ou seja, a luta por um mundo verdadeiramente *comum*:

O peso da história encontra-se aí. É preciso aprender a carregar e a repartir o seu peso de uma maneira mais eficaz. Estamos condenados a viver não apenas com aquilo que produzimos, mas também com o que herdamos, e devemos aprender a viver tudo isso em liberdade. Uma vez que não saímos inteiramente de uma mentalidade dominada ainda pela ideia da selecção entre diferentes tipos de seres humanos, é preciso trabalhar com e contra o passado, de maneira a que este possa abrir-se para um futuro comum, com dignidade para todos. O caminho passa pela produção, a partir da crítica do passado, de um futuro indissociável de certa ideia de justiça, da dignidade e do em *comum* (MBEMBE, 2014, p. 296).

Para além da proximidade que a ideia de *comum* proposta por Mbembe possui com a teoria política de Jean-Luc Nancy (2000) essa noção de “peso da história”, de “trabalhar com e contra o passado” aproxima o projeto político e temporal proposto por Mbembe da atuação do Black Lives Matter^{xiv}, na medida em que esse movimento social norte-americano trabalha retomando preceitos do Movimento pelos Direitos Civis da década de 1960-1970, como ocupação de espaços públicos e a luta contra o racismo institucional, ao mesmo tempo em que rompe com outras diretrizes tracionais: lideranças heterossexuais masculinas, nacionalismo negro, etc. O ideal de justiça do Black Lives Matter, sua demanda de reparação histórica, aproxima-se do *devir negro do mundo* de Mbembe ao desejar ser uma luta em escala global e inclusiva: ao Black Lives Matter interessa fortalecer alianças entre os grupos precarizados pela violência policial e as governabilidades neoliberais, seja lutando em conjunto com os indígenas contra a construção de um gasoduto na reserva Sioux de Standing Rock, seja no diálogo crescente com os Comitês pela Liberdade de Rafael Braga no Brasil, etc.

Como vimos, começar por uma crítica ao tempo linear e disciplinado da história é um primeiro pressuposto. De igual maneira, ressaltar o caráter performativo do tempo histórico é uma demanda epistemológica urgente para refletir sobre as consequências políticas e éticas do discurso historiográfico.

Referências

- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médias, 1990;
- ÁVILA, Arthur de Lima. “Povoando o presente de fantasmas”: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Expedições: Teoria e História da Historiografia*, v.7, p. 189-209, 2016.

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 2, p. 89-117, 2013.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política* – Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-235.
- BEVERNAGE, Berber, LORENZ, Chris. Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. *Storia della Storiografia*, 63. 1/2013.
- BEVERNAGE, Berber. *Historia, memoria y violencia estatal*. Tiempo y justicia. Prometeo. Buenos Aires, 2015.
- BROWN, Wendy. *La Política Fuera de la Historia*. Enclave de Libros, Madrid, 2014.
- BUALA. *A Europa já não é mais o centro de gravidade do mundo* – Entrevista de Arlette Farge com Achille Mbembe. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/a-europa-ja-nao-e-o-centro-de-gravidade-do-mundo>> acessado em 18/07/2017.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. Performing History: The Importance of Occasions. *The Journal of Theory and Practice*, vol. 9, 2005, p. 35-52.
- BUTLER, Judith. Introdução: Vida precária, vida passível de luto. In: *Quadros de Guerra*. Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2016. p. 13-56.
- _____. *Cuerpos Aliados y lucha política*. Hacia una teoría política de la asamblea. Barcelona, Paidós, 2017.
- BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Desposesión: lo performativo en lo político*. Traducción de Fernando Bogado. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2017.
- CERTEAU, Michel de. *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção*. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2011.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, Princeton University Press, Princeton, 2000.
- _____. History and the politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun (Org.) *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 77-87.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo* – ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo Editorial. São Paulo. 2016.
- DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiência do Tempo. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2013.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória* – arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JASMIN, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- LORENZ, Chris. History and Theory. In: SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel (orgs.) *The Oxford History of Historical Writing*. Volume 5: Historical Writing Since 1945. Oxford University Press, 2015, p. 13-35.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Antígona, Lisboa, 2014.
- MIRZOEFF, Nicholas. Below the Water: Black Lives Matter and Revolutionary Time. *Journal* #79. February 2017. Disponível em: < <http://www.e-flux.com/journal/79/94164/below-the-water-black-lives-matter-and-revolutionary-time/> > acessado em 25/06/2017.

MUDROVIC, Maria Inés. *La Nación, el Tiempo Histórico y la Modernidad: la historia como sintoma*. Revista de la Facultad de Filosofía, Ciencias de la Educación y Humanidades. Buenos Aires, 2012, p. 25-38.

NANCY, Jean-Luc. *La comunidad inoperante*. Santiago de Chile: Arcis, 2000.

PAUL, Herman. Performing History: How Historical Scholarship is Shaped by Epistemic Virtues. *History and Theory*, 50, no.1, 2011, p. 1-19.

SANCHEZ-PIETRO. Los desafíos del “giro performativo”: el modelo de Alexander y la pervivencia de Turner. In Oncina, Faustino y Elena Cantarino (coords.), *Giros narrativos e historias del saber*, Madrid: Plaza y Valdés, 2013, p. 77-110.

TANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

WHITE, Hayden. O Evento Modernista. *Revista Lugar Comum*. n ° 5-6, p. 191-219, UFRJ, 1999.

WINTER, Jay. Introduction. The performance of the past: memory, history, identity. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (Org.). *Performing the past: memory, history, and identity in modern Europe*. 1. Ed. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2010. p. 11-34.

ⁱ Todas as citações de textos em espanhol ou inglês foram traduzidas pelo autor como forma de agilizar a leitura do texto.

ⁱⁱ De acordo com Luciana Ballestrin (2013) o termo “pós-colonialismo” abarca dois entendimentos. O primeiro, está relacionado ao tempo histórico posterior à descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. O segundo entendimento diz respeito às contribuições teóricas advindas em grande parte dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 começam a ficar em evidência em universidades inglesas e americanas com uma epistemologia crítica às narrativas dominantes da modernidade.

ⁱⁱⁱ O conceito de flecha do tempo se refere à direção que o mesmo executa, ininterruptamente, do passado até o futuro, de forma irreversível.

^{iv} Na definição de Hartog: “o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro” (HARTOG, 2013, p. 37).

^v Semelhante raciocínio é proposto por Andreas Huyssen (2000), em *Seduzidos pela Memória*.

^{vi} É interessante notar aqui a referência que Hartog faz ao sociólogo Robert Castel, associando a experiência do tempo particular dos sujeitos precarizados. Algo muito próximo das análises de Guy Standing (2014), em *O Precariado: a nova classe perigosa*; além de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em *A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Obras que dialogam frontalmente com o proposto por Achille Mbembe.

^{vii} Conforme sua descrição, o “ocasionalismo” indicaria que: “em diferentes ocasiões (momentos, locais) ou em diferentes situações, na presença de diferentes pessoas, o mesmo indivíduo comporta-se de modo diverso”. (BURKE, 2004, p. 125).

^{viii} Trata-se de uma obra referência no que diz respeito à ideia de performatividade do passado, sobretudo em como aplica essas reflexões em estudos sobre comemorações cívicas, imagens, história oral, música, literatura, história nacional, museus etc.

^{ix} - Todavia, Bevernage faz questão de ressaltar que: “embora algumas frases e maneiras de se expressar possam apontar em outra direção, não é minha intenção sugerir que os membros da TRC usaram conscientemente o discurso histórico por causa de seu potencial performativo ou estivessem conscientemente envolvidos em uma política de tempo com o objetivo de restaurar o senso moderno de uma ruptura entre o passado e o presente e assim declarar fora do tempo as vítimas não cooperativas. Embora eu acredite que a performatividade discursiva e a política temporal podem ter consequências reais, desejáveis e indesejáveis, esta performatividade se refere mais aos efeitos do que às intenções” (BEVERNAGE, 2015, p. 130). Porém, como vimos (ao final do subtópico 1), em *Breaking Up Time - Negotiating the Borders between Present, Past and Future*, escrito em 2013 (ou seja, um ano após a publicação original de *Historia, memoria y violencia estatal*, pela editora Routledge) junto com Chris Lorenz, o mesmo Bevernage iria radicalizar essa abordagem da performatividade, ao questionar se

enquanto historiadores poderíamos pensar o passado em termos de “intervenção performativa” LORENZ; BEVERNAGE; 2013, p. 29-30.

^x Embora seu campo de atuação atualmente gire em torno da filosofia política, o camaronês Achille Mbembe possui formação em história. Para ele, *Critica da Razão Negra* “serve-se da história para propor um estilo de reflexão crítica do mundo do nosso tempo” (MBEMBE, 2014, p. 21).

^{xi} Não por coincidência, nesse instante, em sua primeira nota de rodapé, há menção ao texto *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*, de Dipesh Chakrabarty (2000).

^{xii} Como recorda Sheldon Wolin “um tempo de incessantes mudanças é também um tempo saturado de perdas”. (op. cit. BROWN, 2014, p. 201).

^{xiii} Há uma grande aproximação de Mbembe com o pensamento de Judith Butler (os dois, inclusive, participam de diversos eventos em comum), especialmente nos estudos que essa autora realiza sobre o que seriam “vidas precárias” a partir de uma leitura da ética de Emmanuel Levinas como forma de inaugurar novas possibilidades políticas frente ao avanço das governabilidades neoliberais. Cf. BUTLER, Judith. *Cuerpos Aliados y lucha política*. Hacia una teoría política de la asamblea. Barcelona, Paidós, 2017 e BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Desposesión: lo performativo en lo político*. Traducción de Fernando Bogado. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2017.

^{xiv} O Black Lives Matter (As Vidas Negras Importam) é um movimento social norte-americano, que surgiu através de *hashtags* com ampla divulgação na *Internet* após episódios de violência policial contra jovens negros no ano de 2013. Atualmente, seus ativistas organizam protestos em torno da morte de negros advindas da brutalidade policial, o racismo do sistema prisional americano, justiça histórico reparativa, além de questões mais amplas que envolvem outros grupos precarizados em escala global.

EXPERIÊNCIAS SOCIAIS NO CAMPO AFRO-RELIGIOSO: A VIDA DE MAMETO IRAÊ JINKAIÁ.

SOCIAL EXPERIENCES IN THE AFRO-RELIGIOUS FIELD: THE LIFE OF /MAMETO IRAÊ JINKAIÁ.

Fabiola Amaral Tomé de SOUZA*

Resumo

Esse trabalho pretende contribuir para o campo da história das mulheres, através da trajetória de vida de Mameto Iraê Jinkaiá, ex mãe-de-santo de uma casa de candomblé nação Angola no município de Barra Mansa, sul do estado do Rio de Janeiro. Utilizando condicionantes estruturais que marcam a vida e as experiências dos agentes históricos, entendendo que a trajetória de um indivíduo pode ser substancial para contextualizar certa dimensão histórica, através de uma metodologia qualitativa de análise micro histórica e gênero como categoria analítica, buscando ampliar a ideia dos papéis sociais pensando as relações de poder. Ou seja, pensar a mulher enquanto liderança religiosa e demonstrando que o poder atribuído às mulheres do candomblé não está centrado nas grandes capitais, símbolos das religiões afro-brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo ou Porto Alegre.

Palavras-chave: História das Mulheres, relações de gênero, candomblé.

Abstract

This work intends to contribute to the women's history through the life story of Mameto Iraê Jinkaiá, former mother-in-a nation Angola Candomblé house in Barra Mansa, the southern state of Rio de Janeiro. Using structural conditions that mark the life and experiences of historical agents, we understand that the trajectory of an individual can be substantial to contextualize certain historical dimension, through a qualitative methodology of micro historical analysis and gender as an analytical category for deepening the idea of social roles thinking power relations. So, thinking the woman as religious leadership and demonstrating that the power attributed to Candomblé women is not centered in the big cities, symbols of african-Brazilian religions such as Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo and Porto Alegre.

Keywords: History of Women, gender relations, candomblé.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo contribuir al campo de la historia de las mujeres a través de la historia de vida de Mameto Irae Jinkaiá , ex madre-de- santo de una casa nación Candomblé Angola en la ciudad de Barra Mansa , estado de Rio de Janeiro . El uso de condiciones estructurales que marcan la vida y experiencias de los agentes históricos , entendiendo que la trayectoria de un individuo puede ser sustancial para contextualizar cierta dimensión histórica , a través de una metodología cualitativa de análisis histórico micro y el género como una categoría analítica para profundizar en la idea de roles sociales que piensan las relaciones de poder . En otras palabras , pensar en las mujeres como líderes religiosos y la demostración de que el poder atribuido a las mujeres Candomblé no está centrada en las grandes ciudades , los símbolos de las religiones afro- brasileñas como Salvador , Río de Janeiro , Sao Paulo y Porto Alegre.

Palabras clave : Historia de la Mujer , las relaciones de género , el Candomblé .

* Doutoranda em História do Brasil (UFRRJ). E-mail: fabiola_tome@hotmail.com.

Introdução

No ano de 1996, um enterro chamou atenção no município de Barra Mansa, no interior do Rio de Janeiro. Naquela tarde o cemitério municipal recebe um cortejo de pessoas vestindo branco, alguns vestindo ricamente roupas brancas ritualísticas de umbanda e candomblé, uma cerimônia bonita e um cortejo fúnebre com especificidades rituais e a presença de políticos renomados no município e diversos pais e mães de santo de Barra Mansa, Região Sul Fluminense e da Zona da Mata Mineira. O enterro era de Mameto Iraê Jinkaiá¹ ou Maria Aparecida de Freitas acometida por um câncer, mulher negra, ex mãe-pequena de uma das casas de Umbanda mais antigas de Barra Mansa e naquele momento mãe de santo de Candomblé Nação Angola muito respeitada em várias esferas da sociedade barramansense.

Esse fato nos instiga a conhecer a trajetória de vida de Maria Aparecida de Freitas, liderança religiosa e étnica durante pelo menos quatro décadas no interior do estado do Rio de Janeiro. Para traçar essa trajetória foram utilizadas entrevistas com sujeitos históricos ligados a personagem e fontes documentais do arquivo particular da família de Maria Aparecida. Utilizou-se uma análise micro histórica, extremamente relevante, por buscar avaliar atores e grupos sociais específicos – em certa medida, os grupos de “anônimos” e “esquecidos”. Ronaldo Vainfas nos diz: “(...) os temas mais aptos a uma investigação micro analítica são aqueles ligados a comunidades específicas (...), às situações-limite e às biografias”(VAINFAS, 2002. p. 136); o que torna mais rica e complexa a análise social e cultural, remetendo a aspectos diferentes e imprevistos.

Portanto, a micro história auxilia-nos a analisar situações, especificar ações individuais, acontecimentos precisos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global(PESAVENTO, 2000. p. 214). Contudo é preciso analisar que optar pela análise micro não resolveria todas as inquietações que possam surgir, no entanto, escolher uma visão global pode trazer problemas de interpretação ao pesquisador.

Não considero que todo o problema histórico ganhe em ser tratado num nível microanalítico. [...] escolher uma escala de observação significa escolher um instrumento analítico que não é neutro, e de que a escala dos fenômenos não está inscrita na realidade. A escala não é um dado preestabelecido, mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa. [...] obter (e fornecer) a visão global de um problema passa necessariamente por simplificações que podem dar origem a verdadeiras ilusões de óptica e a interpretações inconscientemente [...] errôneas. (LEVI, 1998. p. 203)

No que concerne à fundamentação teórica, utilizaremos autores que trabalham com condicionantes estruturais que marcam a vida e as experiências dos agentes históricos, entendendo que a trajetória de um indivíduo pode ser substancial para contextualizar certa dimensão histórica, permitindo a avaliação da influência do indivíduo no desenvolver desse processo histórico². Esse trabalho pretende contribuir para o campo da história das mulheres, pensando a mulher enquanto liderança religiosa e demonstrando que o poder atribuído à mesma no candomblé não está centrado nas grandes capitais, símbolos de religiões afro-brasileiras, como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo ou Porto Alegre³. Segundo Joana Maria Pedro “O pressuposto é de que, a partir das margens, e não a partir do “centro”, é possível ler melhor o mundo e, assim, elaborar um projeto crítico e transformador, com uma nova visão de futuro”(PEDRO, 2011. p. 275)

O estudo acerca do cotidiano das mulheres é um fenômeno um tanto ou quanto recente. Substancia-se com a efervescência das campanhas feministas e da vontade de erigir na história vivências e experiências femininas. Joana Pedro analisa que a historiografia esqueceu-se de incluir em seus estudos a trajetória das mulheres, pensando uma história “assexuada” esquecendo as diferenças entre os sexos, mas que acabou reforçando/legitimando um entendimento de sociedade dividida. Visto isso fomentar o debate sobre o papel da mulher no tempo e espaço público ou privado contribui para a desconstrução de uma mentalidade que reforça as hierarquias sociais baseadas em diferenças biológicas, definindo papéis e lugares na sociedade. É o caminho de construção de uma nova forma de observar a importância de todos os sujeitos históricos na sociedade.

Pontuando o estudo de gênero como categoria analítica, buscando ampliar a ideia dos papéis sociais pensando as relações de poder. É preciso perceber as relações em que se estabelecem esses papéis sociais. Portanto analisar a categoria gênero nos permite uma melhor compreensão das relações sociais e culturais entre os sexos.

Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares. (THOMPSON, 1981. p. 111)

A categoria gênero auxilia o reconhecimento de que as mulheres podem ter trajetórias distintas das dos homens e que as mesmas se destacam nos acontecimentos históricos e nas dimensões políticas da vida privada. Além de apresentar as experiências

femininas e as vivências de classe e/ou os grupos étnicos, demonstrando a atuação da mulher na história.

Por conseguinte, gênero está ligado à cultura, “diz respeito às classificações sociais de masculino e feminino”(PINSKY, 2009. p 164). Todavia faz-se necessário esclarecer que, embora, esse trabalho aborde a história das mulheres pautada na categoria de gênero, isso não significa que estudar gênero signifique estudar a história das mulheres somente, mas sim compreender as relações e representações sociais e sua importância ontem e hoje, percebendo permanências e rupturas nos processos históricos e suas influências.

Esse campo de estudo ajuda a escapar do reducionismo do pensamento de dominação do homem sobre a mulher por levar em consideração as mudanças históricas e incluir no campo da pesquisa entrecruzamentos como etnia, raça, classe, nação, crenças religiosas entre outras, ou seja, permite que as análises sejam realizadas sem “definições preestabelecidas com relação aos significados ligados às diferenças sexuais”(PINSKY, 2009. p 164).

Maria Aparecida de Freitas, mulher, negra e ferroviária.

A Senhora Maria Aparecida de Freitas, nasceu em vinte e seis de agosto de 1931, na cidade de Cruzeiro interior do estado de São Paulo. Ainda criança foi viver com uma amiga de sua mãe, visto que a mesma precisava trabalhar em outro município. Maria Aparecida, juntamente com sua nova família, mudou-se para a cidade de Barra Mansa. Até completar treze anos teve uma boa qualidade de vida. Contudo sua família adotiva foi acometida por problemas financeiros e em decorrência desse fato Maria Aparecida decidiu trabalhar. Aos treze anos participou de um processo seletivo em segredo, para entrar na companhia ferroviária em 1944, a Rede Mineira de Viação⁴, sendo aprovada nessa seleção. Contudo era menor de idade e perante a lei não poderia assumir o cargo, porém seu pai, que foi comunicado devido a esse problema, muito orgulhoso da filha “fez com que ela tivesse 18 anos para entrar na Companhia” (FREITAS, entrevista 30/07/2013).

No período pós-emancipação a ferrovia atraiu a população negra que nela conseguiu empregos. Ao longo da história do município de Barra Mansa os homens e mulheres “de cor” empregados na companhia ferroviária formaram uma elite⁵, além de exercitar certa mobilidade social. A ferrovia foi o ponto central da vida urbana e social

do município. Sem contar que possuía a função, inclusive, de influenciar os municípios nos âmbitos culturais, comportamentais e das relações sociais. Foi através de suas ligações que a cidade cresceu e se desenvolveu, atraindo prestadores de serviços, comerciantes, hotéis, restaurantes, vitalizando toda a região do Vale do Paraíba fluminense.

Observamos que a ferrovia foi um lugar em que indivíduos estigmatizados no início do século XX, não só encontraram o seu lugar no espaço urbano, como também passaram a exercer funções prestigiosas, remuneradas e desejadas. Rogério Mendes de Lima esclarece que desde o início das atividades ferroviárias, o ingresso de negros e de migrantes estrangeiros foi uma forma de sobrevivência em uma sociedade hierarquizada racial e socialmente. Portanto analisamos que Maria Aparecida de Freitas seguiu uma tendência dos grupos sociais locais cujo fazia parte.

Pensando essa passagem da vida de Maria Aparecida, leva-nos a pensar Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard em *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation*, brilhantemente apresentam o entrelaçamento entre raça e direitos, analisam a importância da ajuda mútua, da dignidade e do respeito. Assim podemos perceber a obstinação de Maria Aparecida em conseguir um trabalho para auxiliar a família e, também, a obstinação de seu pai em ratificar, mesmo que de forma não legal, o desejo da filha. Demonstrando que escolhas individuais são estratégias criadas devido às trilhas sinuosas traçadas no pós-emancipação. Scott e Hébrard, tratando da família Tinchant na obra acima citada, analisam que “(...) a nacionalidade individual e a cidadania formal não estavam claramente definidas, mas uma pessoa podia disputar espaço colocando palavras no papel” (SCOTT e HERBRARD, 2012. p 17).

É interessante observar que a mulher em questão trabalhou desde muito jovem e que se nos atentarmos para trabalhos recentes sobre o mundo do trabalho e sobre os estudos sobre o período pós-emancipação, mulheres negras irem para a “lida” era algo normal. Na África, por exemplo, eram as mulheres que dominavam as feiras de trocas de mercadorias⁶.

Pensando o período pós-emancipação, a estratificação social e as fontes e formas de discriminação foram encontradas nos diversos interesses dos brancos que conseguiam grandes vantagens com a estratificação racial, social e de gênero. Observando essas circunstâncias é relevante observar as estratégias encontradas por mulheres de cor “para reproduzir as condições materiais de existência, defender suas práticas culturais, criar iniciativas para ascensão social, através do estudo e da

profissionalização” (NASCIMENTO, 2014. p 298).

As feiras e a presença das mulheres negras nelas são muito importantes, inclusive, pois ali ocorrem não somente trocas de mercadorias – compra e venda – mas também trocas de bens simbólicos, como: segredos, notícias, modas, receitas (de todos os tipos, sejam elas culinárias ou não), danças, cânticos. Alianças são feitas, as relações são estreitadas, ou seja, essas mulheres que trabalham se tornam poderosas, detentoras de elementos que as fazem ter o poder nas mãos.

Ressaltando que com a diáspora africana para a América as relações das mulheres e o trabalho se intensificaram devido à alteração da condição social da comunidade negra em solo americano. Aparecem as ganhadeiras, escravas ou forras, que desempenhavam papel semelhante às negociantes das feiras africanas mediando bens materiais e simbólicos.

Essa característica da mulher negra no Brasil elucidada a autonomia de gênero, que pode através de seu trabalho comprar sua própria alforria ou a alforria de entes queridos – inclusive dos companheiros – manterem sua família e formar pecúlio. Nessa perspectiva percebemos uma matrifocalidade⁷ como reflexo dessa relação social estabelecida na América, onde as negras chefiavam e proviam suas famílias com alegria, satisfação, acentuando a autonomia das mesmas.

As mulheres brancas da elite estavam sempre sob a tutela masculina, de acordo com o modelo patriarcal/héteronormativo. Pai e marido proviam essas mulheres. A tutela se dava com a sua total dependência a uma destas figuras masculinas. As negras de famílias pobres precisavam trabalhar para completar a renda da casa, para a sua sobrevivência, ao contrário das famílias ricas, não existia uma figura masculina que sustentava toda a casa. O espaço público, que para as mulheres não era permitido, para as mulheres negras era uma necessidade. Falando de Brasil colonial, enquanto os homens pobres estavam nas lavouras ou nas criações de animais, as mulheres ganhavam as ruas para fazerem serviços extras, foi possível experimentar os espaços públicos e extrair da contradição, de classe e raça, uma certa vantagem em relação as mulheres brancas.

E sob esse aspecto, também, podemos perceber o diferencial de Maria Aparecida de Freitas, pois ela contraria, já na década de 1940, o fardo dado às mulheres no mundo do trabalho ao longo do século XX. Uma análise sobre o campo econômico em que se insere essa discussão as mulheres sempre estiveram em lugar de subordinação pela condição da maternidade e da manutenção da família. Os estudos acerca das relações

produtivas, sejam marxistas ou liberais, coincidem em

atribuir a subordinação das mulheres, em última instância, pelo menos na sociedade de classes, à carga desigual da maternidade e da paternidade, e à subsequente divisão sexual do trabalho, que impede que as mulheres participem nos mesmos termos que os homens do assim chamado trabalho produtivo. (STOLKE, 1980. p 84)

Outro fator relevante à trajetória dessa mulher foi o seu casamento com Geraldo de Freitas. Maria Aparecida estava noiva de outro rapaz, quando conheceu Geraldo. Após constantes flertes entre os dois, Maria resolveu encerrar o atual relacionamento. Seguindo os trâmites sociais do período, Geraldo pediu-a em namoro, em seguida noivaram e casaram-se em trinta de dezembro de 1950. A relevância desse fato é que, naquele período, desde muito cedo a mulher devia ter seus sentimentos devidamente “domesticados e abafados” e as aparências e o cumprimento de regras eram extremamente importantes e não a espontaneidade da moça ou sua própria vontade. O que não ocorreu com esse casal.

Geraldo de Freitas, homem branco, iniciou sua vida profissional como garçom e conseguiu se tornar um empresário, dono de restaurantes na cidade de Barra Mansa – RJ e de restaurantes que atendiam viajantes em rodovias do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Observando essa nova realidade Maria Aparecida utilizava seu salário consigo mesmo, com os filhos e na religião que frequentava.

Mameto Iraê Jinkaiá nasce em Maria Aparecida de Freitas

Em *A Psicologia social das religiões mundiais*, Max Weber afirma que o estudioso das religiões não deve interpretar os valores sagrados como apenas voltados para o outro mundo, para o além⁸. Em primeiro lugar porque nem toda religião conhece o outro mundo como um polo no qual se condensam promessas e recompensas mais ou menos definidas⁹. Em segundo lugar porque “considerado psicologicamente, o homem em busca de salvação se tem preocupado primordialmente com atitudes ligadas ao aqui e o agora¹⁰”. Isso se explica pelo fato de que, idealmente, a salvação fornecida pela religião deveria redimir o homem de algum mal que o aflige em sua existência terrena ou minorar este mal através de alguma promessa a ser cumprida no além. A natureza deste mal, por sua vez, é determinada pelas camadas sociais cujo estilo de vida parece ser decisivo para esta ou aquela religião. Assim como a ação dos sujeitos envolvidos no grupo.

Weber analisava que a ação social de um indivíduo ou grupo será entendida como racional em relação a fins se, para atingir um objetivo previamente definido, lançar-se mão dos meios adequados e necessários. É o caso de uma conduta científica, de uma ação econômica (modelos típicos de ação que permitem uma interpretação racional) e ou política¹¹.

O autor analisa, inclusive, que a ação social (conduta) será racional em relação a valores, quando o indivíduo guia-se por objetivos últimos, agindo em conformidade com seus próprios valores e crenças arraigadas, mantendo sua fidelidade a estes valores que inspiram sua forma de agir ou, ainda, na medida em que acredita na legitimidade intrínseca de um comportamento válido por si mesmo¹². Entretanto, cabe ressaltar que Weber deixava claro que o sentido da ação oscila em demasia, não se fixa; daí a possibilidade de existir certa racionalidade tanto maior quanto mais absoluto for para o sujeito da ação e o valor que a inspira¹³.

Assim, o sentido da ação não se encontra no seu resultado e sim na própria conduta, como é o caso de Maria Aparecida, mulher muito católica e da irmandade Filhas de Maria, teve suas primeiras manifestações mediúnicas¹⁴ em dezembro de 1955, quando estava grávida de sua quarta filha, dentro de casa juntamente com suas duas irmãs adotivas, Mércia e Solange, que moravam com ela. Durante essas manifestações ela apresentava fala e gestuais estranhos. Foram encaminhadas para a Igreja Matriz de São Sebastião no centro de Barra Mansa, sendo acolhidas pelo Padre Arthur, pároco desta igreja na época. Este padre convidou-as juntamente com os fiéis daquela paróquia para uma grande sessão de exorcismo, pois segundo ele o que se passava com elas era uma grande prova de falta de fé. Foi então que uma das irmãs, Mércia, “deu passividade” a um caboclo que as orientou a procurar uma casa de umbanda, o Centro Espírita Xangô Agodô.

Seu Geraldo, marido de Dona Maria Aparecida, levou as três irmãs a referida casa, dirigida por Dona Mariinha, onde elas receberam orientações espirituais e passaram a frequentá-lo a partir de então. E nesse momento a trajetória de vida de Maria Aparecida ganha um novo e mais importante capítulo, pois nesse momento a vida familiar, profissional, social e religiosa estariam entrelaçadas. Seus outros dois filhos, uma menina e um menino, praticamente nasceram no referido centro. Todos os seus dias, daquela data em diante, foram dedicados à religião e a casa religiosa que frequentava. Filhos e netos de Maria Aparecida cresceram e foram educados no ambiente afro-religioso.

Maria Aparecida logo se destacou nos trabalhos do Centro Espírita, colaborando com o bom andamento da casa e atraindo clientes através das consultas concedidas por suas entidades¹⁵. Ao longo do tempo Dona Maria Aparecida realiza suas obrigações¹⁶ na Umbanda e torna-se mãe pequena do terreiro.

Se o Pai/Mãe-de-santo constituem o sustentáculo organizacional e espiritual dos terreiros, abaixo deles como braço familiar, estão o pai pequeno ou mãe pequena, que possuem mais autoridade e prestígio em relação aos outros médiuns. O desempenho de seus papéis está ligado à dependência da chefia quanto à produção simbólica dos rituais e a um domínio das informações da organização. Os integrantes deste nível hierárquico, nos rituais e nos outros serviços oferecidos pela organização, fortalecem o controle administrativo e espiritual que é preciso ter sobre os participantes. (VICTORIANO, 2005. p 73 e 74)

Neste ínterim, sua terceira filha, Diana Mara de Freitas, que na época possuía dez anos, começou a ter graves problemas de saúde. Dona Aparecida já havia perdido seus dois primeiros filhos ainda recém-nascidos, o que a levou ao desespero e a busca incessante de respostas para esses problemas. “Tais problemas não foram solucionados pela medicina. Foi, então, que se descobriu que o mal da Diana era de questões espirituais e que só seriam resolvidos com elementos e ritos de outra religião: o candomblé” (FREITAS, entrevista em 30/07/2013).

A umbanda sofreu diversas alterações e seu campo de atuação ficou restrito, já que a essa religião retrabalhou os elementos religiosos incorporados à cultura brasileira por um movimento negro que se diluiu e se misturou no reestabelecimento de classes. “As crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observaremos que o social desempenha um papel determinante” (ORTIZ, 1978. p 15).

Limpar a umbanda de seus elementos mais comprometidos com a tradição iniciática secreta e sacrificial do candomblé é tomar por modelo o espiritismo, capaz de expressar ideais e valores da nova sociedade republicana, ali na sua capital. Os passos decisivos foram a adoção da língua vernácula, a simplificação da iniciação, com a eliminação quase total do sacrifício de sangue, iniciação que ganha, ao estilo espírita kardecista, características de aprendizado mediúnico público, o desenvolvimento do médium. Mantém-se o rito cantado e dançado dos candomblés, bem como um panteão simplificado de orixás, embora houvesse muitos anos sincretizados com santos católicos, reproduzindo-se, por tanto, um calendário litúrgico que segue o da igreja católica, dando publicidade às festas ao compasso deste calendário.

Demonstrando que o adepto dessa religião quando se interessa pelas crenças africanas é menos no sentido de conservá-las do que de desafricanizá-las. “São estes mulatos, em parte desafricanizados no seu estilo de vida, que adulteraram profundamente os cultos, neles introduzindo suas próprias concepções estéticas...”. (BASTIDE, 1971. p 112)

Esse caso específico, foi apresentado na entrevista realizada com Patrícia de Freitas sobre a deficiência da Umbanda para tratar de certos problemas. A descoberta se deu, pois passaram a frequentar o Centro Espírita Xangô Agodô dois rapazes que haviam sido iniciados e trilharam um longo caminho no candomblé e esclareceram para a Sr.^a Maria Aparecida o que deveria ser feito para a cura da doença de sua filha Diana. Ambos também auxiliaram nos trabalhos desenvolvidos para a cura da menina. Esse foi o momento em que a Senhora Maria Aparecida teve seu primeiro contato com o candomblé e toda a casa de umbanda sofreu a influência desse caso.

Sua filha Diana, também entrevistada para a construção deste trabalho, cita que sua mãe era muito fiel a sua Mãe de Santo (Dona Mariinha), contudo ao longo do tempo começaram a surgir conflitos entre ambas, devido a ciúmes. Já que aumentava a cada dia o prestígio da Sr.^a Aparecida com os demais médiuns da casa e com os clientes que frequentavam o terreiro. Isso elevou ainda mais o despeito e o ciúme pelos olhares alheios não serem exclusivamente para a chefe do terreiro. Benedicto Anselmo Domingos Victoriano cita que “muitas vezes, esse relacionamento se fraciona e se rompe devido às disputas pelo poder, ao desejo de se crescer em mais influência, por se ter um número considerável de simpatizantes e seguidores”. (VICTORIANO, 2005. p. 74)

Novos problemas surgiram entre mãe e filha de santo e então Dona Aparecida resolveu deixar a casa de umbanda, que frequentava a aproximadamente vinte anos. Os médiuns do terreiro que se afeiçoaram por Dona Aparecida a acompanharam para que através dela houvesse um melhor desenvolvimento espiritual, os clientes que frequentavam a casa de umbanda, os que estabeleceram laços com suas entidades e os que buscavam solução para seus problemas, também a acompanharam.

Dona Aparecida não possuía um local, uma casa de umbanda ainda, todos estes trabalhos eram desenvolvidos em casa, mais precisamente no apartamento da família, atrapalhando os demais familiares. Foi ofertado à Dona Aparecida, pelo Senhor André Games de Lima, dois terrenos em bairros distantes do centro de Barra Mansa, então Dona Aparecida optou pelo terreno localizado em um bairro chamado Santa Clara e lá

foi erguido um cômodo de madeira, seria este o local onde a mesma daria consultas com suas entidades e promoveria sessões de desenvolvimento dos médiuns que a seguiram.

As redes e relações estabelecidas no campo afro-religioso nos fornecem importantes contribuições que possibilitam a caracterização de um conjunto de relações enquanto uma rede de poder, como a percepção da existência de hierarquia no interior da rede e da importância de relações de *compadrio* como forma de reforço de um círculo relacional. Tal relação implicava um acerto entre as partes envolvidas e pressupunha um conjunto de obrigações recíprocas. A reciprocidade supõe uma preocupação pelo outro. Tal preocupação torna-se, portanto, hospitalidade, dádiva de alimentos e víveres, proteção, ou seja, motivos ou obrigações para produzir e receber em troca.

O nome dado à nova casa foi Centro Espírita Omariô de Jurema, fundado em 29 de julho de 1971. Sua construção ocorre graças ao esforço pessoal de Dona Maria Aparecida, já que empregava parte de seu salário na infraestrutura do centro, como a transformação de cômodos de tábuas para uma construção de alvenaria, construção de novas dependências, entre outras transformações e ampliações. Ocorreram também diversas doações em dinheiro ou em materiais por parte de seus adeptos e clientes.

A prática de atividades dentro e fora dos terreiros imprime a marca de um empenho pessoal que por vezes é concretizado na forma de compromissos, nas formas de participação nos rituais, nas consultas com as entidades, na integração administrativa nos negócios das casas de culto e com os participantes nos negócios do terreiro. Como, por exemplo, a doação de cestas básicas a comunidades carentes ou ajudando consulentes a resolverem seus problemas através de conselhos e receitas espirituais¹⁷.

Esse empenho pessoal se apresenta igualmente sob a forma de ritos e trocas simbólicas demonstrando o interesse em jogo, tanto em relação ao serviço dos leigos, quanto a “serviço dos diferentes agentes religiosos” (BOURDIEU, 1992. p. 82). Isso porque o interesse no campo religioso leva a satisfação de um tipo específico de interesse.

Ao desempenharem diferentes papéis no terreiro, os filhos/as-de-santo pautam sua conduta pelo compromisso que assumiram perante a hierarquia religiosa/administrativa e ainda com as entidades que podem incorporar, segundo a categoria a que pertencem. Tal atitude exercida pelos indivíduos seja no ritual ou no mundo do trabalho apresentam-se sob a forma de uma relação social que não se esgota no indivíduo, mas reflete nele e nos outros igualmente. Significativas e objetivas, as relações sociais, religiosas, culturais, políticas e outras expressam no desempenho de papéis individuais uma legitimidade que

se reconhece quando reflete e influencia os outros, recebendo, em troca, prestígio. (VICTORIANO, 2005. p 36)

Dona Maria Aparecida não possuía interesse em ser mãe de santo, todavia dois senhores¹⁸ que estavam auxiliando os trabalhos de Dona Aparecida no desenvolvimento de sua nova casa, reconhecem, através das práticas advinhatórias, que a mesma era uma verdadeira “parideira espiritual”. Que teria ainda muitos filhos de santo e essa condição lhe abriria um precedente de não ter a necessidade de transpor todos os ritos de passagem obrigatórios no candomblé. Sendo assim a Senhora Maria Aparecida tornou-se Mãe de Santo no candomblé Nação Angola e a partir daquele momento seu nome ou djina seria Iraê Jinkaiá.

Outro ponto relevante a ser explorado nessa trajetória é que no campo afro-religioso há um universo de atividades que requer autonomia da mulher. Há obrigações que exigem sua permanência por longos períodos na casa, há privações sexuais, por vezes, fazer viagens, ir às festividades, o pai ou mãe de santo tem uma vida pública com deveres definidos e um peso hierárquico. Se tratando da análise de uma mulher é interessante perceber que o candomblé é estruturado a partir de uma concepção de mundo que afirma uma identidade específica para o gênero feminino. Nesse sentido o candomblé apresenta considerável importância para a pesquisa em questão, pois seguindo os estudos de Joan Scott, pensar as relações de gênero tem importância elementar para a pesquisa histórica porque possibilita compreender a dinâmica social como um todo. “A atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente” (PINSKY, 2009. p 160)

Quando a mulher se integra no universo do candomblé, sua identidade vai sendo moldada através das representações contidas em um sistema mítico referenciado pelas nações africanas; constitui-se uma nova consciência de si, do seu papel no mundo e de sua conduta social; sua personalidade, suas vontades passam a ser orientadas pelo orixá. Quando se trata de uma mulher casada, com alguém que não participa da religião, o caso de Mameto Iraê Jinkaiá, instaura-se uma realidade tensa e complexa: um casamento em que há uma situação de fronteira cultural com relações de alteridade marcadas pelo contraste, sendo tranquilamente transposta por Iraê, visto que seu maridão se opunha a crença e prática religiosa da esposa e dos filhos e ainda ajudava financeiramente a casa religiosa da mesma.

O candomblé traz representações simbólicas a respeito das relações de gênero entre os inquices¹⁹, lidar com uma mulher de candomblé implica em saber que há em

essência, uma ancestralidade africana norteando as reciprocidades sociais. Essas relações de gênero, assim como a importância da figura feminina no candomblé foram abordados por diversos pesquisadores, como: Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Pierre Verger, Roger Bastide e Reginaldo Prandi²⁰.

Os caminhos entre candomblé e as relações de gênero, portanto, se cruzam e formam um campo frutífero. A antropóloga norte-americana Ruth Landes em sua obra *A Cidade das Mulheres*, publicada em 1967, foi pioneira em perceber a existência de uma singularidade nos candomblés da cidade de Salvador, sendo ela as posições hierárquicas superiores de uma casa de candomblé serem, em sua maioria, ocupadas por mulheres. Landes põe em destaque o poder das mulheres no candomblé (LANDES, 2002. p.164).

A popularidade de Mameto Iraê era muito grande. O Centro Espírita Omariô de Jurema ganhava corpo e se expandiu em número de fiéis, devido à simpatia e ações da mãe de santo e as benfeitorias realizadas por suas entidades espirituais que davam consultas nesse ambiente. Victoriano cita que “o carisma (do pai/mãe-de-santo) dá legitimidade e prestígio ao terreiro, ao apresentar e permitir que no ritual pretos-velhos, caboclos, pombagiras, exus e outras entidades possam incorporar e que estas possam dar consultas.” (VICTORIANO, 2005. p.15)

O conhecimento e o modo de agir, pensar, sentir e imaginar de Mameto Iraê Jinkaiá, em seu terreiro e o poder que exercia sobre tudo e sobre todos, tornou-a uma líder carismática. O prestígio da religião percebido e espalhado dentro e fora do terreiro dá a seus líderes um reconhecimento pessoal e também pelos projetos realizados. A referida mãe-de-santo realizou inúmeras campanhas de doação de alimentos a famílias carentes de alguns bairros do município ou resgate de homens e mulheres em situação de risco, social ou material, através de orientação espiritual. “(...) a minha mãe resgatou muitas pessoas com seus conselhos de moral e costumes e com os conselhos de suas entidades, até prostituta ela resgatou. Hoje são mulheres que trabalham de forma honrosa” (CÂNDIDO, entrevista em 10/01/2014).

A prática de atividades dentro e fora dos terreiros imprime a marca de um empenho pessoal. O empenho dos atores sociais por vezes é concretizado na forma de compromissos quer nas formas de participação nos rituais, nas consultas com as entidades, na integração administrativa nos negócios das casas de culto e com os participantes nos negócios do terreiro. Como, por exemplo, a doação de cestas básicas a

comunidades carentes ou ajudando consulentes a resolverem seus problemas através de conselhos e receitas espirituais²¹.

Esse empenho pessoal se apresenta igualmente sob a forma de ritos e trocas simbólicas demonstrando o interesse em jogo, tanto em relação ao serviço dos leigos, quanto a “serviço dos diferentes agentes religiosos” (BOURDIEU, 1992. P.82). Isso porque o interesse no campo religioso leva a satisfação de um tipo específico de interesse.

E o campo religioso tem por função específica satisfazer esse tipo de interesse específico, isto é, o interesse religioso que leva os leigos a esperar de certos grupos de agentes que realizem ações mágicas ou religiosas com o objetivo de que tudo dê certo para aquele que buscou tais ações.

“Ao desempenharem diferentes papéis no terreiro, os filhos/as-de-santo pautam sua conduta pelo compromisso que assumiram perante a hierarquia religiosa/administrativa e ainda com as entidades que podem incorporar, segundo a categoria a que pertencem. Tal atitude exercida pelos indivíduos seja no ritual ou no mundo do trabalho apresentam-se sob a forma de uma relação social que não se esgota no indivíduo, mas reflete nele e nos outros igualmente. Significativas e objetivas, as relações sociais, religiosas, culturais, políticas e outras expressam no desempenho de papéis individuais uma legitimidade que se reconhece quando reflete e influencia os outros, recebendo, em troca, prestígio. (VICTORIANO, 2006. P. 36)

Portanto a religião coloca-se, assim, como portadora de um “capital religioso”, que, por não ser necessariamente quantificado ou mensurado, pode ser chamado de “capital simbólico” (BOURDIEU, 1992.P.57). Em um tempo no qual nenhuma instituição, detém o monopólio desse capital, ele está à disposição em um variado (e complexo) “mercado religioso²²”. Esse mercado religioso gera uma arena de disputa do conjunto de fiéis que está à procura dos “bens simbólicos de salvação” (BOURDIEU, 1992. P. 46).

Na Umbanda e no Candomblé esse capital simbólico deve-se especificamente à natureza singular dos interesses em jogo ou “à especificidade das funções cumpridas pela ação religiosa de um lado, a serviço dos leigos (e, mais precisamente, para as diferentes categorias de leigos) e, de outro, a serviço dos diferentes agentes religiosos”.

As atribuições simbólicas podem ser percebidas nas sessões, nas diferentes tendências que os terreiros apresentam, onde os filhos e filhas de santo diferenciam-se entre si e dos demais membros pelos papéis desempenhados, pelas expectativas e regras convencionais que são obrigados a cumprir segundo os níveis de suas funções e pelo uso de traços distintivos (roupas, colares).

Valores são atribuídos a objetos, funções, ações de representação de poder, traços distintivos de prestígio como roupa, fala, linguagem regionalizada,
Página | 206

Fabiola Amaral Tomé de SOUZA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.193-212, dez-mar. 2017.

mostrando um novo tipo de consumo de atitudes e distinções perante uma situação de mercado. (VICTORIANO, 2006.P 34)

Nos terreiros temos uma clara situação de estratificação calcada em valores religiosos. Há um conhecimento religioso que deve estar atrelado à iniciação e ao desenvolvimento. Por sua vez esse desenvolvimento é paulatino e está atrelado à vivência e incorporação das práticas rituais, à comunhão com as entidades e à orientação do pai ou mãe de santo do terreiro.

Na forma de prestígio social, os homens e mulheres de fé obtêm, através das representações que simbolizam o sobrenatural, um poder que os diferenciam daqueles que apenas participam como clientes no mundo religioso. Tal prestígio está fundamentado em estruturas sociais nas quais os indivíduos se dividem por conhecimento, interesses de classe.

O carisma de Mameto Iraê Jinkaiá também está relacionado com questões socioeconômicas, já que a mesma mantinha estreita relação com a média e alta camada da sociedade barramansense. Atribui-se a esse fato, também, a grande aceitação por parte de adeptos e frequentadores assíduos e eventuais a referida casa de candomblé. O Centro Espírita Omariô de Jurema era frequentemente por diversos clientes, pais de santo de outras casas afro-religiosas e políticos da cidade de Barra Mansa e da região do médio paraíba, como prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, deputados, entre outras personalidades do município. As relações estabelecidas entre a mameto e a elite regional, nos faz analisar que os indivíduos ao viverem em sociedade interagem em grupos e nos grupos, estabelecendo uma estrutura social que possibilite encontrar meios de convivência social.

Essa boa relação da mameto Iraê com a alta sociedade interiorana atraía, ainda mais indivíduos de diversas classes sociais, objetivando satisfação pessoal, seja ela material, física, espiritual ou nas relações sociais e, inclusive, a obtenção de prestígio social. Ao analisar o poder econômico e o alcance do prestígio nas classes sociais, nos estamentos e partidos, precisamos entender que o poder econômico e a situação de mercado não constituem necessariamente o alcance do prestígio (BOURDIEU, 1992. p. 89). Portanto existe nesse ponto uma ordem simbólica, dependente das chances típicas de bens e trabalho, de produção e aquisição de bens (materiais ou simbólicos) que permitem matizar os “valores atribuídos a objetos, funções, ações de representação de poder, traços distintivos de prestígio, mostrando um novo tipo de “consumo de atitudes” e distinções perante uma situação de mercado”(VICTORIANO, 2005. p 33).

Mameto Iraê mantinha sessões regulares para atendimento a clientes e desenvolvimento dos médiuns que frequentavam sua casa. Além dos trabalhos de iniciação de adeptos ao candomblé, assim como festas religiosas públicas normalmente noticiadas em jornais da região. O Jornal Integração de 1980, noticiou: “Realizou-se “Toque Festivo na Nação Angola”, sábado, a partir das 22h, no Omariô de Jurema, situado na rua 10 nº 222, km 2, Santa Clara em Barra Mansa.”

Em 1975 as três filhas de Mameto Iraê Jinkaiá são iniciadas no candomblé, por Mameto Liceuí de Ilhéus, de matriz Tumbenci, que veio exclusivamente para realizar essa iniciação, tornando-se então mãe de santo das três moças. Diana, Telma e Patrícia possuem papel determinante no funcionamento do Centro Espírita Omariô de Jurema, se tornaram mães criadeiras²³ e auxiliavam todo o trabalho da mameto.

Os adeptos multiplicam-se fazendo com que a casa ganhasse ainda mais visibilidade. Iraê não gostava de se envolver com política, contudo era “emedebista” e se dizia “Marcelista”, ou seja, votava no Marcelo Fonseca Drable, um dos mais populares prefeitos de Barra Mansa, ou em quem ele apoiasse. No entanto os políticos sempre prestigiavam suas festas e sessões. Ressaltando que em Barra Mansa o mundo afro-religioso era bem aceito pela sociedade²⁴.

A religião, normalmente, promove no seu seguidor o sentimento da sua fragilidade, que se insere em um ordenamento natural ligado à estabilidade da sociedade, pautada em imagens paternas e familiares. Ao pensarmos a ligação de uma religião a um regime político, seja ele qual for, leva-nos a analisar a transferência dessa atitude para o campo político. O religioso preferirá os regimes que se apoiam numa figura de autoridade indulgente, “será atraído pelos sistemas hierárquicos nos quais cada um tem seu lugar sem tensões nem rivalidades” (COUTROT, 2003. p.339).

Politicamente as casas de candomblé chegaram a constituir-se em um grupo de interesse religioso e a fornecer um exemplo muito claro de atuação política dos grupos de interesses no período pós 1945. Os eleitores umbandistas e candomblecistas manifestavam uma grande diversidade quanto a opiniões e interesses sociais e políticos. Havia de comum entre eles o seu apoio às religiões de matrizes africanas. A representação partidária não se apresentava como interesse do grupo. (BROWN, 1983. p. 28)

Como citado na introdução, em 1996 Mameto Iraê Jinkaiá falece e após um período de luto na sua casa espiritual, assume como mãe de santo, após as orientações vindas de Ifá através do jogo de búzios, sua quinta filha Patrícia Cristina de Freitas, Siá

Vanjú, que é quem conduz os trabalhos no Centro Espírita Omariô de Jurema até a presente data. O Centro Espírita Omariô de Jurema apresenta um elevado grau de importância, por ser um dos mais antigos, tradicionais e de notável amplitude religiosa na Região Sul Fluminense. Possui inúmeros adeptos, que ultrapassam o domínio local, estendendo-se entre Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Este “terreiro” é a “matriz” de várias outras “Casas de Santo” neste eixo e essa importância é atribuída a Mameto Iraê Jinkaiá, através de sua determinação, empenho, prestígio e consciência de seu papel no mundo.

Referências Bibliográficas

- ADOLFO, Sérgio Paulo. *Nkisi Tata Dia Nguzu: estudos sobre o candomblé Congo-Angola*. Londrina: EDUEL, 2010.
- ATHAYDE, José Botelho de. *A Igreja Matriz de São Sebastião de Barra Mansa (1859 – 1959)*. Volta Redonda: Ed. Fluminense, 1960.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1971. 2 Vols. _____ . *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERNARDO, Terezinha. *O Candomblé e o Poder Feminino*. Revista de Estudos da Religião – REVER – ISSN- 1677-1222. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo. Número 2 - Ano 5 – 2005. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_bernardo.htm Acessado em 27 de julho de 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas* (org. Sérgio Miceli). 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BROWN, Diana. Uma história da Umbanda no Rio. *Cadernos do ISER* v. 18. p. 9-42. Campinas, 1983a.
- _____. Umbanda & Política. *Cadernos do ISER*, v. 18. Campinas, p. 43-79, 1983b.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Empreendedores Negros no pós-abolição: entre a lenha, a laranja e as letras (Nova Iguaçu, séculos XIX e XX). In: CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lucia Maria Bastos P. *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- _____. Segredos guardados: os orixás na alma brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PEDRO, Joana. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*, n. 2.
- _____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.- jun. 2011, p. 270-283. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf
- PESAVENTO, S. J. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, C. A. B.; et al. (Org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 209-234.
- PINSKY, Carla. *Estudos de Gênero e História Social*. Revista Estudos Feministas, v.17, n.1 (2009). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009>

- ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes. 1978.
- RAMOS, Arthur. *O negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1934.
- RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*, Rio de Janeiro, UFRJ/Biblioteca nacional, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero. Uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro de 1990.
- SCOTT, Rebecca J. e HÉBRARD Jean M.; *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press, 2012.
- SILVA, Sara Jane. *O Canto de Oyá no candomblé Keto*. Um Estudo sobre os aspectos culturais e etnomusicológicos. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
- SMITH, Raymond Thomas. *The matrifocal family: power, pluralism, and politics*. London: Routledge, 1996.
- SOUZA, Fabíola A. T. de. *Do Congá ao Peji: A ascensão afro religiosa na cidade de Barra Mansa na metade do século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada na USS- Universidade Severino Sombra. Rio de Janeiro, 2014.
- STOLKE, Verena. Mulheres e Trabalho. Estudos CEBRAP. São Paulo, n.26. P. 81 a 116, 1980.
- THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998a. v. 1. (Coleção Textos Didáticos)
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história. Micro-história*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- VERGER, Pierre: *Orixás*. São Paulo: Ed. Círculo do Livro/ Corrupio, 1986.
- _____. *Artigos*. Tomo I. São Paulo, Corrupio, 1992.
- VICTORIANO, Benedicto Anselmo Domingos. *O prestígio religioso na Umbanda: dramatização de poder*. São Paulo: Annablume, 2005.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

Fontes

- 1 - Entrevistas com Patrícia Cristina de Freitas, a Mameto Nkisi Siá Vanjú. Filha carnal da Sr.^a Maria Aparecida de Freitas e atual Mãe de Santo do Centro Espírita Omariô de Jurema.
- 2 - Entrevistas com Entrevista com Diana Mara de Freitas, Katulajunsun, Mãe-Pequena do Centro Espírita Omariô de Jurema.
- 3 - Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Cândido, Kalumbajé. O mais velho filho de santo de Mameto Iraê Jinkaiá.
- 4 - Certidão de nascimento, casamento e óbito de Maria Aparecida de Freitas. Arquivo particular da família.
- 5 - Atas de fundação e de reuniões ordinárias e extraordinárias do Centro Espírita Omariô de Jurema. Arquivo particular do Centro Espírita Omariô de Jurema. Entre 1971 a 1989.
- 6 - Jornal Integração – Ano 2 - 18 e 19 de maio de 1980. Arquivo particular do Centro Espírita Omariô de Jurema.

Notas

¹ Nome sagrado dado no momento da iniciação/nascimento no candomblé nação Angola. Djina significa nome sagrado em Kimbundo (língua pertencente ao tronco linguístico Bantu). SILVA, Sara Jane. *O*

Canto de Oyá no candomblé Keto. Um Estudo sobre os aspectos culturais e etnomusicológicos. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10834/1/dissert_Sara%20da%20Silva.pdf
Acessado em 19 de julho de 2013. Em alguns momentos do texto utilizarei o nome sagrado, ou dijna Iraê Jinkaiá, recebido por Maria Aparecida de Freitas.

² Utilizo na construção desse texto a ideia de experiências sociais e culturais de indivíduos. THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998a. v. 1. (Coleção Textos Didáticos)

³ Sobre isso ver. BERNARDO, Terezinha. *O Candomblé e o Poder Feminino*. Revista de Estudos da Religião – REVER – ISSN- 1677-1222. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo. Número 2 - Ano 5 – 2005. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_bernardo.htm Acessado em 27 de julho de 2013. PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: os orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. P. 224.

⁴ Empresa arrendada da União em 1931 que ligava Rio de Janeiro a Minas Gerais. Durante o governo de Juscelino Kubitschek a RMV – Rede Mineira de Viação foi devolvida ao governo e fundiu-se com outras redes e foi então criada a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA, empresa de economia mista ligada funcionalmente ao Ministério dos Transportes, criada em dezesseis de março de 1957. Informações obtidas no site da RFFSA. <http://www.rffsa.gov.br/> Acessado em 28 de julho de 2013.

⁵ ATHAYDE, José Botelho de. *A Igreja Matriz de São Sebastião de Barra Mansa (1859 – 1959)*. Volta Redonda: Ed. Fluminense, 1960. P. 63

⁶ BERNARDO, Terezinha. *O Candomblé e o Poder Feminino*. Revista de Estudos da Religião – REVER – ISSN- 1677-1222. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC – São Paulo. Número 2 - Ano 5 – 2005. Disponível em http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/t_bernardo.htm Acessado em 27 de julho de 2013. P. 4.

⁷ Utilizo o conceito de matrifocalidade de Raymond Thomas Smith que qualifica um grupo doméstico centrado na mãe, estando o pai frequentemente ausente ou detendo apenas um papel secundário. SMITH, Raymond Thomas. *The matrifocal family: power, pluralism, and politics*. London: Routledge, 1996.

⁸ WEBER, M. A psicologia social das religiões mundiais. In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. p.321.

⁹ SILVA, Gabriel Santos da. *Sua fraqueza foi sua força : a plasticidade em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*; orientador: Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo. – Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Setembro de 2012. P. 48

¹⁰ Idem. P. 48

¹¹ WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. P.75

¹² WEBER, M. Op. Cit. P. 75

¹³ Idem. P. 76

¹⁴ Dentro da doutrina espírita revelada por Allan Kardec, médium é aquele ser humano que serve de intermediário nas comunicações entre o mundo invisível, mundo dos espíritos desencarnados, e o mundo visível, mundo dos espíritos encarnados. Existem comumente quatro tipos de mediunidades, são elas: intuitivas, motoras, clarividência e incorporativa. Na mediunidade incorporativa os espíritos enviam fluidos sobre a parte mental do médium, sobre a parte nervosa e sobre os membros superiores e inferiores. Onde, pode-se dizer que o espírito incorpora no médium. Usando todas as capacidades físicas do mesmo. (Kardec, 2006)

¹⁵ Entidade é o nome dado aos espíritos que trabalham na Umbanda. A religião umbandista fundamenta-se no culto dos espíritos e é pela manifestação destes, no corpo do adepto, que ela funciona e faz viver suas entidades. O autor acresce que o universo umbandista opera essencialmente com quatro gêneros de espíritos (exus, crianças, caboclos e pretos-velhos) que são os modelos de toda e qualquer individualidade espiritual. A cada estereótipo corresponde um número infinito de entidades particulares, possuindo, cada qual, uma personalidade própria, que se identifica pelo nome. ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes. 1978, P. 69 e76.

¹⁶ Neste caso obrigações são ritos de umbanda e ou candomblé utilizados para o desenvolvimento do médium, doutrina do espírito e aprimoramento das práticas religiosas.

¹⁷ Relatos de frequentadores de ambas as casas religiosas objetos deste trabalho, coletados em dias de sessões abertas ao público, através de conversas informais.

¹⁸ Entrevista com Diana Mara de Freitas, realizada em 25 de maio de 2014. A entrevistada desconhece o fato desses senhores de candomblé auxiliarem sua mãe e não foram citados seus nomes e origem religiosa.

¹⁹ Os inquices, (de *nkisi*, plural *minkisi*, "sagrado" em quimbundo, termo usado para objetos, fetiches e estatuetas que contém espíritos chamados *mpungo*), são divindades de origem angolana, cultuadas no Brasil pelos candomblés das nações Angola e Congo. ADOLFO, Sérgio Paulo. *Nkisi Tata Dia Nguzu: estudos sobre o candomblé Congo-Angola*. Londrina: EDUEL, 2010.

²⁰ RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*, Rio de Janeiro, UFRJ/Biblioteca nacional. 2006. RAMOS, Arthur. *O negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1934. VERGER, Pierre: *Orixás*. São Paulo: Ed. Círculo do Livro/ Corrupio, 1986. BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

²¹ Relatos de frequentadores de ambas as casas religiosas objetos deste trabalho, coletados em dias de sessões abertas ao público, através de conversas informais.

²² Bourdieu utiliza-se do termo "mercado" para indicar, de forma homóloga ao "mercado econômico", que o "campo religioso" é um campo em conflito. BOURDIEU. Op.Cit. p. 57

²³ Mam'etu Ndemburu – Mãe criadeira da casa. É aquela que auxilia na criação e iniciação do adepto. ADOLFO, Sérgio Paulo. *Nkisi Tata Dia Nguzu: estudos sobre o candomblé Congo-Angola*. Londrina: EDUEL, 2010. P. 56

²⁴ Sobre isso ver: SOUZA, Fabíola A. T. de. *Do Congá ao Peji: A ascensão afro religiosa na cidade de Barra Mansa na metade do século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada na USS- Universidade Severino Sombra. Rio de Janeiro, 2014.

A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE MULHERES NEGRAS: FONTES BIBLIOGRÁFICAS, ESCRITAS DE SI E ESCRITAS DA HISTÓRIA.

THE INTELLECTUAL PRODUCTION OF BLACK WOMEN: BIBLIOGRAPHICAL SOURCES, WRITTEN ONESELF AND WRITTEN HISTORY.

Idalina Maria Almeida FREITAS*

Resumo: Esse artigo pretende discutir a invisibilidade que o pensamento feminista negro e a produção intelectual, acadêmica/ativista de mulheres negras ainda persiste, sobretudo nos meios acadêmicos na produção de narrativa histórica. Propõe-se discutir algumas obras de caráter acadêmico e literário, pensando que essas produções também configuram fontes e documentos históricos, apontando possibilidades de transformações na escrita da História, bem como de vivências e novas práticas em sala de aula. Para tanto, as análises que proponho são ancoradas a partir dos diálogos com uma reescrita da História, por meio da intersecção entre gênero, classe e raça.

Palavras-chave: Intelectuais, Mulheres negras, escrita da História, Fontes Bibliográficas.

Abstract: This article intends to discuss the invisibility that black feminist thought and the intellectual, academic / activist production of black women still persists, especially in academic circles in the production of historical narrative. It is proposed to discuss some works of academic and literary character, thinking that these productions also configure sources and historical documents, pointing out possibilities of transformations in the writing of History, as well as experiences and new practices in the classroom. For that, the analyzes that I propose are anchored from the dialogues with a rewriting of History, through the intersection between gender, class and race.

Keywords: Intellectuals, Black Women, History Writing, Bibliographic Sources.

Inquietações...

* Doutora em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Caicó, docente. Email: idaestevam@gmail.com

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você... Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.
Glória Anzaldúa

Esse texto parte de inquietações diversas, mas, sobretudo a partir do meu lugar de mulher negra no meio acadêmico, docente na área de Ensino de História. É sobre repensar o conceito de intelectualidade, articulado as formas como ensinamos e aprendemos História, questionando sobre quais histórias dão sentido em nossas vidas e nos processos de ensino e aprendizagem em História. Através de quais mediações? Inquieta-me que essa formação não pode resumir-se a lugares de poder, que legitimam a velha máxima entre “nós e os outros”.

O exercício que nos ensina bell Hooks, é de desconstrução/reconstrução da ideia de intelectualidade¹, ou de como as teorias devem ser ferramentas que nos fornecem instrumentos para pensar e intervir na realidade, sobretudo quando se pensam outras dimensões do ensinar e do aprender, por meio de outros sujeitos, histórias, memórias e como são registrados. Importante destacar que tal perspectiva de intelectualidade negra posta por bell hooks, é percebida enquanto um trabalho que em nenhum momento aparta-se da “política do cotidiano”.

Hooks também expõem releituras sobre o fazer-se intelectual de mulheres negras, muitas vezes posta como “suspeita”, problematiza as dimensões dos lugares da teoria e da prática na produção de uma escrita ativista, a vida intelectual ligada a carreira do ensino, além de insurgir novas propostas teóricas-metodológicas para esse fazer, questiona a intelectualidade como um traço masculino, semeado pela subordinação sexista que provoca o desconhecimento de intelectuais negras, imersas em ilhas de invisibilidade provocadas pela exploração de classe, racismo e sexismo, reflexo da realidade porque muitas negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação.

Nesse sentido ficção e realidade caminham juntas, por meio da palavra-força que contribui para pensarmos o que Sueli Carneiro chama de “vontade de memória”,

frente à debilidade de alguns registros, sobretudo em forma de publicações, fontes e fazer intelectual, nos espaços acadêmicos, de pesquisa e ensino.

Esse artigo pretende discutir alguns dos impactos que o pensamento feminista negro e a produção intelectual, acadêmica/ativista de mulheres negras sugere, apontando possibilidades de transformações narrativas. Para tanto, as análises que proponho são ancoradas a partir dos diálogos com uma reescrita da História, por meio da intersecção entre gênero, classe e raça, apresentada aqui nas fontes bibliográficas e nas possibilidades de novos temas e práticas para o ensino e escrita da História.

Muito embora tenhamos consciência da rigidez que são as grades curriculares, o caráter conteudista, as forças de outras escritas e necessidades de superar os padrões hegemônicos de conhecimento. O caminho desse diálogo também percorre a matriz conceitual apresentada por Rusen, tangenciando a noção de consciência histórica.

Escritas de si, escritas da História...

Pensando como pode ser construída a relação do conhecimento histórico produzido academicamente e os saberes ensinados, o objetivo é que tais saberes, assim como suas formas de produção sejam objetos de questionamentos e reflexões, sobretudo os saberes condicionados por uma epistemologia hegemônica e um discurso hierarquizante. Discuto as produções de mulheres intelectuais negras e seus contextos, percebidas enquanto fontes e documentos históricos, articuladas em rede, o que permite outras visões dos processos históricos e de possibilidades na abordagem do ensino e da pesquisa. Essas trajetórias individuais e coletivas de mulheres negras são vistas como a construção de novas epistemologias a partir de uma perspectiva subalterna² e interseccional.

Reconhecemos assim, a importância de inúmeras intelectuais, escritoras e pesquisadoras negras, com intervenções político-acadêmicas descolonizadoras: Lélia Gonzalez, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Miriam Alves, Luiza Bairros, Patrícia Hill Collins, Bell Hooks, Grada Kilomba, dentre outras que pensam sua condição e as políticas de dominação a partir do lugar epistêmico. Essas

reflexões são percebidas em várias dimensões pertinentes ao conhecimento histórico, como os mundos do trabalho, ciência, corporeidade, literatura, saúde, em meio a elaboração de conhecimentos contra-hegemônicos.

“Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual”³.

O que as reflexões e provocações em torno da escrita de mulheres negras, podem impactar nas construções narrativas de uma história contra-hegemônica? Quem pode falar? Sobre o que podemos falar? O que as escritivências⁴ podem revelar dentro de um conhecimento estruturado que se presume não ser permitido dizer, segredos da escravidão, segredos do colonialismo, segredos do racismo epistêmico?. Sob este enquadramento é importante refletir como o aparato conceitual e metodológico das narrativas históricas, podem e devem fomentar interpretações que melhor situem os alunos no tempo e espaço. *“A disputa discursiva é arena prioritária para que ascendamos ao espaço público, livre das funções sociais aprisionantes (mucama, mulata e mãe preta) que reduziram os limites da nossa existência)”⁵.*

Para Miriam Alves, a literatura negro-feminina contemporânea funciona como elemento “catalisador” que percorre caminhos paralelos à história oficial e chama a nossa atenção para narrativas não hegemônicas. Nesta escrita, as vozes procuram estabelecer uma sintonia com uma forma de linguagem, cuja frequência é constituída por sentimentos geradores de novas possibilidades de existência para as mulheres negras⁶.

A cultura escrita e o fazer-se intelectual das mulheres, em particular a experiência das mulheres negras, consiste historicamente num legado de “corpo sem mente”. As atribuições femininas orquestradas pelo colonialismo e posteriormente pelo capitalismo, justificou a exploração do corpo feminino na escravidão,

representando-as numa iconografia de corpos hiper-sexualizados, a encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.

“Do outro lado das representações das negras como selvagens sexuais desqualificadas e/ou prostitutas há o estereótipo da mãe preta. Mais uma vez essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso a construção de mulher como mãe, peito amamentando e sustentando a vida dos outros. Significativamente a proverbial mãe preta, cuida de todas as necessidades dos demais em particular dos mais poderosos”.⁷

Para as intelectuais negras, os estilos de suas escritas são críticas contínuas ao racismo e ao sexismo, exploram e impactam a produção do conhecimento quando assumem as intersecções necessárias entre raça, classe e gênero, insurge a compreensão das permanências de um passado marcado pela escravidão moderna. Esses aspectos da memória que são elementos na percepção de uma consciência histórica⁸, onde o passado se torna presente e orienta as perspectivas, sendo esse próprio presente articulando com a memória.

Em Diário de Bitita, Carolina Maria de Jesus denota essas projeções na escrita de suas memórias, quando reflete sobre “os negros”, ao associar o roubo de algumas frutas no quintal da vizinha à trajetórias negras construída por intermédio do processo de escravização, no imaginário dela, Bitita e de sua vizinha dona Faustina:

Então é você quem rouba as minhas frutas. Negrinha vagabunda.

Negro não presta.

Respondi:

- Os brancos também são ladrões porque roubaram os negros da África.

(...) Eu pensava que a África era a mãe dos pretos. Coitadinha da África que, chegando em casa, não encontrou os seus filhos. Deve ter chorado muito⁹.

Nesse sentido pensa-se sobre o lugar da produção escrita de mulheres negras como Carolina Maria de Jesus, como essa possibilidade de pensar sobre a escravidão negra e o racismo enquanto permanências de um passado colonial, por meio da literatura, entrecruzada por uma memória histórica, escrita de si, podem ser parte de um processo de aprendizagem que é dinâmico, juntando fatos que ocorreram no passado e tornando-os subjetivos, frutos desse mesmo processo de ensino-aprendizagem histórica?

As possibilidades tendo como suporte às fontes históricas que atribuem valor à memória escrita, estremecem os silenciamentos ao passo que cumprem conexões temporais que são necessárias ao conhecimento e aprendizagem histórica verdadeiramente transformadora, construindo e dando sentido a processos históricos que desempenham um papel na construção mental de certos sujeitos, são sentidos de vozes diaspóricas. Lendo e conhecendo histórias a partir de outros lugares, geográficos ou não, outras perspectivas de narrativas e fontes.

“ O discurso historiográfico não segue o real, não fazendo senão significá-lo, repetindo sem cessar o que aconteceu, sem que esta asserção possa jamais ser outra coisa do que o avesso significado de toda a narração histórica. Evocando o “prestígio do que *aconteceu*” a propósito da história, R. Barthes o relaciona com o desenvolvimento atual do romance realista, do diário íntimo, das crônicas, dos museus, da fotografia, dos documentários, etc.”¹⁰

Na obra *Becos da Memória*, escrita em 1987/88, porém somente publicada em primeira edição no ano de 2006, Evaristo recorre a força da memória e o poder das narrativas enquanto elementos que pode nos levar a pensar a presença/ausência e relação da condição negra brasileira atual e cotidiana com a escrita de uma História de uma herança colonial ainda por resolver.

Isso envolve uma *colonialidade* do saber como nos lembra Aníbal Quijano¹¹, quando diz que o *pensamento* está em todos os lugares e em muitas formas de escrita. Quijano apresenta seu conceito de colonialidade, entendida por meio da dominação das potências centrais em relação às periféricas, e como esta é estruturada, através de uma diferença étnica/racial/de gênero/de classe, que hierarquiza o dominador em relação ao dominado. É uma dominação política e

econômica que se justifica através do conceito de raça, acompanhado de uma dominação epistêmica/filosófica/científica/linguística ocidental.

No trecho da obra *Becos da Memória*...

“Na semana anterior, a matéria estudada em História, fora a “Libertação dos escravos”. Pensou em Tio Totó. Isto era o que a professora chamava de homem livre? Pensou em Maria-Velha, na história do avô dela, pensou no próprio avô, o louco do Luisão da Serra. Pensou em Nega Tuína, em Filó Gazogênia, em Ditinha. Pensou em Vó Rita, na Outra e em Bondade. Pensou nas crianças da favela, poucas, pouquíssimas, podia-se contar nos dedos as que chegavam à quarta série primária. Maria-Nova olhou novamente a professora e a turma. Era uma história muito grande! Uma história viva que nascia das pessoas, do hoje, do agora. Era diferente de ler aquele texto. Assentou-se e, pela primeira vez, veio-lhe um pensamento: quem sabe escreveria esta história um dia? Quem sabe passaria para o papel o que estava escrito, cravado e gravado no seu corpo, na sua alma, na sua mente¹²”.

A interpelação com a obra de Conceição Evaristo existe no sentido do que a habita, estas narrativas são protagonizadas por excluídos sociais, favelados, vadios, prostitutas, meninos e meninas, sujeitos subalternizados não somente pelos meios materiais, mas também pela negação de suas agências, enquanto sujeitos que produzem histórias dignas de ser contadas. A produção da autora aliada a sua condição de mulher negra e com forte pertencimento ancestral, constrói significados pertinentes para os elementos formadores do que ela chama de *escrevivência*: corpo, condição e experiência de mulheres negras no Brasil. Transgride a utilidade de um vasto conhecimento histórico, dando impacto orientativo, potencializando em sala de aula, o que chamamos de refletir historicamente.

A literatura de Evaristo une os três pontos argumentativos que Rusen explora: *a experiência, a interpretação e a orientação*¹³, “(...) a aprendizagem histórica é o aumento na competência da orientação.¹⁴”. “Mãe Joana era uma mulher triste. Não sorria nunca. Coincidência ou não era irmã de Maria Velha. Vinha de uma mãe que tinha o lado direito abobado, adormecido e de um pai doido, demente, maluco.”

As pontas dos fios da memória da subalternização dos negros e negras pós escravidão figuram nas narrativas de Evaristo que denotam o corpo enquanto uma

fonte de saberes históricos, uma memória em carne e osso, dos tempos de barbárie e de suas permanências no desenvolvimento de doenças, fragilidades, angústias, aliando as linguagens e o sensível, entrelaçados pelos conceitos de fato e ficção, constituindo-se em narrativas de si e de tantos outros.

A experiência das mulheres negras nas Américas perpassa pela exploração dos corpos em todos os níveis. Como bem mostrou Angela Davis em *Mulher, Raça e Classe*¹⁵, as mulheres negras nas Américas, desde sempre foram trabalhadoras escravizadas ou libertas, os sentidos do conhecer essas histórias podem ser percebidos como novas oportunidades de agir, para além de só reconhecer uma historicidade.

Em Ponciá Vicencio, o entrelaçamentos das histórias do pai, irmão, avó e mãe, nos remete ao exercício de lembrar, em meio a complexidade dos personagens e os silêncios. *“Era a história do braço cotó de Vô Vicencio. O braço cotó ele se deu depois, em um momento de revolta, na procura da morte.”*¹⁶

Evaristo em sua escrita, em muito pode contribuir para pensar as narrativas de sujeitos em histórias de sofrimento e resistência, como também a força da inventividade e dos outros saberes renegados pelos cânones. Perpassa as memórias da diáspora e da escravidão, hoje mergulhado/as nas favelas, fruto de uma liberdade não concretizada. Estabelece assim, conexões temporais, sentidos de pertencimento dessa história de fluxo e refluxo.

Destaca como outras possibilidades de aprendizagem os elementos narrativos da força da memória, esta permeada pela corporeidade, sobretudo nas narrativas femininas, onde muitas personagens são definidas pelos seus corpos, é nele o espaço de enunciação e de ação, pelo mundo visível e invisível que entrelaça os percursos da diáspora na América e África.

“(…)as vozes diaspóricas se constituem como um dos elementos fundamentais para a leitura dos textos que compõem a literatura afro-brasileira. A diáspora se presentifica de distintas formas nas vidas dos negros e de seus descendentes que se veem representados em obras de autores(…)”¹⁷

Pensar essas outras histórias, fontes e abordagens é urgente, pois diversos processos de construção de conhecimentos podem ser revistos a partir da ótica da “transgressão”, ou seja, transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção. Para tanto, a luz das discussões a cerca da implementação da lei 10.639/03 são possibilidades de pensar também saberes subalternizados como a produção intelectual de mulheres negras, e diante disso, perceber processos de escolarização e ativismos. A ideia é que os saberes possam ser interseccionalizados, e assim busquem outros espaços, meios e formas de organização.

Como funciona o interior de sistemas educacionais onde a relevância das vozes e produções não hegemônicas é promotora de aprendizado? O que se conhece sobre as lutas feministas, quilombolas e indígenas, para além da atualização de conteúdos, mas como escritas de si? Como fontes e metodologias a serem trabalhadas em sala de aula? Nesse sentido é importante pontuar as formas de produção desse conhecimento como a escrita, por exemplo, ampliando as dimensões de trabalho para a História (literatura, memórias, textos acadêmicos, blogs, cordéis).

Quais significados podem ser dados para a escrita insurgente de mulheres negras na perspectiva de descolonização e da escrita da História? Trata-se de mudanças nas dimensões estrutural, epistemológica e política, essas mudanças se dão por meio do conflito, negociação, e da produção de algo novo.

Os cordéis da escritora Jarid Arraes, são fontes preciosas e contam por meio de um outro estilo de escrita, as histórias de mulheres negras, que em sua maioria são invisibilizadas pelas narrativas oficiais. São folhetos que narram as vivências de Maria Felipa, Maria Crioula, Zeferina, Antonieta de Barros, Tereza de Benguela, Tia Ciata, Tia Samoa, Zacimba Gaba, Anastácia, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara, Laudelina de Campos, Luiza Mahin e Maria Aranha.

Inspirada nas reflexões de Michelle Perrot ao pensar que escrever a História das mulheres significa “levá-las a sério”, sobretudo, no que as produções onde a centralidade dos olhares femininos, intersectados pelas relações raciais, nos conduzem a pensar sobre o que Perrot também expunha enquanto problemática:

o“não saber nada sobre as mulheres”. Nesta análise, tomando por base a minha própria experiência enquanto docente que também já foi estudante de História, superando a pretensão da universalidade, para questionar o porquê de “não sabermos nada sobre as mulheres negras”?

“Vou contar neste cordel	Laudelina de Campos Melo
Uma história inspiradora	O seu nome propagado
De uma negra muito forte	Em 1904
Das mulheres defensora	Seu viver foi registrado
O seu nome é Laudelina	Pois nascida nessa terra
Com força transformadora	Fez o mundo abençoado

Jarid reconta por meio do cordel, a história de Laudelina de Campos, mulher negra brasileira, fundadora do sindicato das empregadas domésticas, transgride as fronteiras raciais e de gênero, combatendo a discriminação que as trabalhadoras domésticas sofriam, exigindo igualdade de direitos, remuneração justa, bem como a regulamentação da categoria. Laudelina escreve sua trajetória na história das mulheres negras no Brasil, guiando os passos de Jarid Arraes que exercendo a sua intelectualidade enquanto mulher negra lida com tantas heranças de Laudelina e de outras mulheres negras, interferindo na cultura política, ao modo que bell Hooks nos ensina, percebendo que enquanto fruto dessas escritas, muitas “heroínas” negras podem e devem entrelaçar as narrativas e os saberes históricos.

Descolonizar as formas como ensinamos e aprendemos história, assim como o que produzimos enquanto fontes, é perceber que dentre outras as questões de raça, gênero e classe são centrais, o não reconhecimento sobre o jugo do “*lugar onde se faz ciência*” ou “*história objetiva*”, disfarça o interesse que deve conduzir o aluno e que não é simplesmente mental, mas sim de apropriação e de sentido, também de entendimento em relação a seus processos históricos, permeados por outras vivências. A busca por esse pertencimento esclarece os lugares sociais muitas vezes intransponíveis, hierarquizados e hegemônicos.

Como ação imediata, é preciso identificar as diferentes vertentes dos feminismos, explicitando as diferenças, encontrando os nossos comuns. É necessário reforçar o movimento feminista enquanto movimento produtor de idéias e práticas inovadoras, que questionam a estrutura social vigente – os domínios entre as nações; os mandos e desmandos do capital; a cristalização do poder como sendo atribuição masculina e branca, entre outros fatores. Torna-se também imperativo um eterno e sensível olhar para o cotidiano e ao redor da casa, mas também para a conjuntura nacional e internacional. Hoje as cercas entre os territórios estão cada vez mais tênues. É imprescindível um olhar ‘planetário’, porém sem perder a dimensão do chão. A infiltração dos ideais feministas em todos os espaços parece ser uma forma de quebrar inércias sociais.¹⁸

O Brasil recentemente, teve a possibilidade de incorporar a experiência negra e indígena não apenas na formulação de conhecimento histórico, como também na busca de soluções para os problemas sócio-políticos que enfrentamos, porém ainda há ausência de análises mais profundas da produção escrita de mulheres negras, e por sua vez as potencialidades que o feminismo negro e diaspórico oferece de contribuição para a História, mesmo com publicações e trabalhos acadêmicos já produzidos, como o de Matilde Ribeiro e Luiza Bairros.

Raça gênero classe social orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que so pode ser entendido em sua multidimensionalidade De acordo com o ponto de vista feminista portanto não existe uma identidade uma pois a experiência de ser mulher se da de forma social e historicamente determinadas.¹⁹

Segundo Hooks, lecionar, educar e escrever para a comunidade negra também é um ato político, fincado nas lutas antirracistas. Conforme Molefi Kete Asante, toda a produção que não atende aos interesses eurocêntricos é marginalizada, isso nos remete a problematizar um “retorno” a temas e sujeitos que na construção da humanidade, historicamente sempre estiveram presentes, mas que foram subjugados e postos a margem, mediante um processo de “escolhas” que foi a modernidade ocidental.

Importante também destacar que essas possibilidades de outros olhares e perspectivas para fontes e construções narrativas históricas, podem contribuir não no

sentido de deslocar uma história eurocêntrica para histórias afrocentradas, mas possibilitar os sujeitos subalternizados à condição de agentes, protagonistas e articuladores de processos históricos e práticas de ensino importantes e não apenas como vítimas. O ensinado não está numa condição horizontalizada, ele está permeado por relações de poder construídas em diferentes campos discursivos.

Considerações Finais

Pensar a elaboração de outras epistemologias que trazem os recortes da *diferença*, encontra-se na busca de uma nova disposição política, um novo modo de ser professor/pesquisador, em particular na História. As falas dos professores encontram-se também imersas na forma como ele usa as fontes, os materiais bibliográficos, os usos em sala de aula no processo de ensino.

Muito embora as perspectivas da História Nova e Annales, pelos ventos da historiografia francesa, tenham norteado as concepções e escritas “renovadoras” sobre a história nos últimos anos, é importante perceber que a visão e o desconhecimento a cerca de formas, culturas e trajetórias históricas ainda não tenham ganhado visibilidade e outras representações. Em análise do número de 1948 da revista Annales, François Dosse questiona: “os artigos da revista concentram-se nos estudos dos tráficos, dos portos, do comércio e da parte litorânea do continente americano, compreendida como chave para o desenvolvimento europeu”. E o que isso pode nos dizer em relação as escritas e saberes produzidos por mulheres negras na escrita da História?

Luandi José Vicêncio olhava o rosto da irmã, que caminhava em círculos. [...] Um dia ele voltaria ao povoado e tentaria recolher alguns trabalhos dela e da mãe. Eram trabalhos que contavam partes de uma história. Uma história dos negros talvez. [...] Ele que levara tanto tempo desejando a condição de ser soldado, em poucos minutos escolhia desfazer-se dela. [...] Compreendera que sua vida, um grão de lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas. Da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar a construir a história dos seus²⁰.

Na reconstituição das “histórias do seus”, pode-se perceber os clamores e demandas de lutas políticas que não expõem somente as fragilidades mas também as agências frente ao racismo, precariedades e vulnerabilidades nos entrecruzamentos que se traduz em resistência á leitura e reconhecimento passivo das história dos antepassados negros.

Esses olhares fomentam discussões no campo epistemológico, reconhecendo diversas formas de validação e racionalidades, compreendendo que a partir desses outros saberes e formas de escrita, podem constituir interlocuções com o conhecimento científico em História, desocultando as “narradoras”.

As narrativas são componentes imprescindíveis no conhecimento histórico e uma ferramenta crucial no ensino e aprendizagem em História, são artefatos do passado e interpretações deste. O papel que as narrativas têm nos suportes da memória, que constituem dimensões entre agentes individuais, porém envolvidos em uma coletividade. A articulação e visibilidade dessas outras narrativas podem potencializar tanto a conformidade quanto o distanciamento, terreno para aprendizagens específicas.

[...] a história anda sobre dois pés: o da liberdade e o da necessidade. Se considerarmos a história na sua duração e totalidade, compreenderemos que há, simultaneamente, continuidade e ruptura. Há períodos em que as invenções se atropelam: são as fases da liberdade criativa. E há momentos em que, porque as contradições não foram resolvidas, as rupturas se impõem: são as fases da necessidade. Na minha compreensão, os dois aspectos estão ligados. A liberdade representa a capacidade do ser humano para inventar, para se projetar para diante, rumo a novas opções, adições, descobertas. E a necessidade representa as estruturas sociais, econômicas e culturais que, pouco a pouco, vão se instalando, por vezes de forma subterrânea, até se imporem, desembocando à luz do dia uma configuração nova²¹.

Essas “novas configurações” dialogam com reflexões em torno de uma consciência histórica, levando a perceber o conjunto de fatores de ordem epistemológica que deslocam a centralidade do ato de ensinar, para campos de reflexões sobre as aprendizagens históricas, relacionando um conjunto de fatores, a saber: temporalidade, narrativas, sujeitos...atribuindo sentido a História Escolar.

A urgência por ressaltar o caráter ético de narrativas históricas antes invisibilizadas por meio de textos bibliográficos e literaturas, embora ainda se trate de documentos escritos, por sua vez, emerge outras dimensões da escrita, na compreensão de que esse traço negro feminino constitui-se também enquanto fragmentos da oralidade.

Tornando-se objeto de investigação esses saberes repensados quanto a sua relação com as práticas no ensino de história: *Que saberes são esses? Qual a sua relação com os alunos? Todas essas questões tocam em pontos como apropriações, elaborações, filiações, gênese, legitimidades, que abrem perspectivas de análise inovadoras.*²² É pertinente perceber que apesar desses esforços, a mobilização dos conteúdos e saberes ensinados e na produção de um conhecimento escolar verdadeiramente descolonizado, muito embora essas articulações entre passado e futuro não devam carregar o peso de alimentar o ressentimento e o triunfalismo, a ideia é resignificar esse gosto amargo, nos levando a transformar-nos a nós mesmos”²³

Referências

BURQUE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), UFBA, 2012, pp. 268-330. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CARNEIRO, Sueli. “*Mulheres em movimento*”. Estudos Avançados, v. 17, n.49, set.-dez. 2003, pp. 117-132. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103401420030003000008&script=sci_arttext Acesso:

ESPÍRITO SANTO, Elizabeth Viana. “*Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista, antirracismo e antissexismo*”. Revista da ABPN, v. 1, n. 1, mar.jun.2010, pp. 52-63. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/24/14>

DOSSE, François. *A história*. Bauru: SP, Edusc, 2003.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Literatura e afrodescendência*. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro>>. Acesso em: out. 2011.

EVARISTO, Conceição. *Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face*. In: MOREIRA, Nadilza de Barros; SCHNEIDER, Liane. (Orgs.) *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Idéia, 2005a.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de Liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Ida Mara. “*Tecelãs da existência*”. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 2, mai-ago. 2014, pp. 565-584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36545> Acesso: 11/10/2016

GONZALEZ, Lélia. “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-244. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf Acesso: 15/11/2015.

GIROUX, Henry. *Os professores como Intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34, 2001.

GALDINO, Daniela. *Tessitura Azeviche. Diálogos entre as literaturas africanas e a literatura afro-brasileira*. Ilhéus: Editus, 2008.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

RIBEIRO, Matilde. “*Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização*”. Estudos Feministas, n. 16, v. 3, set.-dez.2008, pp.987-1004.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300017> Acesso:

WALSH, Catherine (org.) *Pedagogías Decoloniales. Prácticas de Insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Série Pensamento Decolonial, Quito. Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.) *Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora*. Sankofa. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *Escritoras negras contemporâneas: estudo de narrativas — Estados Unidos e Brasil*. Rio de Janeiro: Caetés, 2004.

SHOHAT, Ella e STAM, Robert, *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

¹A base dessa discussão é inspirada a partir das reflexões de bell Hooks presentes no texto Intelectuais Negras in Revista de Estudos Feministas, Ano. 3, 1995.

² Conforme discute Larissa Pelúcio, falar de saberes subalterno não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. In Subalterno quem cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos, estudos queer. Revista Contemporânea, vol. 2, Jul-Dez, 2012.

³ HOOKS, bell. Intelectuais Negras in Revista de Estudos Feministas, Ano. 3, 1995.

⁴ Escrevivências para Conceição Evaristo constituem experiências narrativas por meio de três elementos formadores: corpo, condição e experiência.

⁵ HOOKS, bell. Intelectuais Negras in Revista de Estudos Feministas, Ano. 3, 1995.

⁶ ALVES, Miriam. Bará na Trilha do Vento. São Paulo: Editora Ogum's Toques Negros, 2015.pag.20.

⁷ HOOKS, bell. Intelectuais Negras in Revista de Estudos Feministas, Ano. 3, 1995. pag.469.

⁸ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão Rezende (orgs.) *Jorn Rusen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

⁹ EVARISTO, Conceição. *Diário de Bitita*, São Paulo: SESI SP, 2014. pag. 58.

¹⁰CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, pag.52.

¹¹QUIJANO. Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In *A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Clacso, 2005.

¹² EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*, Rio de Janeiro, Pallas, 2017. pág. 209-211

¹³ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão Rezende (orgs.) *Jorn Rusen e o Ensino de História*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

¹⁴ Idem.

¹⁵ DAVIS, Angêla. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo, Boitempo, 2016.

¹⁶ EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

¹⁷ ALVES, Miriam. *Bará na Trilha do Vento*. São Paulo: Editora Ogum's Toques Negros, 2015.

¹⁸ RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. In *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, setembro-dezembro, 2006.

¹⁹ BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, II semestre, 1995.

²⁰ EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

²¹ SECCO, Maria Lucia Tindó. *Afeto & poesia: ensaios e entrevistas: Angola e Moçambique*: Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2014, p. 45

²² MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História. Entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.84

²³ TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. P.75.

***O NOVO ARGOS SE APRESENTA EM CAMPO: EMBATES
POLÍTICOS E CONCEITUAIS NAS PÁGINAS DE UM DEFENSOR
DA PÁTRIA E DA CONSTITUIÇÃO***

**THE *NOVO ARGOS* IS PRESENTED IN FIELD: POLITICAL AND
CONCEPTUAL CONFLICTS ON THE PAGES OF A DEFENDER
OF THE HOMELAND AND THE CONSTITUTION**

Estevão de Melo Marcondes LUZ*

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir as importantes relações estabelecidas no universo da imprensa periódica Oitocentista, onde atuaram de forma muito significativa e decidida, no contexto de formação de uma opinião pública e de novos espaços públicos de sociabilidade, inflamados escritores públicos, intelectuais, correspondentes e redatores. Para tanto, centra sua análise especificamente nas páginas do jornal *O Novo Argos*, impresso em Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, entre 1829 e 1834. Redigido pelo padre liberal Antonio José Ribeiro Bhering, os escritos do jornal permitem uma leitura acerca dos embates conceituais e políticos estabelecidos no período, das linguagens políticas, da pedagogia liberal divulgada e da verdadeira batalha em defesa da Constituição liberal e da liberdade de imprensa.

Palavras-chave: *O Novo Argos*; imprensa periódica; Antonio José Ribeiro Bhering; Brasil Império; Ouro Preto (MG).

Abstract: This paper's purpose is to discuss the important relationships established in the periodical press universe of the 19th century, where they acted in a very significant and decisive way, in the context of forming a public opinion and new public spaces of sociability, fiery public writers, intellectuals, correspondents and editors. For this reason, it focuses the analysis specifically on the pages of the newspaper *O Novo Argos*, printed in Ouro Preto, the capital of the province of Minas Gerais in that period, between 1829 and 1834. Written by the liberal priest Antonio José Ribeiro Bhering, the newspaper's writings allow a reading about the conceptual and political conflicts established in the period, of political languages, the liberal pedagogy published and the real battle in defense of the liberal constitution and freedom of the press.

Keywords: *O Novo Argos*; periodical press; Antonio José Ribeiro Bhering; Empire of Brazil; Ouro Preto (MG).

* Doutor em História – Residente Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: estevaoluz@gmail.com

Apresentação

A 10 de novembro de 1829 saiu à luz, na Imperial Cidade do Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, o periódico liberal denominado *O Novo Argos*. Era “redigido pelo reverendo Antonio José Ribeiro Bhering” e esperado como “mais um campeão das liberdades pátrias, pronto a arrostar todos os perigos, com tanto que de tão graves sacrifícios resulte qualquer bem à Sociedade” (O UNIVERSAL, 1829). Assim era esperançosamente anunciada a nova folha pelo jornal *O Universal*, um de seus principais aliados das fileiras liberais. O *Astro de Minas*, outro “campeão das liberdades pátrias”, anunciava a nova folha como um “Periódico Constitucional e bem redigido” e afirmava: “dizer que o Sr. Bhering é o seu redator, é o maior elogio que podemos fazer a nova folha” (ASTRO DE MINAS, 1829).

Em São Paulo, o redator do *Farol Paulistano* teceu elogios às ideias e intenções apresentadas pelo *O Novo Argos* que, “mostrando grande amor ao Sistema Monárquico-Constitucional Representativo, a par de mui sãs ideias acerca da índole do mesmo sistema, dos deveres e direitos dos cidadãos”, prometia “instruir o público com artigos já extraídos dos melhores publicistas, já das outras folhas liberais”. O redator do jornal paulista elogiava a atitude do *O Novo Argos* e convocava “a todos os amigos da Liberdade que o auxiliem na sua assaz penosa tarefa”, encerrando sua breve análise com a frase: “merece muito ser lido o *Novo Argos*” (O UNIVERSAL, 1830).¹

A redação do jornal mineiro estava nas mãos de um jovem liberal, reconhecido por seus contemporâneos como um intelectual promissor e um escritor público combativo. Trata-se do padre Antonio José Ribeiro Bhering, que havia acabado de ser demitido do cargo de lente de Filosofia do *Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte*, em Mariana, em função de suas ideias e de seu posicionamento político. Entusiasmado com o liberalismo do período, Bhering defendia arduamente a liberdade de imprensa e de pensamento. Já escrevia artigos para folhas como *O Universal* antes mesmo de dirigir *O Novo Argos*. Suas análises não disfarçavam a sua convicção liberal, sua crença nas nascentes instituições brasileiras, na Constituição e na força da palavra impressa. Sua demissão, ocorrida em fins de 1829, marcou o início das graves desavenças travadas com o bispo de Mariana, D. Frei José da Santíssima Trindade, mas também abriu novas portas ao jovem professor. Ele iniciou com determinação sua atuação na política e na imprensa periódica.

Ao longo de sua trajetória o padre teve uma importante atuação política e social, tanto na província, como na Corte. Fundou em sua residência, em Ouro Preto, um dos primeiros gabinetes de leitura de que se tem notícia naquela capital. Ali ensinava gratuitamente aos jovens pobres, realizava reuniões para discussão de autores do liberalismo e disponibilizava sua biblioteca e jornais de diferentes províncias para leitura. E enquanto representante político continuou a lutar em prol do desenvolvimento da instrução pública.²

Foi vereador em Mariana, deputado provincial e deputado geral, atuando na Câmara dos Deputados na 3ª legislatura (1834-1837) e eleito para a 5ª legislatura, que teria início em 1842, mas foi dissolvida por decreto imperial. Fez parte do Conselho Geral da Província, em seu segundo (1830-1833) e terceiro (1834) mandatos, quando foi extinto pela lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional) e criou-se a Assembleia Legislativa Provincial. Nesta foi deputado em várias legislaturas. Sua atuação na imprensa periódica também foi destacada, tendo atuado diretamente em jornais mineiros e do Rio de Janeiro.

Bhering deixou a redação do *O Novo Argos* em abril de 1830, tendo sido substituído por outros reconhecidos liberais “patriotas”: primeiramente por Herculano Ferreira Pena, que assume logo após sua saída; e depois, em 1834, Pena foi também substituído pelo padre José Antonio Marinho, um liberal radical, preso entre os revoltosos de 1842.³ Bhering, no entanto, seguiu carreira na imprensa periódica. Em 1832 fundou outro periódico, intitulado *O Homem Social*⁴, publicado na cidade de Mariana, e tempos depois foi convidado a escrever e atuar em jornais da Corte.

Quanto às referências filosóficas indicadas diretamente pelo padre Bhering, enquanto atuava como redator do *O Novo Argos*, uma aparece em destaque como citação na primeira folha do jornal. Na página de abertura de sua primeira edição, *O Novo Argos* publica uma interessante citação em francês do abade De Pradt⁵ – *Le genre humain est en marche, et rien ne le fera retrograder*. Seu redator era leitor assíduo de autores franceses, além de professor público de língua francesa em Ouro Preto, e estas leituras influenciaram decisivamente seu pensamento, sua atuação política e seus escritos na imprensa. Passamos, então, para análise das edições do jornal.

As primeiras edições e o posicionamento conceitual

De Pradt, assim como seu conterrâneo o abade Raynal⁶, traçou prognósticos a respeito das emancipações no continente americano, defendendo que não apenas a América espanhola, mas também a portuguesa, iria se emancipar da metrópole europeia. “Os livros do abade De Pradt eram praticamente obrigatórios nas bibliotecas dos homens de letras e da política das três primeiras décadas do Oitocentos no Brasil”, afirma Marco Morel. Não por acaso, o redator Bhering abria o periódico com uma citação deste teórico, dando indícios importantes a respeito do caminho a ser trilhado pela folha. Morel sugere que De Pradt era “considerado ao mesmo tempo discípulo e demolidor de Raynal: podemos dizer que este era um dos filósofos iluministas do século XVIII, ao passo que aquele estava mais em sintonia com os liberalismos do século XIX” (MOREL, 2005, p. 620 e 621).

Raynal é considerado um dos inspiradores da Revolução Francesa e suas obras, publicadas a partir da década de 1770, aportaram na América portuguesa junto com experiências históricas intensas e marcantes, que geraram questionamentos importantes, como a independência dos EUA em 1776 e a Conjuração Mineira e Revolução Francesa em 1789. Em seguida, a “experiência hispano americana”, como denominou João Paulo Garrido Pimenta, com os rompimentos seguidos das ex-colônias espanholas com sua metrópole, também tiveram impacto no mundo luso americano.

Desde as décadas finais do século XVIII, portanto, o mundo ocidental vinha se transformando com o surgimento de obras que traziam consigo novas teorias e que possibilitaram a formação e ampliação dos espaços públicos de reflexão. Estas teorias abriram caminho para se pensar a inevitabilidade e a possível benignidade do rompimento entre Velho e Novo Mundo para os americanos. De Pradt, por exemplo, publica em 1817 duas importantes obras: *Des colonies et de la révolution actuelle de l'Amérique* e *Des trois derniers mois de l'Amérique et du Brésil*. Os “prognósticos se fizeram intensamente presentes nos espaços públicos de discussão política luso americanos e seu nome cada vez mais uma referência positiva”, neste caso, para aqueles indivíduos que acreditavam nos benefícios do rompimento entre Brasil e Portugal (PIMENTA, 2010, p. 94).

Em relação à repercussão destes postulados no Brasil, Morel defende que eram “polissêmicas de acordo com cada personagem ou momento” já que haviam variados atores e grupos políticos letrados americanos que, assim como as vertentes teóricas, não eram homogêneos e coerentes. Havia a questão do acesso a tais obras, tendo a imprensa periódica cumprido um importante papel na divulgação de trechos traduzidos e análises

das mesmas. Os jornais eram mais acessíveis que os livros, custavam “o equivalente a um centésimo do preço de um livro do abade De Pradt, por exemplo”. Ainda assim, os jornais não se comparavam com os variados folhetos que circulavam na época, muitos sendo distribuídos gratuitamente. Ou seja, “mesmo quem não tinha acesso a tais livros poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa” (MOREL, 2005, p. 623).

Tania Maria Bessone Ferreira demonstra que desde suas origens no Brasil, a imprensa “cumpriu o papel de divulgar, comentar e avaliar livros e publicações que considerava de cunho civilizador”. Por este motivo, era muito comum nas páginas da imprensa periódica daquele período a publicação de extratos e resenhas de textos que o redator considerava fundamentais para pautar suas ideias e fomentar a função pedagógica dos jornais. O redator ou editor “procurava trazer aos seus leitores ensinamentos e orientações, tentando aproximá-los dos interesses que julgava importantes para serem recebidos por um público maior, do qual o jornalista seria o porta-voz, e intérprete” (FERREIRA, 2007, p. 189).

Mesmo com a Independência efetivada, estava claro que não significava o fim de muitas práticas e tradições “absolutistas”, de cerceamento da liberdade de expressão. Aquela não representava de imediato a adoção de um sistema constitucional que efetivamente satisfizesse aos anseios de um grande e heterogêneo Império. Este era, portanto, o grande desafio para o Brasil enquanto corpo político autônomo. Este foi o panorama que *O Novo Argos* enfrentou com seus escritos e seu ativismo, fiel a seus aliados, implacável com os inimigos.

No momento em que começou, então, estava em jogo a preservação da Independência, a defesa da Constituição, de um projeto liberal para a nação e da liberdade de imprensa. Estas bandeiras englobavam, ainda, o combate aos discursos e atitudes considerados retrógrados, a vigilância em relação aos atos arbitrários, individuais e coletivos, enfim, da busca por reforçar as garantias conquistadas desde a Independência. Os cem olhos do *O Novo Argos*⁷, neste sentido, estariam sempre atentos em relação a seus propósitos, aliados e inimigos.

Nesta perspectiva, em seu primeiro número foi publicada uma dedicatória aos conselheiros da província, cujo “decidido afinco, que tendes manifestado à todas as luzes para com a Liberal Constituição, e a Sagrada Pessoa S. M. I. e C., é o principal móvel da minha oferta” (O NOVO ARGOS, 1829). Seu *Prospecto* é particularmente interessante, trazendo elementos importantes para compreensão da missão a que se

destinava aquele periódico e do caminho sabidamente espinhoso que seu redator teria de percorrer na defesa da Pátria e da Constituição.

Nele estava identificada de forma bastante clara a imbricada batalha travada por escritores do período e suas respectivas posições políticas. “Eu trairia a Augusta prerrogativa de Cidadão Brasileiro, se olhasse com apática indiferença a grande luta entre escritores absolutistas e constitucionais”, afirmava o redator. E operando com os conceitos de América e americano, destacava que “seria indigno do nome de Americano, se não entrasse na fileira, se não dos Campeões, ao menos dos Soldados da Liberdade Brasília, para debelar os que escandalosamente a hostilizam” (O NOVO ARGOS, 1829).

A linguagem adotada no *Prospecto* contém elementos que indicam aspectos da personalidade do redator, quando intencionalmente lança mão de expressões como “me abalanço a redigir esta folha”, “conheço o quanto é superior às minhas forças o cargo de escritor público” e “a escassa luz da minha razão” (O NOVO ARGOS, 1829). Mas sua linguagem era refinada, articulada e o redator também deixava clara a sua erudição em relação às leituras filosóficas, conhecimento histórico e dos direitos e deveres dos cidadãos.

O correspondente denominado “Inimigo da impostura” diz em relação ao *Novo Argos* que

a seriedade, pureza de linguagem, e sobretudo o liberalismo que respira bem dão a conhecer, que o seu redator é muito capaz de manejar destramente as armas contra todos aqueles, que pretenderem com seus escritos subverter a ordem entre nós estabelecida, e de defender intrepidamente os direitos de qualquer cidadão oprimido pela injustiça e arbitrariedades. Aos meus patrícios, e a mim mesmo dou parabéns, quando aparece entre nós um cidadão dotado das luzes, que tão necessárias são para fazer conhecer aos povos o caminho que nos pode conduzir a felicidade (O UNIVERSAL, 1829).⁸

Com relação à utilização dos conceitos de América e americano, “é no contexto da Conjuração Mineira (1789) que o termo América assume um conteúdo político importante e novo”. João Feres Júnior e Maria Elisa Mäder identificaram que o conceito foi empregado muitas vezes nos *Autos da Devassa* e por ambos os lados envolvidos: o dos conjurados e o das autoridades portuguesas que participaram do inquérito. Naquele momento o conceito estava ligado à ideia de república, liberdade, revolução e sedição (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 30-32).

Outro ponto chave para a análise do conceito refere-se à emblemática carta enviada por José Joaquim da Maia, estudante em Montpellier, a Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos da América em Paris. A intenção do brasileiro seria angariar ajuda militar para a Independência do Brasil. “Neste documento, o conceito de América é central. Maia opõe a América à Europa, a liberdade americana à escravidão imposta pelos europeus, e os Estados Unidos são tomados como exemplo a ser seguido”. A ideia defendida era a de Novo Mundo, de unidade geográfica, mas também havia um conteúdo fortemente político que se referia à “conquista da liberdade frente à Europa”. No entanto, no momento da Conjuração Mineira e da carta de Maia, o sentido era outro e o debate ainda era marginal. Somente com a “intensificação da agitação política durante o período de emancipação e construção do Estado nacional brasileiro, [...] o termo América passa a ser empregado com mais frequência no debate público” (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 32).

Neste período já seria comum, também, a diferenciação entre América do Norte, setentrional, para se referir aos Estados Unidos, e América do Sul, meridional, espanhola. O conceito, no entanto, era claramente empregado com diferentes conotações pelos diferentes agentes políticos. O significado dependia, então, do lugar de onde se falava. A América hispânica, como ressaltam Feres Júnior e Mäder, podia assumir significados diversos e antagonicos. Analisando o conceito e sua relação com as tendências de centralização e descentralização do Império os autores afirmam:

no discurso político dominante na Corte, que pretendia impor ao resto do país um projeto político de império centralizado e unificado, a América hispânica muitas vezes é identificada à república, à barbárie, à anarquia e à fragmentação política, todos conceitos com forte conteúdo negativo. Já no discurso das províncias que defendiam projetos políticos divergentes e alternativos aos da Corte, como, por exemplo, Pernambuco, a América aparece com um significado positivo, identificada à república, ao federalismo e à liberdade (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 32).

Desta forma, investigando os vários “lugares de enunciação”, relativos à primeira metade do século XIX, os autores se deparam com a figura do revolucionário pernambucano Frei Caneca, redator do *Typhis Pernambucano*, periódico publicado entre 1823 e 1824, no qual a América aparece como “Novo Mundo” e identificada aos interesses dos “verdadeiros patriotas brasileiros”. O conceito alavancava debates e estabelecia divisões políticas e também geográficas. Os portugueses eram identificados ao absolutismo, ao projeto de centralização do Império, assim como a elite brasileira

que vivia na Corte, taxada de “europeus transplantados na América”. Tomando o devido cuidado, citamos o exemplo de Frei Caneca. Em dado momento ele defende a monarquia constitucional, mas em outro exalta a doutrina Monroe, a ideia da América para os americanos, quando critica a dissolução da Assembleia Constituinte pelo imperador em 1823, afirmando que daquela forma o Brasil se distanciava do resto da América. Para ele e seus “conterrâneos revolucionários, a América estava associada à liberdade local, federalismo e república, numa chave eminentemente positiva” (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 33).

Os diferentes lugares de enunciação refletem, conseqüentemente, diferentes leques semânticos. Em oposição ao ambiente revolucionário vivenciado por Frei Caneca, estavam os textos que circulavam no ambiente da Corte, como aqueles publicados pelo *Correio Brasiliense*⁹, onde os usos que se fazia do conceito eram significativamente diferentes. Publicado em Londres entre 1808 e 1822 por Hipólito José da Costa, o jornal foi uma das principais fontes de informação a respeito dos processos de independência das colônias espanholas. Afirma-se que foi um dos principais modelos para o jornalismo brasileiro do período, tendo influenciado sensivelmente as elites políticas do Império. Os usos que o jornal faz do conceito refletem as ideias e intenções de seu redator, um monarquista constitucional que entendia a América como Novo Mundo, relacionada à liberdade, que via a Independência do Brasil como algo inevitável e próximo de se realizar, mas que também temia o republicanismo pela possibilidade de gerar anarquia.

Tal visão era compartilhada por figuras de grande expressão política como José Bonifácio de Andrada e Silva, defensor do regime da monarquia constitucional como alternativa para o Brasil. Feres Júnior e Mäder identificam, no caso dos usos presentes no *Correio Brasiliense* e no pensamento de José Bonifácio, um “alargamento semântico do conceito, que passa a expressar uma tensão entre o valor positivo da liberdade e a negatividade de seu abuso, ou excesso” (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 36).

É, portanto, neste caminho que parecem seguir as ideias e os textos do redator do *O Novo Argos*, que se posicionou publicamente em diferentes momentos como um monarquista constitucional, um liberal moderado, muito embora os adjetivos contrários lançados por seus adversários políticos. Visto em seu tempo como um indivíduo combativo, redator de uma folha liberal e entusiasmado com as novidades de seu tempo, ele seria também uma destas vozes que fazia repercutir tais ideias pela província de Minas Gerais, este pedaço da América encravado nas montanhas do interior do Império.

Por outro lado, temos a visão de Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, que em momento pouco posterior e em função de seu posicionamento político, atribuiu ao conceito sentidos que diferem dos anteriores. Uma das vozes mais fortes na defesa da centralização política, Uruguai estabeleceu uma diferenciação importante entre a América meridional e os Estados Unidos da América. Este seria um “daqueles afortunados países onde o povo é homogêneo, geralmente ilustrado e moralizado, e onde a sua educação e hábitos o habilitam para se governar bem a si mesmo” (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 36).

Aquela, por outro lado, “tem organização política constantemente mutável. Quase não tem organização administrativa. Tudo é precário e depende do arbítrio dos chefes da revolução”. Com relação à América meridional, o conceito é sinônimo de anarquia, revolução, desordem, barbárie e instabilidade política. Para Uruguai tais características não deveriam ser tomadas como exemplos no Brasil, sendo transformadas em um ponto fundamental do discurso dos defensores da centralização, como ele próprio, para quem era necessário rejeitar completamente o modelo republicano da América espanhola (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 36).

Tendo, então, como referência o momento da Independência e de sua consolidação, o “significado político do conceito de América variava entre a associação positiva com o conceito de liberdade e à associação negativa ao exemplo de anarquia, desordem e instabilidade política das repúblicas hispano-americanas”. Os autores sugerem que “os defensores da monarquia constitucional não raro expressavam em seu discurso as contradições decorrentes do inchaço semântico do conceito, por vezes louvando a liberdade americana e outras deplorando o exemplo hispano-americano”. O conceito, portanto, variava de acordo com as intenções daquele que dele fazia uso e seus significados delimitaram posições e projetos políticos no Império (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009, p. 37).

O redator do *O Novo Argos*, por sua vez, operava com os conceitos de América e americano supondo a liberdade, a defesa da Independência, a oposição intencional com relação ao Velho Mundo e contra os resquícios absolutistas presentes no Império. Ao contrário de Caneca e dos “patriotas” revolucionários de Pernambuco, defendia um projeto político representado pela monarquia constitucional, não fazendo referência à república e federalismo, em posicionamento semelhante ao do *Correio Brasiliense*. Tal posicionamento, aliado à sua filiação e convicção no projeto do “partido” liberal, não

impediu que o jornal e seu redator fossem taxados por adversários de republicanos e revolucionários.

Isto se deve, possivelmente, às ambiguidades específicas do Brasil. Lucia Maria Paschoal Guimarães ressaltou que a doutrina liberal no Brasil teria sido ao mesmo tempo “revolucionária – no que se refere à emancipação política e à destruição de instituições político-administrativas tradicionais – e conservadora – quando se tratava de manter a ordem interna vigente”. E em certos momentos tal ambiguidade aflorava, “sobretudo durante a primeira metade do período das Regências (1831-1836), época em que se tornou corrente o uso da expressão ‘liberalismo moderado’ no discurso político brasileiro” (GUIMARÃES, 2001, p. 104).

Ideias e conflitos de um aguerrido periódico

Em 07 de setembro de 1829, aniversário da Independência e momento de comemorações por todo o Império, *O Novo Argos* publicou um artigo analisando os motivos e as consequências da Independência dos EUA para os países europeus, observando que o Velho e o Novo Mundo estavam claramente em conflito e que as profundas transformações em andamento acabariam por moldar o futuro de ambos.

Se houvéssimos de julgar do comportamento da Europa relativamente aos negócios da Península pelos princípios proclamados nos congressos de Verona, de Viena, de Laybaic principalmente, onde o direito da legitimidade recebeu a última Sanção das Altas Potências Continentais, não seríamos temerários, asseverando, que de certo se decidiria pela Carta Constitucional, e pelos direitos sagrados da Sra. D. Maria II: mas a simples leitura da história dos Estados Unidos da América, e da França moderna ministram razões poderosas, que nos compelem a pensarmos, que o interesse é o único Norte de sua conduta, e que os seus princípios são invioláveis, enquanto não vão de encontro à sua política ambiciosa (O UNIVERSAL, 1829).¹⁰

A discussão gira em torno da ideia de soberania e, principalmente, do princípio da legitimidade defendido no *Congresso de Viena* e nos demais citados. As transformações geradas pela mudança de sistema de governo para a República ocorreram não apenas nos Estados Unidos da América, ou no continente americano, mas também em solo europeu com a queda de Luiz XVI na França. A “política ambiciosa” das potências europeias direcionava, portanto, as suas decisões políticas e seu posicionamento frente aos acontecimentos lá e cá. Os referidos congressos

representavam as intenções existentes, após a derrota de Napoleão Bonaparte, de redesenhar o mapa político da Europa e restabelecer os tronos às famílias reais destronadas. Neste sentido, buscava-se também a restauração da ordem absolutista do Antigo Regime, intervir nos processos de independência do continente americano e, no caso do Brasil, um possível retorno à sua antiga condição de colônia. Contra a *Santa Aliança* teria surgido, portanto, a *Doutrina Monroe*.

Neste sentido, o texto do *O Novo Argos* parece representar também certa crítica à república, pois ressalta que quando a “Inglaterra Constitucional lutava com as ex-colônias Americanas, viu-se o espantoso fenômeno do reconhecimento categórico de uma nova república pelos Monarcas Absolutos da Europa”. Mas, para estes, o “aniquilamento da Inglaterra era o único ponto que se tinha em vistas”. Desta forma, os “governos europeus, [...] cegos pelo ódio à Inglaterra só encaravam nesta luta o gosto de a humilharem, sem atinarem, que perante eles se ventilava a grande questão de sua futura existência” (O UNIVERSAL, 1829).¹¹

Refletia, então, acerca dos conceitos de liberdade, autonomia, legitimidade e dos interesses entre as nações ocidentais e suas respectivas implicações políticas e sociais. Na visão de seu redator “as luzes da Constituição” seriam o “mais poderoso adversário da Santa Aliança”. Não era mera coincidência o fato de seu texto ter sido publicado na edição do dia 07 de setembro, data comemorativa da Independência do Brasil, este “dia venturoso”, que “rompeu o último elo da cadeia Colonial, que por mais de três séculos nos oprimira o despotismo” (O UNIVERSAL, 1829).¹² A própria palavra despotismo estava ligada à negação da liberdade e remetia à figura de um soberano absoluto e independente das leis. Podia ser entendida, ainda, como “uma política privada, circunscrita ao círculo restrito da Corte”, a partir da qual se poderia “usurpar aos povos os seus direitos” (NEVES, 1999, p. 6).

Seguindo por este caminho, *O Novo Argos* reproduz trechos grandes das obras de De Pradt nas quais aparecem novamente a oposição fundamental entre América e Europa. O texto trata da autonomia entre as nações, da liberdade dos governos e, principalmente, do livre comércio mundial, onde a América tinha já um papel destacado.

A América arrancada a Europa, e entregue a América! Um mundo inteiro pertencendo finalmente a si mesmo! Todas as partes do globo chamadas a lutar entre si com todas as faculdades do seu solo e do seu clima, luta proibida até agora pelos interesses respectivos dos possuidores Europeus! Os Pavilhões da América flutuam livremente

em todos os mares, correndo em alguns dias, ou em algumas semanas os espaços, que os Pavilhões Europeus não podem devassar se não em meses! (O NOVO ARGOS, 1829).¹³

De Pradt conclui o trecho de forma emocionante, conversando com o Criador sobre a sua mais sublime criação, a América, este continente prodigioso, diferente de todo o resto do mundo. Dizia: “Recebe as minhas ações de Graças, por me haveres concedido a dilatação de meus dias até assistir à Aurora das novas felicidades, e grandezas, que nos prepara a Liberdade deste maravilhoso continente”. E agradece por “teres favorecido o cumprimento dos votos, que eu há tantos anos faço para chegar ao que hoje nos é dado ver” (O NOVO ARGOS, 1829).¹⁴

Em outro momento o jornal publica um artigo com duras críticas à chamada *Sociedade Japônica*¹⁵, também conhecida por *Sociedade das Colunas*, que oportunamente era anunciada por seus integrantes como um “ajuntamento de homens na Capital de Pernambuco, para sustentáculo da Constituição do Império, e do Imperador, com ramificações (segundo é fama) por todas as Províncias”. Em seu texto, porém, o jornal sugere que com estes “dulcificados termos” buscava-se “imbuir os incautos”, pois “quando se pretende lançar por terra aquilo, que o povo mais adora, costuma-se lançar mão daqueles meios que ao primeiro intuito não indiquem o fim premeditado” (O UNIVERSAL, 1829).¹⁶ Esta sociedade, segundo ele, buscava consagrar o servilismo e pretendia

retrogradar ao Egito, onde ainda ressoa o horrível estrondo de férreas cadeias: abandonar a terra da Promissão, onde vegeta com assombro a frondosa árvore da encantadora liberdade; eis o fim único daquela execranda seita, que polui a terra da Santa Cruz (O UNIVERSAL, 1829).¹⁷

O Novo Argos lança questionamentos centrais, sem deixar de lado a ironia, as figuras de linguagem e a citação de experiências históricas traumáticas de outras épocas.

Necessitará por ventura o Trono Brasileiro para sua manutença do insignificante auxílio de um Club condenado pela lei? Necessitará dos braços desses miseráveis perjuros, dessa vil escória, um Trono, que se assenta sobre diamantinos pedestais = os constantes e amorosos corações do Leal povo brasileiro? A Constituição do Império dependerá do fraco escudo de homens sem caráter? [...] Não tem a Constituição do Império para sua defesa imensas falanges Brasileiras? Não tem a invencível Égide de valentes Militares que a proclamaram, e juraram mantê-la até com o sacrifício da própria vida? É possível pensar-se que a Constitucional tropa Brasiliense, que cobriu-se de

gloria, na época feliz da Independência, e emancipação da Pátria dependa da Sociedade Japônica para sustentar a Constituição? (O UNIVERSAL, 1829).¹⁸

O surgimento da *Sociedade Japônica* vinha sendo debatido em outros periódicos do Império e afirmava-se que seus membros possuíam jornais em diferentes províncias. Havia, por parte das folhas liberais, uma proposital oposição alavancada com a utilização do conceito de americano. Operando com este conceito *O Novo Argos* se referia ao sistema constitucional, à liberdade consagrada, ao solo brasileiro como parte do continente americano, ao Novo Mundo, e à religião Católica Apostólica Romana. O jornal chega a sugerir à *Sociedade Japônica* que se quisesse “proclamar o governo absoluto” deveria primeiro arrancar o “Brasil do Continente Americano” e, se possível, mudar “a firmeza Constitucional do nosso Imortal Libertador”. E referindo-se a D. Pedro I, afirmava: “um sceptro de ferro não cabe na Augusta mão daquele que empunha o ramo da Oliveira entre seus prediletos filhos” (O UNIVERSAL, 1829).¹⁹

A discussão sobre o reconhecimento daquela sociedade chegou à Corte, onde também não havia consenso sobre as suas finalidades. O então Ministro da Justiça, “respondendo aos Srs. Deputados sobre a *Sociedade Japônica*, disse que seus Membros tinham pedido licença ao governo, que os Estatutos que apresentaram, não eram contrários à boa ordem”. Já o Ministro do Império “disse que não achava conveniente permitir-se tais Sociedades, porque podiam causar muitos males à Nação ou ao Governo, embora apresentassem motivos inocentes para sua reunião” (O UNIVERSAL, 1829).²⁰

A inimizade entre escritores públicos também aparece nas páginas do *O Novo Argos*. O jornal lança uma crítica aos “escritores servis vendidos ao poder”, cujas publicações e “pérfidos manejos” frente ao público leitor visavam “menoscabar com negras calúnias o crédito dos Deputados liberais e dos mais cidadãos afetos ao regime Constitucional”. A sua intenção seria “tornar o Brasil ao antigo sistema conservando-lhe, porém as insígnias, e vestes constitucionais” (O NOVO ARGOS, 1829). E para este fim, prosseguia seu redator,

os servis desacreditam todos os Constitucionais, para que desacreditados estes, possam a seu bel prazer dirigir as Eleições, afastar os Liberais dos empregos eletivos, destruir na Constituição tudo quanto é garantia do cidadão, e iludir os povos com aparências constitucionais (O NOVO ARGOS, 1829).

Este embate entre os “escritores liberais” e aqueles taxados de “cativos”, “ministeriais”, “servis”, é constante e aparece em quase todos os periódicos do período. *O Novo Argos* buscava combater as agressões e insultos dizendo ignorar tais provocações. Em relação a um correspondente denominado “Pateta”, dizia que pretendia “guardar profundo silencio a todos os insultos, que contra nossa pessoa, e não contra nossos escritos tem prodigalizado”. Buscava, assim como pregava em muitos de seus textos, minimizar os ataques pessoais e a difamação, algo que para ele o “Pateta” parecia cultivar. Dizia:

Pode o Pateta a seu bel prazer derramar sobre nós o fel da calunia, pode produzir em desabono nosso as mais nojentas expressões: pois estamos persuadidos, que manejando tão varonilmente a arma do sarcasmo acredita-se muito para com os do seu partido, que estúpida, ou maliciosamente se persuade, que a defesa da Religião, e do Trono firma-se nos discursos infames, do Pateta, e de outros [doidos], como o Pateta (O NOVO ARGOS, 1829).

Em novo artigo, publicado em janeiro de 1830 e sugestivamente intitulado “Traição contra o Brasil”, *O Novo Argos* analisava as provas e traçava um histórico detalhado de um suposto plano no qual se “projetava reduzir a escravidão o Brasil e tornar a uni-lo a Portugal”. Afirmava que alguns ministros demitidos procuravam “tornar vitalícios em suas pessoas os Empregos do Ministério; e julgaram que o meio mais acertado era a concepção de um vasto plano, cuja execução sendo muito prolongada obstará a suas demissões” (O NOVO ARGOS, 1830).

Diziam os tais ministros que a

Santa Aliança e a Inglaterra não consentiam no Governo da Senhora D. Maria II, sem que em Portugal reinasse a tirania, e que não sendo compatível, que um Monarca Constitucional governasse Portugal despoticamente, convinha também a proclamação do absolutismo no Brasil, para então ser destronado D. Miguel, e tornar a soldar-se o Brasil com Portugal (O NOVO ARGOS, 1830).

O absolutismo, de acordo com o tópico “História da Traição”, havia sido proclamado em 12 de outubro de 1829 e a “maior glória” deste plano cabia ao Sr. José Clemente Pereira, que ocupara diferentes cargos e ministérios. Em Ouro Preto, após o boato ter-se espalhado por todo o Império, “temia-se e muito este grande atentado naquele memorável dia”. Houve uma suposta sondagem pública, que resultou contrária ao plano, assim como movimento de tropas, perseguições, demissões e, no plano

político, a proposição de um projeto de criação de dois batalhões portugueses. Na província de Minas Gerais os chamados “telegráficos”, conservadores ligados ao jornal *O Telegrapho*, estariam associados a este plano (O NOVO ARGOS, 1830).

Ocorre que em função da resistência por parte de alguns presidentes de província, que não haviam sido demitidos, a execução de tal plano teria sido adiada para o dia primeiro de dezembro daquele ano. Afirma-se que até mesmo uma lista teria circulado com os nomes dos cidadãos que deveriam ser assassinados na Corte e nas províncias por serem “republicanos”. Os supostos traidores do Brasil diziam que tais mortes “eram muito necessárias, porque se descartavam assim dos liberais e com o patriotismo dos ricos podiam recompensar os que trabalhassem na queda da Constituição”. O artigo visava claramente atacar o “ministério Clementino” que havia sido demitido pelo imperador, possibilitando que a paz fosse restituída. Ao mesmo tempo, não deixava de ser um claro manifesto de apoio ao novo ministério que, por sua vez, haveria de “livrar o Brasil dos Presidentes e Comandantes de Armas que o tem flagelado” (O NOVO ARGOS, 1830).

A repercussão da queda do “Ministério Clementino” gerou uma nova troca de farpas entre *O Novo Argos* e *O Telegrapho*. O redator deste último questionava o outro redator sobre quem o havia constituído procurador do povo mineiro para dizer “deseja-se a mudança na administração pública”, a cuja pergunta respondeu *O Novo Argos*: “o dever imposto a todo o Cidadão de velar na prosperidade do seu país natal”. Afirmava que dissolvido aquele ministério pelo Imperador seria natural que o povo desejasse “a mudança das suas criaturas”. E rebatendo ao redator do *O Telegrapho*, em relação às suposições de que havia republicanos atuando na província, questionava “quem o constituiu procurador para denunciar Repúblicas em Minas” (O NOVO ARGOS, 1830).

Em outro momento *O Novo Argos* chega a sugerir que “seria desgraçado o Brasil” caso as “mãos Portuguesas continuassem a reger o leme do Estado; isto é se continuasse o Ministério Clementino, que procurava só os interesses de Portugal, deixando ao abandono os negócios do Brasil”. E no calor da polêmica *O Telegrapho*, replicando contra aquele redator, troca os termos por ele empregados. *O Novo Argos*, então, retruca com firmeza: o “cadavérico Telegrafo não diz o que preferimos, expressasse maliciosamente desta maneira: *Brasileiros adotivos*”. E desta forma lamenta o fato de aquele redator “inverter todos os termos do jornalismo”, pois apenas desta forma “poderá continuar sua infame carreira”. Assim, aproveitando-se da polêmica *O Novo Argos* explica que o termo empregado em suas páginas teria sido “Portugueses, que

segundo o sentimento daquele nosso Art. significa o *Brasileiro indigno, que conspira contra a sua Pátria em prol de Portugal*” (O NOVO ARGOS, 1830).²¹

Em outro duro confronto travado entre *O Novo Argos* e *O Telegrapho* aparecem algumas opiniões bem expressivas do posicionamento e pensamento de seus respectivos redatores. *O Novo Argos*, para iniciar seu “Golpe de vista sobre o Telegrafo”, cita uma passagem de Salústio relativa à *Conjuração de Catilina*, quando na defesa de Júlio César, travou grave conflito com Cícero em função da defesa de seus respectivos interesses políticos, em momentos que marcaram o fim da República em Roma. Faz referência a este histórico episódio para contestar as ideias divulgadas pelo *O Telegrapho* que afirmava haver “dois partidos dominantes no Brasil”: um seria o dos liberais “que avaliados pelos seus escritos persistem na ideia de que o Brasil devia ser um estado composto de Repúblicas federadas”; o outro seria o “dos Constitucionais amantes da ordem”. Tal afirmativa soa para *O Novo Argos* como uma “estúpida asserção”, uma “heresia política” cuja pretensão era insuflar a ideia enganosa de que o partido dos liberais seria o “perturbador do sossego público”, assim como “anárquico e destrutivo do regime adotado”. Interessante é que *O Telegrapho* sugeria, em relação aos escritores públicos, que “por necessidade da Ordem devem haver escritores de um, e outro partido, a fim de ventilarem em pública discussão as ideias e tendência de cada um deles” (O NOVO ARGOS, 1830).²²

Rebate *O Novo Argos*:

Ora poderá haver contradição mais saliente? Pois tu, confessas, que os escritores liberais são demagogos e forcejam *totis viribus* para proclamar uma República, tu os apelidas anárquicos, perturbadores do sossego público, tu dizes que eles formam um partido dominante, e agora asseveras que a ordem mesma requer que hajam tais escritores!!! Ora dize-nos, escritor das dúzias, a felicidade de um Estado consiste em possuir no seu grêmio dois partidos diametralmente opostos? O seu bem ser dependerá de Escritores revolucionários, anarquistas, como denominas aos Liberais? [...] Ainda dirás que és amante do Brasil, fazendo consistir sua felicidade na posse de anarquistas? Ou deves confessar que os escritores liberais são anárquicos &c. &c., e que por consequência devem ser asperamente castigados, como perturbadores do sossego público, como exige o bem da ordem; ou então confessar ingenuamente que eles são necessários, porque sustentam a Constituição jurada: mas chama-los anarquistas, e dizer que eles são necessários para o bem da ordem, é o que jamais poderá conciliar (O NOVO ARGOS, 1830).

A disputa pela simpatia e preferência da opinião pública era uma das peças fundamentais na engrenagem que movia o ofício do escritor público, assim como a

manutenção das tipografias e a impressão das folhas. Neste sentido, os ataques pessoais se misturavam à crítica dos respectivos posicionamentos das pessoas e das próprias folhas. Em dado momento até mesmo as mulheres, o “belo sexo” como se dizia, foram envolvidas na polêmica. “As intrigas são próprias de saias”, teria escrito *O Telegrapho*. Esta seria a “proposição aviltante”, expressão ofensiva, combatida pelo *O Novo Argos* com um apelo lançado às senhoras brasileiras e ao redator do *Mentor das Brasileiras*²³, periódico de São João Del Rei dedicado ao público feminino, que deveria desfazer “tão atroz calúnia forjada pelo Telegrafo contra o *belo sexo civilizador do mundo*” (O NOVO ARGOS, 1830).²⁴

Em outra denúncia *O Novo Argos* chama a atenção do público para o fato de que seriam ordenados mais de cinquenta jovens no *Seminário* de Mariana e que a nenhum deles se exigia “certidão de juramento da Constituição”. Tal procedimento teria sido adotado pelo vigário geral interino, indivíduo que, por sua vez, não possuía as “qualidades que requer o Concílio de Trento”. O juramento da Constituição fora um dos motivos iniciais dos atritos estabelecidos entre os “patriotas liberais” e o bispo, mas *O Novo Argos* dizia acreditar que “quase todos os estudantes são brasileiros legítimos e amantes da Constituição” e que por este motivo iriam eles mesmos realizar o juramento (O NOVO ARGOS, 1830).²⁵

O tema da educação, por outro lado, ganha cada vez mais relevância em suas páginas. Mesmo após ser expulso do *Seminário*, seu redator, o padre Bhering, não deixou de lecionar nas aulas públicas de filosofia, retórica e francês. O tema passa a ganhar uma nova configuração em função da participação ativa de Bhering em prol da educação nas instâncias de poder em que atuou. Ele chegou a ocupar o importante cargo de Vice-Diretor Geral de Instrução Pública da província e questionava sobre a real aplicação das leis em uma sociedade despreparada para sua compreensão e aceitação, lançando fortes argumentos pela necessidade de uma educação religiosa.

Ainda que uma sociedade tenha a melhor Legislação possível, seja o mais perfeito o seu Código fundamental, se por meio de uma educação Religiosa expurgada de fanatismo, não se procura amaciar os ânimos, inspirando-lhes amor às Leis como dimanadas da Razão natural, e o maior respeito, por isso que são sancionadas pelo mesmo Autor da Sociedade; não poderá jamais, não dizemos tocar a meta da felicidade, mas ainda dar um só passo para sua ventura (O NOVO ARGOS, 1829).

A Constituição era sentida e divulgada como algo sagrado e, neste sentido, era preciso que os membros da sociedade recolhessem as leis “no recôndito de seus corações”. Citando o jurista e político francês Jean-Étienne Portalis (1746-1807), um dos responsáveis pela formulação do *Código Civil Francês*, Bhering defende em seu jornal que apenas a religião tinha plenas condições de “preparar os ânimos para a exata observância das leis”, pois ela “comanda o coração, adoça os costumes, e os casa com todas as instituições sociais”. Nesta perspectiva *O Novo Argos* cita, também, o abade francês Saint-Pierre (1658-1743), que defendendo a instrução religiosa para a “morigeração dos povos”, diz que “se a Religião não tivesse estabelecido os púlpitos, a Política os devia instituir”; e ainda Rousseau (1712-1778), que teria confessado o “proveito que resulta a Política dos discursos Religiosos, ordenados para a ilustração do Povo”. E neste sentido o jornal sugere que “os mesmos inimigos da Religião chegam muitas vezes a confessar, que assim como a bússola descobriu o Novo Mundo, assim a Religião concorreu para a civilização dos povos” (O NOVO ARGOS, 1829).²⁶

O Novo Argos finaliza da seguinte forma este interessante artigo:

De tudo isto concluímos, que para a exata observância das Leis, é necessário regular-se os Costumes, e que para estes se regularem convém promover-se a Religião pelos meios decentes, e compatíveis com as luzes do Século: firmadas estas duas colunas Religião, e Educação, consolida-se a terceira a Legislação, mas existindo esta última por mais forte, que seja, falecendo as duas primeiras cai por terra todo o Edifício Social (O NOVO ARGOS, 1829).

Considerações finais

É possível identificar nos muitos argumentos utilizados pelo jornal para justificar suas ideias, um reflexo da tradição iluminista, onde estaria presente a crença de que o “despotismo alimentava-se principalmente da ignorância dos povos, deliberadamente mantidos analfabetos, tornando-os presa fácil do fanatismo clerical e da submissão a todo tipo de preconceito e conservadorismo político”. Colocando a educação como fundamental para a própria vegetação do sistema da monarquia constitucional e, conseqüentemente, para o futuro da nação, *O Novo Argos* demonstrava a crença de que a “cidadania era incompatível com *as trevas da ignorância*” (BERNARDES, 2006, p. 424).

Suas críticas se pautavam pela personalidade combativa e inquieta de seu redator e estavam amparadas pela importante função e posição de escritor público a que se dedicava. Nesta perspectiva, os olhos do *O Novo Argos* estavam sempre vigilantes em relação à causa pública e seu redator afirmava a importância da retidão, da responsabilidade e do patriotismo para se exercer tal função. É muito presente a ideia de que todo “cidadão está ligado ao rigoroso dever de contribuir com os seus talentos para o feliz andamento do sistema social”. Defendia que “aquele que a isto se recusa é indigno de gozar as garantias da Sociedade: é um membro corrupto, que deve até ser amputado, para não corromper com a sua criminoso apatia ou perversidade os outros membros do Corpo moral” (O NOVO ARGOS, 1829).

O contexto era o da formação de uma esfera pública, de defesa do sistema representativo, de se estabelecer questionamentos em relação ao antigo ordenamento social que prevalecera até então. Assim, a penetração de novas ideias, conceitos e linguagens, renovou o sentimento em relação ao político e o escritor público ganhou importância singular em todo o processo. Logo, tanto a crítica dirigida aos “cidadãos imorais”, “corruptos” ou “indiferentes” a esta causa, quanto a defesa e o elogio daqueles tidos como “amantes da constituição”, “patriotas” e “livres”, eram fundamentais, pois a imprensa tinha importante papel pedagógico.

As páginas do *O Novo Argos* refletem, portanto, as dificuldades e incompatibilidades por ele experimentadas, quando as permanências e as transformações geravam graves embates, pautados tanto por questões de caráter político e ideológico, como religioso. Seus escritos estavam pautados pela crença no projeto liberal e faziam parte de um projeto político e pedagógico sustentado por cidadãos convictos da sua necessidade. Havia uma luta em prol da formação de espaços públicos de sociabilidade e de defesa da liberdade de imprensa e de pensamento. A imprensa periódica, então, faz parte de um conjunto de elementos onde o escritor público, ao mesmo tempo em que defendia a conformação de um espaço público, representava, ele mesmo, os percalços vivenciados naquele incipiente processo.

Referências

Fontes:

Anais da Biblioteca Nacional, volume 117, ano 1997, p. 180. Portal da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Astro de Minas. Periódico digitalizado. Disponível no portal da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O Novo Argos. Periódico digitalizado. Disponível no portal da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O Universal. Periódico digitalizado. Disponível no portal da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O Mentor das Brasileiras. Periódico digitalizado. Disponível no portal da Hemeroteca Digital Brasileira | Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

O Homem Social. Periódico microfilmado e reproduzido junto ao Arquivo Nacional (AN), Biblioteca Online.

Bibliografia:

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp. Recife: UFPE, 2006.

ELORRIAGA, Manuel Aguirre. *El abate De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983.

FERES JÚNIOR, João & MÄDER, Maria Elisa. América/Americanos. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERREIRA, Tania Maria Bessone C. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2001.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Incendiárias folhas: ação política, imprensa e instrução pública na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849)*. Curitiba: Prismas, 2017.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lúcia Maria B. Pereira. A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, n. 8. Rio de Janeiro, 1999.

PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.11, p.88-99, 2010.

SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Prefácio de Ricardo Seitenfus; tradução de Sérgio Duarte. Brasília: UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/173-Projeto_para_tornar_perpetua_a_paz_na_Europa.pdf>. Acessado em 04/06/2014.

¹ Trecho extraído do jornal *Farol Paulistano* e reproduzido pelo *O Universal* em sua edição 398 de 01/02/1830.

² Para maiores informações acerca da trajetória do padre consultar: LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Incendiárias folhas: ação política, imprensa e instrução pública na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849)*. Curitiba: Prismas, 2017.

³ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, volume 117, ano 1997, p. 180.

⁴ *O Homem Social* também era de tendência liberal e circulou entre 1832 e julho de 1833. Assim como outros periódicos liberais do período, sua publicação foi suspensa após a eclosão da *Sedição de Ouro Preto* em 22 de março de 1833, voltando a circular apenas em julho daquele ano. Era impresso na cidade de Mariana na *Tipografia Mariannense* e seu redator principal era o padre Bhering.

⁵ Dominique-Georges-Frédéric De Pradt (1759-1837) foi arcebispo de Malines e deputado do clero da Normandia nos Estados Gerais franceses. Durante o período revolucionário na França De Pradt converteu-se numa liderança contrarrevolucionária em função de seu posicionamento monarquista. Ocupou importantes cargos no período napoleônico, sendo nomeado embaixador da França em Varsóvia. Publicou diversas obras entre 1801 e 1827 cujos impactos foram sentidos tanto no Velho como no Novo Mundo. Para maiores informações consultar os seguintes autores: PIMENTA, João Paulo Garrido. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n.11, p.88-99, mai. 2010. MOREL, Marco. “Independência no papel: a imprensa periódica”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. ELORRIAGA, Manuel Aguirre. *El abate De Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983.

⁶ Guillaurme Thomas François Raynal (1713-1796), o afamado abade Raynal, foi um jesuíta e filósofo francês, considerado um dos pensadores clássicos do Iluminismo. Suas obras acabaram por influenciar decisivamente os processos de independência no continente americano, tendo sido geradoras de diferentes movimentos de revolta e insatisfação naquele período. Em 1770 publicou sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, que teria se tornado um best-seller da época. Em seus estudos analisou também a complexa situação das colônias portuguesas na América. Ver PIMENTA, João Paulo Garrido. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”. *Almanack Braziliense*, n. 11, p. 88-99, São Paulo, maio de 2010.

⁷ O mito de Argos Panoptes, o gigante de cem olhos, representa os fiéis servidores que cumprem suas tarefas com prontidão e competência, tomando para si a responsabilidade para o bom desenvolvimento de seu trabalho. Argos era incumbido de tarefas que visavam eliminar problemas e ele não se distraía de suas incumbências. Quando dormia mantinha olhos abertos, sempre alerta.

⁸ Correspondência assinada pelo “Inimigo da Impostura”. *O Universal* na edição 369 de 23/11/1829.

⁹ *O Correio Braziliense ou Armazem Literário* circulou entre 1808 e 1822, exercendo grande influência nos periódicos publicados no Brasil. Teve importante papel no sentido de fomentar as discussões e os debates acerca da dominação portuguesa e da Independência brasileira. “A publicação foi proibida de circular no Brasil e em Portugal devido aos artigos que pregavam a liberdade de expressão, a independência do Brasil, além de condenar a aristocracia parasitária do Reino e a exploração econômica de Portugal em relação ao Brasil”. Disponível em:

<<http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/museu/hipolito-jose-da-costa/>>. Acessado em 25/01/2016. O periódico foi analisado por: LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

¹⁰ Artigo do padre Bhering. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

¹¹ Artigo do padre Bhering. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

¹² Artigo intitulado “Sete de Setembro”. *O Universal*, edição 336 de 07/09/1829.

¹³ Reprodução de texto de De Pradt publicada em *O Novo Argos*, edição 03 de 24/11/1829. Outras partes do texto foram sucessivamente publicadas como “Continuação” em outros números do jornal.

¹⁴ Reprodução de texto de De Pradt publicada em *O Novo Argos*, edição 03 de 24/11/1829.

¹⁵ Não é claro o motivo da denominação *Japônica*, mas aos membros desta sociedade dava-se o nome de *japoneses* ou *colunas*. Havia, obviamente, uma clara e intencional distinção entre os liberais, não apenas de Pernambuco, mas também de outras províncias, e os membros daquela sociedade. Dentre seus supostos líderes estavam o Sr. B. Sena Lins e o deputado geral Queiroz Carreira. Este havia instruído aos *japoneses* que era fundamental dirigir representações ao governo provincial e à Corte buscando a aprovação daquela sociedade, cuja finalidade seria a manutenção da Constituição e do trono imperial.

¹⁶ Artigo do padre Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

¹⁷ Artigo do padre Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

¹⁸ Artigo do padre Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

¹⁹ Artigo do padre Bhering. *O Universal*, edição 341 de 17/09/1829.

²⁰ *O Universal*, edições 312 de 13/07/1829 e 313 de 15/07/1829.

²¹ *O Novo Argos*, edição 21 de 01/04/1830. Tal discussão teve como ponto de partida um artigo publicado na edição 18 do jornal, onde o termo empregado pelo redator foi realmente “portugueses”, conforme pudemos verificar. A citação em itálico corresponde ao destaque dado pelo redator no texto original.

²² *O Novo Argos*, edição 14 de 11/02/1830. As passagens escritas pelo redator do *O Telegrapho* foram transcritas pelo próprio *O Novo Argos*, que em sua análise cita diferentes trechos e números daquele periódico.

²³ *O Mentor das Brasileiras* circulou de 1829 até 1832 e era impresso na *Tipografia do Astro de Minas* em São João Del Rei. Era um periódico voltado especificamente ao público feminino. Seu redator era José Alcebíades Carneiro, que tinha uma colaboradora mulher, a professor e poetisa de Ouro Preto, Beatriz Francisca de Assis Brandão. Publicava em suas folhas textos de interesse do público feminino, assim como poemas, informações sobre a educação na província e discursos de professores de ensino público primário. Para maiores informações consultar: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, edição 117 do ano de 1997, disponível no site da *Hemeroteca Digital Brasileira/Fundação Biblioteca Nacional*.

²⁴ *O Novo Argos*, edição 21 de 01/04/1830. Foi mantida a expressão original em itálico.

²⁵ Chama a atenção neste artigo o fato de que em diferentes momentos do periódico aparecem termos como “nosso assíduo correspondente”, “nosso vigilante correspondente”, o que nos leva a pensar nas possibilidades de este “correspondente” ser apenas um cidadão que se correspondia com frequência, ou, então, uma função já estabelecida pela imprensa periódica da época. São indícios importantes a se pensar. *O Novo Argos*, edições 17 de 04/03/1830 e 19 de 18/03/1830.

²⁶ *O Novo Argos*, edição 05 de 10/12/1829. Portalis foi jurista e político francês que atuou no período da *Revolução Francesa* e do governo de Napoleão. O abade Saint-Pierre participou do Congresso de Utrecht em 1712, é considerado um dos precursores das organizações internacionais e publicou em 1713 o *Projeto para tornar perpétua a Paz na Europa*, que teria ganhado maior repercussão a partir de 1761, quando J. J. Rousseau publicou uma análise sobre a obra. Para maiores informações ver: SAINT-PIERRE, Abbé de. *Projeto para tornar perpétua a paz na Europa*. Prefácio de Ricardo Seitenfus; tradução de Sérgio Duarte. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/173-Projeto_para_tornar_perpetua_a_paz_na_Europa.pdf>. Acessado em 04/06/2014.

Artigo recebido em 26 de abril de 2017 e aceito em 11 de setembro de 2017.

**UM FENÔMENO URBANO EM SÃO LUÍS, ESTADO DO
MARANHÃO: A COMPANHIA ANIL E O SISTEMA DE
CANALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA URBE
OITOCENTISTA (1855 A 1862)**

**AN URBAN PHENOMENON IN SÃO LUÍS, STATE OF
MARANHÃO: THE ANIL COMPANY AND THE PLUMBING
SYSTEM FOR WATER SUPPLY IN THE NINETEENTH
CENTURY CITY (1855 A 1862)**

Luiz Antonio PINHEIRO *
Antônio Cordeiro FEITOSA *

RESUMO

O presente artigo analisa o problemático sistema de abastecimento de água em São Luís do Maranhão, entre 1855 a 1862, século XIX, quando implantada a Companhia Hidráulica do Anil. Verificam-se os conflitos gerados quando assinado o contrato e no processo de implantação e funcionamento da companhia de água encanada, versus o fornecimento de água pelo antigo sistema artesanal, controlado por ricos senhores. A análise estrutura-se a partir dos relatórios da companhia, das atas do Senado da Câmara e das matérias dos inúmeros jornais que circulavam na São Luís, oitocentista. Objetiva-se analisar a conjuntura que motivou a criação da Companhia Anil e sua importância no processo de modernização dos serviços públicos da cidade. Abordam-se de forma breve as questões relacionadas à modernização, urbanização e progresso na urbe do século dezenove. Nesse sentido, verifica-se a resistência de alguns atores sociais entronizados décadas no controle da água potável e os embates travados na esfera política e na imprensa.

Palavras-chave: Companhia Anil; Sistema de Abastecimento d'água; Conflitos políticos.

ABSTRACT

This paper analyzes the problematic water supply system in São Luís do Maranhão, between 1855 and 1862, in the 19th century, when the *Companhia Hidráulica do Anil* was implemented. We verify that the conflicts were generated when the contract was signed and in the process of implementation and operation of the running water company, versus the water supply by the old artisan system controlled by wealthy owners. The analysis is based on the reports of the company, the minutes of the House Senate and the articles of the numerous newspapers that circulated in São Luís, in the 19th century. The objective is to analyze the scenario that motivated the creation of the Anil Company and its importance in the process of modernization of the city's public services. Issues of modernization, urbanization, and progress in the 19th century city are briefly addressed. In this sense, there is the resistance of some social actors entrenched for decades in the control of drinking water and the confrontations in the political sphere and in the press.

Keywords: Company Anil; Water Supply System; Political conflicts.

* Mestrando no Programa de Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Prof. Assistente III do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, CEP 65080-040. e-mail: gerentepinheiro@oi.com.br

* Professor Associado Nível IV da Universidade Federal do Maranhão São Luís – MA, CEP CEP 65080-040. e-mail: acefeitos@gmail.com

Introdução

A história do abastecimento de água em São Luís¹ é modificada com a invasão francesa para ocupar e colonizar as terras de Upaon-Açu e fundar uma França Equinocial, a sofrer alteração com a consolidação do domínio português. Durante o período colonial e parte da época imperial, rios, riachos, fontes e poços, funcionaram como principais lugares onde a população buscava água para as suas necessidades cotidianas.

O objetivo deste estudo é analisar a implantação da Companhia Anil de abastecimento de água potável à população de São Luís do Maranhão, no século XIX – no período de 1855 a 1862 – e os conflitos e lutas decorrentes a partir da implantação dessa obra de infraestrutura urbana. Nesse sentido, busca-se estabelecer algumas relações entre o sistema de abastecimento de água potável encanada e o sistema artesanal produzido por ricos senhores e aguadeiros, os embates travados no ambiente urbano (público) e no espaço privado (política) do segundo quartel do século XIX.

Alguns pesquisadores discutem o abastecimento d'água na América Portuguesa no oitocentos, a exemplo de: Palhano (2017), que estuda o disciplinamento do abastecimento d'água, em São Luís, no contexto das políticas públicas do final do segundo Reinado em 1841 e a primeira República; Nunes (2014), aborda o sistema de abastecimento de água como prática sociocultural em Salvador em fins do século XIX e os primeiros anos do século XX; Tedeschi (2012), que investiga os conflitos e a gestão de recursos hídricos na história mineira; Jucá (1975), elabora a historiografia do sistema de abastecimento d'água em Recife e Olinda, remontando as primeiras tentativas que tiveram origem no primeiro quartel do século XIX, quando o engenheiro Vauthier retorna a Pernambuco, na década de 40; este assumira a direção da Repartição de Obras Públicas, elaborando projetos com vistas à melhoria do abastecimento d'água pela implantação do sistema de encanamentos e Silveira (2009), analisa a complexa passagem do sistema de abastecimento artesanal feito pelos aguadeiros à pena d'água e as transformações resultantes desses processos nas tipologias da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas, Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, aborda-se a criação da Companhia do Anil, com a missão de implantar a canalização mecânica das águas do rio Anil, que utilizou a moderna tecnologia inglesa para abastecimento d'água da capital da província do Maranhão, no período oitocentista, com projeto idealizado e executado pelo engenheiro maranhense, Raimundo Teixeira Mendes.

A empresa abastecerá a cidade e estabelecerá seis chafarizes públicos de direito privado para prestarem serviço de fornecimento de água potável à população de São Luís. A capital presenciou a introdução de uma nova forma de abastecimento – mecânico –, a qual canalizaria as águas do Anil para atender domicílios residenciais, estabelecimentos comerciais e instituições públicas.

A década de 1850 foi um período de transformação na cidade, especialmente em relação aos melhoramentos urbanos e renovação dos imóveis. Segundo o Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão (1858), a capital estava organizada em três freguesias: a da Sé; a de Nossa Senhora da Conceição e a de São João Batista. A estatística predial estava composta de um total de 2.764 domicílios que o sistema artesanal de abastecimento d'água não conseguia atender de forma satisfatória. Por outro lado, Mota (2012), em seu estudo da atividade fabril em São Luís do Maranhão, século XVIII ao XX, analisa o ordenamento urbano e a população fixada na ilha, dando conta de que em 1858, esta seria de 27.817 habitantes, distribuídos em 4.210 domicílios.

Os percalços e percursos da Companhia são analisados e articulados em quatro eixos: o primeiro vinculado às disputas políticas travadas no Senado da Câmara e na Presidência da Província, motivado por políticos contrários ao empreendimento, os quais buscavam todas as estratégias para inviabilizá-lo. Em situação inversa, atuavam os políticos simpatizantes da nova proposta; o segundo eixo vincula-se ao *modus operandi* de violência e depredação do patrimônio da Companhia do Anil; o terceiro relaciona-se às disputas comerciais em torno do monopólio da Companhia e em detrimento ao antigo sistema, composto por ricos e abastados comerciantes que exploravam o “negócio d'água”, e pelos pequenos aguadeiros que exerciam o monopólio da rede de distribuição d'água na capital da Província; o último diz respeito às disputas travadas na imprensa, cujos periódicos veiculavam matérias desqualificando a Companhia para pôr em dúvida a sua credibilidade e a do seu idealizador.

Apesar das adversidades enfrentadas, a Companhia Anil conseguiu o funcionamento das máquinas a vapor e hidráulicas na cenografia urbana maranhense: uma empresa moderna que contribuiu decisivamente para a melhoria da salubridade e para o urbanismo da cidade de São Luís, capital da província do Maranhão, uma das principais cidades do Brasil daquela época.

Portanto, a pesquisa foi desenvolvida sob orientação do método histórico crítico, usou-se a técnica documental e bibliográfica que privilegiou os relatórios, as atas das assembleias, os balancetes e as correspondências produzidas pela Companhia Anil e os registros da Câmara Municipal de São Luís.

O Abastecimento D'água em São Luís anterior a Companhia Anil

São Luís, capital do estado do Maranhão, localizada no meio norte brasileiro, assim batizada pelos franceses em 1612, no primeiro quartel do século XIX obteve crescimento acentuado na produção e exportação do algodão para o mercado internacional em decorrência das guerras da independência e da Secessão dos Estados Unidos da América do Norte (1776 e 1816) que desorganizaram a exportação da matéria prima naquele país e obrigaram os ingleses a importá-lo do Maranhão. São Luís abastecia com algodão de boa qualidade os teares da Inglaterra, e assim enriqueceu. E por ter uma riqueza e variedade intelectual e artística, entrou para o cenário do país com o título de Atenas brasileira. As famílias ricas e ou abastadas enviavam seus filhos para estudarem na Europa, nas mais conceituadas universidades de Portugal, França, Bélgica e Suíça, os quais ao retornarem, logo tentavam implantar ações de modernidade na capital da província.

Conforme Marques (1870), na primeira metade do século XIX, São Luís contava com um sistema de abastecimento de água sustentado por fontes públicas, tais como: do Açougue; do Apicum; do Bispo; do Gavião; do Mamoim; do Marajá; da Salina; da Telha; das Pedras e do Ribeirão. É notável a quantidade de fontes, mas não é possível afirmar a qualidade de suas águas e de sua estrutura física, pois as políticas públicas da Província não davam a devida atenção à problemática da água potável, como denuncia a imprensa. “Seria melhor que a Câmara cuidasse antes no que mais interessa a esta

provincia, assim como fontes públicas, calçadas, e não limitar as suas funções a fazer regulamentos para o desembarque dos gêneros que vêm do interior” (FAROL MARANHENSE, 1828, p. 19).

Quadro 1 - Residências por tipologias em São Luís no de 1857

RESIDÊNCIAS POR TIPOLOGIAS EM SÃO LUÍS EM 1857					
Sobrado com três andares	Sobrado com dois andares	Sobrado com um andar	Casa térrea com mirante	Casas Térreas	Casas de Palhas
04	53	388	108	2.067	144

Fonte: Adaptado de Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão (1858).

O espaço urbano de São Luís estava composto 2.764 imóveis, abastecidos² por fontes públicas que datavam do período colonial – caso específico das fontes das Pedras e do Ribeirão, construída em 1796, no governo de D. Fenando de Noronha – construídas pelas instituições de poder para saciar a sede do povo. Mas, em paralelo ao sistema público, existia um sistema comercial de distribuição d’água, sobretudo controlado por ricos comerciantes. As águas eram entregues nos domicílios por meio dos africanos escravizados. A matéria do Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Maranhão (1858) aponta a renovação urbana da cidade em função da reedificação dos edifícios e da redução do número de casas térreas cobertas de palha, que no ano de 1808 eram num total de 300 imóveis e transcorrido quase meio século os citados imóveis eram em número de 144.

Indubitavelmente, as ações do poder público, representado pela Câmara e pela Presidência da Província, eram deficientes em termos de recursos financeiros e humanos para solucionar o problema da água. Isso se depreende da denúncia publicada no Farol Maranhense (1828, p. 22) onde um cidadão, temendo represália por parte do governo, fez uma declaração usando o pseudônimo de “O Constitucional” e escreveu para o periódico alegando que o Império tinha uma Constituição que lhe garantia o direito de propriedade sobre o seu escravo e que este devia servir somente ao seu senhor. Logo, não podia ser usado para a prática de serviços públicos: limpeza das fontes públicas e ainda castigado com chibatadas de um certo soldado.

Era notório que o governo não solucionava o estado de abandono das fontes, e as

denúncias prosseguiram com ênfase no esquecimento das obras do Apicum, onde foram gastos muitos contos de réis e ainda assim estavam abandonadas. O agravo do descaso das obras consistia no fato de que os poços supriam o abastecimento de toda a cidade, ainda que suas águas não atendessem a um terço da população (FAROL MARANHENSE, 1828, p. 21), visto que a área urbana de São Luís sofria incremento à medida que declinava a agricultura maranhense.

Supreendentemente, na década de 1830, o periódico *Echo do Norte* (1836) denunciava que os Capuchos do Convento de Santo Antônio tiveram parte de seu terreno desapropriado pelo governo provincial e que, no referido terreno, seria construído um Jardim Botânico. Os frades, em represália, por terem perdido parte de seus domínios, cortaram as árvores que ficavam no entorno da fonte pública. A esse respeito, a imprensa local assim se manifestou:

[...] o que acabam de praticar os religiosos de Santo Antônio, conhecidos pelo nome de Capuchos, [...] mandar cortar o arvoredo que a natureza espontaneamente havia produzido sobre a fonte pública com o danado fim (com é de presumir) de fazer secar a fonte [...] (ECHO DO NORTE, 1836, p. 21).

No final da década de 1830, o presidente da Província, Manoel Felizardo Sousa, quando da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 3 de maio de 1839, apresentou uma análise macro da situação do abastecimento na capital e destacou a importância da qualidade dos recursos hídricos potáveis para o consumo da população e do dever do governo em prover esse recurso a todos os cidadãos com a melhor qualidade.

Do mesmo modo, explicitou que São Luís não poderia ser abastecida de águas correntes por não haver, nas circunvizinhanças, ribeiras e rios que pudessem ser canalizados, senão por um considerável volume de contos de réis, para distribuir o referido encanamento aos diferentes pontos da cidade e que, naquele momento, seria necessário aproveitar os olhos d'águas existentes e fazer construções, de modo que fosse possível recolher as águas e as preservar das imundícies, que alguns indivíduos imprudentes ou mal-intencionados nelas costumavam lançar.

Ao final enfatizou os aspectos das fontes quanto a sua utilidade para servir ao

povo e indicou a Fonte do Ribeirão como a de águas mais abundantes, porém ressaltou que não eram de boa qualidade para ingestão, apenas aplicáveis ao uso doméstico mais grosseiro. As fontes das Pedras, Bispo e Mamoim, embora com águas de melhor qualidade, apresentavam-se em estágio avançado de deterioração. Apenas os poços do Apicum forneciam água potável para toda a cidade. Contudo, localizavam-se a grande distância e não dispunham de proteção, ficando expostos às ações de vândalos. Acrescentou ainda:

É, portanto, de urgência dar-lhes a última demão, aproveitando-se assim a avultada soma que há muito tempo se tem neles consumido. Para mais cômodo, e extenso abastecimento d'este gênero de tanta necessidade se poderá melhorar, ou construir poços fechados de onde com bombas se tirasse água na praia de Santo Antônio, rua do Vale Porto, próximo à praia dos Remédios, no encontro do beco dos Barbeiros com a rua do Giz, nas praias Pequena e do Caju (MARANHÃO, 1839. p. 7).

Marques (1870) verificou apenas intervenções realizadas em 1839 na Fonte do Bispo, onde foram feitos grandes consertos e entregue ao público em 21 de julho do mesmo ano, às 17 horas, com a bênção pelo vigário da freguesia da Conceição e contou com a presença de integrantes da Câmara Municipal, grande participação de populares e queima de fogos de artifícios. A reforma foi uma das primeiras grandes intervenções do poder público sobre o sistema de abastecimento d'água voltado para a população pobre, a considerar que a Fonte do Bispo estava localizada em espaço urbano insalubre.

Segundo Mota e Melo Neto (2015), a região onde estava localizada a Fonte do Bispo, até o século XIX, integrava a periferia da cidade, perdida no extremo sul, ainda quase mata virgem, entre o lamaçal mal odorante do rio Bacanga e os apicuns praguentos da quinta do Gavião. Portanto, a ação conjunta dos governos provincial e municipal centrou-se em dois pontos: o controle sanitário e urbanístico.

A Companhia Anil

O sistema de abastecimento de água potável na cidade foi uma preocupação constante no decorrer do século XIX, conforme noticiavam os periódicos que circulavam desde 1828 e os relatórios do Senado da Câmara de São Luís. Com a

concentração populacional nos núcleos urbano e periféricos da cidade, resultado do decréscimo da exportação do algodão. Segundo Rodrigues (2014), essa crise econômica fez migrar as populações do interior da ilha e da Província para a urbe, levando a um acréscimo no número de casas, fato que gerou problemas constantes em relação à prestação de serviços públicos, em especial o de abastecimento de água em fontes públicas

A implantação de empresas modernas foi uma constante em São Luís, no século dezenove, e ocupou a intelectualidade maranhense por todo esse século. Tratava-se de analisar como estava a sociedade maranhense em relação ao mundo europeu adiantado. A modernidade, sempre importada da Europa – França ou Inglaterra –, ora era frequentemente admirada e adotada, ora considerada com cautela, tanto pelas elites como pelo povo. A importação ocorreu por meio dos intelectuais – filhos das elites, ou por rapazes de origem humilde custeados pelo Estado – que foram estudar nos grandes centros e importaram ideias e modelos lá vigentes, a adaptar-se a um novo solo: a sociedade da Atenas Brasileira.

Portanto, os ecos dessa modernidade alcançaram a capital do Maranhão, que então vivia a crise gerada pela quebra do seu sistema agroexportador. A modernidade que circulava na cidade, disseminada pelos intelectuais com formação europeia, compreendia um sistema sócio-econômico-cultural, a ter como pontos de difusão Portugal, França e Inglaterra. Esses países tinham ligações educacionais e comerciais respectivamente com a cidade São Luís.

Por ‘modernidade’ refiro-me menos a um período histórico demarcado do que a uma mudança na experiência. [...], que dependeram claramente da mudança na produção demarcada pela Revolução Industrial. Foi também, contudo, igualmente caracterizada pela transformação na vida diária criada pelos avanços técnicos [...] (GUNNING, 2001, p. 39).

Mas, os senhores proprietários de terras e de escravos não estavam dispostos a investirem na transformação da capital em “cidade industrial”, a atrair: máquinas, rodas hidráulicas e a vapor, canos, caldeiras, trabalhadores livres, construções de galpões, chaminés, reservatórios d’água e chafarizes de ferro fundido. Das empresas da modernidade a Companhia de canalização mecânica das águas do rio Anil foi a

pioneira.

A empresa da modernidade iria contribuir também com o processo de urbanização de São Luís que sempre esteve relacionado com o papel de dependência da metrópole portuguesa com base em uma economia de exploração de matérias-primas, agrícolas – arroz, algodão, açúcar; e vegetais – óleos de mamona, andiroba, coco e gergelim; couro, destinadas à exportação para sustentação da metrópole.

O posicionamento dos intelectuais maranhenses divergia no que diz respeito às questões alusivas à Companhia Anil, pois, em alguns comentários, a empresa era extremamente desvalorizada pelas elites, o que fez tomar-se em seu lugar o sistema tradicional de abastecimento d'água como modelo ideal para suprir as necessidades da sociedade.

A Lei nº 287, de 4 de dezembro de 1850, decretada pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo senhor Honório Pereira Azevedo Coutinho, presidente da província do Maranhão, tratava da criação de empresa para a canalização de água potável para atender as necessidades dos moradores de São Luís. Essa Lei determinava que:

Art. 1º O Presidente da Província fica autorizado a mandar levantar as plantas e fazer o orçamento da obra do encanamento d'água potável do Anil, ou de outras fontes [...] e distribuída por diversos pontos d'ela, por meio de dutos de ferro (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 3).

Na gestão de Azevedo Coutinho, a Companhia de água canalizada não se concretizou, pois ele extinguiu a Diretoria das Obras Públicas, com o argumento de que o experimento da repartição tinha apontado que os recursos consignados anualmente para obras públicas não eram consideráveis, a ponto de justificar a existência da referida repartição, estruturada no ponto em que foi montada – junto à presidência da Província. E para justificar sua inutilidade, alegava que, naquele exato ano, existia apenas uma única obra de grande magnitude: o Canal do Arapahy.

Por outro lado, transcorrido um ano da publicação da Lei nº 287, o presidente da Província, Eduardo Olímpio Machado, se fez presente na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, para justificar em seu discurso que a Companhia

ainda não havia se concretizado em função de não ter na Província um engenheiro para o referido trabalho, e reiterou: “Posso asseverar-vos que não foi por falta de vontade da minha parte. Logo, porém, que possa fazer me empenharei na execução desta lei, cuja utilidade está acima de o encarecimento” (MARANHÃO, 1851).

Por certo, percebe-se que existe um hiato de seis anos que separam a homologação da Lei provincial nº 287/1850, até a contratação efetiva da Companhia Anil, na gestão de Antônio Cândido da Cruz Machado, em 1855. Conforme Matos (2010), os reflexos da modernidade na São Luís oitocentista, como momento histórico, caracterizaram-se por inúmeras tentativas de ruptura de tradições, pela derrubada de determinadas convenções e de certos costumes e crenças, pela fuga dos particularismos e entrada no universalismo, ou ainda, pela entrada na era do conhecimento científico e da técnica, ou seja, na idade da razão.

O Projeto de Raimundo Teixeira Mendes para a Companhia Anil

As primeiras informações a respeito de Raimundo Teixeira Mendes foram encontradas em Marques (1870). Era natural de Caxias e descendia de tradicional família maranhense. Estudou engenharia na École des Ponts et Chaussées de Paris, junto ao seu primo Torquato Teixeira Mendes; esteve a serviço do Governo – Eduardo Olímpio e Franco de Sá –, dirigiu as obras do Canal do Arapapahy, da igreja de São Joaquim do Bacanga, da Fonte do Apicum, do Dique, da Companhia Anil, quando se procediam aos encanamentos da caixa d’água e da Companhia Fluvial de Navegação a Vapor e construiu a Casa da Fundação.

O engenheiro Teixeira Mendes tinha habilidade e competência para elaborar o projeto de encanamento das águas do Anil, conforme noticiavam, em 1855, os jornais A Nova Epocha e Diário do Maranhão. Quando solicitado, via licitação pública, em conformidade com a Lei nº 287, de 1850, na gestão do presidente da Província, Antônio Cândido da Cruz Machado, este entendia os profissionais da engenharia não apenas como simples profissionais especializados em técnicas, mas como profissionais encarregados de intervir nos espaços urbanos para melhorá-los.

O jornal Diário do Maranhão (1855) publicou, em 16 de novembro, o projeto

técnico para abastecimento de São Luís com água potável. O documento apresentado pela imprensa trazia inúmeras especificações técnicas e de complexos cálculos; justificava a escolha do manancial das águas, a tomar por base a vazão e a pureza do rio Anil; indicava a construção dos tanques junto à represa; da roda hidráulica a Poncelet; das caixas d'águas; dos seis chafarizes, que, além de seus respectivos repuxos, teriam umas quatro torneiras com lampiões para o serviço noturno, os quais seriam de ferro bronzeado e importados da Europa. Além disso, estabelecia os respectivos locais onde deveriam ser instalados – Campo do Quartel, nos Largos de São João, Santo Antônio e Carmo. Ainda em relação às obras, o documento determinava o percurso do encanamento; apresentava os cálculos do consumo d'água pela população, bem como a capacidade de fornecimento do rio Anil com o uso das máquinas. O projeto era finalizado com a apresentação das futuras receitas quando a Companhia do Anil estivesse em pleno funcionamento.

Para demonstrar as vantagens do empreendimento em relação ao antigo sistema, explicitamos os cálculos (os valores são em contos de réis)³ de volume de produção e de consumo de água e indica ainda as vantagens para a companhia (Quadro 2).

Quadro 2 – As estimativas dos lucros em dois cenários

Preço	Produto bruto	Despesas anual	Juros cap. 6%	Juros a 8%
1° a 10r caneco	18:250\$00	4:725\$260	9:470\$390	12:627\$187
2° 20r caneco	36:500\$000			
Rendimento líquido (nas duas situações)				
Sendo os juros capital 6%		Sendo o juro 8%		
A 10rs - 4:054\$350		997\$553		
A 20 rs – 22:304\$350		19: 147\$553		

Fonte: Adaptado de Publicador Maranhense (1855); Diário do Maranhão (1855).

O quadro elaborado por Teixeira Mendes projetava dois cenários futuros com despesas e receitas na venda d'água da empresa. Esse quadro demonstrativo consistia em uma estratégia para viabilizar a comercialização das ações da Companhia com capitalistas, comerciantes e senhores latifundiários. A Considerar que o investimento na compra das ações era estimado como um emprego vantajoso para capitais disponíveis, por ter a companhia tanta importância, inúmeras vantagens e privilégios garantidos em razão do contrato com o governo provincial do Maranhão.

A publicação do projeto na imprensa gerou divergências na ocasião da escolha

do local e o emprego de recursos públicos em uma empresa privada. Os grupos dividiram-se em duas correntes: os que apoiavam a localização nas terras do Anil, pertencentes aos herdeiros Cascais, distantes a 9 km do centro urbano e os que preferiam a localização junto aos baixos do Apicum fronteiro à Quinta do Barateiro (distante do centro a 1,8 km). As variáveis desfavoráveis às águas do Apicum diziam respeito à sua proximidade com o Cemitério dos Passos e as constantes inundações quando das altas marés, fenômeno que deixava suas águas salobras e impróprias para o consumo.

O emprego de recursos do Tesouro Provincial revelou-se uma premissa da Presidência da Província e do Senado da Câmara, que após os embates políticos, sancionou o contrato. Providências, nesse sentido, são observadas no Relatório a seguir:

O Presidente da Província do Maranhão, usando da autorização que lhe confere a lei provincial, nº 287, de 1850, para promover a incorporação de uma companhia de abastecimento d'água potável; e tendo ouvido o procurador fiscal do tesouro público provincial, resolve celebrar convênio com o cidadão Raymundo Brito Gomes de Souza (MARANHÃO, 1856, p. 36).

O projeto modernizador visava integrar as políticas de saneamento básico: água potável encanada, para prover o estado sanitário ideal aos moradores de São Luís, e foi veiculado sistematicamente nos periódicos, com o objetivo de obter capital para financiar a empreitada. A demorada capitalização da empresa foi atribuída ao caráter audacioso do projeto em termos técnicos e políticos e de entrar em rota de colisão frontal com a empresa artesanal de distribuição de água de Ana Jansen Pereira e seu sócio José da Cunha Santos.

Para Viveiros (apud MORAES, 2012, p. 48), ausente de sua terra natal há cinco anos. Quando retorna para São Luís “[...] O jovem engenheiro compreendeu logo a necessidade da canalização da água que São Luís consumia. Os maranhenses subscreveram o capital necessário – 300 contos de réis”.

Teixeira Mendes tinha consciência das dificuldades que acarretariam o seu projeto por estabelecer uma forte oposição ao monopólio da venda das águas de Ana Jansen, pois, conforme Viveiros (1965 apud MORAES, 2012), a referida senhora tinha uma percepção “distorcida” para o projeto de encanamento das águas do Anil e ainda

ironizava a formação superior de Raimundo Teixeira Mendes, dizendo: “Olhe, Nhô Mundico aprendeu foi fazer calçada, não foi vender água. Eu ainda não entrei na dança”. E foi célebre – embora ainda muito pouco estudada – a luta travada em todos os campos entre Ana Jansen e a Companhia do Anil⁴. Ana Jansen era o arquétipo perfeito das “Senhoras Donas”, que segundo Campos (2010), eram mulheres brancas, matriarcas, que carregavam consigo uma carga simbólica de valores como: respeito, poder econômico, administrativo e político. Desenvolviam grandes riquezas. Matriarcas que tinham seus capangas e mandavam dar surras, incendiar jornais, “conservadoras” ou “liberais” conforme suas conveniências.

A distribuição espacial dos chafarizes privilegiava os logradouros onde residiam o maior número de famílias ricas e os negociantes de porte médio, segmentos que não necessitavam dos serviços públicos, pois tinham suas chácaras no Caminho Grande e estas eram providas de mananciais potáveis. Além disso, dispunham de uma logística própria para fazer transportar a água até seus domicílios e, não raro, a existência de poços nas residências urbanas.

O sistema de águas encanadas do Anil supria as necessidades das elites, a considerar a distribuição dos imóveis em torno dos chafarizes, quais sejam: Largo do Carmo; Largos de São João e Santo Antônio; Campo de Ourique; Praça do Mercado e Praça do Açougue velho. A população pobre, que residia nos arrabaldes da cidade, não era contemplada com torneira pública. Conforme Mota (2012), nos oitocentos a segregação social por localização dos domicílios era comum; a aristocracia rural residia no Largo do Carmo e no bairro das Mercês, em cujo logradouro o chafariz da Companhia Anil deveria funcionar 24 horas.

A Companhia Anil versus o Sistema de Abastecimento Artesanal de Água

Ao retornar da Europa, em 1848, Raimundo Teixeira Mendes encontrou um quadro urbano de improvisos e de desmandos em relação ao abastecimento d'água. Conforme o cenário descrito por Azevedo (1996, p. 15):

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. As carroças d'água

passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem-cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes⁵.

Com o propósito de reverter o quadro descrito, Teixeira Mendes passa a empreender esforços de toda natureza para modificá-lo. Uma luta com várias conotações: a primeira englobava questões políticas e econômicas; a segunda representava a mudança de mentalidade dos gestores públicos acerca do novo sistema de abastecimento d'água, orientado por métodos e técnicas de cunho científico desenvolvido no continente europeu, versus a tradição, defendida por Ana Joaquina Jansen Pereira, experiente em grandes embates com uso de discurso intimidador, símbolo de seu empoderamento econômico e político, com uso da violência física.

A imprensa da época ficou dividida entre o sistema artesanal e a nova Companhia. Segundo O Observador (1856), a cidade de São Luís bem que necessitava ser abastecida de água potável; não seria, contudo, essa sua necessidade, extrema e improrrogável. E afirmava:

[...] temos precisões públicas palpitantes, o que satisfeitas reverterão em utilidade mais geral. Por hora as nossas asseadas canoas de águas, os nossos poços do Apicum, as modernas pipas, e o antiquário Ribeirão poderão ir suprindo essas necessidades aos moradores, até que por meios mais civilizados os possamos substituir. (O OBSERVADOR, 1856, p. 1).

A imprensa elitista, a serviço da aristocracia rural, dos grandes comerciantes e capitalistas, fazia a defesa do antigo sistema de distribuição de água que, ao longo dos anos, fora uma fonte a mais na fortuna e nos negócios desses senhores.

Além disso, o redator chama de modernas as pipas de madeira onde o líquido era transportado e salienta que as águas transportadas em canoas eram higiênicas. E por todos esses critérios, eram contrários ao encanamento. Em momento algum a imprensa fala em nome dos pobres e desvalidos. E igualmente, o próprio Teixeira Mendes não pensava na inclusão da classe pobre como público consumidor de sua empresa.

Não conto a fonte do bispo onde se abastece a pobreza da vizinhança. É evidente que havendo água com abundância, e por preço cômodo, preferirão comprá-la a buscá-la tão longe no apicum; além de que o

consumo crescerá estenderão a outros empregos a água potável que hoje é só bebida (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1855, p. 4).

Conforme O Observador (1856), os opositores do presidente da Província, que não eram poucos, estabeleceram alianças secretas para, por todos os meios, inviabilizarem a concretização do encanamento das águas do Anil. Para além das questões do art. 7º, da Lei nº 1.755/56º, as lutas iniciais foram travadas na Assembleia Provincial nas sessões – 25, 26 e 27 para a aprovação do contrato da Companhia.

Como se pode perceber, a imprensa tomou partido segundo os vínculos político-partidários de seus proprietários e redatores-chefes, os quais tratavam de desqualificar qualquer discurso – progressista e/ou conservador – dos seus opositores. E os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas – permeadas de interesses econômicos e políticos. Nesse jogo, ficam explícitas as questões alusivas aos embates entre as elites exercidos por indivíduos, grupos, empresas, cientistas e comunicadores.

No momento em que foi assinado o Decreto Imperial nº 1.755, de 26 de abril de 1856, este aprovava o Estatuto da Companhia do Anil, que tinha por fim abastecer de água potável a capital da província do Maranhão e ratificava o contrato provincial celebrado entre Antônio Candido da Cruz Machado – presidente da Província – e Raymundo Brito Gomes de Souza – empresário que assume a direção da Companhia.

Ainda assim, as polêmicas continuavam, como se pode observar neste texto da matéria do Jornal O Estandarte (1856), publicada em 20 de julho. Questionava que o artigo 7º, que atribuía exclusividade à Companhia Anil na venda d'água, era acima de tudo inconstitucional e perfeitamente inútil, por não existir em São Luís uma empresa nos mesmos moldes.

Sem dúvida, o redator deixa explícita a sua posição a respeito do empreendimento e se vê que suas ideias eram em defesa dos negociantes de água e dos aguadeiros. Também prenunciava todos os entraves pelos quais haveria de passar a Companhia durante toda a sua existência. Para melhor entender as preocupações dos senhores proprietários do monopólio do abastecimento d'água, transcreve-se o art. 7º do Contrato, que estabelece: “O governo concede à Companhia o privilégio exclusivo da venda d'água por sessenta anos, contados depois de cinco, concedidos para a conclusão das obras, ficando desde então proibido todo o comércio d'água que não for da

Companhia” (O ESTANDARTE, 1856, p. 2-3).

O referido artigo, bem como toda a Companhia Anil, ameaçava o lucrativo sistema de abastecimento d’água dos sócios Ana Joaquina Jansen Pereira e José da Cunha Santos. O poder passou a ser exercido como disputa e luta, isto é, criou-se uma acirrada resistência e uma série interminável de luta e afrontamento. Uma verdadeira guerra que ultrapassava as letras dos periódicos e pasquins. E nessa relação de força, os proprietários das terras às margens do rio Anil levaram-na às barras do tribunal. O Estandarte (1856) vincula a matéria alusiva a ação judicial movida pelos herdeiros das terras às margens do rio Anil, contra as obras da Companhia que já tivera início e exigiram indenização ou paralização com despejo de todos os equipamentos e maquinários de suas terras.

Os proprietários das terras – José Raimundo Nunes Cascais, Caetana Maria D’assunção Cadet e Francisco José Gonçalves Vieira solicitaram indenização pelo uso das terras e conseqüentemente das águas do Anil e alegaram que as nascentes desse rio se situavam nas referidas terras. Alegaram ainda que o seu leito fora feito de forma artificial pelos antigos proprietários do local e que tal obra envolveu grande soma de contos de réis. Por isso ameaçaram embargar as obras caso a Companhia não lhes pagasse os devidos valores.

Então, depois das discussões regulares entre a Companhia e os ditos herdeiros, e de acordo com o Provedor-Mor da fazenda, Joaquim José de Moraes, que opinou a favor dos herdeiros, foi a Companhia obrigada pelo juiz Miguel Marcelino Veloso e Gama a pagar uma indenização de 10\$000 rs anuais, sob pena de despejo judicial.

Além dessa situação, outras lutas foram travadas, pois, conforme Viveiros (1954), José da Cunha Santos, empresário capitalista, comerciante e proprietário de escravos, para abastecer seus negócios fazia uso das águas dos poços de Ana Jansen, no Vinhais e Apicum. Tornou-se então o principal cliente e em um curto espaço de tempo virou sócio e compadre da rica senhora e essa sociedade rendeu bons contos de réis. Os sócios quando perceberam que a Companhia do Anil iria quebra o controle e monopólio do sistema artesanal de distribuição de água moveram uma grande campanha para inviabilizar o funcionamento do novo empreendimento.

Não obstante os poderes dos sócios, acima descritos por Jerônimo Viveiros de

Castro, a Companhia Anil tinha entre seus principais “aliados” o presidente da Província Antônio Cândido da Cruz Machado que, segundo matéria publicada no periódico *Nova Época*, de 5 de dezembro 1856, destacava o espírito de modernidade do citado presidente que pretendia introduzir São Luís no “mundo civilizado” das ditas empresas da modernidade e asseverou:

[...] Em menos de um ano, tem recebido benefícios, que saltam aos olhos; a implantação do espírito de empresas industriais, qual a navegação fluvial a vapor, e a do encanamento das águas potáveis do Rio Anil, a abertura do canal da Lagem Grande, da estrada da Estiva; do canal do Arapahy (A NOVA ÉPOCA, 1856, p. 2).

Em síntese, as empresas da modernidade pouco ou nada fizeram em favor das camadas sociais menos favorecidas. Teixeira Mendes projetou estrategicamente a fixação dos seis chafarizes em pontos cruciais da cidade como forma de desestruturar o comércio ambulante das águas e possibilitou uma melhor logística no transporte das águas dos chafarizes até às residências, mas esqueceu os moradores dos arrabaldes – Madre Deus e do Apicum –, que das ditas empresas da modernidade e progresso oitocentista só receberam as construções indesejáveis, tais como: os curtumes, fábricas de fogos de artifícios e pólvora. Conforme preconizava o Código de Postura, de 1842.

No mesmo ano da celebração e aprovação do contrato da Companhia com o Tesouro Provincial, foram aprovados pelo governo Imperial via Decreto nº 1.755, de 26 de abril de 1856, os estatutos⁷ da citada empresa.

A distribuição dos chafarizes em pontos estratégicos foi fruto do minucioso estudo de Teixeira Mendes, que levou em consideração a ocupação urbana – o número de domicílios nas freguesias. As águas do encanamento foram distribuídas por seis chafarizes, colocados: no centro da Praça que ficava a oeste do Quartel do Campo de Ourique e na Praça do Mercado; em comum acordo com os empresários: nos Largos de Santo Antonio, de São João e do Carmo; e na Praça do Açougue velho, cercados de engradamento de ferro, em distância de oito a dez palmos, com tanques, conservados sempre cheios e quatro lampiões em cada um, sustentados por colunas de ferro e acessos em noite de escuros. Os chafarizes foram importados da Inglaterra, e o periódico *O Observador* (1856) noticiava entre suas manchetes o desembarque, no Cais do porto, dos equipamentos vindos da Europa, pertencentes à Companhia Anil. A carga

era composta por seis chafarizes, tubos e ferragem para a caixa d'água do Largo do Quartel. Informava que a gerência da empresa havia contratado o engenheiro Raimundo Teixeira Mendes para direção de todas as obras do encanamento, desde o sítio do Castro até à cidade, pela soma de oitenta e um contos de réis.

A matéria estampada pelo jornal O Observador encontrava ressonância no Relatório do presidente da Província, apresentado na abertura da Assembleia do Senado da Câmara de São Luís. Referia-se que se encontravam em estado adiantado os trabalhos da Companhia Anil que, via encanamento, iria trazer água potável do rio Anil, sob a administração dedicada do tenente coronel Raymundo Brito Gomes de Sousa.

De maneira geral, o estado adiantado das obras e o desembarque dos chafarizes vindos da Europa levaram os empresários da comercialização artesanal d'água a refletirem sobre os impactos negativos para seus negócios, quando do funcionamento da Companhia Anil. Diante da possibilidade de terem seus lucros comprometidos, vincularam matéria na imprensa da Corte, no jornal Correio Mercantil, conforme fragmento textual abaixo:

[...] a Companhia Anil, me obriga ainda a falar deste assunto, por ver que o nobre deputado ali, assim como faz aqui seu irmão, o gerente da mesma Companhia, só tratam de levar confusão a este negócio, que seja lícito dizê-lo, é um fardo, um pesadelo para a Província e para o público desta capital (CORREIO MERCANTIL, 1857 p. 2-3).

Para rebater as citadas acusações, o presidente da diretoria da Companhia Anil fez publicar uma longa matéria no periódico local, A Nova Época, da qual merece destaque:

[...] A companhia sem crédito, a que parece fazer alusão o Sr. Rego, a companhia imaginária, se é a Companhia Anil, da qual sou o gerente, e de seus diretores os Srs. Comendador José Vieira da Silva, Dr. Joaquim Ferreira Vale e honrados negociantes desta Praça J. Duchemin e major José Antonio da Silva Guimarães. E tem por acionista os seguintes nomes [...] sobre eles deve recair a análise do Sr. Rego, é com ele é que nos deve provar porque é que a Companhia não tem crédito (A NOVA ÉPOCA, 1857, p. 1-2).

Ao analisar as matérias – acusação e defesa – transparece que uma das partes, a acusação, tem medo da cidade “nova”. Cidade esta que se delineava moldada pelas

mãos de médicos e engenheiros que se empenhavam pela consolidação de um discurso higienista e de salubridade como questão sine qua non para adentrar no mundo civilizado e moderno nos moldes oitocentista.

O Código de Postura⁸ de São Luís, de 1842, encontrava-se permeado por um discurso higienista, a dar ênfase à salubridade, estruturado em dezessete artigos que abordavam de forma ampla as preocupações com a limpeza das ruas, praças, praias e entulhos; proibia os sepultamentos no interior das igrejas, a ter por base a teoria dos miasmas, defendida pelo médico e político José da Silva Maia – Dr. Maia, como era chamado pelos seus correligionários.

Em princípio, a implantação da Companhia Anil alinhava-se ao discurso político e intelectual teórico a respeito da salubridade na capital da Província. Não obstante, o jornal *Conciliação* impresso na typ. Bem-te-vi, do Dr. José da Silva Maia, circulava constantemente com matérias contra a Companhia.

Embora o discurso higienista, em forma coercitiva, do Código de Postura tivesse como foco os pobres habitantes da capital da Província que fixaram suas moradias no espaço urbano em áreas menos favorecidas, mas muito próximas das moradas das elites e da classe abastada, antagonicamente a Companhia Anil de Águas não tinha como estratégia favorecer o bem-estar deles. Eles continuariam a buscar água nas fontes públicas ou nos poços e olhos d'águas.

O único ponto voltado para a distribuição gratuita de água fora seletivamente elaborado pelo poder provincial, em comum acordo com os diretores da empresa, e beneficiava o próprio governo por meio de suas instituições que não necessitavam pagar por consumo de água potável encanada, conforme constava no Contrato: Palácio do Governo - 30 canecos; Secretaria do Governo - 05 canecos; Casa dos Educandos Artífices - 60 canecos; Santa Casa de Misericórdia - 30 canecos; Tesouro Provincial - 10 canecos; Quartel de Polícia - 70 canecos e Cadeia Pública - 40 canecos. Um total de 245 canecos d'água distribuídos às instituições públicas provinciais. Com isso os empresários da diretoria esperavam alguns benefícios por parte do presidente da Província. A exemplo:

Tendo chegado da Inglaterra [...] canudos de chumbo para solda de canos de ferro de sua canalização: rogo a V.Ex^a., que se digne ordenar

Página | 270

Luiz Antonio PINHEIRO

Antônio Cordeiro FEITOSA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.252-280, dez-mar. 2017.

ao Inspetor da Alfandega que entregue livre de direitos, visto como tem a Companhia esse privilégio (COMPANHIA ANIL, 1861).

Logo as relações de clientelismo com o poder provincial pontuavam a existência da empresa para que esta pudesse sobreviver diante dos poderosos inimigos que circulavam à sua volta. Por outro lado, o Palácio do Governo fazia as relações funcionarem, pois o Tesouro Provincial era o maior acionista, com 400 ações. E a maior prova dessa parceria estratégica foram as correspondências enviadas pelo Ilmo Sr. Dr. João da Silveira de Souza, presidente da Província, que oferecia as ações da empresa do Anil para a sua maior opositora, Ana Joaquina Jansen Pereira, na tentativa de neutralizar a referida ameaça. Porém, Ana Joaquina Jansen Pereira respondeu de forma lacônica:

[...], tenho à declarar à V.Ex^a que não me é possível por ora [corroído] para ações da Companhia Anil de que V.Ex^a trata na referida carta. Sou com a maior estima e respeito.
Maranhão, 8 de novembro de 1859
De V.Ex^a
[corroído]
D. Anna Joaquina Jansen Pereira (COMPANHIA ANIL, 1861).

A recusa de Ana Jansen significava que: mesmo com a construção da empresa, ela pretendia continuar com seu sistema de abastecimento d'água, o qual marcou São Luís durante o século XIX, e supria os imponentes casarões dos senhores ricos e da classe abastada pelo sistema dos poços de Vinhais. E, para tanto, lutou em várias frentes: política, imprensa e pela força física para deslocar os chafarizes da cena urbana e manter suas carroças d'água em primeiro plano nas vias públicas da cidade e em todos os pontos com a venda de água, como principal estrategista.

[...] pacificamente⁹, Mendes ergueu a roda hidráulica no Anil, construiu o cano de alvenaria condutor da linfa ao Campo d'Ourique, levantou aí depósitos, derivou dele o encanamento de ferro para os seis bonitos chafarizes [...] Ainda não tinham decorrido oito dias da inauguração da Companhia das águas do Rio Anil, e aparecia boiando nas águas do depósito do Campo d'Ourique um gato morto, já em putrefação (MORAES, 2012, p. 49).

Destarte, nos relatos de Viveiros (1954), há equívocos quanto ao nome da empresa correspondente ao período de 1855 a 1867. O nome era apenas Companhia

Anil. A localização dos chafarizes de acordo com o contrato assinado em 3 de março de 1855, em seu artigo 5º, estabelecia o Campo d’Ourique, os Largos do Carmo, São João e Santo Antônio, a Praça do Mercado e do Açougue Velho como os principais logradouros de abastecimento d’água na cidade. Somente nos anos oitenta é que o chafariz do Largo de São João foi removido para a Praça da Alegria, em virtude de uma deliberação da Assembleia Legislativa da Província.

Quanto ao fato inusitado do lançamento do corpo de um gato, *Felis silvestris catus*, em estado avançado de putrefação, na caixa d’água no Campo d’Ourique, percebeu-se, após pesquisa exaustiva nas fontes documentais, nos relatórios da Companhia, periódicos e registros da polícia, que foi apenas um comentário que causou uma sensação de preocupação geral na população local, uma vez que nada de registro sobre esse fato foi encontrado nas fontes mencionadas.

Entretanto, após a inauguração da empresa e com Antônio Manuel de Campos Mello na presidência da Província, foi nomeada uma comissão para examinar as obras da Companhia, composta por Francisco Cesar de Sousa Amaral, João Antônio dos Santos e Joaquim Luiz Lima Lírio. A nomeação da comissão era um movimento político articulado pelo partido antagônico à Empresa. Um fato evidenciado na composição da citada comissão é que havia entre seus integrantes, o Sr. Joaquim Luiz Lima Lírio, proprietário de poços na Quinta do Gavião, o qual, como comerciante d’água, não deveria fazer parte da comissão.

Evidência comprovada na matéria do periódico *A Coalição*, de 28 de junho de 1862, que publicava o parecer do cirurgião – mor, José Silvestre dos Reis Gomes. No referido parecer constava que as águas da fonte do Gavião, de propriedade do Sr. Joaquim Luiz Lima Lírio, eram impróprias para o consumo, em função de sua fonte ser próxima ao Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

A segunda evidência se encontra no Relatório da presidência da Companhia Anil enviado ao presidente da Província: “[...] todos os poços de que se abastece a cidade são descobertos, incluindo o do membro da comissão Joaquim Luiz Lima Lírio, que é um dos maiores vendedores de água” (COMPANHIA ANIL, 1862).

Os articuladores antagônicos da Companhia, dotados de interesses específicos, mantinham o antigo sistema artesanal de abastecimento d’água, que lhes proporcionava

lucros e expansão do seu capital social, colocavam-se na arena e mobilizavam-se mediante seus poderes – a imprensa e a força física e política –, para imobilizar as ações operacionais e gerenciais do empreendimento de canalização de água do Anil.

Foi nesse sentido que o Dr. Maia tentou embargar no Senado da Câmara provincial de São Luís as obras do sistema de esgoto da Empresa, assim divulgado pela imprensa local:

A questão suscitada pela Câmara Municipal da capital, contra os canos de esgotos mandados abrir pela Companhia Anil, foi decidida pela autoridade competente conforme era de esperar. A Câmara Municipal não exerceu a sua vingancinha; o Dr. Maia não levou avante os planos da sua alminha pequeninha (A COALIZAÇÃO, 1862, p. 3).

Mas, o grupo mandatário dos negociantes d'água e aguadeiros ambulantes não se abateram com a questão alusiva à derrota na Câmara e reagiram, desta vez para desestabilizar o engenheiro idealizador e responsável pelo projeto de encanamento das águas do Anil. A base do discurso era o ataque ao prestígio que o referido engenheiro desfrutava no Palácio do Governo e em outras instâncias do poder local. Embora as matérias de alguns jornais afirmassem a importância da empresa do Anil e a idoneidade das ações do engenheiro idealizador do projeto. Entretanto, O Estandarte (1856) questionava as manobras da presidência da província que nomeou Teixeira Mendes administrador de obras públicas do Maranhão e se mostrava contrário às obras de infraestruturas – estradas, canais, alargamento de rios e navegação a vapor – dirigidas por Teixeira Mendes e por seu primo também engenheiro Torquato Teixeira Mendes que, segundo o jornal, tinha como mérito ter estudado na França e ser parente do diretor das obras públicas.

Indubitavelmente, a matéria exposta no Estandarte não entendia as categorias de “progresso” que estavam no bojo da modernidade que, paulatinamente, desembarcavam na capital da Província e as transformações que essas construções vinham operar de forma objetiva nas relações sociais dos cidadãos que necessitavam incorporar os novos produtos: navegação a vapor, água potável industrializada mecanicamente e o canal de Arapahy. Modernidades que, ao longo da segunda metade do século XIX, iriam provocar nova estruturação social urbana.

O outro vértice da matéria incorpora elementos permeados de objetividade política, instituições e autoridades, ou seja, a Secretaria de Obras Públicas e suas relações – capital social – com as mais altas instâncias governamentais da Província que o mantivera no cargo desde a época da gestão de Eduardo Olímpio Machado. E explicitamente o “texto” não aceitava como naturais essas relações e sua permanência no cargo. Antes, denuncia como promíscua e prejudicial ao “desenvolvimento” da Província e aos cofres públicos.

Em virtude dos constantes ataques publicados na imprensa, segundo Viveiros (1954), Teixeira Mendes publicou no jornal, A Nova Epocha, uma matéria expondo os reflexos dos embates políticos travados no decorrer da implantação do empreendimento do Anil e os ataques pessoais sofridos juntamente com sua família. Ressaltou que nunca foi sua intenção se envolver com a política local, disse: "Entretanto, eu chegava a esta Província alheio a todos os ódios de partidos, decidido a não tomar parte ativa na política; [...], pois que ninguém tinha o direito – razão – de ajuizar de minha pouca capacidade" (VIVEIROS, 1954, p. 215).

O fator mais agravante nas relações de poder de Teixeira Mendes com o Palácio do Governo foi a nomeação de seu primo Torquato Teixeira Mendes, por ter cursado, também em Paris, Engenharia na Écoles de Pontes e Calçadas. Logo seus opositores compreendiam o seu poder político para a nomeação, sobretudo esse poder simbólico na luta pelo controle, armazenamento e pela distribuição das águas na capital. Era esse poder que precisava ser desestruturado, assim pensavam os donatários do antigo regime das águas, sob risco de perderem seu poder “legítimo” adquirido em lutas anteriores.

Para desestruturar o discurso publicado no jornal Estandarte, a diretoria da Anil – Joaquim Serapião da Serra, Raymundo Teixeira Mendes, Joaquim Gomes de Macedo, J. Duchemin e Raymundo Brito Gomes de Sousa – invocou seus direitos de exclusividade na venda d’água em conformidade com o contrato celebrado com o governo provincial:

[...] A contar do dia 3 de junho próximo vindouro, ninguém mais poderá vender água senão a Companhia, seus agentes ou aqueles que para isso a comprarem nos chafarizes. Desde hoje até o dia 03 de junho, dará a Companhia água de graça a toda a população da capital, findo este prazo, continuará a venda à razão de 20 réis por cada

caneco, e quatrocentos réis por pipa (A COALIÇÃO, 1862, p. 4).

Portanto, com a instalação dos chafarizes nos principais logradouros e posteriormente as instalações de torneiras em áreas periféricas na rua da Madre de Deus nas proximidades do centro, embora a Companhia Anil enfrentasse inúmeros percalços no desenvolvimento de suas ações técnicas e administrativas, ficava contundente o fato de que o grupo Jansen & Santos não teria mais o controle – o poder seria compartilhado – da distribuição da água.

Conclusão

As reflexões aqui elaboradas sobre a problemática em tela nos levam a considerar que ao longo do processo de implantação de canalização de água do Anil, para além das relações contratuais, o Governo exercia grande domínio sobre a Companhia, que se colocava, assim, numa posição de grande dependência em relação ao Palácio de quem esperava "benefícios", para a execução das suas ações.

Constatou-se, com frequência, na correspondência trocada entre a Companhia e o Governo, “pedidos” a este, que pagasse os juros semestrais em tempo competente a que tinham direito os acionistas da Companhia Anil. Ou expressões, como: “[...] sou com a mais perfeita estima e distinta consideração vosso servo” quando a Companhia do Anil solicitava ao Governo a liberação sem taxas alfandegárias dos materiais importados da Inglaterra.

Se o relacionamento externo da Companhia estava tão estreitamente subordinado ao Palácio do Governo, as relações internas entre a sua Direção e os Acionistas possuíam características semelhantes. As questões envolvendo a Companhia eram apresentadas à Assembleia dos Acionistas, a quem cabia a decisão. Exemplo disso é a resposta ao ofício em que o presidente da Província solicita à diretoria informação sobre as questões dos herdeiros das terras do Anil. O presidente da Companhia ao responder diz que o problema foi apresentado à Assembleia dos Acionistas, "a quem cabe deliberar sobre a questão, depois de ouvir o advogado em quem muito confia".

A implantação da Companhia Anil gerou a desterritorialização do controle do abastecimento d'água potável – água com valor econômico e poder político – dos

pioneiros proprietários das empresas artesanais de abastecimento d'água que, na iminência de verem seus rentáveis negócios serem desmontados, fizeram uso de todas as estratégias e recursos disponíveis para desqualificar, perante as autoridades e a opinião pública, o novo empreendimento. A batalha foi hercúlea e desmoralizante para os administradores da empresa a ponto de o principal alvo – Raimundo Teixeira Mendes – vir a público por meio da imprensa para tentar resgatar e reabilitar, perante a população, suas habilidades e competências e a funcionalidade da Companhia.

A defesa dos interesses dos opositores não se aplacou perante o discurso de Teixeira Mendes, ao contrário, agigantou-se, pois fizeram uso de métodos nada ortodoxos, inclusive alguns vinculados à violência física. E, na outra frente, os jornais Estandarte, Coalizão, A Conciliação e O País escreviam longas matérias com o objetivo de acelerar e mesmo acentuar a instabilidade e o declínio da Companhia. O que chama a atenção é que os citados jornais diziam não serem tendenciosas suas matérias e muito menos desfavoráveis ao empreendimento das águas de canalização do rio Anil, e que escreviam de forma livre, sem passionalidade, a revelar somente a verdade dos fatos, sem levarem em consideração a individualidade dos envolvidos na problemática histórica, tampouco o partido e a ideologia política dos citados.

Mas, essa imprensa que se auto intitulava imparcial na questão escreve que a Companhia nasceu em má hora, sem necessidade pública, que não tinha o apoio da população, tão necessário a um empreendimento desse porte. Repelida pelo público, foi lançada nos braços do governo e deste obteve quase tudo, inclusive um contrato anticonstitucional e lesivo aos interesses da Província, que chegou a levar o próprio presidente a rogar ao comércio que comprasse as ações da Companhia.

Enfim, o empreendimento de canalização das águas do Anil foi uma inovação que provocou disputa entre as elites, (pelo mandonismo no sistema de abastecimento d'água) local. Uma parte da elite mais esclarecida, influenciada pelos jovens que foram estudar na Europa, representava a modernidade, e outra parte, mais conservadora, resistia à mudança. Ambas detinham por gerações o controle do abastecimento d'água de forma artesanal em São Luís e pretendiam permanecer no comando enquanto tivessem poder econômico e político.

Referências

ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO MARANHÃO. n. 225, 1858 p. 139. Organizado por Berlamino de matos. São Luiz: Typografia de Progresso. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Ática, 1996.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. São Luís: Café & Lapes, FAPEMA, 2010.

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia Anil. São Luís, 1861.

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia Anil. São Luís, 1862.

COMPANHIA ANIL. Relatório da Companhia das águas de São Luís 1881. [São Luís].

GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

JORNAL A COALIÇÃO. Ano 1, n. 01, 06 jan. 1862a, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A COALIÇÃO. Ano I, n. 12, 28 jun. 1862b, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A NOVA EPOCA. Ano 1, n. 30, 05 dez. 1856, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL A NOVA EPOCA. Ano 1, n. 57, 20 maios 1857, p.1-2. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

JORNAL CORREIO MERCANTIL, edição 59, 28 fev. 1857, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, ano 1, n. 22, 16 nov. 1855, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL ECHO DO NORTE, v. 3, n. 13, 21 jul. 1836, p. 21. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

JORNAL FAROL MARANHENSE, 23 jan. 1828, p. 19-24. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

JORNAL O ESTANDARTE. vol. 8, n. 7, 19 mar. 1856, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL O ESTANDARTE, vol. 8, n. 24, 20 jul. 1856, p. 2-3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JORNAL O OBSERVADOR. Ano 10, n. 503, 14 ago. 1856b, p. 4. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL O OBSERVADOR. Ano 9, n. 467, 10 mar. 1856a, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

JORNAL PUBLICADOR MARANHENSE. Ano 9, n. 1047, 12 dez. 1850, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/defaultnew.aspx>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

JUCÁ, Joselice V. Uma companhia urbana de Pernambuco no século XIX: a do Beberibe Cia. *Tróp.*. Recife, v. 21, n. 1, p. 25-39, jan./jun. 1975.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. Fala dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, o dr. Eduardo Olímpio Machado, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851. Maranhão, impresso na Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1851. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MARANHÃO. Assembleia Legislativa Provincial. Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em 20.abr.2017.

MARANHÃO. Discurso do Exm. Snr. Manoel Felizardo de Sousa e Mello. Presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão, Typ. de I. J. Ferreira, 1839. p. 7. Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 01 fev.

2017.

MARQUES, César. *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão*. São Luís: Typ do Farias, 1870.

MATOS, Marcos Fábio Belo. *Ecoss da modernidade: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

MORAES, Jomar (org.). *Ana Jansen Rainha do Maranhão*. 4 ed. São Luís: Edições AML, 2012.

MOTA, Antonia da Silva. *As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial*. São Luís: Edufma, 2012. 256 p.

MOTA, Antonia da Silva.; MELO NETO, U. P. (Org.) . *A sedução das ruínas. Arqueologia - salvamento e resgate..* 1. ed. São Luís: IPHAN/EDUFMA, 2015. v. 1000. 168p

NUNES, Francisco Antonio. *Entre Fontes, Chafarizes e o Dique: a introdução do sistema de abastecimento de água em Salvador*. Revista FSA, Teresina, v. 11, n. 4, art. 8, p. 134-157, out/dez. 2014.

PALHANO, Raimundo Nonato Silva. *A produção da coisa pública: serviços e cidadania na primeira república ludovicense*. 2 ed. da Biblioteca Básica Maranhense. São Luís: Ed. Engenho, 2017. v. 3.

RODRIGUES, Zulimar Márita Ribeiro. *Geografia da saúde e o espaço urbano de São Luís-MA: interfaces da relação saúde e ambiente no período de 1854-1954*. São Luís: EDUFMA, 2014.

SILVEIRA, Aline Montagna da. *De fontes e aguadeiros à pena d'água: Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura do final do século XIX em Pelotas R/S. Pelotas – RS*. 2009. 340f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. O caminho das águas na América Portuguesa: a rede de abastecimento de Mariana no século XVIII. *Arqueología y Territorio Medieval*, nº. 3, p. 10-17, 2014. Disponível em: <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/atm>>. Acesso em: 5 maio 2017.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

¹ As fontes públicas localizadas em áreas centrais ou periféricas estavam destinadas a suprirem as necessidades da população pobre. Mas encontravam-se quase sempre em estado precário de conservação de suas estruturas físicas ou com a qualidade das águas comprometidas: ora por questões naturais – sua proximidade com a orla marítima que nas marés altas as águas salgadas invadiam as fontes; ora por ação da própria população que jogava animais mortos, plantas venenosas; lavagem de roupas e banhos.

² Aguadeiros; poços; pipas; vasos; bacias de porcelana; e “tigres” integravam o primitivo sistema de abastecimento d’água e sanitário de São Luís.

³ Conto de réis é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis. Sendo que um conto de réis correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis que era a divisionária, grafando-se o conto por Rs. 1:000\$000. 1 réis era igual a R\$ 0,123. 1 mil réis igual a 123,00. Já 1 conto de réis (mil réis) seria 123.000,00. Hoje (2017) o valor corresponderia a US\$ 38.557,99.

⁴ O empresário português introdutor do primeiro motor a vapor em terras maranhenses – João Gualberto – em 1856 – no mesmo ano de Teixeira Mendes, propôs ao Governo da Província fazer os abastecimentos da cidade com água do Apicum por meio de uma rede de canos de ferro. Foi vencedora a proposta de Raimundo de Brito Gomes de Sousa e Dr. Raimundo Teixeira Mendes. Essa derrota de João Gualberto vai implicar, no futuro, sérias dificuldades à Companhia Anil.

⁵ O romance foi lançado em 1881, quando já funcionava a Companhia das Águas de São Luís, que substituiu a antiga Companhia Anil. Fica claro que o sistema artesanal de distribuição de água sobreviveu às duas companhias. O número de domicílios com água canalizada era 964 residências; 12 estabelecimentos públicos; e 139 casas com água até a porta, que ainda não consumia água. Além dos chafarizes do Largo do Carmo; Largo do Quartel; Largo de Santo Antônio; Praça da Alegria; Praça do Mercado e Praça do Comércio. As torneiras das ruas: da Alegria, da Madre Deus, 28 de julho, do Ribeirão e dos Remédios. (RELATÓRIO DA COMPANHIA DAS ÁGUAS DE SÃO LUÍS, 1881).

⁶ Art. 7º O governo concede à Companhia o privilégio exclusivo da venda d’água por sessenta anos, contados depois de cinco, concedidos para a conclusão das obras, ficando desde então proibido todo o comércio d’água que não for da Companhia.

⁷ Atendendo ao que me representou a Diretoria da Companhia do Anil, que tem por fim abastecer de água potável a Capital da Província do Maranhão: Hei por bem aprovar os estatutos da mesma companhia, os quais com este abaixo assinado por Luiz Pedreira de Couto Ferraz, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e seis de abril de mil oitocentos cinquenta e seis, trigésimo quinto da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador – Luiz Pedreira de Couto Ferraz. – Conforme José Bonifácio Nascentes d’Azambuja, o Estatuto tinha a seguinte disposição: 1º A Companhia com 11 art.; 2º Da administração com 09 art.; 3º Da diretoria com 03 art.; 4º Dos acionistas com 02 art.; 5º Dos dividendos com 02 art.; 6º Dos empregados e seus ordenados com 03 art.; 7º Da assembleia geral com 13 art.

⁸ Código de postura não legislou a respeito do sistema de abastecimento e fornecimento de água na cidade. Apenas o art. 57º diz que é proibido lançar o Timbó, ou ervas venenosas nos igarapés, rios, poços e lagos. Transcorrido 24 anos da primeira publicação do Código de Postura de São Luís, é lançado um novo código em 1866 que também dedicou apenas um artigo a questão da água: “Art. 164º fica proibido tomarem banho, lavarem roupa e animais próximo das fontes, que fornecem água para o consumo público. Aos contraventores a multa de cinco mil réis”.

⁹ De pacífico não teve nada as obras da Companhia. Conforme relatório enviado ao Palácio do Governo em dezembro de 1861. “[...] Obrigados os arrematantes por si, por seus fiadores, a conclusão das obras que deviam entregar em fevereiro próximo passado, sob pena de multas severas iguais às que pagam a Companhia se por ventura as obras, por culpa sua se não concluíssem dentro do prazo convencionado, caminhavam elas rapidamente para o seu [serviço], quando a chegada aqui de uma das máquinas a vapor de que carecia, perdeu-se o navio que a trazia a bordo, sendo [baldados] os esforços que para [acelerar] fizeram o Governo e a Companhia. Teve, portanto, a Companhia de ceder à arrematante prorrogação de prazo até a chegada da nova máquina, que foi imediatamente [corroído]” (COMPANHIA ANIL, 1861).

Artigo recebido em 25 de Agosto de 2017

Aceito para publicação em 30 de Novembro de 2017

**DA LIBERDADE AO ALTO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE
HIGIENIZAÇÃO SOCIAL, MARGINALIZAÇÃO E DEMANDA
ÉTNICA DE UM BAIRRO TAPEROAENSE**

**FROM FREEDOM TO THE TOP: NOTES ON THE PROCESS OF
SOCIAL HYGIENIZATION, MARGINALIZATION AND ETHNIC
DEMAND OF A NEIGHBORHOOD TAPEROAENSE**

Érika Catarina de Melo ALVES*

Resumo: Este trabalho pretende descrever os processos de formação urbana de um bairro numa cidade do interior da Paraíba. Colocando em relevo as relações históricas que ali atravessaram, interações estas que circunscreveram a criação de estereótipos e status. O esforço desta escrita deriva da experiência etnográfica com os dançantes da Cambinda, posto que a prática empírica proporcionasse a abertura de um leque de possibilidade analítica sobre aquela realidade. Uma dessas possibilidades de reflexão seriam as transformações urbanísticas, preenchidas por noções de higienização social e segregação. Relações de poder, alianças, conflitos e sociabilidades. Ao descrever alguns desses processos, é possível compreender com mais profundidade a construção de demanda quilombola acionada por uma das famílias negras moradora do bairro.

Palavras-chaves: Urbanização, Higienização social, Relações interétnicas, Cambindas.

Abstract: This paper aims to describe the processes of urban formation of a neighborhood in a small city of Paraíba, by emphasizing the historical relationships that crossed there; interactions that circumscribed the creation of stereotypes and status. The effort of this writing derives from the ethnographic experience with the Cambinda's dancers, since the empirical practice would provide a range of analytical possibilities about that reality. One of these possibilities for reflection would be the urban transformations, filled with notions of social hygienization and segregation. Power relationships, alliances, conflicts, and sociabilities. In describing some of these processes, it is possible to understand in more depth the construction of the quilombola demand triggered by one of the black families that lives in the neighborhood.

Keywords: Urbanization, Social hygienization, Interethnic relationships, Cambindas.

Introdução

* Doutoranda de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). E-mail: erikacmalves@gmail.com

Para Max Weber (1967) há diversas formas para definir cidade, dentre as características que ele aponta, a associação de vizinhança é considerada como um fator de socialização e sociabilidade entre os indivíduos desde o surgimento das primeiras cidadelas. O que faria as pessoas se aglomerarem derivava de várias circunstâncias, desde as relações comerciais de trocas e ofertas de bens e utensílios, até a constituição de fortalezas contra-ataques violentos entre outras causalidades. Era nas cidades, segundo Weber (op. cit.), que estaria todo o ambiente propício para a racionalização e especialização da vida social. As etnografias urbanas realizadas pela Escola de Chicago, e o corpo de trabalhos realizados na África Central em certa medida questionaram tais concepções e contribuíram no entendimento sobre tais contextos dados a priori como apenas variantes das relações comerciais, industriais e capitalistas.

As investigações produzidas pelo Rhodes-Livingstone Institute¹, fundado em 1937, trouxeram um conjunto de importantes excursões da antropologia social britânica sobre os variados grupos humanos nos cenários urbanos. Apontando, sobretudo que as relações intergrupais, ou mesmo intertribais, denotariam campos de análises bastante profícuos se considerados a partir de suas distintas dimensões. Anoto que o trabalho de J. Clyde Mitchell (2010), sobre as relações sociais da dança Kalela encenada no Cinturão de Cobre da Rodésia do Norte, atual Zâmbia têm oferecido substratos para minha análise sobre o universo Cambinda. O que quero destacar é que tanto na análise da dança Kalela, ou nos eventos em torno da cerimônia de inauguração de uma nova ponte, podem indicar questões interessantes sobre a diversidade de certos contextos tomados como invariantes. Para tanto, para circunscrever a análise aqui proposta sobre as Cambindas, uma dança negra praticada na cidade de Taperoá, na Paraíba, é imperativo destacar e colocar em pauta de reflexão os espaços de moradia dos atores sociais. Deste modo, abordaremos a construção do antigo bairro da Liberdade, atual Alto da Conceição, nome dedicado a santa padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. Pontuando os contextos políticos e sociais que o fizeram emergir naquela localidade, ou melhor, que o constituíram diante e entre as mais variadas conjunturas que ali atravessaram.

Assim, os conhecidos Cambindas também chamados como os “negôs do Alto” denotariam maneiras distintas de reconhecimentos entre os grupos sociais da cidade. Modos e identificações que são construídos através de um longo processo de ordenamento dos espaços de moradia, trabalho e festividades. Nesta perspectiva, é

interessante colocar o meu lugar dentro dessas interações. Anoto para o leitor que tais modos de identificações e conotações me foram sendo expressos por diversas vezes em questionamentos como: Onde você mora? Você não é do Alto, né?

Para tanto, cabe descrever e analisar no primeiro tópico os moradores e a constituição deste espaço de moradia. Ressaltando que tal aspecto é parte importante para compreendermos a construção de uma demanda política empreendida pelo grupo familiar (e seus aliados) detentor da Cambinda perante o Estado brasileiro. A moldagem deste tipo de acionamento étnico sobre a rubrica do termo “quilombola” tem sido matéria de reflexão para os interlocutores da pesquisa e coube neste trabalho acrescentar minha visão sobre tais conjunturas.

Processos de urbanização, higienização e segregação social

Segundo a historiadora Izabelle Mayara Ramos de Oliveira (2011:2015) em início da década de 1930 a imprensa campinense publicou a presença de “centros de reuniões equivocadas constantemente frequentadas pelo elemento masculino” (Jornal A Voz da Borborema, 30 de maio 1931, Apud OLIVEIRA 2011:2015). Tal matéria foi parte do processo social que desencadeou numa nova reconfiguração territorial na então cidade de Taperoá, na Paraíba. Naquele momento as ações foram direcionadas a transferência da zona de meretrício que se localizava próximo a Matriz de Nossa Senhora da Conceição², inaugurada em janeiro de 1930, para o então Bairro da Liberdade, atual Alto da Conceição. Oliveria (op. cit) nomeia estas conjunturas como a “cruzada cristã” contra o meretrício existente na cidade. Através de um discurso de cunho religioso, moralista e higienista vários embates foram se adensando naquele período entre as entidades religiosas com as administrativas na tentativa de reformular os lugares concedidos a certos grupos sociais naquele perímetro urbano.

A transferência das casas de prostituição conhecidas popularmente como cabarés apontam modos de espacialização bastante singulares naquela cidade. Todavia, cabe colocar que o discurso de urbanização presente na localidade em questão pode ser concatenando a noção de higienização social que colocam à margem das cidadelas lugares considerados impuros como os prostíbulos, hospitais e cemitérios. Entretanto retirar a zona de prostituição das adjacências da igreja católica não fora um objetivo de imediato alcançado. Devido a frequente presença de muitos homens públicos naqueles

lugares e os laços que estes possuíam com as prostitutas, as ações cristãs empreendidas contra a existência dos prostíbulos foi deveras longa e pode nos indicar a constituição e construção do espaço urbano do que hoje conhecemos como o Alto da Conceição.

Segundo Oliveira (2015) a zona do meretrício “possuía uma importância específica para a população taperoaense, especialmente a masculina, seja no que concerne à iniciação da vida sexual dos homens, seja na preservação da honra das suas mulheres” (op. cit. p. 26).

A autora ainda anota o seguinte:

[...] apesar da veemência dos pedidos do então vigário da paróquia às autoridades responsáveis pelo andamento do município (prefeito, delegado e bispo), a solução para resolução de tal impasse só chegaria após três anos (1936-1939), quando se deu a construção de moradias em espaço ainda inabitado do bairro Liberdade para recepção daquelas mulheres [...] (OLIVEIRA, 2015, p. 26).

Desta forma o então bairro da Liberdade “apresentou ao longo dos anos uma funcionalidade social própria: recepcionar espaços e sujeitos rejeitados pela cidade moderna, burguesa, higienista e moral, o que ocasionou a redefinição de espaços cartográficos da cidade, e por que não dizer, segregou cartografias na referida” (OLIVEIRA, 2015, p. 26).

Distante de ser algo inovador a (des)territorialização nas cidades contemporâneas brasileiras é considerada por Marins (1997) como ações que tentam homogeneizar as vizinhanças e fora empreendida em grandes centros urbanos com impactos em outras municipalidades. Em Taperoá, mesmo com a ausência de um planejamento urbano em grande escala a reconstrução de certos espaços juntamente com a mobilidade dos mesmos merecem aqui serem anotados. A primeira delas foi a transferência do cemitério de dentro da urbe em meados de 1905 para um lugar adjacente do perímetro urbano da então Vila Batalhão³. A prática de enterrar os mortos nas cercanias da única capela dentro do perímetro urbano contrariava a legislação sanitaria vigente naquela época como bem anota Margareth Rago (1985, p. 173) que “desde o começo do século XIX, uma carta régia proíbe o enterro dos mortos nas Igrejas e ordena a construção de um cemitério mais afastado da cidade”. A demolição do então cemitério e a construção de outro fora noticiado no Jornal A Imprensa, impresso em 31 de janeiro de 1940: “[...] construiu um cemitério de alvenaria no bairro Chã da Bala e demoliu o antigo, existente em torno da Igreja Matriz [...]”.

Com o aumento populacional se tornou preciso construir outro cemitério naquela localidade. O lugar escolhido fora o então bairro da Liberdade, constituído apenas de poucas casas e um pouco distante das ruas comerciais e principais da então cidade. Em 1940 através de um decreto lei municipal é possível apontar que o novo cemitério já estava em pleno funcionamento:

Considerando a necessidade de reconstruir e limpar o Cemitério público “Da Consolação” Decreta:

Art. 1- Fica transferida do Título 8490- Saúde Pública para o título 8870- cemitérios, o crédito de dois contos de reis (2: 000\$) para ocorrer às despesas de reconstrução e limpeza geral do cemitério “Da Consolação” desta cidade.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Cabe destacar que o cemitério supracitado se localizou perto da nova zona de prostituição que fora destinado pelas autarquias locais para existência daqueles estabelecimentos ainda na década de 1930. Esta medida é considerada por Oliveira (2015) não apenas como uma simples retirada dos rituais fúnebres do território religioso – no caso da demolição do cemitério nas cercanias do templo católico da cidade e sua incorporação em um ambiente público ainda na primeira década do século XX – como também torná-los acessíveis de modo higiênico para toda a população. Levando em consideração a existência de cemitérios privados a ocorrência de epidemias e o trato com os corpos de modo incipiente, coube à administração local resguardar através de ações públicas embasadas principalmente nos discursos moralistas e higienistas amparar os moribundos e os mortos. O bairro da Liberdade ainda recebeu antes mesmo da zona do meretrício e do cemitério uma casa de saúde, tida na época como um local anti-higiênico pelo discurso médico vigente. O hospital São Vicente de Paula fora destaque n’o jornal A União publicado em 31 maio de 1925:

A PEDRA FUNDAMENTAL DO HOSPITAL DE CARIDADE

De regresso da visita s. exc. dirigiu-se ao local onde vae ser edificado o hospital de São Vicente de Paulo, por iniciativa dos srs. João Casulo e Francisco Bezerra e com o concurso com o povo. Na ocasião de lançar a pedra fundamental do prédio, o sr.dr. João Suassuna, em breves palavras, disse que a cerimônia que se realizava, fechando o cyclo das homenagens de Taperoá, era simples como o sentimento de caridade que a inspirara. Devia-se tão feliz e humanitária lembrança a dois cidadãos, a dois bellos ornamentos sociais: João Casulo e Francisco Bezerra. S. exc. congratulava-se com o povo por aquelle serviço de alto alcance patriótico. (JORNAL A UNIÃO, 1925)

Apesar de ser um empreendimento de ordem privada por parte do João Casulo Primo, destacado comerciante de algodão e membro do Conselho Municipal (1925-1927), o referido hospital recebeu recursos públicos oriundos principalmente da gestão do então Presidente do Estado⁴, João Suassuna, este que era casado com Rita de Cássia Vilar proveniente de famílias influentes na região.

Assim, o então bairro da Liberdade recebeu nas primeiras décadas do século XX uma casa hospitalar, uma zona de prostituição e um cemitério. Espaços construídos em cima de bases discursivas que denegavam e segregavam valores e prestígios em um escopo territorial. Através de um estudo historiográfico, Oliveira (2011:2015) delinea que através destas reconfigurações cartográficas e os lugares ali impostos ficara no imaginário local que os habitantes do Liberdade eram vistos socialmente como impuros, promíscuos, moribundos, entre outras categorias⁵.

Entretanto, antes mesmo da existência de um hospital, de um cemitério e de prostíbulos, o bairro da Liberdade já tinha moradores, dentre os núcleos familiares destaco a família Levino. Esses moradores considerados os primeiros que tinham habitado em casas de taipa que labutavam nos mais variados ofícios, com destaque para a construção civil para os homens, na função de pedreiros, e o trato doméstico para as mulheres, como engomadeiras e lavadeiras das casas mais ricas da cidade. Tais características podem nos apontar o modo pelo qual a organização familiar dentro do atual Bairro Alto da Conceição marcou e marca maneiras distintas de relacionamentos sociais e demandas políticas desde há muito tempo naquela cidade como um todo.

Fato é que a construção de uma vila de dez casas para receber as meretrizes no bairro da Liberdade pelo prefeito Abdon de Souza Maciel na década de 1930 é rememorado pelos moradores do Alto pela lembrança de um muro construído para separar o bairro da cidade. Este paredão é mencionado na Lei n° 28/1963:

Denominando às ruas e vias públicas da cidade de Taperoá e criando outras providências.

Art. 1° A partir deste momento de aprovação desta lei, as ruas e vias públicas desta cidade terão as seguintes denominações:

§ 5 ° A rua que nasce da casa de Claudina Hemino até encontrar-se com o paredão do Bairro da Liberdade, passará a chamar-se Cel. Dorgival Vilar.

§ 6° A rua que nasce por traz do Posto Velho até encontrar-se o paredão do Bairro da Liberdade, passará a denominar-se Capitão José Genuíno Correia de Queiroz.

(Livro de Registros de Decretos da administração de Aprígio Pinto Barbosa de 1963).

Assim as nomenclaturas das ruas esbarravam no paredão como também as possíveis obras públicas. Apesar de existir terrenos de propriedade do poder municipal nas proximidades do então cemitério “Da Consolação”, mais precisamente 3 hectares⁶ de terra ao lado sul da cidade, onde se localiza o bairro da Liberdade (Alto) este espaço urbano não foram alvo de maiores investimentos ao longo dos anos, o que é bastante contraditório posto que a Prefeitura local construiu grandes obras em terrenos comprados e indenizados em outras localidades do perímetro urbano, distantes do então bairro⁷.

A construção de escolas no Alto da Conceição só ocorreu através do decreto 6.184/1974 que instituía ali a Escola Estadual de 1º Grau, atual Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Melquíades Vilar. Como também a construção da Escola Municipal Odacy Vilar na década de 1980.



Mapa 1: Bairro Alto da Conceição. Fonte: OLIVEIRA, 2015.

O ensino básico para os moradores do Alto existiu por muitos anos através de concessões de bolsas de estudo em escolas privadas. Em meados de 1976, o então prefeito José Ribeiro (Zé Ribeiro), autorizou a doação do prédio do antigo posto de saúde, que fora casa hospitalar “São Vicente de Paula”, para a paróquia da igreja católica naquela localidade. Ali, a instituição religiosa abriu uma entidade de ensino administrado pela irmandade de freiras Josefinas. O acordo foi devidamente sancionado pela seguinte lei:

Art 1º Fica o poder executivo municipal autorizado a celebrar convênio com a Escola Normal Nossa Senhora das Graças, com a finalidade de custear as despesas com BOLSAS DE ESTUDOS aos estudantes pobres do município.

Art 2º Para custear tais despesas fica o poder público autorizado a proceder a abertura de crédito especial no montante de CR\$ 10.000,00. (Dez mil cruzeiros).

(Lei nº 6 de 11 de janeiro de 1977).

Anteriormente, ainda na década de 1930 o padre católico João Noronha juntamente com a professora Reuza Ribeiro de Queiroz, alfabetizaram os filhos dos pedreiros, lavadeiras e outros trabalhadores chapiados⁸ e assalariados que residiam no Liberdade (Alto). Além da Escola administrada pela paróquia há outra instituição de iniciativa privada existente no Alto da Conceição, a Fundação Rita Suassuna (antigo Instituto), criada por Manoel de Assis Melo⁹, em fevereiro de 1968. Era prática da então instituição ceder bolsas de estudos para a comunidade circunvizinha antes mesmo da existência da Escola Nossa Senhora das Graças. Entretanto, o falecido Mestre das Cambindas, Pedro Levino, conhecido localmente como Pedro Delmiro, não conseguiu estudar, chegando a ser barrado nas escolas que pretendia se alfabetizar.

Ser barrado, ou mesmo lembrar-se da existência de um paredão existente ali no Alto indicam momentos pelos quais os interlocutores se queixam ou mencionam a vida cotidiana naquele bairro. Maneiras que denotam como estes são vistos e os lugares que os cabe para além daquele espaço. Assim, acredito que estes processos podem demonstrar que ao “controlar a mistura de corpos no espaço da cidade, no intuito de demarcá-lo” são partes de conjunturas sociais e políticas que denotam aos cidadãos ocuparem “cotidianamente seu devido lugar.” (FOUCAULT, 2002, p. 122-123). Interdições, barreiras, e/ou acesso a certos lugares não são situações de um passado distante para os moradores do Alto, especialmente para a família Levino.

Eu quando moço não podia entrar em qualquer lugar não. Tinha que ter pelo menos um sapato bom. Imagina no tempo do meu avô e meu pai. Tinha clube aqui que povo do Alto pra entrar tinha que tá bem vestido. Minha família é **preta** você sabe. Tem que ser muito trabalhador sabe. Hoje entro em qualquer lugar, queira sim ou não. Também hoje esses clubes precisam da gente hoje pra sobreviver. Era só sócio. Hoje sabem que neguim vai pro Rio e São Paulo volta com um. (Ednaldo Levino, conhecido como Nal, atual Mestre das Cambindas).

É fato que no bairro do Alto da Conceição, como também na cidade de Taperoá, a família Levino não seja a única parentela *preta*. A relação de pesquisa apresentou que

aquela família é a que lidera o cortejo das Cambindas desde sua formação inicial. Todavia a dança é composta por outras parentelas não sendo os Levino os únicos participantes da performance. Esta experiência etnográfica se deu principalmente pelo acesso que obtive por meio da então família a realidade ali construída. Nesta mobilidade percebi que ao falar dela se apresentava, ou mesmo se constituía, um contraste desta com outras famílias negras existentes em Taperoá. Alguns nomes foram surgindo na pesquisa entre e pelos Levinos para marcar as diferenças que estes tinham com outras redes de parentesco. Valores e características físicas pontuadas pelos interlocutores da pesquisa. Aqui levanto algumas categorias de classificação utilizada pelos sujeitos para se identificarem e marcarem diferenças.

“Somos assim, eles são assim, sabe aquela mulher que é dos Ananias?” Eram frases presentes no dia a dia de convívio com eles. Era nas conversas informais as quais pensei que nunca entrariam no texto etnográfico e que ficariam reclusas ao caderno de campo que fui percebendo que ser preto, negro, moreno e branco na cidade de Taperoá tinha conotações diversas.

Nas relações de pesquisa quatro grandes famílias negras na cidade, os Levinos, os Borrote, os Batata, os/as Carlotas sobressaíram nos discursos dos sujeitos. Perguntando quem gostava de brincar ou brinca com as Cambindas, apareceu o laço do Levinos com a família dos Basílio que fora apontado como dançarinos desde do tempo do *Velho Delmiro*, segundo Mestre. Entretanto, cabe destacar aqui como certos valores são aferidos a certos grupos familiares e de como estes grupos são vistos pelos sujeitos da pesquisa em questão.

A família negra conhecida como “os Borrote”, é considerada como uma parentela que seguidamente se confrontavam com a polícia nos dias de feira pública. Os/as chamados “os/as Carlotas” participavam dos festejos carnavalescos, tendo um bloco de nome *As Carlotas* que mantinham mulheres como folionas, tal fato teria desagradado a “população local”, sendo as mulheres Carlotas malvistas por conta disso. Os conhecidos como “os Batatas” eram descritos como os que “chegavam na rua com as roupas barro puro”.

Percebi que este cenário onde as classificações sociais e raciais existentes em Taperoá se explicitam, e nos remetem as distinções entre “morenos” e “negros” apontados no trabalho de SOUZA (2011) para diferenciar as famílias negras na região de Santa Luzia e as construções indenitárias que ali são formuladas. A característica

fenotípica é inclusive destacada quando os sujeitos evocam características que atribuem a si e para outros, no caso da família das Carlotas, são descritos como “negros com cabelos lisos”, já “os Levinos” como “pretos altos”, “os Borrote” como “chamboqueiros”¹⁰, “os Batata” como “pés descalços”¹¹, “os Basílios” como “pretos chapiados” e “os Ananias” como “morenos”. Ainda nessas conotações há menções como é “negro do Silva” e é “galego do Salgado” denotando a proveniência local dos indivíduos, sendo o Silva e o Salgado comunidades rurais da cidade e que muitos dos seus moradores possuem imóveis no Alto da Conceição. Como por exemplo, Dona Marta Silva, 79 anos, moradora da Vila Nova do Alto, proveniente do sítio Silva, e Dona Leopoldina nas Cambindas Novas.

Sou do Silva, dos nêgo do Silva (**sorrir**). Foi Seu Pedro Delmiro que chamou pra dançar. Dona Olívia, dama do passo morreu aí ele me chamou. Fiquei no lugar dela por um tempo. Aí ele disse, Dona Marta a senhora vai sair de Dona Leopoldina, aí saio até hoje. (Dona Marta, 79).



Fotografia 2: Dona Marta a frente do Cortejo das Cambindas Novas, trajada de Dona Leopoldina. Fonte: da autora.

Tais diferenças se apresentaram no campo delimitando para a pesquisa algo mais amplo do que valores concedidos diariamente. São construções de alteridades há muito tempo formuladas e constantemente acionadas. Longe de ser uma observação inovadora o estudo das relações entre brancos e negros em contexto urbano, já foram percebidos a partir de diferentes sentidos, seja pela apropriação dos elementos do passado e sua (re)apresentação no presente, permitindo e indicando em minha situação de pesquisa o

cuidado em se descrever tais relações e não apelar tão rapidamente para dicotomias. Na análise de Mitchell (2010) seu esmero ao descrever a dança Kalela era acompanhado de uma atenção em não a isolar do lugar, da história e das disputas onde ela estava sendo performada. Entender as relações dos detentores das Cambinda para dentro e fora do bairro se torna imperativo na medida em que pode nos fazer compreender outras formas de observar a realidade social dos sujeitos.

Oliveira (2011: 2015) ainda anota que o antigo bairro da Liberdade só se viu desprovido da zona do meretrício em finais da década de 1970 quando foram demolidas as 10 casas oferecidas para aquelas mulheres e que muitas delas foram habitar ali próximo. O que estigmatizou de toda forma aquela localidade mesmo com a remoção do paredão no mesmo período¹². Outro estereótipo aferido aos moradores do Alto é o da criminalidade¹³, e nesse caso há um episódio no qual um Levino foi acometido de forma brutal quando em uma visita das próprias Cambindas numa casa que os recepcionava. Segundo o Processo Crime nº 02- fev.1947a promotoria da localidade constituiu uma denúncia contra Francisco Pereira de Araujo, conhecido popularmente como Chico Leite, 42 anos, agricultor:

Aos 28 de fevereiro de 1947 o indivíduo encontrava-se na Rua Álvaro Machado, no prédio pertencente a João Casulo, onde realizava-se uma dança Carnavalesca Cambindas, já conhecido como perturbador da ordem pública, abelhudamente intrometeu-se naquela brincadeira, levando a efeito os seus requintes de permissividade, pois sem motivo justificado feriu de canivete mortalmente o pobre pai de família, ordeiro e pacato conhecido por todos EUCLIDES LEVINO.(Processo Crime nº 02- fev.1947 – Fórum Desembargador Manoel Taigy – Comarca de Taperoá-PB).

Euclides Levino era filho do então Mestre das Cambindas, Delmiro Levino, e estava presente na recepção do grupo dançante na casa do comerciante de algodão João Casulo numa das avenidas principais da cidade. O acusado, conhecido por Chico Leite, teria adentrado naquela residência já embriagado e teria pedido várias moças para dançar recebendo negativas de todas. Euclides percebendo que o mesmo estava se irritando pediu para que uma filha de Vicente Preto para dançar com ele. Após o baile, Chico Leite chamou Euclides para fora do recinto e o feriu mortalmente com golpes de canivete.

Quando do mapeamento das redes de parentesco dos Levinos, mais especificamente sobre os irmãos de Pedro Levino (Pedro Delmiro) há por parte dos

interlocutores um silenciamento sobre a existência dos mesmos. O assassinato de Euclides foi deveras profundo dentro do núcleo familiar de Delmiro Levino, a ponto de o assunto ser sempre omitido numa expressão recorrente entre eles de que “*os Levinos não gostam de brigas*”. Não obtive maiores informações sobre quem era Euclides e seus descendentes. Posto que no próprio processo o mesmo é descrito como “pobre pai de família”. Anoto que não há mesmo nenhum outro processo crime que o nome dos Levinos estejam implicados. Acredito que em parte deve-se ao modo pelo qual aquela família se relaciona através das Cambindas e dos seus ofícios profissionais com outras famílias consideradas mais ricas e politicamente bem-sucedidas naquela localidade.

Para Oliveira (2015):

[...] o ato de brincar Cambindas para muitos moradores do Liberdade, significava também ser visto com outros olhos pelos demais cidadãos, já que tais práticas folclóricas, contribuíram para a construção de novas representações sociais para os moradores daquele perímetro. Se no Liberdade existia espaços ditos anti-higiênicos, prostituição e criminalidade, também, ocupava em sua territorialidade um dos maiores e mais reconhecidos grupos folclóricos da cidade. (OLIVEIRA, 2015).

Vale pontuar que antes da presença destes espaços no bairro Alto da Conceição os Levinos já moravam naquela localidade e que a Cambinda já era dança praticada há muitos anos. Categorias como preto/pobre e branco/rico já eram evidenciadas nas primeiras décadas do século XX até mesmo pela imprensa paraibana:

O entusiasmo com que foi este ano, festejado o carnaval nesta vila excedeu a expectativa geral. Até o domingo pela manhã só eram conhecido o bloco Mocidade e o tradicional clube dos Cambindas, aquele composto de um reduzido numero de pessoas da elite e este de um núcleo de preto que se exibem todos os anos com aplausos gerais. Eis porem que à tarde do domingo improvisou-se um baile por iniciativa de pessoas representativas que, até então estavam retraídas e daí nasceu a idéia da organização de um clube para se exhibir na segunda e na terça-feira. Esse clube tomou a denominação de OS ALIADOS, nome que foi logo mudado pela opinião pública para CLUBE DOS POBRES. Estabeleceu-se, então, naturalmente uma interessante rivalidade, que não saiu do terreno carnavalesco, foi motivo suficiente para o impulso do carnaval de 1934, nesta vila. Os bailes sempre animados enchiam de entusiasmo os seus componentes salientando-se o dos “pobre” pela superioridade em número e as simpatias públicas de que se tornou alvo. Em suma, foi “uma cousa gosada” o carnaval de 1934 em Taperoá e, o melhor de tudo, é que terminou na santa paz do Senhor, ficando todos como estavam antes, sem nenhum ressentimento pessoal. Espera-se animado *Micaremeno*

domingo de páscoa e já o bloco MOCIDADE está com a sua sociedade oficialmente organizada com os elementos de que dispõe. OS ALIADOS estão silenciosos. Quererão fazer outra surpresa? (Jornal A UNIÃO – Terça-feira, 27 de fevereiro de 1934).

A rivalidade carnavalesca é tema recorrente no campo de pesquisa posto que por meios de blocos e representações de clubes muitas famílias se representavam socialmente e politicamente. E que mesmo que os Cambindas mais velhos afirmem frequentemente que a dança não foi criada para o carnaval, mas que nesta festa a dança se representou mais fortemente, percebi que aquela festividade dizia muito a respeito sobre os modos e maneiras de se relacionar naquele espaço. Este tipo de nomeação entre pobres x ricos ainda é presente nas evocações dos Cambindas e fazem parte de uma rede de memorização que é compartilhada e sentida de diferentes modos.

Em cima desse tipo de alteridade e construções de valores e percepções de mundo que os sujeitos pesquisados se deslocam naquele contexto. Classificando e pondo sentido em suas vidas cotidianas. Posto este panorama mais abrangente sobre os lugares físicos e dos estereótipos que vão se constituindo na vida dos atores sociais e de como aqueles sujeitos vão se identificando naquele escopo territorial num espaço tempo relembado e evocado a partir de certas categorias e valores reconhecidos socialmente. Tonalidade da pele, local de moradia, ofício profissional e, sobretudo as alianças que os indivíduos e seus grupos familiares vão costurando ao longo dos anos denotam o quão complexo é o universo pesquisado.

Acredito que entender tais processos e as conjunturas sociais que ali permeiam pode indicar o momento recente – mas construído há muito tempo – da construção de uma demanda política bastante específica e profunda. Momento este que como pesquisadora – vista também como uma pessoa capacitada a fornecer determinados conhecimentos – fui inquerida a prestar informações sobre como alcançar certos direitos. Assim me vi envolvida a aprender mais sobre a categoria política e jurídica que o termo “quilombo” acarreta. Neste sentido, trago para o leitor as reflexões sobre esta evocação do campo de pesquisa em questão e de como este vem sendo moldado pelos Cambindas e pela família que detêm este tipo de conhecimento, os Levinos.

“Tá no sangue”: a construção de uma demanda quilombola

Tá no sangue, tiro até o meu sangue pra dizer que sou negro e minha família já foi escrava. (Ednaldo Levino)

Como vimos o povoamento do que hoje é o Alto foi resultado de inúmeras concessões, posses, compra e de prestações dizimais a padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição¹⁴. Processos de territorialização e (des)territorialização nem sempre tão harmoniosos e passivos de interpretações entre os sujeitos que habitavam aquele espaço. A experiência empírica a qual venho somando sobre aquele universo, com foco inicial na performance da Cambinda, me faz apontar que a prática da dança proporcionava aos seus dançantes zonas de espaço de atuação política. Na atualidade ao que parece esta atuação tem ganhado novos espaços com a construção de uma evocação de um direito constitucional sobre a rubrica de “remanescentes de quilombos”.

Ao saberem de registros de batismos de negros cativos aos quais descendiam, juntamente com a detenção do conhecimento Cambinda mantida por uma parentela negra, fez com que as lideranças daquela unidade familiar buscassem informações sobre o procedimento burocrático para o reconhecimento quilombola. Tal circunstância fez com que o grupo familiar Levino construísse um aparato de reflexão sobre a própria condição de ser negro, com origem presumida de ancestralidade e o local de moradia parece ser tema foco de uma demanda de reconhecimento étnico.

Coloco em relevo que os Levinos se consideram *pretos*, e que outras famílias como “os Basílio” e “os Borrote” são considerados por eles como negros e “os Ananias” como morenos. Famílias brancas são identificadas com o sobrenome de Farias, Pimenta, Vilar, Queiroz e Ribeiro¹⁵, sendo estas as principais anfitriãs das Cambindas, sejam quando se remanejam no poder local, ou mesmo na intimidade de suas casas contratando *empeleitadas*, fazendo acordo com *chapiados*, dispondo de lavadeiras, babás e domésticas ou mesmo convidando as Cambindas.

Porque era só preto, depois foi entrando uns negros assim dos Borrote e morenos dos Basílio. Depois foi já entrando moreno mesmo, aquele povo de Geraldo Ananias. Branco pra dançar tinha que se pintar de preto. (Dona Bia).

Voltemos a busca pelos documentos de batismos dos escravos Levinos registrados naquela localidade. Busquei estes documentos na finalidade de entender os modos

operativos do sistema escravocrata naquela localidade e como já tinha sido advertida em campo por alguns interlocutores que estes descendiam de pretos escravos e de caboclos brabos, achei interessante adensar o trabalho procurando mais dados, anoto que não foi difícil achar um número relevante de escravos naquela região que abrangia a grande freguesia de São João do Cariri, com foco na localidade conhecida e referenciada naquela época como Batalhão e suas sesmarias.

Em primeiro de maio de mil oitocentos e setenta batizei Cassiana, nascida no primeiro de abril de mil oitocentos e setenta, filha do pardo **Levino** e da preta Maria, escravos de Enéas Vilar dos Santos Barbosa, casado, morador em Alagoa Queimada.

Aos quatro de agosto de mil oitocentos e setenta e dois batizei Tereza nascida a dezessete de setembro de mil oitocentos e setenta e dois filha do pardo **Levino** e da preta Maria, escravos de Enéas Vilar dos Santos Barbosa, casado, morador em Alagoa Queimada.

(LIVRO DE ATA N° 1 – BATISMOS)

Alagoa Queimada é o nome de uma localidade rural que fica no alto do rio Taperoá, no século XX esta foi subdividida em territorialidades de herança e grande mobilidade populacional. Partes que ficaram conhecidas como Marrecas, Lagoa dos Patos, e Alagoa Queimada. Lagoa dos Patos se construiu parte de conjuntos habitacionais até a parte sul da cidade de Taperoá (Alto da Conceição). Entretanto é a localidade conhecida como Marrecas que merece ser aqui anotada.

Nós saíamos no dia do carnaval, começava a ensaiar, nós não ensaiava na rua, nós ensaiava nos matos, na Marrecas, a gente saía ia pra lá e brincava e tio Delmiro aí de noite voltava, quando voltava saía de novo pra outro campo em outro mato, mais na frente. Sabe onde é o campo? Nós ficava em baixo do pé debrauna com um lampião, a gente ajeitava a casa, num tem o serrote? Aquela casa, lembra que a gente ensaiava? Pra ninguém saber qual era a música que a gente ia cantar no dia da rua. (Bá).

Eu: Os ensaios eram escondidos?

No tempo do meu avô, era. Ensiava na lagoa da Marreca. Quando meu avô faleceu, que a última vez eu lembro, a gente foi pra João Pessoa, numa apresentação em João Pessoa e cansado já, cansado, aí foi, ele faleceu. Aí ele faleceu e ficou Zé Martins e meu pai tomando de conta. (Nal).

Muitos interlocutores me afirmaram que era costume dos Levinos fazer festa nas Marrecas. O que também se coloca como um aspecto importante porque a família em questão morava no Alto, mas fazia *algum serviço* nos sítios ali perto. A fazenda chamada de Marrecas e suas proximidades localizadas na zona rural da cidade de

Taperoá, na época do Império eram descritas como partes da Taverna Alagoa Queimada, propriedade pertencente ao então “coronel” Enéas Vilar dos Santos Barbosa. Entre 1843 e 1888 em sua posse existiam 11 escravos, sendo estes apenas mapeados nos livros batismais do mesmo período.

A lembrança do cativo entre os Levinos não tem presunção de senzala ou mesmo de fuga. A presunção de um passado cativo é por esses mencionados através das evocações do conhecimento Cambinda, sendo ela considerada de origem “africana” dançada por “pretos”, ensinada também por “pretos”, e pertencente ao Alto, local de moradia dos praticantes. O que deveras coloca este contexto de demanda de reconhecimento afrodescendente de maneira bastante singular. Para tanto, cabe anotar o que seria em termos de efetivação de direitos este contexto específico e a legislação brasileira vigente sobre o mesmo.

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna de 1988 da República Federativa do Brasil está inscrito que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Até setembro de 2012, mais de vinte anos depois deste decreto, foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares apenas 1.826 comunidades quilombolas. Parte destas reivindicações foram acionadas pelos movimentos sociais, e pelo órgão fundiário responsável – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – foram abertos por volta de 1.200 processos dos quais cerca de 150 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) foram realizados.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011), as dificuldades relativas aos processos de reconhecimento e titulação das terras quilombolas são alvos de procedimentos administrativos que se fundamentam em bases positivistas que “historicamente diluíram os fatores étnicos na noção de ‘povo’, do que num conhecimento sistemático, produzido a partir de demoradas investigações científicas” (2011, p.159). No que diz respeito aos processos de acionamento do Art. 68 da ADCT no Estado da Paraíba já foram certificadas 39 comunidades afrodescendentes, sendo 36 certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Contudo, não há registro de titulação destas terras em favor das comunidades requerentes. Cabe ressaltar que o direito de propriedade das populações não integradas na partilha nacional sobre as terras que tradicionalmente ocupam, trata-se de um direito constitucional fundamental, tendo

vista que este é indispensável a pessoa humana, pois assegura sua existência digna, livre e igual.

As bases pelas quais se sustenta o texto da Constituição, mais especificamente no Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais garantem os direitos fundamentais todos aqueles já expressos na carta e outros que dali são decorrentes do regime e dos próprios princípios que regulam os acordos internacionais que a República seja parte (art. 5º, CF). Os direitos considerados de primeira geração são aqueles que têm como fulcro a liberdade (direitos civis e políticos). Estes têm como objetivo garantir que o Estado não viole e oprima seus indivíduos. Os de segunda geração servem de suporte para garantir a igualdade (direitos sociais, culturais, coletivos e econômicos). Têm como busca uma atuação estatal que garanta a justiça social. Os chamados direitos de terceira geração têm fulcro na fraternidade e solidariedade (direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito ao meio ambiente, direito à comunicação, e o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade). Os direitos de quarta geração dizem respeito a fase final do processo de institucionalização do chamado Estado social que tem como escopo a garantia do direito à democracia.

Trago tal panorama para debater mais precisamente os direitos sobre propriedade concedida aos remanescentes de quilombo, tendo em vista que este direito é considerado fundamental de segunda geração, pois está intrinsecamente relacionado ao respeito à igualdade e justiça social, e no sentido que este concluiria o processo inacabado da abolição da escravidão e reparação da dívida histórica existente. A norma do art. 68 do ADCT advém do poder constituinte originário, sendo assim ilimitado, incondicionado e primário, ou melhor este é um reconhecimento de propriedade, *sui generis*, e tem como principal característica – como todos os direitos fundamentais – a historicidade.

Assim sendo, nos relatórios antropológicos que por sua vez constituem o ponto inicial do processo administrativo para “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos”, nos parâmetros da Instrução Normativa no. 57 do INCRA, o profissional em campo tem a sua frente além de uma tarefa institucional, um escopo burocrático que enquadra sua experiência etnográfica para um fim objetivo que anote e afirme a historicidade de um determinado grupo.

Dentre os vários fundamentos legais do reconhecimento destes direitos, com destaque para o já citado art. 68 do ADCT, como também para os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, precisamente no capítulo III, seção II Da Cultura; os Decretos nº 4.887 assinado e promulgado em 20 de novembro de 2003 e o decreto nº 6.040 (07/02/2007), juntamente com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) designa sobretudo que o termo “remanescentes de quilombo” é uma categoria jurídica com atributos territoriais a partir de dispositivos legais que os reconhecem como grupos formadores da sociedade nacional e por isso “seus modos, de fazer, criar e viver” (art. 216, CF) devem ser garantidos e preservados sem que haja ponderações jurídicas sobre estes. Contudo, o direito à titulação de propriedade de “terras de pretos” tem sido confrontado e por vezes colocado em suspeição, ou mesmo considerado de segunda ordem quando confrontado com outros interesses institucionais, políticos e de grandes projetos de desenvolvimento.

[...] sob o ponto de vista do direito, lidar com quilombo implica ‘bulir’ com o mais ‘sacrossanto’ conceito jurídico, e, porque não, filosófico, de que jamais se teve notícia: o direito privado de propriedade. Diante desse quase decretado supradireito, relativizam-se o direito à vida digna, direito à igualdade, o conceito de justiça social e, no fundo, o da própria justiça. (JOB, 2006, p. 72).

Se na arena das conceituações jurídicas há espaço para a própria ressemantização dos princípios das normas, como “propriedade”, “individualidade”, “coletividade” e por que não do próprio “direito” e da “pessoa de direito”. Concatenar tais questões na busca de um diálogo com esta área de conhecimento e o fazer antropológico, têm sido um campo de debates e por vezes embates nas arenas jurídicas/acadêmicas/institucionais entre os mais variados profissionais envolvidos nos processos de reconhecimento das chamadas *terras de preto*.

Para a antropóloga Eliane Catarino O’Dwyer (2012) as teorias da etnicidade e as aplicações do Decreto 4.887/2003, no qual está expresso os procedimentos dos relatórios antropológicos sobre as questões de “propriedade étnica” abrem um campo não apenas de uma demanda por um conhecimento específico, no caso da Antropologia como ciência, mas também uma ponte onde o Direito e a Antropologia podem dialogar.

Para tanto, entendo que a reconceptualização do termo “remanescente” esboçada pelo o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) é importante para compreensão deste sujeito jurídico. O autor anota que tal termo se encontra

“frigorificado”, ora enquadrado no passado e que pouco tem de realidade na vida prática, pois, as comunidades afrodescendentes vivenciaram experiências com a escravatura de diferentes formas. Quilombo não é sinônimo de uma pluralidade de indivíduos foragidos. A vivência da senzala, ou mesmo do tronco não foram os únicos artifícios utilizados na dominação desta mão-de-obra. A subjugação dos corpos como propriedade legal e reconhecida pelo sistema administrativo e econômico, poderia ser efetivada de distintas maneiras nas relações sociais, dentre elas estaria as alianças firmadas, o compadrio, e as manumissões.

A ocupação territorial tem que levar em consideração as conjunturas do domínio familiar e da própria noção de herança como aparato jurídico e social na perspectiva de cada grupo humano.

A terra, suporte sobre o qual se construiu a noção vigente de comunidade “de parentes”, é referência identitária, no sentido de ser o lugar de projeção do passado, onde se teceram os laços sociais entre os antepassados mortos e os vivos, ou seja, o suporte simbólico do grupo, além de fonte principal dos recursos necessários ao sustento das famílias. (LEITE, 2004, p. 290).

Acredito que a abordagem do João Pacheco de Oliveira Filho (1994) sobre a realização do laudo antropológico é de um teor bastante significativo no que se refere ao que devemos fazer como profissionais acionados seja pelos órgãos judiciais e/ou governamentais, no que tange a nosso saber e expertise em traduzir a organização social de determinados grupos humanos para uma abordagem jurídica/burocrática e consequentemente das ações institucionais que dali podem prosseguir. Assim, “o antropólogo deve privilegiar a pesquisa sobre as categorias e práticas nativas, pelas quais o grupo étnico se constrói simbolicamente, bem como as ações sociais as quais ele se atualiza” (op. cit. p.121). A conformação das identidades e os sinais diacríticos pelos quais os grupos remontam e contam sua própria história, são matérias-primas numa análise antropológica.

A titulação das chamadas *terras de preto* é direito de caráter coletivo. Ou seja, o título da propriedade só pode ser reconhecido como legal como *pro indiviso*, o que significa que esta propriedade é indivisível. Semelhante ao que ocorre com a terra indígena este direito é também indisponível, imprescritível, impenhorável e inalienável (art. 17 do Decreto nº 4.887/03). Cabe aqui destacar as semelhanças e diferenças destes dois tipos de direito territorial. As terras indígenas são consideradas no teor da norma

legal bens públicos federais, devendo ser reconhecida seu usufruto exclusivo aos índios, cabendo a União como nua-proprietária (previsto nos artigos. 20, inciso. XI, e 231, inciso 2º, CF). Entretanto, se tratando de terras de quilombo, a titulação e reconhecimento desta propriedade fica certificada à instituição da representatividade local, como as associações comunitárias. O processo de territorialização dos povos indígenas é anterior a formação do Estado Brasileiro, diferentemente do caso das *terras de preto*, pois estas derivam-se de um momento histórico resultante de uma ação político-administrativa que acarretou a formação de quilombos como modos de resistência ao sistema vigente. São distinções importantes, a primeira trata-se de ocupação originária, tradicional e imemorial, a segunda evoca uma fundição, uma origem na formação de coletividades que passaram a existir a partir do século XVII com ocorrência mais acentuada no século XVIII. Graças ao art. 13 do Decreto nº4.887/03 os direitos que incidem sobre as propriedades quilombolas se não forem nulos, salvo tenham sofrido pronunciamento de comisso sem prescrição, serão desapropriados mediante indenização¹⁶ por interesse social para fins de reforma agrária (previsto no art. 184, CF) ou para os chamados fins de proteção do patrimônio cultural brasileiro (art. 216, inciso 1º, CF).

Parte das dificuldades de regularização e titulação das terras de quilombo no Brasil advém de variados entraves não apenas da morosidade judicial, mas da própria ação administrativa. Tendo em vista que este é um direito recém conquistado, com pouco mais de duas décadas, o aparelho Estatal tem se defrontado com os mais diversos empecilhos que colocam em perigo estas populações, deixando-as suscetíveis a instabilidades na moradia, na seguridade social e econômica. É este cenário que muitos pesquisadores encontram, não necessariamente quando estão produzindo alguma peça judicial/administrativa, mas em suas pesquisas e demandas acadêmicas diárias. Sendo este último caso a situação deste trabalho em questão.

A pesquisa produzida para o texto etnográfico se iniciou a partir das evocações de uma dança, e neste esforço laboral fui percebendo diversas conjunturas e um complexo cenário de disputas entre os grupos ali existentes. No caso em questão sendo o Alto constituído por diversas famílias num escopo urbano. Entretanto, percebendo e sendo colocado paulatinamente as construções indenitárias dentro daquele universo fui descrevendo a Cambinda a partir de suas redes de interações, valores e acionamentos políticos. Neste esforço etnográfico os atores sociais foram me deslocando por diversas

vezes em posições que culminaram na assertiva “Você sabe como é”, no sentido de que possuiria os conhecimentos necessários para que o Estado os reconhecesse como afrodescendentes.

Considerações Finais

Segundo Rosana Guber (2004) o antropólogo causa impacto ao entrar no seu campo de estudo, na pesquisa com as Cambindas isto tem sido comprovado de distintas maneiras, e aqui ainda anoto que o campo tem causado grandes impactos no modo pelo qual venho construindo uma visão sobre a própria Antropologia e seu objeto de estudo. O incomodo por falta de reconhecimento e a dificuldade atual de conseguir alianças que proporcionem espaço de atuação da dança Cambinda faz parte do processo reflexivo que há entre os Levinos de acionar o reconhecimento quilombola. Não se trata – apenas – de limites territoriais, mas de acesso a reconhecimento a prática Cambinda como bem afrodescendente, ou melhor, um conhecimento dos negros e pretos locais. Ainda anoto que partes dos queixumes dizem respeito ao modo pelo qual o próprio bairro passa a margem do olhar público.

Oliveira (2015) anota que obras governamentais não tinham como alvo privilegiado o bairro do Alto desde que este era mencionado como Liberdade¹⁷. Este fora alvo de zonas que incomodavam a opinião pública e eram imbuídos de valores negativos. A autora anota que a construção de uma lavanderia pública na rua Coronel Dorgival Vilar pelo então prefeito Manoel de Assis Melo proporcionou conforto e maior seguridade as lavadeiras e mães de família daquela localidade.

A lavanderia é apontada por muitas interlocutoras como um espaço de socialização e de “ajuda” para suas atividades diárias. Aquele espaço fora ficando inativado em finais da década de 1990 recebendo poucos reparos e nos governos municipais do prefeito Deoclécio Moura (2004-2008/2008-2012) a mesma foi destruída e doada para uma associação cultural. Segundo os Levinos o terreno já tinha sido prometido para a construção da sede das Cambindas e para a própria sede da Associação dos Moradores do Alto da Conceição, e o trato fora quebrado. A própria desativação da lavanderia é considerada como um modo rude, pois as representações do governo local alegaram que os moradores buscavam água naquela localidade em galões para uso doméstico. Para os que demandam o terreno da lavanderia é considerado do Alto e “não

pode ser para gente de fora não”. Assim como o acesso que o grupo vem enfrentando em ensaiar na sede do Santa Cruz, sendo este utilizado pela associação cultural que também detêm o terreno da lavanderia.



Croqui 1: Localização da antiga lavanderia pública do bairro Alto da Conceição e Clube Santa Cruz Esporte Clube. Mercado de verde, lavanderia; em vermelho clube Santa Cruz; em azul, casa de Ednaldo Levino (Nal); em amarelo, casa de Maria de Lourdes (Tuniz).

O modo de acionar a Cambinda e apontar estas situações como obstáculos para sua atuação e manutenção indicam relações permeadas por tensões, conflitos e conotações variadas. Nesta perspectiva considero que utilizar a noção de grupo étnico esboçada por Barth (1976) pode esclarecer o universo desta pesquisa:

Una adscripción categorial es una adscripción étnica cuando classifica a una persona de acuerdo consu identidade básica y más general, supuestamente determinada por suorigen e suformación. Enla medida em que losactoresutilizanlas identidades étnicas para categorizar-se a símismos y a losotros, com fines de interacción, forman grupos étnicos em este sentido de organización. Aunquelas categorias étnicas presuponen deferências culturales, es preciso reconocer que no podemos suponer una simplrelación de paridade entre las unidades étnicas y las similitudes e diferencias culturales. (BARTH, 1976, p. 15).

A identidade étnica é imperativa e como tal marca e delimita fronteiras entre os grupos humanos a partir dos contextos de interações nos quais estão implicados. As conjunturas políticas e sociais apresentadas entre os que praticam a Cambinda em Taperoá evidencia este tipo de panorama. De modo que a partir das construções de

canais de valores e tomadas de decisões entre os atores da ação, o acionamento de um saber específico e a tradição de conhecimento a partir de suas enunciações e fluxos de informações e interações destaca o quão complexo é ser preto e negro no Alto. A performance da Cambinda neste sentido é uma dentre muitas situações possíveis de fazer parte da cidade e ser do Alto.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Os quilombos e as novas etnias”. In: O’DWYER, E. C. (org.). *Quilombo, Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: ABA, Editora FGV, 2002.

_____. “Quais são os obstáculos à titulação definitiva das comunidades remanescentes de quilombo? Quem são os seus principais autores?”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2002.

BARTH, F. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Fondo de Cultura Económica. México: 1976.

CATANHEDE FILHO, A; TENÓRIO CARNEIRO, A. F; AYALA, C. [et. al.]. *O Incra E Os Desafios Para Regularização Dos Territórios Quilombolas: algumas experiências*. Brasília: MDA, Incra, 2006.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. Transformações Urbanísticas e Representações Modernas: A cidade de Taperoá-PB nas primeiras décadas do século XX. In: *I Colóquio Internacional de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Brasil e Portugal: Nossa História Ontem e Hoje*. Recife, 2007 v. 1. p. 01-15.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. Editora Perspectiva, 1976.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUBER, Rosana. *El salvaje metropolitano*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitações e vizinhanças: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: *História da vida privada no Brasil*. 3v. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MITCHELL, J. C. “A dança Kalela”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Editora UNESP, 1956 [2010].

O'DWYER, Eliane Cantarino. *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2012.

OLIVEIRA, Izabelle Mayara Ramos. *A Cidade de Taperoá e a Higienização Social: O caso da Zona de Meretrício (1936-1939)*. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

_____. *A Cidade de Taperoá e o processo de higienização social: Liberdade, um bairro marcado pela segregação e marginalização (1940-1980)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

RAGO, Luiza Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

SOUZA, Jordânia de Araújo. *Etnografando a Pitombeira (Várzea/PB) – Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma] identidade quilombola*. Dissertação UFCG, Campina Grande, 2011.

WEBER. M. “O conceito e categoria da cidade”. VELHO, O. G (et. al.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967.

¹ Reconstituído após a independência da Zâmbia em 1964 em o Instituto de Investigação Social da Universidade de Zâmbia

² Segundo Oliveira (2011) e Cavalcante (2002) a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição começou a ser construída em 1880, pelo então padre Manoel Ubaldo da Costa Ramos, popularmente conhecido como padre Neco, ainda quando Taperoá era Vila Batalhão. No final da década de 1930 a Igreja Matriz ainda não se encontrava totalmente pronta, só em 1936 mesma tinha deixado exercer temporariamente a função de templo religioso, devido aos conflito político-religioso em questão, voltando apenas as suas atividades em 1939, com os impasses resolvidos.

³ O discurso que moldou esta relocação advinha da ideia concebida no século XIX que a presença de restos mortais entre outras matérias orgânicas proliferava no ar doenças infetuosas.

⁴ Cargo que hoje equivale a Governador do Estado.

⁵ Podemos pensar tais conjunturas segundo a perspectiva de Mary Douglas (1976), que em sua obra *Pureza e Perigo*, faz uma reflexão a partir das noções de pureza e perigo dentro da lógica de cada grupo humano, no nosso caso temos como foco a cidade de Taperoá e os lugares e valores concebidos a seus habitantes segundo seus locais de moradia, descendência, ofícios e alianças políticas.

⁶ Arquivo da Prefeitura Municipal de Taperoá-PB, inventário dos bens públicos de 1963.

⁷ Podemos destacar a construção dos mercados públicos e do Estádio de futebol no bairro São José.

⁸ Categoria que designa trabalhador braçal que presta serviços comerciais ao descarregar mercadorias de caminhões, e também auxiliar em tarefas que necessitem de habilidade física.

⁹ Manoel de Assis Melo, que ficou conhecido como Manoel Macionilio, fora prefeito da cidade entre 1969 até 1972.

¹⁰ Quando perguntei o que seria chamboqueiros os interlocutores descreveram que seriam pessoas com o rosto “grosso”, nariz “grosso”, lábios “grossos” e bastante fortes fisicamente.

¹¹ Descritos como lavradores que tinham a mão calejada e pés calejados e que pouco usavam sapatos.

¹² Através de um requerimento de autoria do então presidente da Câmara de vereadores José de Assis Pimenta pedia a desocupação do Meretrício em 1977, porém a zona só fora removida no governo Zé Vilar (1978-1980).

¹³ Após a locação das casas de prostituição no Liberdade, inúmeras foram as ocorrências e delitos entre clientes e prostitutas, como também entre cafetinas/cafetões com clientes e prostitutas, e até mesmo entre as meretrizes e as esposas de seus clientes.

¹⁴ Conhecido como o Alto, o Bairro Alto da Conceição – antigo bairro da Liberdade – faz jus ao nome da santa, pois se trata também de terras paroquiais. Não por acaso, o cortejo das Cambindas Novas a reverencia em loas (músicas) e em um dos seus dois estandartes.

¹⁵ Destaco as principais famílias mencionadas a partir dos discursos dos atores sociais como grupos familiares aos quais estes estabelecem algum vínculo de afinidade, filiação partidária ou/e profissional.

¹⁶ No caso das terras indígenas esta indenização fica condicionada a comprovação de boa-fé, posto que o título de propriedade sobre ela incidente é nulo, sendo apenas reconhecido seu uso à comunidade étnica.

¹⁷ O Bairro da Liberdade em Taperoá passa a ser mencionado como Alto da Conceição ainda na década de 1970, mais detalhes ver Oliveira (2015).

Artigo recebido em 21 de abril de 2017

Aceito para publicação em 15 de novembro de 2017

MULHER E TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: A CONQUISTA DO ESPAÇO E AS IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA¹

WOMAN AND WORK IN THE CONTEMPORARY WORLD: SPACE CONQUEST AND IMPLICATIONS FOR HEALTH-DISEASE PROCESS

Eliton Almeida da SILVA*

Suzana Stefanini Campos de ALMEIDA**

Resumo: As mulheres têm ocupado posição de destaque cada vez maior na sociedade contemporânea, com participação ativa no mercado de trabalho. As conquistas deste espaço profissional, por parte das mulheres, são fruto de uma luta antiga e ainda em curso. Partindo desta constatação e percebendo que o papel da mulher está posicionado na fronteira entre o social e o biológico, percebemos que o processo saúde-doença de trabalhadoras pode ser afetado por sérias implicações por elas não encontrarem amparo necessário para cumprir com suas funções profissionais considerando suas diferenças biológicas. Assim, o presente artigo visa refletir sobre esse processo de conquistas da mulher em relação ao mercado de trabalho e suas implicações para o processo saúde-doença e as questões de gênero.

Palavras-chave: questão de gênero; trabalho; sociedade contemporânea; processo saúde-doença.

Abstract: Women have occupied an increasingly prominent position in the contemporary society within active participation in the labor market. The achievements of this professional space by women are fruits of an old and still ongoing struggle. From this finding and realizing that the woman's role is positioned at the border between the social and the biological, we realize that the workers' health-disease process may be affected by serious implications, because they have not found the required support to fulfill their professional duties considering their biological differences. Thus, this paper aims to reflect on the process of woman's achievements in relation to the labor market and its implications for the health-disease process and gender issues.

Keywords: gender issue; labor; contemporary society; health-disease process.

Introdução

Percebemos o aumento gradativo, em nossos dias, do número de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento preocupados em investigar e compreender

* Mestre em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP/Franca. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Retórica e Argumentação na Pedagogia na Universidade de São Paulo campus de Ribeirão Preto. E-mail: elitondealmeida@gmail.com.

** Mestre em ciências, na linha de pesquisa de assistência em enfermagem à mulher no ciclo vital, pelo programa de pós graduação de Enfermagem em Saúde Pública da Universidade de São Paulo - EERP/USP. E-mail: suzanadealmeida@hotmail.com.

diversos elementos de nossa sociedade no que tange a questão do gênero. Por sua vez, as transformações pelas quais os mundos do trabalho têm passado desde o início da Idade Moderna incluem, invariavelmente, a participação da mulher de uma forma ou de outra. Sendo assim, o tema central deste artigo – qual seja, a conquista de espaço no mercado de trabalho por parte das mulheres e como essas conquistas podem influenciar em sua saúde – foi pensado a partir de nosso contexto atual, marcado tanto por importantes conquistas quanto por certa lentidão nos avanços das conquistas que visam promover equidade social no tratamento entre os gêneros.

Antes, porém, de adentrarmos ao tema central deste artigo, buscamos refletir de forma mais abrangente acerca do trabalho na sociedade contemporânea, suas implicações históricas e relações com a participação das mulheres e a condição de saúde desses trabalhadores.

Para auxiliar a condução do leitor ao alinhamento de nossas reflexões organizamos o presente artigo da seguinte maneira: história do trabalho na sociedade contemporânea, a inserção da mulher no mercado de trabalho, implicações sobre a saúde da mulher na sociedade capitalista atual e considerações finais, onde apresentamos nossas conclusões diante desta pesquisa e deixamos algumas questões abertas a eventuais pesquisas futuras.

O trabalho na sociedade capitalista

Não é preciso ir muito distante, no tempo histórico, para percebermos as alterações promovidas pela forma de produção capitalista dentro dos mundos do trabalho. Desde a Antiguidade e até o início da Idade Moderna o trabalho esteve ligado ao mundo essencialmente rural². Mas o desenvolvimento do modo de produção capitalista promoveu uma alteração significativa nesta realidade. No final do século XVIII o ambiente de trabalho passou a ser o chão da fábrica, a indústria, a linha de produção.

Estas transformações estiveram ligadas ao conjunto de eventos comumente denominado *Revolução Industrial*, muito embora o termo pareça ter surgido somente décadas depois da expansão das práticas ligadas à produção capitalista (HOBSBAWM, 2009a, p. 49-50). Esta Revolução, ocorrida a partir da Inglaterra em finais do século

XVIII, foi o que promoveu o surgimento do conhecido Capitalismo Industrial. Ao longo do século XIX a burguesia industrial, grupo social que se manteve à frente de todo o processo de consolidação do Capitalismo na sociedade contemporânea ocidental, sentiu-se motivada por lucros exorbitantes e pela quase inexistente legislação trabalhista a promover a exploração de homens, mulheres e crianças, indistintamente, de forma especial no início de todo esse processo.

O historiador Eric Hobsbawm (2009a, p. 265) argumenta que este momento histórico abriu caminho para “a energia, a sagacidade, o trabalho duro e a ganância”. É claro que essas consequências não foram iguais para todos os setores da sociedade de então. Mas, ao menos no que diz respeito ao trabalho, nunca se testemunhou tamanha voracidade dos empregadores e tal exploração da classe trabalhadora. Tal voracidade não poupou ninguém.

Pode-se afirmar que o trabalho se relaciona com a sociedade contemporânea de forma intrínseca, na medida em que as frágeis relações entre empregados e empregadores promoveram, e ainda promovem, a exploração dos primeiros pelos segundos por meio de grandes aglomerações urbanas que auxiliam na disponibilização de mão de obra em abundância. Karl Marx (1996, p. 262-263), ao refletir sobre esse processo, afirma o que segue:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.

Mas não era somente o excedente de mão de obra que impedia o aumento dos salários dos operários, no século XIX. As classes médias não esperavam pagar aos trabalhadores mais do que o mínimo necessário para sua sobrevivência; pensavam que “os trabalhadores deveriam ser pobres”, pois isso marcaria a necessária diferença entre eles (HOBSBAWM, 2009b, p. 332). Assim, a exploração da classe trabalhadora foi de fato generalizada, mas não se pode dizer que foi equilibrada, equânime para todos os

grupos de empregados, homens, mulheres ou crianças. Isso pode ser constatado pelos relatos de Friedrich Engels em sua obra intitulada *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicado originalmente em alemão, em 1845. Nela, Engels deixa claro que todos os três grupos foram prejudicados, no entanto, os mais afetados tendiam a ser mulheres e crianças.

Partindo deste contexto, a participação das mulheres dentro do sistema de produção capitalista, em consequência da Revolução Industrial, pode nem ser considerada uma conquista, dada a sua condição desfavorável dentro de uma sociedade extremamente masculinizada, gananciosa e preconceituosa. Relatos de abusos e estupros ocorridos no interior das fábricas são rotineiros na obra de Engels sobre a situação dos trabalhadores na Inglaterra. Em um deles, que compara as relações trabalhistas da época às relações de servidão do período medieval, Engels (2010, p. 186-187) argumentou de forma alarmante:

[...] compreende-se que a servidão na fábrica [...] confira ao patrão *jus primae noctis* [direito à primeira noite]. O industrial é o senhor do corpo e dos encantos de suas operárias. A ameaça de demissão é uma razão suficiente em 90%, senão em 99% dos casos para anular qualquer resistência das jovens [...]. Se o industrial não tem escrúpulos (e o relatório da comissão de fábricas relata vários exemplos do gênero), sua fábrica é, ao mesmo tempo, seu harém (Grifo do autor. Comentário nosso).

Pode parecer um absurdo sem tamanho, para um olhar contemporâneo, vislumbrar a possibilidade de um empregador possuir tal domínio sobre os corpos de seus funcionários. Mas não há motivo para duvidar dos relatos de Engels (ainda que sua pesquisa tenha sido realizada apenas na Inglaterra, no início do século XIX). Podemos ao menos perceber que os avanços ocorreram, mesmo que nos refiramos a fatos ocorridos há quase duzentos anos.

Se após um primeiro momento de explorações extremadas sofridas pelos trabalhadores, como consequência do avanço da Revolução Industrial, suas reações e a dos movimentos trabalhistas puderam promover conquistas tanto no âmbito legal quanto nas relações de trabalho (minimizando consideravelmente a exploração sobre os trabalhadores) não se pode ter o mesmo entusiasmo ao se referir especificamente a mulheres. Muitas décadas após o início das lutas por melhores condições nas fábricas e

indústrias, ainda hoje as mulheres lutam por salários equiparados e pelos mesmos acessos que os homens aos mundos do trabalho. Diante desta realidade fica a pergunta motivadora do presente artigo: até que ponto essa conquista de espaço no mercado de trabalho pode interferir no processo saúde-doença de mulheres trabalhadoras?

No entanto, antes mesmo de adentrarmos no universo da saúde do trabalhador em sociedades capitalistas, vamos abordar brevemente o processo de inserção da mulher do mercado de trabalho, em uma sociedade capitalista.

A inserção da mulher no mercado de trabalho

O papel da mulher na história ocidental tem sido modificado ao longo dos séculos, e vem ganhando cada vez maior grau de significância. Em contextos marcados por uma sociedade patriarcal³ a mulher costuma ser entendida como um ser submisso ao seu marido e destinado à procriação. Sendo assim, o papel da maternidade acaba se ligando fortemente à suas práticas diárias, implicando na reclusão da mulher ao ambiente doméstico. Em sociedades mais religiosas a construção deste modelo da mulher foi fortalecida, ainda, por práticas e dogmas relativos ao matrimônio (caso do período medieval europeu).

No entanto, a emergência das novas relações de produção ligadas ao mundo moderno, à consolidação do sistema capitalista promoveu uma série de transformações na sociedade ocidental que culminaram na mudança do papel das famílias, e, conseqüentemente, na caracterização dos indivíduos inseridos nesta nova realidade social. Concordamos com as conclusões de Neves e Soares (2009, p. 139) quando argumentam que, no contexto da Revolução Industrial, os núcleos familiares se transformaram em funcionários em potencial, sem distinção de gênero, e que tal transformação mexeu diretamente com o papel da mulher nesta nova configuração de sociedade.

As primeiras profissões aceitáveis para a mulher foram às relacionadas ao ensino, precedidas por aquelas relacionadas à saúde e ao direito (esta última recebeu maior resistência da parte dos homens, pois trazia características masculinizadas e intelectuais). As profissões relacionadas à saúde eram restritas à enfermagem, pois até esse período (Sec. XIX), a medicina era ainda considerada masculina. Mesmo

exercendo sua profissão, eram desvalorizadas, e poucas receberam seu devido reconhecimento, como foi o próprio caso de Florence Nightingale através de suas conquistas com a queda da mortalidade na guerra da Criméia e de Ana Justina Ferreira Neri, voluntária da Guerra do Paraguai (FABBRO, 2006).

A progressão do trabalho feminino no século XIX, principalmente na Europa, foi impulsionada pela industrialização (que não exigia tanta força física do trabalhador, quanto no modo de produção anterior, o que permitiu as mulheres executarem as mesmas funções que os homens, só que por um salário bem menor), pela situação econômica burguesa que estava em crise (proporcionando de forma aceitável o trabalho extra lar, porém ainda em cargos femininos, tais como o ensino, bancos e escritórios) e pela retirada das crianças do trabalho (que passou a ser protegida pelas leis) (FABBRO, 2006).

A divisão sexual do trabalho atingiu seu momento mais marcante ao final do século XIX. Com a inevitabilidade da participação feminina no mercado de trabalho e o desenvolvimento dos setores comerciais, foi permitido às mulheres ocuparem um volume cada vez mais diversificado de oportunidades, tais como as posições de secretárias, datilógrafas, escriturárias e telefonistas (MEDEIROS, 2006).

Mesmo após a primeira conquista do sufrágio universal feminino no final do século XIX, as mulheres ainda continuaram a enfrentar injustiças na sociedade que continuaram sendo patriarcais.

Como vimos, o início da Revolução Industrial promoveu as primeiras transformações deste cenário, mas elas não foram tão significativas quanto se desejaria. De fato, a participação da mulher no mercado de trabalho passou a ter alterações mais significativas somente no início do século XX. Para corroborar com nossa afirmação, inserimos a seguinte afirmação de Hobsbawm (1995, p. 42):

[...] a necessidade de mobilização da mão de obra impôs enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar.

No Brasil, a situação da mulher refletiu e acompanhou, em certa medida, os acontecimentos neste campo, ocorridos em território europeu, respeitando as devidas diferenças locais. É possível identificarmos, já no início da década de 30, sensível

participação de mulheres dentro do campo universitário, por exemplo, ainda que de forma relutante. Situação compreensível, se considerarmos a própria situação econômica pela qual passava o Brasil neste início de século, ou seja, com o declínio da economia cafeeira (FABBRO, 2006).

Consideramos de grande importância frisar que as transformações sociais relacionadas às questões de gênero não foram de forma alguma pacíficas. Se no exterior a participação feminina gerava conflitos, em território nacional a situação poderia ser ainda mais grave. Afinal de contas, se as marcas de uma sociedade escravista podem ser sentidas até os dias atuais, ainda mais em meados do século XX. Neves e Soares (2009, p. 140), ao argumentarem acerca das diferenças existentes entre o papel da mulher da classe trabalhadora, em comparação com o da mulher representante de nossa elite aburguesada, alega que a noção de submissão e recato poderiam não se aplicar às operárias, que desde muito cedo trabalhavam, criavam sua independência e garantiam a manutenção de seus lares, inclusive dispensando a efetivação do matrimônio.

Decorridos alguns anos, as aproximações entre as classes menos favorecidas e a elite nacional, quanto ao aspecto trabalho, se fizeram mais evidentes e, já por volta da década de 70, o trabalho fora do lar passou a ser considerado uma das grandes evoluções do século XX, não mais a condição inevitável da posição sócio econômica de alguns. Conforme menciona Fabbro (2006, p. 50):

O trabalho doméstico das mulheres passou a ser denunciado como uma alienação, uma sujeição ao homem, ao passo que trabalhar fora, especialmente na década de 70, veio a ser sinal concreto de emancipação, de igualdade de sexos e de independência da mulher, ao passo que entre as operárias e empregadas do comércio ainda predominavam as justificativas econômicas.

Incentivadas ou não pela necessidade de complementaridade salarial, a mulher passou a ser figura presente no mercado de trabalho, porém sofrendo várias consequências dessa nova conquista, tais como a própria desqualificação, desvalorização marcada por salários baixos, mesmo exercendo funções similares aos dos homens, violência moral e física provocadas por pensamentos machistas e patriarcais⁴.

O aumento linear da participação feminina no mercado de trabalho é sólido e ocorre praticamente alheio às flutuações da atividade econômica, seja em fases de recessão ou em expansão da economia (SANTOS; REA, 2008).

Na esteira dos movimentos de inserção da mulher no mercado de trabalho, uma série de movimentos se desenvolveram no sentido de discutir questões de gênero, ao longo do século XX. Um deles pode ser identificado no protesto de ativistas nos Estados Unidos da América, em 1963. Movimentos como este auxiliaram de tal forma a consolidação do protagonismo das mulheres como sujeitos de ação no mundo social que, desde então elas têm conquistado espaço cada vez maior no mercado de trabalho como líderes de equipe, administradoras de empresas ou mesmo nas esferas mais elevadas das estruturas do poder político. Para citarmos alguns casos icônicos mais recentes, temos as ex-presidentes do Brasil, Dilma Rousseff⁵; e da Argentina, Cristina Kirchner⁶ e a Chanceler alemã, Angela Merkel⁷.

No entanto, como nota-se, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho é algo muito recente. Assim, percebemos que sua jornada de afazeres e responsabilidades recebeu uma ampliação sem equilíbrio: além de suas novas responsabilidades profissionais, parcela significativa da sociedade atual ainda defende que as mulheres têm o dever de atingir um desempenho satisfatório em relação às atividades ligadas ao ambiente doméstico, à educação dos filhos, e mesmo em seu papel como esposa. Para além de tudo o que foi dito a mulher, na sociedade contemporânea, ainda pode figurar como mantenedora exclusiva de seu lar, a depender da configuração de sua família⁸.

A necessária mudança nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher culminaram em uma alteração da própria identidade feminina. Utilizamos o excerto abaixo para nos auxiliar na demonstração de que a mulher protagoniza, hoje, um processo histórico inscrito na longa duração e que, portanto, seus papéis tem sido enxergados pela sociedade por uma ótica diferente:

[...] o que mudou não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por ela ou as expectativas convencionais do que devem ser seus papéis, em particular os papéis públicos da mulher. Não mudou só o papel feminino, mas mudou como se entende "o que é ser mulher", ou seja, a subjetividade do feminino (MALUF, 2012, p. 6).

O papel social da mulher: uma questão de gênero?

Página | 313

Eliton Almeida da SILVA

Suzana Stefanini Campos de ALMEIDA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.306-324, dez-mar. 2017.

A figura da mulher que a mídia televisiva propaga hoje, muitas vezes inibe a compreensão do processo histórico ou muitas vezes a própria realidade do que ela realmente representa. Quem é essa mulher? Qual a sua importância? Valeria Leoni Rodrigues (2007), em seu estudo intitulado *A importância da mulher*, discorre sobre a caminhada que a mulher percorre ao longo dos séculos para conquistar aquilo que conhecemos hoje sobre o que é ser mulher. Por volta do século XVII – ainda amparados muitas vezes pelos dogmas cristãos – a figura de procriadora e submissa ao marido, muitas vezes foi atribuída à mulher. Praticamente destituída do direito à educação a mulher “deveria ser restrita ao doméstico” (RODRIGUES, 2007, p. 4), cuidar dos filhos e do lar. Reforçando assim a desvalorização e a desigualdade entre homens e mulheres, estas últimas subordinadas ao poder dos primeiros.

As possibilidades de estudo, nesta época, eram destinadas exclusivamente aos homens. Conforme cita Rodrigues (2007), o próprio Rousseau reforça a questão ao dizer que a mulher era incapaz de raciocinar como o homem. Porém, com o passar do tempo foi ocorrendo uma abertura, um caminho possível para que mulheres pudessem receber formação educacional, apesar de que seus estudos ainda eram focados nas habilidades artísticas e organizacionais da casa.

É nesse momento, já no século XVIII, que a mulher é inserida no mercado de trabalho pela necessidade “imposta pela Revolução Industrial”. No entanto, vale ressaltar que as condições de trabalho eram péssimas, tais como jornadas de trabalho altas, mão de obra desvalorizada, as mulheres eram passíveis de interpretações errôneas de caráter e ainda aos assédios físicos e morais.

O século XIX é marcado, então, pela luta contra a discriminação, pelo direito ao voto e pela igualdade. Contudo, comenta Rodrigues (2007) que uma emancipação plena ainda estava longe de acontecer. Só mesmo em finais do século surge uma educação especializada para a mulher, ainda que impregnada de diversas subalternidades e exclusões.

O feminismo, iniciado no século XX, foi um fator preponderante para mulher alcançar sua emancipação, ou seja, a igualdade de direitos políticos, jurídicos e econômicos. Citando Beauvoir (1980), Rodrigues (2007, p. 6) reforça nossas afirmações acima ao comentar que “uma mulher torna-se plenamente humana quando tem

oportunidade de se dedicar ao exercício de atividades públicas e quando puder ser útil à sociedade”. Neste sentido, no clamor pela igualdade, liberdade e fraternidade, as mulheres deixam de ser um homem atrofiado para ganhar um sexo e corporeidade própria (VILLELA; ARILHA, 2003).

Foi nesse período que os estudos feministas, para compreender as relações estabelecidas entre mulheres e homens, referindo-se ao sexo social e historicamente construído, criaram o conceito de gênero, sendo incluído como uma questão de estudo sociológico a partir da década de 60. É importante clarificar que pensamos gênero não como sinônimo de sexo feminino ou masculino, mas como significado de uma dimensão ideológica e como expressão das relações sociais.

Remetendo-nos às questões de gênero é cabível citarmos a autora Johan Scott, feminista americana, mencionada por Fonseca (2008) que conceitua gênero em dois níveis:

1. Gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os dois sexos.
2. Gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Sabemos que a compreensão de gênero está intimamente ligada ao contexto e afirmamos isso com base nas palavras de Rodrigues (2007, p. 2 e 3) que podemos observar no excerto abaixo:

[...] o documento é, portanto, um momento de reflexão sobre os caminhos que as mulheres traçaram em suas vidas, porque, para que haja um reconhecimento político-social feminino, não basta que as mulheres apenas se conscientizem de seus entraves sociais. Além disso, se faz necessário que os homens percebam que uma sociedade melhor requer o reconhecimento de várias opressões sociais e uma constante reflexão dialógica, para que as existências não sejam anuladas e para que as diferenças tenham o espaço necessário para serem negociadas. [...]

Desvendar as relações entre a mulher e o grupo, procurando mostrar que ela, como ser social, articula-se com o fato social. As transformações da cultura e as mudanças nas ideias nascem das dificuldades de uma época, de um indivíduo, homem ou mulher.

Fonseca (2008, p. 4 e 5), citando Castro (1991), ao assumir gênero como uma construção sociológica, político-cultural do termo sexo, ressalta que primeiro:

[...] não deve ser visto o sexo como uma variável demográfica, biológica ou natural, mas que deve integrar toda uma carga cultural e ideológica. [...] Em segundo lugar, deve ser levada em conta a impossibilidade da compreensão do específico da identidade feminina, da posição da mulher na sociedade, da valorização ou desvalorização de seu trabalho, das divisões sexuais do trabalho/ poder/ exercício do erótico sem a compreensão do específico da identidade masculina e do que há de comum ao humano, já que o homem e a mulher são construções de gênero no humano. Por último, o gênero deve ser tomado como realização cultural através de ideologias que tomam formas específicas em cada momento histórico.

Os esforços dos movimentos feministas podem ser observados em vários países, porém, podemos citar como precursor o movimento feminista de 1963, ocorrido nos Estados Unidos, com a queima de sutiãs em praça pública. Desde então, pode-se ver – de forma cada vez mais constante – a luta por temas como equiparação salarial, jornada de trabalho, postos de trabalho e condições específicas para mulher no ambiente de trabalho que permitam que ela concilie seu papel multifacetado, como vimos, (re)construído durante os últimos séculos.

A incompatibilidade levantada por alguns autores no que tange ao casamento e a vida profissional para mães e donas de casa, demonstrava (e talvez ainda demonstre) um preconceito sobre o trabalho feminino. Ainda assim, a inserção atual da mulher no mercado de trabalho aponta para uma vitória sobre esse preconceito (ou pelo menos de forma velada) e hoje encontramos mulheres que se dividem em duplas jornadas de trabalho em favor da manutenção do equilíbrio entre os diferentes papéis que precisa exercer, quer seja o de mãe, de esposa ou de trabalhadora, alcançando cargos importantes até mesmo no quadro político mundial.

Trabalho feminino x capitalismo: implicações sobre a saúde da mulher

A concorrência e a necessidade de lucro visada por qualquer empresa inserida na lógica capitalista, na economia de mercado, considerada pelos liberais contemporâneos como a principal mola propulsora do progresso da sociedade em que vivemos, tem afetado negativamente a classe trabalhadora. Apesar de ser aparentemente positiva, na

medida em que promove a empregabilidade da população, a lógica capitalista sustentada por essas instituições busca a lucratividade,

[...] às custas de um marcado processo de concentração e monopolização dos meios de produção, do controle oligopólio do mercado, submetendo os trabalhadores a condições de remuneração decrescentes, sem falar na falta de controle e melhoria de condições de trabalho subjacente ao processo de barateamento dos custos de produção. As mulheres têm sofrido mais tais processos pela subvalorização do seu trabalho, tanto no âmbito do mercado produtivo, quanto no trabalho doméstico, historicamente feminino (FONSECA, 2005, p. 454).

Rosa Maria Godoy Serpa Fonseca, em seu artigo intitulado *Equidade de Gênero e Saúde das Mulheres*, destaca os vários processos destrutivos da vida da mulher, e dentre eles, destaca o relacionado ao processo de trabalho feminino, qual seja: a agudização do processo de subvalorização do trabalho. A autora esclarece que essa subvalorização está relacionada ao aumento do trabalho feminino de baixa qualificação, desvalorização social de algumas profissões, falta de segurança no local de trabalho que muitas vezes são insalubres e deletérios, remuneração mais baixa que os homens, mesmo exercendo as mesmas funções (FONSECA, 2005).

Não há como pensar em trabalho feminino e os efeitos deste sobre a saúde-doença, sem relacionar às questões de gênero. Apesar de a revolução feminista ter auxiliado na solução de alguns “entraves sociais”, percebe-se ainda que a mulher ocupa um lugar de subalternidade social, afetando diretamente nas condições de adoecer e morrer, tanto no que diz respeito ao consumo dos serviços de saúde, quanto as condições de vida que determinam os agravos. Conforme aborda Fonseca (2005), “[...] a precariedade da situação social das mulheres passou a ser vista como resultante da divisão sexual do trabalho [...]” (FONSECA, 2005, p. 457).

Diante do exposto, entendemos que a mulher, exercendo o papel de cidadã-trabalhadora, tem o direito de ser atendidas de acordo com aquilo que é exigido pelo seu perfil de saúde-doença, pautadas pelas condições de gênero, ou seja, suas características biológicas, de onde se resulta a dotação genética, que regula as vulnerabilidades ou potencialidades e resistências aos agravos à saúde (FONSECA, 2005; FONSECA 2008).

Refletindo sobre as características biológicas e o perfil multifacetado da mulher na sociedade, entendemos que esta necessita ter a habilidade de equilibrar seus papéis de esposa, mãe e profissional. Por se tratar as questões de gênero, um processo em desenvolvimento, entendemos que muitas mulheres ainda não se sentem amparadas por subsídios legais ou ainda benefícios concedidos pelas instituições trabalhistas para que estas conciliem seus papéis. Percebemos que as características do trabalho feminino ainda são muito vulneráveis quando comparadas ao trabalho masculino, pois a maioria não tem carteira assinada, tem carga de trabalho maior e ganham menores salários (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2013).

Um exemplo disso é a relação do papel de mãe e profissional. Sabemos que a maternidade não pode ser desassociada da mulher e que a prática do aleitamento materno (AM) é essencial para o desenvolvimento da criança e para saúde materna (JONES et al., 2003), reduzindo o risco de câncer de mama (ANOTHASINTAWEE et al., 2013) e de desenvolvimento de diabetes tipo 2 (GOUVERI et al., 2011). Entretanto sabemos que a realidade que se encontra em muitos ambientes de trabalho ainda não corresponde às necessidades da mulher em manter a prática do AM bem como no amparo psicológico que ela carece neste momento da vida, podendo levar ao desmame precoce que também é apontado como um dos fatores de adoecimento da criança acarretando conseqüentemente em um problema de saúde pública e ao agravamento de problemas mamários tais como o ingurgitamento e seu agravamento, a mastite.

As práticas trabalhistas exercidas a partir do século XX pelas mulheres condicionam o governo a criar políticas que promovam, protejam e apoiem a prática do AM, tais como a licença maternidade de 4 meses, 2 intervalos de 30 minutos durante a jornada de trabalho para amamentar o recém-nascido até que este complete 6 meses, local adequado para cuidado com os filhos durante a amamentação para empresas que possuam pelo menos 30 mulheres acima de 16 anos (ESCOBAR; VALENTE, 2008).

Baixos índices de aleitamento materno não têm sido associados à falta de orientação à mulher ou da devida importância que essa dá a prática da amamentação, nem tão pouco a inexistência de leis que protejam, amparem e apoiem essa prática, apesar de em alguns países ainda encontramos lacunas neste sentido e sim a falta de aplicabilidade de tais leis por parte das instituições trabalhistas (PAYNE et al., 2010). No Brasil, atualmente temos várias políticas de apoio ao aleitamento materno, um

exemplo disso é a atualíssima regulamentação da Norma Brasileira de comercialização de alimentos para lactentes (NBCAL nr. 11.265/06) que rege a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância.

O que temos observado, entretanto, é a falta de adaptação de algumas leis, tais como a licença maternidade de 6 meses, concedida de forma facultativa como forma de isenção fiscal ou ainda da falta de aplicabilidade das leis vigentes por parte das instituições trabalhistas.

Um estudo desenvolvido em uma indústria têxtil do estado do Ceará - Brasil demonstrou que a vulnerabilidade das trabalhadoras ao desenvolvimento de doenças decorrentes da organização do trabalho tem crescido. A sobrecarga e as horas de trabalho muitas vezes incompatível com suas funções de mãe cuidadora, impossibilitam a prática do aleitamento materno. Essa referida carga, pode, em alguns casos contribuir para o adoecimento da mulher, que diminui sua disposição para assumir os cuidados da criança e conseqüentemente interferindo na sua produtividade dentro da empresa (MORAIS, et. al, 2011). Havendo leis, fica a pergunta: Por que não segui-las? Estão as empresas ainda carregadas de “preconceito” pelo trabalho feminino ao ponto de impor as condições às mulheres como forma de escolher entre seu papel de profissional e de mãe?

O mesmo estudo citado acima aborda também o adoecimento da mulher por doenças osteomusculares, devido os equipamentos usados pelas mesmas serem confeccionados para ser manipulados por homens. O estudo aponta que a ausência de pesquisas ergonômicas, voltadas para antropometria feminina tem contribuído para o crescente número de mulheres com doenças osteomusculares (MORAIS, et. al., 2011). Então fazemos uma nova pergunta: Estão as empresas impregnadas de visão capitalista ao ponto de não se importar com a qualidade de vida de seus funcionários? É possível que encontremos sim essa não preocupação e em contrapartida ainda estejam interessadas somente em incorporar o uso de novas tecnologias e as novas formas de administração do trabalho no interesse exclusivo do capital (RIBEIRO, 1997).

Corroborando com o estudo citado acima, Ribeiro (1997) ainda apura o acometimento de lesões por esforços repetitivos em bancários e ressalta que da população investigada, 79% dos acometidos eram mulheres, alegando também que o baixo investimento em técnicas no âmbito da engenharia, ergonomia e medicina para

prevenção, diagnóstico e tratamento, é resultado do alto índice de adoecimento. Além do comprometimento físico, o estudo também demonstra que as mulheres que adoecem, sofrem uma forma **explícita de preconceito**, por aqueles que estão à sua volta que projetam insinuações de loucuras, pelo fato da doença não ser visível, atrelando a conduta da mulher à preguiça e muitas vezes a insubordinações. Percebemos aqui, portanto, que ainda existem em nosso meio questões de gênero influenciando o processo de produção. Assim, uma nova pergunta se levanta: essa também não seria uma forma, mesmo que velada, de violência de gênero contra a mulher? Ribeiro (1997) relaciona o adoecimento por LER, principalmente no caso da mulher, como uma forma de expressar a violência do trabalho (dada à subordinação de classe, social e histórica), e refere ainda que tal doença é resultado do processo de trabalho e não de fatores internos atrelados à pessoa, seja ela quem for, reforçando mais uma vez que as questões de gênero ainda estão impregnadas nas condutas adotadas pelas instituições trabalhistas, tanto quanto pelos indivíduos que a representam.

Considerações finais

São novos tempos: novas regras surgiram, novas estruturas familiares se configuraram, e a situação do trabalho da mulher fora do lar é uma realidade cada vez mais presente em nossa sociedade.

Ainda assim, a luta das mulheres está longe de chegar ao fim. A caminhada histórica em relação à transformação dos papéis sociais da mulher segue em construção. Muito embora vários embates tenham sido vencidos, ainda resta muito a conquistar em relação a igualdade de gênero e de condições sociais entre homens e mulheres, em nossa sociedade.

Com esse artigo objetivamos destacar a significância que a mulher possui no mercado de trabalho e refletir na forma como a organização do trabalho atual pode acarretar problemas de saúde para as mulheres.

Os papéis sociais que a mulher assume hoje, de forma alguma, não descaracterizam seu papel como mãe e, portanto, entendemos que se faz necessária a ocorrência de mudanças dentro dos processos de organização do trabalho para que essa mulher consiga conciliar e equilibrar ambas as funções destacadas, ou seja, a de mãe e a

de profissional. Acreditamos que eventuais mudanças podem levar a benefícios tanto para as instituições trabalhistas como para a saúde da mulher: no sentido das instituições, por conseguir manter a produtividade, reduzindo o absentismo; e quanto à saúde da mulher, por evitar o acometimento de intercorrências mamárias.

No que diz respeito ao acometimento de doenças osteomusculares, entendemos que se faz necessário uma rápida intervenção tecnológica para prevenção dessas doenças, e também em uma quebra de paradigmas atrelado ao conceito de adoecimento dessa doença pela mulher.

Concluimos, então, que ao longo dos anos o empoderamento da mulher, alcançado, também, pelas lutas feministas, vem permitindo-a conquistar amplos espaços, inclusive o corporativo. Entretanto, as adaptações necessárias para atender a essa demanda ainda caminham a passos lentos. Em muitos momentos têm encontrado entraves marcados pelo preconceito de gestores e pela visão das instituições trabalhistas centradas unicamente na acumulação de capital, que impedem a progressão de melhorias, trazendo consequências no processo saúde-doença.

Entendemos que um meio para a solução desse problema seja a realização de um trabalho conjunto envolvendo as esferas trabalhistas e os sistemas de saúde, contando com a participação de instituições da sociedade civil tanto quanto forças políticas diversas. Talvez somente com essa força conjunta seja possível promover qualidade de vida e equidade ao trabalhador, independente de suas diferenças sociais, culturais ou de gênero.

Referências

ANOTHASINTAWEE, Thunyarat. et al. Risk factors of breast cancer: a systematic review and meta-analysis. *Asia-Pacific Journal of Public Health*, Hong Kong, v. 25, n. 5, p. 368-87, 2013.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Banco de Dados Sobre o Trabalho das Mulheres. *Fundação Carlos Chagas*. Disponível em: <> Acesso em: 12 set. 2015.

CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF; 1991. p. 39-69.

ENGELS, Friedrich. Os diferentes ramos da indústria: os operários fabris em sentido estrito. In: ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010, p. 173-222.

ESCOBAR, Ana Maria Ulhôa; VALENTE, Maria Helena. O aleitamento materno na visão da estratégia da atenção integrada às doenças prevalentes na infância. In: *O aleitamento materno no contexto atual: Políticas, práticas e bases científicas*. São Paulo: SARVIER, 2008.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. Mulher e Trabalho: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 366f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa. Equidade de Gênero e saúde das mulheres. *Revista Esc. Enferm. USP*, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 450-459, 2005.

_____. Gênero como categoria para a compreensão e a intervenção no processo saúde-doença. In: *PROENF. Programa de Atualização em enfermagem na saúde do adulto*. Porto Alegre. Artmed/Panamericana, 2008, p. 9-39.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: Decadência do patriarca rural e desenvolvimento urbano*. 14ª ed. São Paulo: Editora Global, 2003.

_____. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006.

GOUVERI, Evanthia; PAPANAS, Nikolaos; Hatzitolios, Al; MALTEZOS, Efstratios. Breastfeeding and diabetes: Current Diabetes Reviews, *Hilverum*, v. 7, n. 2, 2011, p. 135-142.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009a.

_____. *A era do capital: 1848-1857*. Trad. Luciano Costa Neto. 15ª ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2009b.

_____. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 -1991*. Trad. Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JONES, Gareth. et al. How many child deaths can we prevent this year? *The Lancet*, London, v. 362, 2003, p. 65-71. Disponível em: <http://cdrwww.who.int/maternal_child_adolescent/documents/pdfs/lancet_child_survival_prevent_deaths.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MALUF, Vera. *Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea*. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. Tomo 1 Prefácio e Capítulos I a XII. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. Tomo 2 Capítulos XIII a XXV. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MEDEIROS, Ivany Yara. *Amamentação em mulheres que trabalham: o não trabalho no trabalho*. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

MORAIS, Ana Marcia Bustamante; MACHADO, Marcia Maria Tavares; AQUINO, Priscila de Souza; ALMEIDA, Maria Irismar. Vivência da Amamentação por trabalhadoras de uma indústria têxtil do Estado do Ceará, Brasil. *Rev. Bras. Enfermagem*, Brasília, v.24 n.1 p. 66- 71, 2011.

NEVES, Meire de Souza; SOARES, Ana Cristina Nassif. A precarização do trabalho no Brasil e os seus rebatimentos no cenário familiar: as marcas históricas da violência. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 18, n. 1, p. 136-153, 2009. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/ojs/index.php/SSR/article/view/121/159>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

PAYNE, Deborah; NICHOLLS, David. Managing breastfeeding and work: a Foucauldian secondary analysis. *Journal of Advanced Nursing*, Oxford, v. 66, n. 8, p. 1810-1818, 2010.

RIBEIRO, Herval Pina. Lesões por Esforços Repetitivos (LER): uma doença emblemática. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 85-93, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1366.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

RODRIGUES, Valéria Leoni. *A importância da mulher*. 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SANTOS, Rosangela Gomes; REA, Marina Ferreira. Legislação de proteção à mulher que trabalha fora do lar. In. *O aleitamento materno no contexto atual: políticas, práticas e bases científicas*. Sarvier, 1º edição, Jan. 2008, p. 533-537.

VILLELA, W. V. ARILHA, M. Sexualidade, Gênero e Direitos Sexuais e Reprodutivos. In: *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 95-145.

NOTAS

¹ Esse artigo recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, através do processo 2015/05876-7.

² Mesmo que o termo *trabalhador* não seja a forma comum de se referir aos envolvidos com as atividades de produção das áreas rurais. O mais comum de se encontrar é *camponês*. Para maiores informações, ver Hobsbawm (2009a, p. 209-221).

³ Entendemos *sociedade patriarcal* como um conceito tão abrangente quanto genérico de pensar uma sociedade cuja forma de organização é baseada no predomínio da vontade absoluta do patriarca ao mesmo tempo em que cria modelos de comportamentos para a mulher que são baseados no cumprimento de papéis específicos, como o de boa esposa, coordenadora do lar, mãe, entre outros. Nossas reflexões partem das afirmações encontradas nas obras *Casa –Grande & Senzala* (2006) e *Sobrados e Mocambos* (2003), de Gilberto Freyre.

⁴ Relatos que transparecem a realidade citada acima podem já ser encontrados nos escritos de Engels em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845) e posteriormente em *A ideologia Alemã* escrita por Marx e Engels em 1853.

⁵ *Dilma Vana Rouseff* foi a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, em 2010, sendo reeleita no segundo turno, em 2014, e permaneceu no poder até agosto de 2016, quando teve seu mandato descontinuado por um polêmico processo de impeachment.

⁶ *Cristina Elisabet Fernández de Kirchner* foi a primeira mulher a assumir a presidência da Argentina, em 2007. Foi reeleita em 2011, concluindo seu mandato em dezembro de 2015.

⁷ *Angela Dorothea Merkel* ocupa o cargo de chanceler, chefe do governo alemão, desde o ano de 2005, quando se tornou uma das mulheres mais poderosas do mundo. Sua última reeleição ocorreu em 2013.

⁸ Referimo-nos, aqui, à possibilidade de formação de um grupo familiar constituído pela genitora e seus filhos, sem apoio financeiro ou psicológico do genitor, ou seja, uma família monoparental. Sobre esse conceito, ver. VITALE, Maria Amalia Faller, **Famílias monoparentais**: indagações. In: Revista Serviço Social e Sociedade. N° 71. Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.

Artigo recebido em 9 de fevereiro de 2017

Aceito para publicação em 5 de setembro de 2017